



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1448

Terça-feira - 18 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	5
Anchieta.....	5
Antônio Carlos.....	6
Arroio Trinta.....	8
Balneário Rincão.....	11
Bela Vista do Toldo.....	17
Biguaçu.....	17
Bom Jesus do Oeste.....	33
Bom Retiro.....	35
Braço do Trombudo.....	38
Brunópolis.....	38
Brusque.....	38
Camboriú.....	40
Campos Novos.....	49
Canelinha.....	55
Capinzal.....	56
Catanduvas.....	63
Chapadão do Lageado.....	63
Cocal do Sul.....	65
Concórdia.....	65
Coronel Freitas.....	78
Correia Pinto.....	78
Corupá.....	78
Curitibanos.....	82
Doutor Pedrinho.....	83
Ermo.....	85
Forquilha.....	86
Fraiburgo.....	89
Garopaba.....	91
Garuva.....	92
Gaspar.....	95
Governador Celso Ramos.....	97
Guaramirim.....	98
Guarujá do Sul.....	99
Herval d'Oeste.....	100
Ibiam.....	106
Ilhota.....	109
Imbituba.....	110
Iomerê.....	126
Ipumirim.....	127
Irineópolis.....	135
Itaiópolis.....	139
Itapiranga.....	139
Itapoá.....	140
Joaçaba.....	142
Lages.....	150
Lauro Muller.....	150
Lebon Regis.....	153
Leoberto Leal.....	153

Lindóia do Sul.....	155
Luzerna.....	157
Macieira.....	161
Mafrá.....	162
Marema.....	165
Meleiro.....	167
Modelo.....	175
Monte Carlo.....	184
Morro da Fumaca.....	198
Navegantes.....	198
Nova Trento.....	199
Novo Horizonte.....	203
Paial.....	206
Palhoça.....	207
Papanduva.....	248
Passos Maia.....	249
Paulo Lopes.....	250
Peritiba.....	255
Pinheiro Preto.....	256
Pomerode.....	256
Porto União.....	257
Rio do Sul.....	265
Salto Veloso.....	278
São Bento do Sul.....	283
São Carlos.....	297
São João do Sul.....	303
São José.....	303
São José do Cedro.....	322
São Lourenço do Oeste.....	322
São Pedro de Alcântara.....	325
Schroeder.....	326
Serra Alta.....	332
Siderópolis.....	332
Sombrio.....	333
Timbó.....	334
Três Barras.....	334
Treze Tílias.....	343
Tunápolis.....	347
Vargem Bonita.....	348
Vidal Ramos.....	349
Videira.....	350
Xavantina.....	363
Xaxim.....	363

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1448

Terça-feira - 18 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMMOC	364
AMOSC	365

Consórcios

AGIR	365
CIGA	389
CINCO	390
CIS/AMOSC	391
CIS/AMURES	391

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



18 DE MARÇO

Parabéns, Campo Alegre,
por seus 117 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





18 DE MARÇO

Parabéns, Gaspar, por seus 80 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Portaria 095/2014

PORTARIA Nº 095/2014 13 de Março de 2014

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a funcionária Eleonora Beal Cecconello a partir de 05/03/2014 a 02/07/2014, conforme atestado médico anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05/03/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Março de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 096/2014

PORTARIA Nº 096/2014 de 14 de Março de 2014.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme cópia de certidão de casamento anexa, a contar a partir de 29/01/2014, a funcionária Andréa Macagnan, inscrita sob o CPF nº 015.755.459-77 ocupante do cargo efetivo de Fonoaudiólogo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29/01/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março de 2014.

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor Dpto de RH

Portaria 097/2014

PORTARIA Nº 097/2014 de 14 de Março de 2014.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme cópia de certidão de casamento anexa, a contar a partir de 14/03/2014, a funcionária Camila Raquel Macagnan, inscrita sob o CPF nº 048.074.679-64 ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março de 2014.

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor Dpto de RH

Anchieta

PREFEITURA

Extrato Aviso Pregão Pref N 017_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 017/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxa (óleo lubrificante somente serão aceitos de companhia) para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2014, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 02/04/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de março de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão Pref N 018_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 018/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade

Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade, para o exercício de 2014, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 02/04/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de março de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão FMS N. 007-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 007/2014

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de pneus novos para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2014. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 04/04/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de março de 2014.

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora FMS

Antônio Carlos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 38/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 38/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 27/2014; Tipo: Menor Preço por Lote; Sistema: Registro de Preço; Objeto: contratação de empresa especializada para execução parcelada dos serviços de borracharia nos veículos da frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: 31 de março de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de março de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Aviso de Licitação Nº 35/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 35/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 24/2014; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: aquisição de produto de combate ao borrachudo (BTI) a ser usado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social (vigilância epidemiológica) e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente no Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: 31 de março de 2014 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de março de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Resultado Processo Seletivo Nº 002/2014

Antônio Carlos, 14 de março de 2014.

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos Estado de Santa Catarina

Processo Seletivo Nº 002/2014

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014.

OPERADOR DE MÁQUINA

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Roberto Weber	8,50	xx	8,50
Heleno Neis	7,00	xx	7,00
Edésio Neis	5,50	xx	5,50

OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Vito Weber	9,00	xx	9,00
Paulo Sérgio Astoff	9,00	xx	9,00
José Vieira Lemos	8,00	xx	8,00
João de Deus da Rocha	6,00	xx	6,00

MOTORISTA CATEGORIA "D"

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Alfredo Pertussati Filho	9,50	xx	9,50



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ângelo Alves da Silva	9,00	xx	9,00
Ernesto Pereira Da Silva	8,50	xx	8,50
Osni Pires da Silva	8,50	xx	8,50
Geovani Faber De Moura	8,00	xx	8,00
Gabriel Muller	7,50	xx	7,50
Auride Machado	7,00	xx	7,00
Nelson Schmitz	6,50	xx	6,50
Fabio Douglas Silvino	6,50	xx	6,50

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
karina Prazer de Jesus Saukio	3,00	9,00	7,00*
Francine Hoffmann Schappo	6,00	7,00	6,66*
Márcio Mário Duarte	7,00	5,00	5,66*
Elaine Cristina Martins	5,00	6,00	5,66*
Alexsander da Silva	5,00	5,00	5,00*

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

$$*NF = \frac{NPCG + (NPCE \times 2)}{3}$$

NF= Nota Final Prova Escrita

NPCG= Nota da Prova Conhecimentos Gerais

NPCE= Nota da Prova Conhecimentos Específicos

Portaria Nº 175/2014

PORTARIA Nº 175/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias ao servidor JOÃO BATISTA PHILIPPE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 17 de março de 2014, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2008 a 02/05/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de março de 2014.

Portaria Nº 174/2014

PORTARIA Nº 174/2014.

Concede Progressão por horas de aperfeiçoamento.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o artigo 15 da

Lei nº 1356/2011 de 01 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a PROGRESSÃO por horas de Aperfeiçoamento com acréscimo de 1,3% (um virgula três por cento) ao seu vencimento base aos servidores efetivos no cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, a contar de 01 de março de 2014, conforme relacionado abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	CARGA HORARIA
1031	APARECIDA LUZIA DA SILVEIRA GOEDERT	165
190	AUREA HELENA KREMER MANNES	110
416	AUTANEI JUNKES HILLESHEIN	110
807	CARMEM LUCIA PITZ RASVEILER	110
622	CARMEM LUCIA PITZ RASVEILER	110
925	CLAUDIA WEBER DE MELO	110
1023	CRISTIANE DIONE DA SILVA CUNHA	220
314	ELIANE GOEDERT DE SOUZA	220
804	ELISANGELA DECKER	110
430	ELISANGELA DECKER	110
421	GISELA PAULI CARDOSO	220
1029	HELENA SCHERER	220
625	HILTON LUIZ SCHMITZ	220
208	IDELSO WILVERT	110
418	INES KUHN GUESSER	220
620	IVANIR DIAS	110
836	IVANIR DIAS	110
72	JOAO PROTASIO PAULI	110
801	JUDITE KOCH SCHMITT	220
425	KATIA TEREZINHA GOEDEERT	220
414	LUCELIA BESEN BECHTOLD	220
299	LUCIANA MARIA COELHO ELI	110
179	LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF	110
860	MANUELLE DECKER MANNES	110
714	MANUELLE DECKER MANNES	110
185	MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA	220
624	MARCIA KOCH MANNES	165
83	MARIA DE FATIMA CRISTOVAO DA SILVA	220
837	MARIA INES KREMER	110
287	MARIA SUELI KOERICH CUNRADI	110
419	MARILENE ZIMMERMANN MARTENDAL	110
280	MONICA SCHMITZ ZIMERMANN	220
901	MONIQUE DE OLIVEIRA SILVEIRA	165
735	NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER	220
417	NILZETE DECKER KOCH	220
292	PATRICIA WIESE BESEN	110
517	REGINA CORREA	110
1030	SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER	220
502	SIMONE DE SOUZA SCHMITZ	110
209	TANIA REGINA REITZ PETRI	220
415	VERA LUCIA SCHMITT JUNKES	110
427	ZULEIDE BESEN	110

621	ZULEIDE BESEN	110
-----	---------------	-----

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de março de 2014.

Portaria Nº 176/2014

PORTARIA Nº 176/2014.
Concede Férias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias ao servidor GEOVANI FABER DE MOURA, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 17 de março de 2014, relativo ao período aquisitivo de 03/09/2012 a 02/09/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de março de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0002/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DIVERSOS TAMAÑHOS, QUE SERÃO USADOS PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS NAS ESTRADAS DO INTERIOR E NAS RUAS DA CIDADE, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Será regida pela Lei Complementar 123/2006, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 03/04/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 03/04/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto

ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 17 de março de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Portaria Nº 079

PORTARIA Nº 079 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, DONATO NEOTTI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 15/03/2013 à 15/03/2014, e gozo das mesmas no período de 17/03/2014 a 15/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 080

PORTARIA Nº 080 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, HELIO RENATO MARTINS FOGLIATTO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2013 à 02/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 30/03/2014, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 081

PORTARIA Nº 081 de 10/03/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, INES GULLICH, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 à 01/02/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 082

PORTARIA Nº 082 de 10/03/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVETE RIBEIRO DE FREITAS, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2013 à 02/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 083

PORTARIA Nº 083 de 10/03/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LUCIA MARIA

MANENTI, brasileira, divorciada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 01/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 30/03/2014, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 084

PORTARIA Nº 084 de 10/03/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LUIZ ANTONIO CIVIDINI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL I, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 à 01/02/2014, e gozo das mesmas no período de 17/03/2014 a 15/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 085

PORTARIA Nº 085 de 10/03/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILENE SILVA DA SILVA, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 01/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 086

PORTARIA Nº 086 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARINA ROTA DE ANDRADE, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 01/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 087

PORTARIA Nº 087 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ROBERTO CORREA DE MELLO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo BIOQUIMICO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2013 à 02/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 088

PORTARIA Nº 088 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do

Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALUTE LEGNANI NESI, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 12/03/2013 à 12/03/2014, e gozo das mesmas no período de 12/03/2014 a 10/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 089

PORTARIA Nº 089 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIBELE MUNARO, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PSICÓLOGO, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2013 à 03/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 090

PORTARIA Nº 090 de 10/03/2014.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, VALDIR ANTONIO OTTO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2013 à 02/03/2014, e gozo das mesmas no período de 10/03/2014 a 08/04/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 091

PORTARIA Nº 091, de 17/03/2014.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal JAQUELINE LEGNANI FAVARIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 733.056.939-91, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 17/03/2014 a 30/04/2014.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Margarida de Bortoli.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 092

PORTARIA Nº 092, de 17/03/2014.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 015.181.209-89, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 17/03/2014 a 30/04/2014.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Margarida de Bortoli.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Decreto 126/2014

DECRETO Nº 126/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VI do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a lei 86/2014.

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 53.260,00 (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta reais), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009 – Gestão da Saúde Pública		
2.054 – Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF		
3.1.40.00.00.00.0.6.64 – Transferências a Municípios	R\$	28.520,00
Soma	R\$	28.520,00
2.055 – Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS		
3.1.40.00.00.00.0.6.64 – Transferências a Municípios	R\$	18.050,00
Soma	R\$	18.050,00
2.058 – Manutenção do Programa Saúde Bucal - PSB		
3.1.40.00.00.00.0.6.64 – Transferências a Municípios	R\$	6.690,00
Soma	R\$	6.690,00
TOTAL GERAL		
	R\$	53.260,00

Artigo 2º - A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Recursos do PAB apurado no Exercício de 2013 no valor de R\$ 53.260,00 (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta reais) da Conta Vinculada nº. 25.259-X agência 2118 do Banco do Brasil S/A - Içara – Santa Catarina.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 080/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº. 081/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 082/2013 de 16 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito especial constante da presente Lei.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 10 de março de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Mensagem 10/2014

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 010/2014

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Apresento em anexo, o Projeto de Lei n.º 010/2014, que trata da abertura de Crédito Adicional Especial.

Projeto de Lei específico tratará da abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014, visando o aporte de dotação orçamentária para o empenhamento de despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e Encargos Gerais.

A abertura de Crédito Especial de que trata o presente Projeto de Lei, está sendo apresentado para apreciação da Câmara Municipal, em função do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme Saldo Bancário em 31/12/2013.

Certo de vossa costumeira cooperação coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessária.

Balneário Rincão, 12 de Fevereiro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Decreto 127/2014

Decreto nº 127/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VI do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a lei 92/2014.

Artigo 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 11.358,72 (onze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
10.304.0009 – Gestão da Saúde Pública		
2.053– Manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica		
3.3.90.00.00.00.0.6.66 – Aplicações Diretas	R\$	11.358,72
Soma	R\$	11.358,72
TOTAL GERAL		
	R\$	11.358,72

Artigo 2º - A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Recursos da VIGILÂNCIA EM SAÚDE apurado no Exercício de 2013 no valor de R\$ 11.358,72 (onze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) da Conta Vinculada nº. 25.323-5 agência 2118 do Banco do Brasil S/A - Içara – Santa Catarina.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 080/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº. 081/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 082/2013 de 16 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito suplementar constante da presente Lei.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 10 de março de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria de administração.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Decreto 128/2014

Decreto nº 128/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VI do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a lei 92/2014.

Artigo 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009 – Gestão da Saúde Pública		
2.064 – Manutenção do Programa Co-Financiamento		
3.3.90.00.00.00.0.6.70 – Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
Soma	R\$	11.000,00
TOTAL GERAL		
	R\$	11.000,00

Artigo 2º - A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Recursos do CO-FINANCIAMENTO apurado no Exercício de 2013 no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) da Conta Vinculada nº. 25.335-9 agência 2118 do Banco do Brasil S/A - Içara – Santa Catarina.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 080/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº. 081/2013 de 16 de Dezembro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 082/2013 de 16 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito suplementar constante da presente Lei.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 10 de março de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria de Administração.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretario Municipal

Decreto

DECRETO MUNICIPAL GP nº 117 de 06 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DA CRIAÇÃO DE CRITÉRIOS ADICIONAIS LOCAIS, APROVADOS POR DELIBERAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BALNEÁRIO RINCÃO, CONFORME AUTORIZAÇÃO DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, Nº 610 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério das Cidades, nº 610, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida;

CONSIDERANDO o disposto no item nº 4.2.4 da referida Portaria Ministerial, onde preconiza que "Os critérios adicionais estabelecidos pelo Distrito Federal ou Municípios deverão ser aprovados pelos conselhos distritais ou municipais de habitação ou, nos casos de inexistência, nos respectivos conselhos de assistência social;"

CONSIDERANDO ainda o item nº 4.2.7 também da Portaria acima citada, onde reza que "os critérios adicionais deverão ser publicados por meio de Decreto, ratificando a aprovação pelos conselhos distrital, municipal ou estadual de habitação ou de assistência social, com divulgação nos meios de comunicação do município onde será executado o empreendimento, ou no Diário Oficial dos estados ou DF, se for o caso;"

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 054 de 07 de outubro de 2013, dispõe que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, responderá temporariamente, pela política municipal de habitação;

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 6/2014, lavrada em reunião do Conselho Municipal de Assistência Social deste Município, no dia 30 de janeiro de 2014, na sede da Secretaria de Assistência Social deste Município;

CONSIDERANDO que aquele conselho deliberou para aprovação de critérios adicionais locais para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha vida

DECRETA:

Art. 1º- Ficam ratificados os critérios adicionais municipais para inclusão de beneficiários no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, aprovados na reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do Balneário Rincão, realizada no dia 30 de janeiro de 2014.

Art. 2º - São critérios municipais adicionais para inclusão de beneficiários no Programa Minha Casa, Minha Vida:

I – Ser morador do Município a mais de 5 (cinco) anos, comprovadamente pela Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, ficando o cadastro e coleta de documentos comprobatórios, ao encargo da Secretaria de Assistência Social;

II – Ser morador dos bairros próximos ao empreendimento, obedidos aos critérios de condições financeiras, através de estudo socioeconômico;

III – Estar obrigatoriamente o beneficiário inscrito no Cadastro Único do Governo Federal, possuindo filhos menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 06 de março de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 06 de março 2014.

Decreto

DECRETO MUNICIPAL GP nº 114 de 27 de fevereiro de 2014.

Altera o Decreto nº 055 de 07 de outubro de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Altera o artigo 1º, incluindo os incisos I e II com a composição integral do Conselho Municipal da Assistência Social, representantes do Poder Executivo e de Organizações não Governamentais, com seus respectivos suplentes, conforme segue abaixo.
I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Secretaria de Assistência Social:

Titular: Osana de Oliveira Gonçalves

Suplente: Camila Figueira da Silva

Titular: Monique Lemos

Suplente: André Locks

Secretaria de Saúde:

Titular: Jaqueline Aparecida Lopes

Suplente: Damares Nunes da Silva

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Elenice T. Souza

Suplente: Valberto Berkenbrock

Secretaria de Educação:

Titular: Lidiane dos Santos

Suplente: Mariane Vieira Cardoso

II - REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Titular: Ariosvaldo Borges - representante da associação Rincão - ABRIN

Suplente: Agenor dos Santos: representante da entidade Manjedoura

Titular: Maria Zoraide Fernandes - Representante da Entidade Vale da Decisão

Suplente: Maria Albertina da Silva: Representante da Entidade Mulheres Voluntárias do Mirassol

Titular: Daniela Carolina Pereira - Representante - usuários

Suplente: Juçara Roussenq - Representante – usuários

Titular: Sidnei Brandão - Representante - usuários

Suplente: Tânia Maria Aguirre de Souza - Representantes - usuários

Titular: Gessi Mezacassa - Representante dos Trabalhadores do SUAS

Suplente: Juciane Rodrigues Pereira de Souza - Representante dos Trabalhadores SUAS

Art. 3º - Reitera o decreto nº 055 de 07 de outubro de 2013, nos seus ulteriores dispositivos,

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



Balneário Rincão (SC), 27 de fevereiro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 27 de fevereiro de 2014.

Decreto 116/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
Gabinete do Prefeito

DECRETO/GP/Nº 116/2014

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL MANTEREM ATUALIZADOS OS DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS RESPECTIVAS REGULARIDADES JURÍDICA, FISCAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA, CONSOLIDADAS NO CAUC - CADASTRO ÚNICO DE CONVÊNIOS DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, BEM COMO SOBRE O ATENDIMENTO DE OUTRAS EXIGÊNCIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ESTABELECE PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 73 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SEÇÃO I DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adotar as providências necessárias para manter as respectivas regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira, bem como atender a todas as exigências previstas no Cadastro Único de Convênios - CAUC do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda, nos termos deste decreto.

§ 1º - O Cadastro Único de Convênios - CAUC consiste em subsistema do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, disciplinado pela Instrução Normativa STN nº 1, de 17 de outubro de 2005, da Secretaria do Tesouro Nacional, e que permite a verificação do atendimento às exigências legais para a celebração de convênios e recebimento de transferências voluntárias de recursos da União.

§ 2º - Para fins deste decreto, entende-se por Administração Pública Municipal todos os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes.

SEÇÃO II DO ACOMPANHAMENTO DO DISPOSTO NESTE DECRETO

Art. 2º - Competem ao titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade a implantação e o controle das medidas previstas neste decreto, em especial aquelas constantes do art. 15, bem como a adoção de ações preventivas para garantir a manutenção das respectivas regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira.

§ 1º O titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade poderá designar um Coordenador e seu suplente, que ficarão responsáveis pelo cumprimento do disposto no art. 15 deste Decreto.

§ 2º No prazo de 5 (cinco) dias após a designação prevista no § 1º deste artigo, o titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade deverá comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o nome completo, registro funcional, endereço eletrônico e telefone para contato do Coordenador e de seu suplente, atualizando essas informações sempre que houver alteração dos designados.

§ 3º Especificamente no caso dos fundos municipais, a responsabilidade a que se refere o "caput" deste artigo compete ao titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade ao qual o fundo esteja legalmente vinculado.

CAPÍTULO II DA REGULARIDADE JURÍDICA

Art. 3º - A cópia da documentação relativa à regularidade jurídica deverá ser providenciada e arquivada pelo respectivo órgão ou entidade, na forma prevista no parágrafo único deste artigo, e consistirá, conforme o caso, em:

I - ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, documento de eleição de seus administradores;

II - legislação que criou ou autorizou a criação e organizou o órgão ou entidade;

III - cópia reprográfica da cédula de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e do ato de nomeação do titular ou dirigente máximo responsável legalmente pelo órgão ou entidade.

Parágrafo Único - A documentação a que se refere este artigo deverá ser arquivada em processo específico, à medida que for atualizada, em ordem cronológica e devidamente numerada, possibilitando a verificação, a qualquer momento, de todo o histórico da regularidade jurídica do órgão ou entidade, ficando à disposição do controle interno e externo.

Art. 4º - O órgão ou entidade deverá adotar as providências necessárias para obter a documentação relativa à regularidade jurídica quando da criação, autorização e extinção do órgão, entidade ou fundo, e, quando for o caso, da inativação do fundo.

CAPÍTULO III DA REGULARIDADE FISCAL SEÇÃO I DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 5º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão cumprir e fazer cumprir todas as obrigações tributárias, principais e acessórias, inclusive quanto à retenção de tributo, observadas, em especial, as disposições previstas neste Capítulo.

SEÇÃO II DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL

Art. 6º - A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

II - Inscrição Estadual - IE;

III - inscrição no Cadastro Geral de Atividades da Prefeitura do Município de Balneário Rincão;

IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos

Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

V - Certidão Negativa de Débito - CND relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

VI - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

VII - Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual;

VIII - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários;

XI - Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa para Tributos Mobiliários ou Imobiliários inscritos na Dívida Ativa Municipal;

X - Certificado de Regularidade Previdenciária, emitido pelo Ministério da Previdência Social;

XI - Matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI referente a obra ou serviço de engenharia.

§ 1º A documentação relativa à regularidade fiscal a que se refere este artigo deverá ser arquivada em processo específico para cada espécie de documento, à medida que for atualizada, em ordem cronológica e devidamente numerada, devendo ficar à disposição do controle interno e externo.

Art. 7º - As Matrículas do Cadastro Específico do INSS - CEI das obras de construção civil deverão ser vinculadas exclusivamente ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa responsável pela obra, salvo disposição em contrário prevista na legislação federal.

Parágrafo Único - Para as obras de construção civil que atualmente encontram-se vinculadas a números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de órgão, entidade ou fundo da administração municipal, deverá ser providenciada a respectiva desvinculação e a imediata vinculação nos termos do "caput" deste artigo.

SEÇÃO III

DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Art. 8º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão manter sempre atualizadas as informações constantes da respectiva inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, especialmente quanto ao seguinte:

I - nome, que deverá ser idêntico ao constante da legislação que criou e/ou organizou o órgão ou do ato constitutivo da entidade;

II - código e descrição da atividade econômica e da natureza jurídica;

III - endereço completo;

IV - responsável legal.

§ 1º Ocorrendo mudança na denominação do órgão ou entidade, deverá ser providenciada a atualização da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, sendo vedada a efetivação de nova inscrição.

§ 2º O responsável legal a que se refere o inciso IV do "caput" deste artigo é o titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade. Art. 9º - Fica vedada a utilização da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de uma entidade, órgão ou fundo da

administração municipal por outro.

Art. 10 - Deverá ser utilizada, para todos os efeitos legais e jurídicos, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.243.084/0001-97 - quando for necessário figurar, no ato ou negócio jurídico, o Município de Balneário Rincão como pessoa jurídica de direito público interno.

SEÇÃO IV

DO CADASTRO GERAL DE ATIVIDADES - CGA E DA INSCRIÇÃO ESTADUAL IE

Art. 11 - No caso de órgão ou entidade, que, por força da legislação, esteja obrigado à Inscrição Estadual e/ou à inscrição no Cadastro Geral de Atividades da prefeitura do Município de Balneário Rincão, os dados das respectivas inscrições deverão ser mantidos atualizados, no prazo definido em legislação específica.

SEÇÃO V

DO PRAZO PARA OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS

Art. 12 - Salvo disposição em contrário na legislação específica, a documentação referente à regularidade fiscal deve ser providenciada nos seguintes prazos:

I - Certidão Negativa de Débitos: o pedido deverá ser protocolizado com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento do prazo de validade do documento em vigor;

II - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: os procedimentos de renovação deverão ser iniciados com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência do vencimento do prazo de validade do documento em vigor;

III - Certidão Negativa ou Certificado de Regularidade com prazo de validade igual ou inferior a 30 (trinta) dias: o pedido deverá ser protocolizado com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência do vencimento do prazo de validade do documento em vigor.

§ 1º A obtenção do documento comprobatório da regularidade fiscal, após expirado o prazo de validade do correspondente documento, poderá ensejar a instauração de procedimento específico para apuração de responsabilidade.

§ 2º Na hipótese de emissão de Certidão Positiva de Débitos, o órgão ou entidade responsável pelo acompanhamento do débito encaminhará, à Procuradoria Geral do Município - PGM ou ao órgão jurídico que legalmente o assessor e represente, os dados e informações pertinentes, para adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 13 - O titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade deverá determinar medidas para que as notificações fiscais recebidas, informando débitos ou restrições fiscais, sejam encaminhadas ao Coordenador a que se refere o § 1º do art. 2º deste Decreto no dia útil imediatamente posterior ao seu recebimento, para adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO IV

DA REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 14 - A regularidade econômico-financeira compreende a inexistência de pendências ou restrições quanto:

I - aos débitos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN Federal, a que se refere a Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

II - às prestações de contas de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal e Estadual.

Parágrafo Único - O titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade deverá determinar medidas para que as comunicações recebidas referentes a apontamentos de débitos passíveis de gerar irregularidade econômico-financeira sejam imediatamente encaminhadas ao Coordenador a que se refere o § 1º do art. 2º deste Decreto, para adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

Art. 15 - Compete ao Coordenador designado nos termos do § 1º do art. 2º deste Decreto:

I - acompanhar a situação de regularidade do respectivo órgão ou entidade, adotando todas as medidas necessárias perante as áreas competentes, a fim de manter as informações atualizadas, e providenciar, quando necessário, a inscrição, alteração, cancelamento e baixa nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Inscrição Estadual, quando for o caso;

c) Cadastro Geral de Atividades - CGA da Prefeitura do Município de Balneário Rincão, quando for o caso;

II - coordenar, no respectivo órgão ou entidade, as providências para obtenção dos documentos a que se refere o art. 6º, conforme o caso, excetuado o disposto em seu § 2º, respeitados os prazos previstos no artigo 12, todos deste Decreto;

III - acompanhar, semanalmente, a situação da regularidade do respectivo órgão ou entidade, adotando as providências cabíveis, conforme o caso:

a) no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN Federal;

b) nos relatórios disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros órgãos, como o Relatório de Consulta de Regularidade das Contribuições Previdenciárias, o Relatório de Divergências Apuradas GFIP x GPS e o Relatório de Pesquisa de Situação Fiscal e Cadastral;

c) no Cadastro Único de Convênios - CAUC da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

IV - quando do recebimento de notificações fiscais, ofícios, intimações ou apontamentos de débitos passíveis de gerar irregularidade jurídica, fiscal ou econômico-financeira, encaminhá-los às áreas competentes e, se for o caso, à Procuradoria Geral do Município - PGM ou ao órgão jurídico que legalmente o assessor e represente, prestando todas as informações pertinentes, especialmente quanto à natureza do débito, para ciência e adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis, visando a regularização dentro do prazo concedido para tal finalidade;

V - encaminhar ao Setor de Controle Interno do Município cópia de todas as notificações fiscais, ofícios e/ou intimações recebidas por órgãos externos e que possam afetar as regularidades jurídica, fiscal ou econômico-financeira do órgão ou entidade, informando as providências tomadas;

VI - manter relação atualizada de todas as notificações fiscais, ofícios e intimações recebidas;

VII - acompanhar, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, do Portal de Convênios do Governo Federal, os prazos para prestação de contas dos recursos federais e estaduais recebidos por meio de convênios;

VIII - acompanhar e cumprir as Instruções Normativas da Receita

Federal do Brasil - RFB e demais atos normativos referentes ao cumprimento das obrigações tributárias, quais sejam: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, dentre outras que se fizerem necessárias para a manutenção da regularidade fiscal do órgão ou entidade;

IX - comunicar ao titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade todas as medidas adotadas para garantir a manutenção das regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira;

X - providenciar a atualização em todos os cadastros sempre que houver a mudança do titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias da publicação do respectivo ato de nomeação ou designação.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Art. 16 - Extinto o órgão da Administração Direta, o titular ou dirigente responsável legal pelo órgão sucessor deverá comunicar formalmente esse fato à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para que seja efetuado levantamento de todas as contas bancárias, ativas e inativas, vinculadas ao respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, mantidas nas instituições financeiras que operam com o Município.

§ 1º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças informará as contas bancárias e os respectivos saldos ao titular ou dirigente responsável legal pelo órgão sucessor, cabendo a este informar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças o destino de eventuais recursos remanescentes para que aquele Departamento proceda à solicitação de encerramento da conta bancária, sendo vedada a continuidade de sua utilização.

§ 2º A documentação de que trata este decreto deverá ser mantida no órgão que suceder aquele que foi extinto.

Art. 17 - Tratando-se de extinção de autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, caberá à autoridade máxima do órgão da Administração Direta ao qual a entidade estava vinculada efetuar o levantamento e a solicitação de encerramento de todas as contas bancárias, ativas e inativas, vinculadas ao respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, mantidas nas instituições financeiras que operam com o Município, sendo vedada a continuidade de sua utilização.

Parágrafo Único - A documentação de que trata este decreto deverá ser mantida no órgão ao qual a entidade extinta estava vinculada.

Art. 18 - Extinto ou em processo de liquidação o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, sem que tenham sido canceladas as respectivas inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na Fazenda Estadual e no Cadastro geral de Atividades, caberá ao responsável pelo órgão sucessor ou à autoridade máxima do órgão da Administração Direta ao qual a entidade estava vinculada, conforme o caso, proceder às atualizações a que se refere o artigo 8º deste decreto e adotar as providências administrativas de cancelamento necessárias perante os órgãos competentes.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 19 - Compete ao Setor de Controle Interno do Município e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, responsabilidade

pela realização do controle interno da Administração Municipal, fiscalizar, de forma sistemática e permanente, a execução das medidas constantes deste decreto.

Art. 20 - No caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto, ao Setor de Controle Interno do Município comunicará, imediatamente, o fato ao titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade para que adote as providências necessárias e promova a regularização das pendências existentes.

§ 1º O titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade em que foi constatado o descumprimento das obrigações previstas neste decreto deverá, no prazo estabelecido na comunicação a que se refere o "caput" deste artigo, apresentar as justificativas pertinentes e informar as medidas adotadas.

§ 2º O prazo mencionado no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação ao Setor de Controle Interno do Município, que avaliará a relevância das justificativas.

Art. 21 - Sem prejuízo do disposto no art. 15, inciso VIII, deste decreto, o Setor de Controle Interno do Município deverá acompanhar e, quando for o caso, divulgar, a legislação relativa ao cumprimento das regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES

Art. 20 - O descumprimento das disposições deste decreto sujeita os agentes públicos, na esfera de suas atribuições, e solidariamente os titulares e dirigentes máximos dos órgãos e entidades, à responsabilização administrativa e civil.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - As obrigações estabelecidas neste decreto não eximem os órgãos ou entidades de cumprirem as demais obrigações previstas em legislação específica.

Art. 24 - Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças editar normas complementares quando necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto, bem como decidir os casos omissos.

Art. 25 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 10 de janeiro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 10 de janeiro de 2014.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Extratos de Aditivos

Aditivo Nº: 027/2013
Contratante: MUNÍCIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA-ME

Vigência: Início:19/12/2013 Término: 31/07/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, visando o pleno atendimento ao proposto no plano de trabalho do Contrato de Repasse nº 0389.484-60/2012 - PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Bela Vista do Toldo, 19 de Dezembro de 2013
Gilberto Damaso da Silveira
Prefeito Municipal

Aditivo Nº: 028/2013
Contratante: MUNÍCIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
Contratada: ALTAIR FABRO & CIA LTDA ME
Vigência: Início:19/12/2013 Término: 31/07/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, visando o pleno atendimento ao proposto no plano de trabalho do Contrato de Repasse nº 0389.484-60/2012 - PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Bela Vista do Toldo, 19 de Dezembro de 2013
Gilberto Damaso da Silveira
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 710/2014

PORTARIA nº 710 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALINE ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 709/2014

PORTARIA nº 709 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALINE DUTRA VOLPATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE DUTRA VOLPATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 708/2014

PORTARIA nº 708 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 11/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 707/2014

PORTARIA nº 707 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GISELE MARTINS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE MARTINS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 706/2014

PORTARIA nº 706 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GRASIELE FERREIRA GRANDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRASIELE FERREIRA GRANDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 705/2014

PORTARIA nº 705 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 704/2014

PORTARIA nº 704 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KATHIANA CRIS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATHIANA CRIS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 703/2014

PORTARIA nº 703 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUANA PRISCILA PACHECO KEMPFLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA PRISCILA PACHECO KEMPFLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 702/2014

PORTARIA nº 702 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 701/2014

PORTARIA nº 701 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 12/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 700/2014

PORTARIA nº 700 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARLENE BASTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLENE BASTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 699/2014

PORTARIA nº 699 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) REGIANE CABRAL DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) REGIANE CABRAL DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 698/2014

PORTARIA nº 698 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RONITA ROSINA KERICH KLINGELFUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RONITA ROSINA KERICH KLINGELFUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 697/2014

PORTARIA nº 697 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SANDRA MARA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA MARA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 696/2014

PORTARIA nº 696 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SILVANE JANINHA DA COSTA DE MATOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVANE JANINHA DA COSTA DE MATOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 695/2014

PORTARIA nº 695 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 694/2014

PORTARIA nº 694 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VANESSA DA SILVA THIVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA DA SILVA THIVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 693/2014

PORTARIA nº 693 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GABRIELA DALWITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESCRITURÁRIO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIELA DALWITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESCRITURÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 729/2014

PORTARIA nº 729 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDA PRISCILA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA PRISCILA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 728/2014

PORTARIA nº 728 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELMI INES GOMES VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELMI INES GOMES VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 727/2014

PORTARIA nº 727 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ACIONE IRACI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ACIONE IRACI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 726/2014

PORTARIA nº 726 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ARIANA DA ROSA DE JESUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARIANA DA ROSA DE JESUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 725/2014

PORTARIA nº 725 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CLEIDE IRACEMA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEIDE IRACEMA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 724/2014

PORTARIA nº 724 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RUTE DA SILVA TAVARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RUTE DA SILVA TAVARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 723/2014

PORTARIA nº 723 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA HELENA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA HELENA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 722/2014

PORTARIA nº 722 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SUSANA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUSANA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 721/2014

PORTARIA nº 721 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSIMARA PEREIRA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSIMARA PEREIRA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 720/2014

PORTARIA nº 720 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IVONE SCHULTES SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVONE SCHULTES SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 719/2014

PORTARIA nº 719 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARLENE AURORA NAU DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLENE AURORA NAU DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 718/2014

PORTARIA nº 718 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MAIRA SOUZA SORATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAIRA SOUZA SORATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 717/2014

PORTARIA nº 717 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GISELY KARINA CAPESTRANO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELY KARINA CAPESTRANO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 716/2014

PORTARIA nº 716 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALESSANDRA COMICHOLI DE QUADROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALESSANDRA COMICHOLI DE QUADROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 715/2014

PORTARIA nº 715 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LAUDICEIA COSTA SILVA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAUDICEIA COSTA SILVA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 17/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 714/2014

PORTARIA nº 714 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DIONARA COSTA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIONARA COSTA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 713/2014

PORTARIA nº 713 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) AURELIA KELLY DA PAIXAO SILVA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AURELIA KELLY DA PAIXAO SILVA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 712/2014

PORTARIA nº 712 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIOLA CORREIA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIOLA CORREIA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 711/2014

PORTARIA nº 711 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 730/2014

PORTARIA nº 730 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IDMILSON DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IDMILSON DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 731/2014

PORTARIA nº 731 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JORGE JOAO GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JORGE JOAO GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 732/2014

PORTARIA nº 732 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JOAO FERNANDO DA CRUZ FILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOAO FERNANDO DA CRUZ FILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 733/2014

PORTARIA nº 733 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EDSON FARIA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDSON FARIA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 734/2014

PORTARIA nº 734 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALEXANDRE SCHETZ DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALEXANDRE SCHETZ DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 735/2014

PORTARIA nº 735 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ADILIO MONGUILHOT SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADILIO MONGUILHOT SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 736/2014

PORTARIA nº 736 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALTAIR JOSE KREICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALTAIR JOSE KREICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 737/2014

PORTARIA nº 737 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANDERSON LUIZ BERNARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDERSON LUIZ BERNARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 738/2014

PORTARIA nº 738 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DIEGO ROBERTO PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIEGO ROBERTO PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 739/2014

PORTARIA nº 739 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EDSON MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDSON MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 740/2014

PORTARIA nº 740 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GERALDO CESAR MATOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GERALDO CESAR MATOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 741/2014

PORTARIA nº 741 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GILBERTO FRANCISCO PETRY, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILBERTO FRANCISCO PETRY, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 742/2014

PORTARIA nº 742 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) HENRIQUE PINTO LISBOA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HENRIQUE PINTO LISBOA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 743/2014

PORTARIA nº 743 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JOSE ARCANGELO TEODORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSE ARCANGELO TEODORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 744/2014

PORTARIA nº 744 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JOAO OLIVIO MARCELINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOAO OLIVIO MARCELINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 745/2014

PORTARIA nº 745 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LEANDRO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LEANDRO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 746/2014

PORTARIA nº 746 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RAFAEL DOMINGOS DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAFAEL DOMINGOS DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 747/2014

PORTARIA nº 747 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RODRIGO GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RODRIGO GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Termo de Dispensa de Licitação Nº 12/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO DA UPA 24 HORAS, POLICLÍNICA E DEMAIS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: EXTINCÊNDIO COMÉRCIO DE MATERIAIS CONTRA INCÊNDIO LTDA – EPP

VALOR: R\$ 1.645,00 (mil seiscentos e quarenta e cinco reais), até 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(.) II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando que a recarga de todos os extintores de incêndio da Secretaria de Saúde, bem como das demais Unidades de Saúde, somente é feita uma vez por ano, sendo que o valor se enquadra no dispositivo legal supracitado, opta-se pela dispensa de licitação como forma de aquisição de tal produto.

Biguaçu, 14 de março de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Portaria Nº 750/2014

PORTARIA nº 750 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANY MARIA PEREIRA FELIPE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANY MARIA PEREIRA FELIPE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 758/2014

PORTARIA nº 758 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CATARINA JULIA LEITE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CATARINA JULIA LEITE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 759/2014

PORTARIA nº 759 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALAIDE FELICIO GUEDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALAIDE FELICIO GUEDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 760/2014

PORTARIA nº 760 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DULCINEIA SOUZA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DULCINEIA SOUZA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 761/2014

PORTARIA nº 761 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIELENA CUSTODIO ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIELENA CUSTODIO ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 762/2014

PORTARIA nº 762 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELENICE MARIA FELICIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELENICE MARIA FELICIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 763/2014

PORTARIA nº 763 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GERALDINA APARECIDA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GERALDINA APARECIDA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 764/2014

PORTARIA nº 764 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IOLANDA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IOLANDA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 765/2014

PORTARIA nº 765 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSA LUIZA INACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSA LUIZA INACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 748/2014

PORTARIA nº 748 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANE ERONDINA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE ERONDINA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 749/2014

PORTARIA nº 749 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARLI NUNES GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLI NUNES GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 751/2014

PORTARIA nº 751 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LIDIANA CAROLINA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LIDIANA CAROLINA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 752/2014

PORTARIA nº 752 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LEIZILEIA NAZAROS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LEIZILEIA NAZAROS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 753/2014

PORTARIA nº 753 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IVANIR KRACZINSKI ALIONÇO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVANIR KRACZINSKI ALIONÇO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 754/2014

PORTARIA nº 754 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 755/2014

PORTARIA nº 755 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TANIA NAIR DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TANIA NAIR DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 756/2014

PORTARIA nº 756 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANA CLAUDIA ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CLAUDIA ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 757/2014

PORTARIA nº 757 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KATIA ELAINE CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATIA ELAINE CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Errata Edital Nº. 0614/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
ERRATA DE EDITAL COM REABERTURA DE PRAZO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0614/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0025/2014

1. DA ERRATA:

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO que, de acordo com Decreto nº. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a Lei Federal nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, e demais legislações aplicáveis a errata do Processo Licitatório Nº. 614/2014 Pregão Presencial Nº. 025/2014, com designação de nova data para a sessão de julgamento do dia 26 de março de 2014 as 10:30 hrs para o dia 28 de março de 2014 as 10:30 hrs e altera os itens da presente licitação onde lê –se:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	60,0	ser	Terceirização de trator de esteira com peso operacional mínimo de 14.000 kg , potencia minima do motor de 130 hp,ano minimo 2010 com escarificador traseiro e lamina angular	200,0000
2	90,0	ser	Terceirização de escavadeira hidraulica com peso operacional de 17.000 kg ano minimo de fabricação 2010 e potencia minima de 110 hp	200,0000
3	130,0	ser	Terceirização de hora maquina de caminhão caçamba capacidade minima de carga de 23.000,00 kg, potencia minima de 218 hp e ano minimo 2002	110,0000

Passa a ler-se:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	60,0	ser	Terceirização de trator de esteira com peso operacional mínimo de 14.000 kg , potencia minima do motor de 130 hp,ano minimo 2008 com escarificador traseiro e lamina angular	200,0000
2	90,0	ser	Terceirização de escavadeira hidraulica com peso operacional de 17.000 kg ano minimo de fabricação 2008 e potencia minima de 110 hp	200,0000
3	130,0	ser	Terceirização de hora maquina de caminhão caçamba capacidade minima de carga de 12 M ³ potencia minima de 218 hp e ano minimo 2002	110,0000

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de Março de 2014.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Portaria Nº 070/2014 de 10 de Março de 2014

PORTARIA Nº 070/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. CATARINA JONKOSKI, matricula nº 566-5, portadora do CIC sob. nº 031.203.579-95, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, em caráter temporário, admitida em 04 de abril de 2012, sendo a exoneração a partir do dia 06/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 071/2014 de 10 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 071/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR contrato de trabalho da Sra LORENI SEIDER, inscrita no CPF sob nº 025.555.779-55, nomeada através da portaria nº 165/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Agente de saúde Publica – PSF, em substituição a Sra Catarina Jonkoski que pediu exoneração através da portaria nº 070/2014, sendo a prorrogação válida até a homologação do resultado do concurso público para preenchimento da vaga, o qual já está em andamento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 072/2014 de 12 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 072/2014, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA SRA. ONEIDE ROEDER WILSMANN AO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Oneide Roeder Wilsman, portadora do CPF sob nº. 782.037.169-20, com lotação no Departamento de Assistência Social, para ocupar o cargo eletivo de Conselheira Tutelar, com carga horária de 20 horas semanais, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei 851/2012 de 20 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de Março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 073/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 073/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal Sra. JESSICA PICCOLI, matrícula nº 610-6, portadora do CIC sob. nº 083.809.809-64, do Cargo em Comissão de Assessora Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, a partir de 19 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 074/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 074/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. JANDREI LUIZ BRUTSCHER, matrícula nº 571-1, portador do CIC sob. nº 064.256.349-79, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Controle Interno, período aquisitivo de 16 de abril de 2012 a 15 de abril de 2013, período de concessão de 19 de março de 2014 a 28 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 075/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 075/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. EDIANE F. DA SILVA BRUINSMA, matrícula nº 164-3, portadora do CIC sob. nº 023.716.799-92, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, período aquisitivo de 12 de setembro de 2012 a 11 de setembro de 2013, período de concessão de 19 de março de 2014 a 17 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO
Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 18/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia sanitária para a prestação de serviços de transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município, em aterro sanitário devidamente licenciado. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) sendo concedido o reajuste de 5,5256600%, corrigido pelo IGP-M. Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o valor do contrato passa a ser R\$ 15.927,66 (quinze mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), com adequação de valores no total de R\$ 834,02 (oitocentos e trinta e quatro reais e dois centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº18/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

249.03.14 - P. Lic. Trat. Saude Helio T. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 249/14 de 17.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 180 (cento e oitenta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 28 de fevereiro de 2014 com término no dia 24 de agosto de 2014, ao funcionário Helio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

250.03.14 - P. Lic. Trat. Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 250/14 de 17.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 13, 14 e 15 de março de 2014, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo Assistente Administrativo – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

251.03.14 - P.Des. Serv. Sandra Correa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 251/14 de 17.03.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Sandra Correa, para atuar como Servente ACT no Núcleo Municipal São José, a partir do dia 17 de março de 2014 com término no dia 19 de dezembro de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

252.03.14 - P. Lic. Trat. Jania Castanheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 252/14 de 17.03.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 13 de março de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 – Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

253.03.14 - P. Lic. Trat. Maria A. Formento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 253/14 de 17.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de março de 2014, a funcionária Maria Alvina Formento, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

254.03.14 - P.Des. Serv. Janete M. Paes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 254/14 de 17.03.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Janete Moreira Paes, para atuar como Servente ACT no Ginásio de Esportes Vereador Osni Scotti, a partir do dia 17 de março de 2014 com término no dia 19 de dezembro de 2014

percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

255.02.14 - P.Des. Prof. Larissa R. C. Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 255/14 de 17.03.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Larissa Regina da Cruz Deucher, para atuar como Professora 20 horas semanais na Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira, no período de 17 de março com término no dia 19 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Chamada Pública 01/2014 para Contratação de Professor ACT, Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

256.03.14 - P. Nom. Daiana Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 256/14 de 17.03.14

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Daiana da Silva brasileira, solteira, para exercer o cargo de provimento em comissão de Cargo de Chefe de Serviços – Nível 30, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 17 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Extrato Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 52/2014 Pregão Presencial 02/2014 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: JLM Comercio De Produtos Alimentícios Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, entregues de forma parcelada.

Valor Total: R\$ 7.401,34 (sete mil quatrocentos e um reais e trinta e quatro centavos).

Extrato Contrato 53/2014 Pregão Presencial 02/2014 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Célia Regina Wambommel ME.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, entregues de forma parcelada.

Valor Total: R\$ 4.135,60 (quatro mil cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos)

Extrato Contrato 54/2014 Pregão Presencial 10/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: JK Transportes e Turismo Ltda. ME.
Objeto: Fornecimento de transporte escolar emergencial (SOMENTE QUANDO SOLICITADO), para alunos da rede municipal dentro dos padrões exigidos por lei

Valor Total: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Extrato Contrato 55/2014 Pregão Presencial 03/2014 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: JK Transportes e Turismo Ltda. ME.
Objeto: Fornecimento de Transporte Emergencial de Pacientes, para Consultas e Exames nos Municípios de Lages e Florianópolis no Exercício de 2014 dentro dos padrões exigidos por lei.

Valor Total: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Bom Retiro, 18 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

257.03.14 - P. Exon. Luciana P. Jesus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 257/14 de 17.03.14

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Luciana Patrocínio de Jesus, do Cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível – 22 do Quadro de

Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 203/14 de 20.02.14, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Antonia Maria da Silva Vieira, a contar do dia 13 de março de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

258.03.14 - P. Exon. Rosane H. Moretti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 258/14 de 17.03.14

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Rosane Heiderscheid Moretti, do Cargo de Servente – Padrão I - Nível – 1 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 080/2007 de 12.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 17 de março de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 56/2014 Dispensa Licitação 01/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Madeireira Kuhnen Ltda ME
Objeto: Aquisição de madeiras para atender a Situação de emergência nas áreas do Município de Bom Retiro/SC, conforme Decreto nº 97/13 de 22 de setembro de 2013 e Decreto nº 126/13 de 03 de dezembro de 2013.
Valor Total: R\$ 12.954,73 (doze mil novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos)

Extrato Contrato 56/2014 Dispensa Licitação 01/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Josemir Cadorin ME.
Objeto: Aquisição de tubos para atender a Situação de emergência nas áreas do Município de Bom Retiro/SC, conforme Decreto nº 97/13 de 22 de setembro de 2013 E Decreto nº 126/13 de 03 de

dezembro de 2013.

Valor Total: R\$ 35.465,50 (trinta e cinco mil e quatrocentos sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Bom Retiro, 17 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital de Lic. Pregão Presencial 10/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 10/2014

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30min do dia 28.03.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Contratação de empresa para efetuar serviço de Transporte Escolar da rede de ensino municipal e estadual do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de março de 2014.

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 22/2014 – Edital de Pregão Presencial nº 18/2014

Objeto: Serviços de transporte escolar. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09hs:00min do dia 31/03/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº. 7.395, de 17 de Março de 2014

DECRETO Nº. 7.395, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

50.00	Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade	
50.001	Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade	
015.122.0005.2018	Manutenção Ativ. Instituto Brusquense
	de Planejamento e Mobilidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 7.000,00
55.00	FUMMPOM – Fundo Munic. Melhoria da
Polícia Militar	
55.001	FUMMPOM – Fundo Munic. Melhoria
Polícia Militar	
006.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Polícia
Militar	
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

50.00	Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade	
50.001	Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade	
015.122.0005.2018	Manutenção Ativ. Instituto Brusquense
	de Planejamento e Mobilidade
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 7.000,00
55.00	FUMMPOM – Fundo Munic. Melhoria da
Polícia Militar	
55.001	FUMMPOM – Fundo Munic. Melhoria
Polícia Militar	
006.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Polícia
Militar	
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 80.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de março de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de março de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 013/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 013/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Santa Luzia Transportes e Turismo Ltda, em 13/02/2014. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do serviço de transporte de passageiros. Valor: 377.843,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 06/03/2015.

Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Maria Cristina Klann Demmer.

Ata de Registro de Preços Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2014, entre o Município de Brusque e as empresas Metromed Com de Material Médico Hospitalar Ltda, Altermed Mat Med Hospitalar Ltda, Produvale Produtos Hosp Ltda, Neve Ind e Com de Prod Cirúrgicos Ltda, Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial e Cirúrgica bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares Ltda Me, em 10/03/2014. Objeto: aquisição de equipamentos e materiais hospitalares. Valor: 234.698,65. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 022/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses.

Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Ata de Registro de Preços Nº 006/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 006/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Seletiva Comércio de Prod Alimentícios Eireli Epp, em 21/02/2014. Objeto: aquisição de equipamentos e materiais hospitalares. Valor: 1.038.700,00. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 150/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses.

Signatário: Mirela Zucco Muller.

Ata de Registro de Preços Nº 009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 009/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Criativa Cortinas Ltda, em 10/03/2014. Objeto: aquisição de persianas com instalação. Valor: 181.999,00. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses.

Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Luciana de Souza Marcelino.

Extrato Contrato Nº 007/2014

Espécie: Contrato nº 007/2014, entre o Município de Brusque e a Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, em 08/01/2014. Objeto: apresentação durante a 1ª Edição do Festival do Chopp Artesanal - Bierfest. Valor: 14.180,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 dias.

Signatários: Norberto João maestri e Vendelino Konell.

Extrato Contrato Nº 009/2014

Espécie: Contrato nº 009/2014, entre o Município de Brusque e a empresa IPM Informática Pública Municipal Ltda, em 12/02/2014. Objeto: serviços de software de gestão pública. Valor: R\$ 319.745,01. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 dias.

Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Aldo Luiz Mees.

Extrato Contrato Nº 011/2014

Espécie: Contrato nº 011/2014, entre o Município de Brusque e Rosa Maria Tesser, em 19/02/2014. Objeto: aquisição de livros. Valor: 9.800,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 dias.

Signatários: Gleusa Luci Fischer.

Extrato Contrato Nº 014/2014

Espécie: Contrato nº 014/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Sona Construtora Ltda, em 11/03/2014. Objeto: construção da capela mortuária da Limeira Alta. Valor: 104.665,56. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: TP nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 18 meses.

Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Edmilson Pereira.

Camboriú

PREFEITURA

Resumo de Convenios

RESUMO DOS CONVÊNIOS

FMAS

Convênio nº 010/2014

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 10/03/2014

Prazo: 14 (quatorze) meses

Valor do repasse: R\$ 16.589,40 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, para auxiliar na manutenção e execução do Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência.

Convênio nº 011/2014

Entidade conveniada: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 10/03/2014

Prazo: 14 (quatorze) meses

Valor do repasse: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

Convênio nº 012/2014

Entidade conveniada: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 10/03/2014

Prazo: 14 (quatorze) meses

Valor do repasse: R\$ 7.123,92 (sete mil cento e vinte três reais e noventa e dois centavos)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

Convênio nº 013/2014

Entidade conveniada: Grupo de Idosos Lúmen Novo

Data: 10/03/2014

Prazo: 14 (quatorze) meses

Valor do repasse: R\$ 5.376,00 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao Grupo de Idosos Lúmen Novo, com finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

EDUCAÇÃO

Convênio nº 014/2014

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú, que objetiva auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento de Educação Especial.

ESPORTE

Convênio nº 015/2014

Entidade conveniada: Associação de Bocha e Bolão de Camboriú - ABBC

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Bocha e Bolão de Camboriú – ABBC, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto “Esporte para Todos”, que objetiva o ensino e a prática das modalidades esportivas de bocha e bolão aos praticantes de todas as faixas etárias deste Município.

Convênio nº 016/2014

Entidade conveniada: Associação Camboriuense de Judô

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinado à Associação Camboriuense de Judô, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto “Judô para Todos”, que beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com o ensino e a prática da modalidade esportiva de judô

Convênio nº 017/2014

Entidade conveniada: Associação Camboriú de Futebol Feminino

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Camboriú de Futebol Feminino, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto “ACCF Futebol 2014”, que beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futebol.

Convênio nº 018/2014

Entidade conveniada: Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto “Futsal Unidos por Todos”, que objetiva o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal, a crianças e adolescentes do Município de Camboriú.

Convênio nº 019/2014

Entidade conveniada: Associação Desportiva Atlético Camboriuense

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Desportiva Atlético Camboriuense, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto “Formando Valores”, o qual beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com o ensino e a

prática da modalidade esportiva de futsal.

Convênio nº 020/2014

Entidade conveniada: Associação de Voleibol de Camboriú

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Voleibol de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Talento Esportivo nas Escolas", o qual beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com o ensino e prática da modalidade esportiva de voleibol.

Convênio nº 021/2014

Entidade conveniada: Associação Cultural, Social, Desportiva e de Eventos Torá de Santa Catarina

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Cultural, Social, Desportiva e de Eventos Torá de Santa Catarina, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Karate e Cidadania – Projeto Social Pequenos Tigres", o qual beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com ensino e a prática da modalidade esportiva de karate.

Convênio nº 022/2014

Entidade conveniada: Associação Catarinense de Esportes de Força

Data: 10/03/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Catarinense de Esportes de Força, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Força Inteligente", que objetiva o ensino e a prática de esportes de levantamento de peso aos atletas do Município de Camboriú.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TP 1/2014 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PEROBA – BAIRRO MONTE ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 04(Quatro) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Março de 2014
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo Extra

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVOS

FUNDESB

Quarto Termo Aditivo

Contrato nº 024/2010

Processo: Concorrência Pública nº. 002/2010

Contratado: ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Data: 24/02/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra por mais 12 (doze) meses, vigorando de 25 de fevereiro de 2014 até 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista a necessidade de alteração do projeto da barragem e a demora do agente financeiro na aprovação do aditivo contratual, conforme justificativa da empresa e solicitação da Secretaria.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Ata de Registro de Preços PR 14/2014 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 014/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2014 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIUI.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2015

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 06/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 006/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2014 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORAMENTO REMOTO DE IMAGENS E ALARME DAS UNIDADES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, CONFORME

MEMORIAL DESCRITIVO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/03/2015
1ª Publicação.

Decreto 1.825/2014

DECRETO N.º 1.825/2014

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, prefeita Municipal de Camboriú, no uso de sua atribuição legal e autorizada conforme a Lei Municipal n.º 2.666, de 07 de março de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Camboriú crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 – Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 – Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0090 – Operação de Crédito Interna

Código Reduzido: 77

VALOR: R\$ 5.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, artigo 43, § 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei n.º 2.526, de 02 de abril de 2013.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.823/2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de março de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1164/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFO0926	54946699E	6912/0	03/02/2014	232
ALM8331	54622632E	6920/0	07/01/2014	233
CZL2255	54946452E	6599/2	21/12/2013	230 * V
DAR2277	54622622E	6920/0	07/01/2014	233
EZK2379	54622630E	6920/0	07/01/2014	233
IMC3010	54622633E	6920/0	07/01/2014	233
JSW5032	54622601E	6920/0	07/01/2014	233
LCF7368	54622589E	6599/2	07/01/2014	230 * V
LXO3573	54622645E	6920/0	07/01/2014	233
LYA7517	54946425E	6599/2	09/01/2014	230 * V
MAW5435	54622637E	6920/0	07/01/2014	233
MBP8717	54946231E	5010/0	08/01/2014	162 * I
MCP4173	54946594E	6920/0	31/01/2014	233
MCS8554	54947069E	6599/2	08/02/2014	230 * V
MCT6470	54624032E	6599/2	19/01/2014	230 * V
MCZ9739	54945879E	5010/0	02/02/2014	162 * I
MCZ9739	54945880E	5061/0	02/02/2014	163 c/c 162 * I
MDA8618	54945878E	6599/2	02/02/2014	230 * V
MDF5672	54622644E	6920/0	07/01/2014	233
MEN5615	54622610E	6920/0	07/01/2014	233
MEO6047	54946386E	6610/2	13/01/2014	230 * VII
MEO9465	54947180E	6599/2	07/02/2014	230 * V
MEO9465	54947181E	6556/1	07/02/2014	230 * I
MEO9465	54947182E	5010/0	07/02/2014	162 * I
MEO9465	54947183E	6912/0	07/02/2014	232
MER1789	54622608E	6920/0	07/01/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER7483	54622631E	6920/0	07/01/2014	233
MEZ1411	54946432E	5010/0	10/01/2014	162 * I
MEZ1411	54946433E	5061/0	10/01/2014	163 c/c 162 * I
MFQ4219	54622598E	5010/0	16/01/2014	162 * I
MFQ4219	54622599E	5061/0	16/01/2014	163 c/c 162 * I
MFQ4219	54622600E	7340/0	16/01/2014	252 * IV
MFQ6443	54946703E	7340/0	27/12/2013	252 * IV
MGC3308	54946440E	6610/2	14/01/2014	230 * VII
MGP0331	54947355E	6637/2	28/01/2014	230 * IX
MGX3141	54946271E	5010/0	06/01/2014	162 * I
MGX3141	54946273E	5061/0	06/01/2014	163 c/c 162 * I
MGX3141	54946274E	6637/2	06/01/2014	230 * IX
MGX3141	54946275E	7340/0	06/01/2014	252 * IV
MHZ8074	54946481E	5010/0	12/01/2014	162 * I
MIQ3432	54622580E	6912/0	05/01/2014	232
MIQ3432	54946384E	6637/2	13/01/2014	230 * IX
MIQ3432	54946385E	7340/0	13/01/2014	252 * IV
MJV8763	54946243E	5010/0	16/01/2014	162 * I
MJV8763	54946244E	6599/2	16/01/2014	230 * V
MJY2396	54946484E	5010/0	12/01/2014	162 * I
MKF1807	54946512E	5045/0	10/01/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1165/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAY7617	54946284E	5541/1	17/01/2014	181 * XVII
AKY3186	54946041E	5525/0	17/01/2014	181 * XV
DNI4928	54946730E	5185/1	07/01/2014	167
HNZ9447	55002450D	5568/0	06/01/2014	181 * XIX
LCF7368	54622591E	5525/0	07/01/2014	181 * XV
LYF8581	54624397E	5452/1	24/01/2014	181 * VIII
LYF8581	54946761E	5835/0	23/01/2014	195
LYG1502	54946086E	5541/5	21/01/2014	181 * XVII
MCQ4408	54946906E	5525/0	13/01/2014	181 * XV
MCT6470	54624031E	6050/1	19/01/2014	208
MDY9444	54624034E	5738/0	19/01/2014	186 * II
MEG5673	54946193E	5738/0	09/01/2014	186 * II
MEU7470	54946350E	5185/1	07/01/2014	167
MGV0684	54946664E	5185/1	19/01/2014	167
MGY7897	54946226E	5452/1	02/01/2014	181 * VIII
MHV9847	54946847E	5835/0	04/02/2014	195
MHV9847	54946848E	5843/3	04/02/2014	196
MIF9287	54623567E	5541/5	09/01/2014	181 * XVII
MIO3374	54624161E	5410/0	13/02/2014	181 * IV
MKS9783	54946238E	5452/1	12/01/2014	181 * VIII
MLD0636	54946336E	5185/1	31/12/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1166/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACF2700	54945923E	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MBN3394	54457441E	5010/0	05/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBN3394	54457442E	5061/0	05/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBN3394	54457443E	6912/0	05/12/2013	R\$ 53,20	232
MBN3394	54457444E	6637/2	05/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCV4974	54624370E	6580/0	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MCV4974	54624371E	5010/0	07/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDH9821	54946155E	5010/0	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDH9821	54946156E	6637/2	16/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MKQ6452	54623636E	6610/2	05/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1167/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1167/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS8973	54946101E	5568/0	05/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCV4974	54624372E	5835/0	07/12/2013	R\$ 127,69	195
MDH9684	54624008E	6173/2	06/12/2013	R\$ 127,69	215 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.968/14 Retifica E Homologa O Resultado Final Classificatório do Processo Seletivo Edital Nº 007/13

DECRETO Nº 6.968/14 DE 14/03/2014

RETIFICA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 007/2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e, Considerando que o município disponibilizou aos candidatos participantes do Processo Seletivo – Edital 007/2013, novo prazo para a interposição de recursos da classificação final publicada através do Edital 02/2014;

Considerando que da análise e julgamento dos recursos interpostos resultaram alterações na classificação final dos candidatos;

Considerando ainda que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Retificado o Resultado Final Classificatório do Processo Seletivo Edital nº 007/2013, corrigindo-se a classificação conforme Anexo II, em virtude da análise e julgamento dos recursos interpostos no período de 13/02/2014 à 15/02/2014.

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens não alterados pelo presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente o Decreto 6.941/2014 no que lhe for contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de março de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.969/14 Regulamenta Lei Nº 4.009/14 Que Autoriza A Inclusão de Ação No Ppa E Na Ldo E Abre Crédito Adicional

DECRETO Nº 6.969/14 DE 14/03/2014

REGULAMENTA LEI Nº 4.009/14 QUE AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.009/14 de 14/03/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 – Manutenção do Fundo de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Código da Ação: 2

Ação: 2.087

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Recursos: 160 – Outros 160 – Outros Recursos Fundo Nacional de Saúde – Superávit e Excesso de Arrecadação Recursos do PMAQ.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pela Lei nº 3.858 de 10/05/2013, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 – Manutenção do Fundo de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Código da Ação: 2

Ação: 2.087

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Recursos: 160 – Outros 160 – Outros Recursos Fundo Nacional de Saúde – Superávit e Excesso de Arrecadação Recursos do PMAQ.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias.

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.087 – Man.do Progr. Nac. do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento Desp.: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 126.766,95

Elemento Desp.: 36 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 173.233,05

Elemento Desp.: 34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 100.000,00

Elemento Desp.: 35 – 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 300.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos do Programa PMAQ, provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 126.766,95 (cento e vinte e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), e do excesso de arrecadação de recursos do PMAQ, no valor de R\$ 573.233,05 (quinhentos e setenta e três mil duzentos e trinta e três reais e cinco centavos).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 14 de março de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.009/14 Autoriza A Inclusão de Ação No Ppa E Na Ldo Abre Crédito Adicional Especial

LEI Nº 4.009/2014 DE 14/03/2014

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

Faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 – Manutenção do Fundo de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Código da Ação: 2

Ação: 2.087

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Recursos: 160 – Outros 160 – Outros Recursos Fundo Nacional de Saúde – Superávit e Excesso de Arrecadação Recursos do PMAQ.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pela Lei nº 3.858 de 10/05/2013, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 – Manutenção do Fundo de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Código da Ação: 2

Ação: 2.087

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Recursos: 160 – Outros 160 – Outros Recursos Fundo Nacional de Saúde – Superávit e Excesso de Arrecadação Recursos do PMAQ.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias.

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.087 – Man.do Progr. Nac. do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento Desp.: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 126.766,95

Elemento Desp.: 36 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 173.233,05

Elemento Desp.: 34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 100.000,00

Elemento Desp.: 35 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.000000 - Aplicações Diretas. R\$ 300.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos do Programa PMAQ, provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 126.766,95 (cento e vinte e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), e do excesso de arrecadação de recursos do PMAQ, no valor de R\$ 573.233,05 (quinhentos e setenta e três mil duzentos e trinta e três reais e cinco centavos).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 14 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Extratos Contratos Saúde - Janeiro A Fevereiro 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 45/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA Valor : 27.764,75 (vinte e sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICÍPIO.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 08/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA

Valor : 586,76 (quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos)

Vigência.: Início: 27/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MATERIAL LABORATORIAL PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 01/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: ANILDO LUIZ MECABO

Valor : 10.889,16 (dez mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)

Vigência.: Início: 08/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, COM ÁREA DE 128,00 M2, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, Nº 1026, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SANTO ANTONIO.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 02/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: CLEMIR MARIA MANTOVANI ZAMBONIN

Valor : 15.158,88 (quinze mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos)

Vigência.: Início: 08/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 140,00 M2, SITUADA NA RUA CEL. LUCIDORO, Nº 2032 NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SÃO SEBASTIÃO.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 30/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: Dr. RISCALA MIGUEL FADEL

Valor : 24.506,88 (vinte e quatro mil quinhentos e seis reais e oitenta e oito centavos)

Vigência.: Início: 08/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRÍCULA Nº 39.038 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DESTA, SITUADA NA RUA CORONEL LUCIDORO Nº 439, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CAPS.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: SADY JACOMEL

Valor : 16.422,12 (dezesesseis mil quatrocentos e vinte e dois reais e doze centavos)

Vigência.: Início: 08/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE BARRACÃO LOCALIZADO NA RUA JOÃO GONÇALVES DE ARAUJO, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA DESTINADO A DEPOSITO TEMPORARIO DE PNEUS INSERVEIWEIS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO FEITO PELA EMPRESA PLANETA SOLUÇÕES AMBIENTAIS DO MUNICIPIO DE BARRA VELHA -SC.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 05/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: MARILENE LOPES FARIAS DOS SANTOS

Valor : 27.159,60 (vinte e sete mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência.: Início: 08/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRÍCULA Nº 9.499 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BAPTISTA

, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 06/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: AUTO POSTO TROPEIRO LTDA

Valor : 185.840,00 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência.: Início: 27/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : 30.000 litros de Gasolina Comum com valor unitário de R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) e valor total de R\$ 84.900,00(oitenta e quatro mil novecentos reais).

35.000 litros de Oleo Diesel Comum com valor unitário de R\$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) e valor total de R\$ 82.600,00(oitenta e dois mil seiscentos reais).

7.000 litros de Oleo Diesel S10 com valor unitário de R\$ 2.62 (dois reais e sessenta e dois) e valor total de R\$ 18.340,00(dezoito mil trezentos e quarenta

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 03/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contratada.: PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT. Valor : 12.704,52 (doze mil setecentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência.: Início: 27/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MATERIAL LABORATORIAL PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 09/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA Valor : 40.360,00 (quarenta mil trezentos e sessenta reais)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 10/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA Valor : 15.362,50 (quinze mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 11/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS Valor : 8.514,00 (oito mil quinhentos e quatorze reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 12/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: PRODIET FARMACEUTICA LTDA Valor : 9.660,00 (nove mil seiscentos e sessenta reais) Vigência.: Início: 31/01/2014

Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 07/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contratada.: CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA Valor : 23.021,50 (vinte e três mil e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 14/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
Valor : 1.401,50 (um mil quatrocentos e um reais e cinquenta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto :: MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 15/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSP. LTDA

Valor : 32.291,75 (trinta e dois mil duzentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 16/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Valor : 640,00 (seiscentos e quarenta reais)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 13/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contratada.: MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS LTDA Valor : 25.228,30 (vinte e cinco mil duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 18/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: S & R DISTRIBUIDORA LTDA
Valor : 3.142,70 (três mil cento e quarenta e dois reais e setenta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 19/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Valor : 19.334,60 (dezenove mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 20/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: A. G. KIENEN & CIA. LTDA
Valor : 8.125,00 (oito mil cento e vinte e cinco reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 17/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contratada.: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Valor : 2.727,85 (dois mil setecentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 22/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor : 28.267,00 (vinte e oito mil duzentos e sessenta e sete reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 23/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.
Valor : 3.760,00 (três mil setecentos e sessenta reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 24/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA Valor : 16.725,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte e cinco reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 25/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA Valor : 29.850,00 (vinte e nove mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 21/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Valor : 14.350,00 (quatorze mil trezentos e cinquenta reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 27/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: GOLDENPLUS COM DE MED E PROD HOSP LTDA Valor : 11.075,00 (onze mil e setenta e cinco reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 28/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: MAXI DISTRIBUIDORA DE PROD HOSPITALARES LTDA Valor : 3.555,00 (três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais) Vigência.: Início: 31/01/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 29/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGICOS LTDA
Valor : 15.355,10 (quinze mil trezentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos) Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICÍPIO.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 31/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT. Valor : 9.171,90 (nove mil cento e setenta e um reais e noventa centavos) Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICÍPIO.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 26/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME Valor : 6.457,95 (seis mil quatrocentos e cinquenta e

sete reais e noventa e cinco centavos)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICÍPIO.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 33/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
Valor : 96.004,85 (noventa e seis mil e quatro reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2014.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 34/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E LAB. LTDA
Valor : 15.361,10 (quinze mil trezentos e sessenta e um reais e dez centavos)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2014.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 35/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Valor : 115.954,00 (cento e quinze mil novecentos e cinqüenta e quatro reais)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2014.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 32/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA Valor : 12.484,55 (doze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinqüenta e cinco centavos)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2014.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 37/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor : 2.596,40 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)
Vigência.: Início: 13/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2014.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 38/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: FEIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA Valor : 57.600,00 (cinqüenta e sete mil e seiscentos reais)
Vigência.: Início: 14/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS (VARIAS ESPECIALIDADES), PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 39/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: BERW IG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTDA
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência.: Início: 14/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2013
Recursos.: Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL (10 HORAS SEMANIAS) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE CENTRAL.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 40/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA Valor : 38.190,00 (trinta e oito mil cento e noventa reais)
Vigência.: Início: 20/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS USO NAS AMBULANCIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, AMBULANCIA SAMU E PACIENTES QUE PRECISAM DE OXIGENOTERAPIA.
Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 36/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA
Valor : 23.113,68 (vinte e três mil cento e treze reais e sessenta e oito centavos)
Vigência.: Início: 20/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Recursos.: Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, SERVIÇOS DE CONSERV. TOS, MONTAGEM , GEOMETRIA E BALANCEAMENTO DE PNEUS

PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 42/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: BELLENZIER PNEUS LTDA

Valor : 11.214,00 (onze mil duzentos e quatorze reais) Vigência.:

Início: 20/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, SERVIÇOS DE CONSERVATOS, MONTAGEM , GEOMETRIA E BALANCEAMENTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 43/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: CONSTRUTORA SOLO LTDA

Valor : 175.414,69 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos) Vigência.: Início:

21/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA A CONSTRUÇÃO DO CEO (CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA), NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 44/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: Supermercado Servalter LTDA

Valor : 4.261,16 (quatro mil duzentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos)

Vigência.: Início: 24/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PARA USO NO CAPS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

Campos Novos, 6 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 41/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: COR E ARTE COM E DIST LTDA

Valor : 2.534,60 (dois mil quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)

Vigência.: Início: 24/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E COPA E COZINHA, PARA USO NO CAPS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Contrato Nº: 46/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Contratada.: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME

Valor : 10.444,50 (dez mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência.: Início: 25/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE REFRIGERADORES E TERMOMETROS DIGITAIS PARA USO NOS MESMOS, PARA ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS PARA DO TESTE RAPIDO.

Campos Novos, 6 de Março de 2014

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Editais 34/2014 E 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 34/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 31/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem, para manutenção e conservação dos veículos e máquinas da frota do Município, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 28 de março de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 17 de março de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 32/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de para manutenção das oficinas do CRAS, conforme itens descritos no Anexo II. DATA DE ABERTURA: 28 de março de 2014, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 17 de março de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

Capinzal

PREFEITURA

Chamada Pública

EDITAL Nº 006, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Estabelece normas para a chamada pública para prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Infraestrutura, para o cargo de Operador de Máquina Pesada

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Infraestrutura;

Considerando que não há candidatos a convocar no Processo Seletivo originado pelo Edital nº 036/2014, para o cargo de Operador de Máquina Pesada, pois nenhum cumpriu os requisitos necessários conforme o anexo I do Edital;

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999, torna público os procedimentos para a Chamada Pública de Operador de Máquina Pesada, destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano de 2014.

I - DA DATA E DAS VAGAS

A Chamada Pública para o cargo de Operador de Máquina Pesada acontecerá na seguinte data e local:

Diretoria de Recursos Humanos
Dia 19/03/2014

Das 8h às 9h

1.2 As vagas existentes estarão publicadas no mural público da Prefeitura Municipal de Capinzal, no dia 18 de março de 2014.

II - DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

RG, CPF;
Carteira Nacional de Habilitação, com categoria "C", no mínimo, Certidão de tempo de serviço, comprovando a atuação como Operador de Máquina Pesada.

III – CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, o desempate dar-se-á pelo maior tempo de serviço comprovado em documentos e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Capinzal, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento, interino

Resultado Chamada Pública

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 005/2014

TÉCNICO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	CH	CLASSIFICADO
Capoeira	10	Rafael Chiomento

Termo de Homologação

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 005/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 005, de 07 de março de 2014, para preenchimento de vagas para o cargo de Técnico de Atividades Desportivas Capoeira, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 11 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 383, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

CONSIDERANDO o inciso V do artigo 31 da Lei Complementar nº 006/1991, que dispõe sobre a vacância do cargo em caso de aposentadoria;

CONSIDERANDO instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina a respeito da vacância do cargo efetivo em razão de aposentadoria do servidor;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se aposentada desde abril/2010.

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, conforme Carta de Concessão, Benefício nº 1429728792, a servidora Maria Inês de Paula Godoy, matrícula nº 315095/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Ficam indenizadas as Licenças Prêmio referentes aos quinquênios de 10 de abril de 2002 a 09 de abril de 2007 e 10 de abril de 2007 a 09 de abril de 2012

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal – SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Termo de Credenciamento 0001/2014 TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2014

INEXIGIBILIDADE 004/2014

Processo Licitatório 0047/2014

Edital de Credenciamento nº 001/2014

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa:

A empresa RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.683.782/0001-40, com sede à AV XV DE NOVEMBRO, 60, CENTRO, na cidade de CAPINZAL, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a) ELIZIA-NE MACIEL, CPF: 019.139.910-83 doravante simplesmente designadas contratada, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 01

Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACA-ERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h nos seguintes parâmetros de remuneração:

INSERÇÕES	15"	30"	45"	60"
Valor (R\$)	14,00	17,00	27,00	32,00

1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.

2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0 - Recursos Ordinários

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências.
2. Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.
3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).
4. Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.
5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.
6. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de

Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.

7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

- a. Os valores pagos, são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.
- b. que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.
- c. O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;
- d. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;
- e. É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;
- f. Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 001/2014;
- g. O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2014;

CAPINZAL, 12 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO DE CAPINZAL

RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA.
JORNAL A SEMANA.

PMC Processo Nº 0060/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 0005/2014

PROCESSO Nº 0060/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa Rádio Capinzal Limitada - EPP, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 001/2014 - item 1 e 2, conforme documentação anexa.

FORNECEDOR(ES)

Item	Especificação	Un	Qtde	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - em empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Capa.	cm/co	1,00	16,00	16,00
2	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - em empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Contracapa.	cm/co	1,00	14,00	14,00

3	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada em cm/preto e branco.	co	1,00	9,00	9,00
4	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada colorida.	co	1,00	11,00	11,00
5	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 15", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	Inser	1,00	14,00	14,00
6	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 30", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	Inser	1,00	17,00	17,00
7	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 45", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	Inser	1,00	27,00	27,00
8	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 60", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	Inser	1,00	32,00	32,00

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 4 - Administração
 122 - Administração Geral
 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
 2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 18 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO DE CAPINZAL

Termo de Credenciamento 0002/2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO 002/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2014

Processo Licitatório 0060/2014

Edital de Credenciamento nº 002/2014

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa:

A empresa RÁDIO CAPINZAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.604.470/0001-91, com sede à RUA CARMELO ZÓCOLLI, 205, CENTRO, na cidade de CAPINZAL, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a) ADEMIR PEDRO BELOTTO, CPF: 304.759.459-72 doravante simplesmente designadas contratada, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 01

Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional nos seguintes parâmetros de remuneração:

PERIODICIDADE	SEMANAL
Página	R\$ em cm/col
Capa	16,00
Contracapa	14,00
Página Indeterminada (preto e branco)	9,00
Página Indeterminada (colorida)	11,00

ITEM 02

Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa

horária compreendida das 07:00h às 19:00h nos seguintes parâmetros de remuneração:

INSERÇÕES	15"	30"	45"	60"
Valor (R\$)	14,00	17,00	27,00	32,00

1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.

2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

20 - Manutenção dos serviços gerais da administração

3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

4 - Administração

122 - Administração Geral

15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

2 - Manutenção dos serviços gerais da administração

33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

0 - Recursos Ordinários

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências.

2. Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.

3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).

4. Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.

5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.

6. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.

7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

a. Os valores pagos, são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.

b. que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.

c. O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;

d. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;

e. É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;

f. Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 001/2014;

g. O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2014;

CAPINZAL, 18 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO DE CAPINZAL

RÁDIO CAPINZAL LTDA.

JORNAL A SEMANA.

PMC Processo Nº 0061/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2014

PROCESSO Nº 0061/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa Jornalística Jornal o Tempo, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 001/2014 - item 1, conforme documentação anexa. FORNECEDOR(ES)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Capa.	cm/co	1,00	16,00	16,00
2	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Contracapa.	cm/co	1,00	14,00	14,00
3	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada em preto e branco.	cm/co	1,00	9,00	9,00
4	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada colorida.	cm/co	1,00	11,00	11,00

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Os preços relacionados foram fixados no edital de Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 18 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO DE CAPINZAL

Termo de Credenciamento 0003/2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2014

Processo Licitatório 0061/2014

Edital de Credenciamento nº 002/2014

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa:

A EMPRESA JORNALÍSTICA O TEMPO LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.385.262/0001-13, com sede à RUA APARÍCIO RIBEIRO, 207, CENTRO, na cidade de CAPINZAL, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a) ENIO OLÍMPIO AZEVEDO, CPF:443.814.299-53 doravante simplesmente designadas contratada, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 01

Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional nos seguintes parâmetros de remuneração:

PERIODICIDADE	SEMANAL
Página	R\$ em cm/col
Capa	16,00
Contracapa	14,00
Página Indeterminada (preto e branco)	9,00
Página Indeterminada (colorida)	11,00

1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.

2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

0 - Recursos Ordinários

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, comprometendo-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências.
2. Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.
3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).
4. Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.
5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.
6. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.
7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

- a. Os valores pagos, são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.
- b. que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.
- c. O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;
- d. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;
- e. É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;
- f. Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 001/2014;
- g. O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2014;

CAPINZAL, 18 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO DE CAPINZAL

ÊNIO OLÍMPIO AZEVEDO

EMPRESA JORNALÍSTICA O TEMPO LTDA.

FMS Processo Licitatório Nº 0017/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 0003/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2014

KELVIS BORGES, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa JANAINA DACAS & CIA LTDA, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento Nº 001/2014, cujo objeto refere-se ao credenciamento de clínicas de fisioterapia.

FORNECEDOR(ES)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Fisioterapia Clínica	UN	1,00	29,00	29,00

2	Fisioterapia Neurológica	UN	1,00	33,00	33,00
3	Fisioterapia Domiciliar	UN	1,00	40,00	40,00
4	Fisioterapia Hospitalar	UN	1,00	35,00	35,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
JANAINA DACAS & CIA LTDA	00001-00002-00003-00004
R\$ 137,00(CENTO E TRINTA E SETE REAIS)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Edital de Credenciamento Nº 001/2014.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

12 - Manutenção da Saúde Pública
8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
150 - VIDA E SAÚDE
2 - Manutenção da Saúde Pública
33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 18 de março de 2014.

KELVIS BORGES
Gestor

PMC Ata/Contrato 0070/2014

Ata/Contrato Nº: 0070/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER ME

Valor.: 395.135,52 (trezentos e noventa e cinco mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência.: Início: 05/03/2014 Término: 05/03/2015

Processo Licitatório Nº 0016/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : Registro de Preços para Transporte Escolar 2014.

FMS Contrato 0044/2014

Contrato Nº: 0044/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada.: JANAINA DACAS & CIA LTDA

Valor : 137,00 (cento e trinta e sete reais)

Vigência.: Início: 18/03/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0017/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0003/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : Contratação da empresa JANAINA DACAS & CIA LTDA, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento Nº 001/2014, cujo objeto refere-se ao credenciamento de clínicas de fisioterapia.

PMC Termo Aditivo 0001/2014

Contrato Nº: TA 0001/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: GERESTAR OPERACAO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA

Valor : 961,00 (novecentos e sessenta e um reais)

Vigência.: Início: 19/02/2014 Término: 15/02/2016

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010

Recursos.: Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é de valor, de acordo com a cláusula do Contrato 056/2011, tomando-se por base a variação do IGP - DI (5,52%).

PMC Termo Aditivo 0003/2014

Contrato Nº: TA 0003/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA

Valor : 174.565,49 (cento e setenta e quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Vigência.: Início: 06/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Recursos.: Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,52 % (um vírgula cinquenta e dois pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) para R\$ R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos).

FMS Termo Aditivo 0003/2014

Contrato Nº: TA 0003/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA

Valor : 77.584,67 (setenta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

Vigência.: Início: 06/03/2014 Término: 31/12/2014



Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos.: Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,52 % (um vírgula cinquenta e dois pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) para R\$ R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos).

FMAS Termo Aditivo 0003/2014

Contrato Nº: TA 0003/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA

Valor : 12.343,01 (doze mil trezentos e quarenta e três reais e um centavo)

Vigência.: Início: 06/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos.: Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,52 % (um vírgula cinquenta e dois pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) para R\$ R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos).

PMC Processo Licitatório Nº 0051/2014 - Pregão Presencial Nº 0037/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0051/2014

Pregão Presencial Nº 0037/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura - consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer, Rodoviária municipal, praças, cemitérios, manutenção área Urbana e interior do Município.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 28/03/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala

de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 18 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC Processo Licitatório Nº 0052/2014 - Pregão Presencial Nº 0038/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0052/2014

Pregão Presencial Nº 0038/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Locação de 150 Sanitários Químicos Portáteis, utilizados em eventos do Município quando houver necessidade.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 01/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 18 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC Processo Licitatório Nº 0053/2014 - Pregão Presencial Nº 0039/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 53/2014

Pregão Presencial Nº 39/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Observação:

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 01/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 18 de Março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Licitações

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0025/2014 - Convite Nº 0002/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2014

CONVITE Nº 0002/2014

Objeto: contratação de Imprensa Falada, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração.

Abertura das Propostas: 09h00min, do dia 26 de março de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas – SC, 17 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0024/2014 - Pregão Nº 0018/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2014

PREGÃO Nº 0018/2014

Objeto: Contratação de transporte diário para os pacientes do município de Catanduvas - SC com destino ao município de Joaçaba - SC, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 01 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor

de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 030/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 030/2014.

Vigência: 18/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 28/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Adelmo Lemhul e Cia Ltda.

Valor: R\$ 23.213,55 (Vinte e três Mil, duzentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillenshein, Centro de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	Un	20
2	AÇUCAR BAUNILHA EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	Un	10
3	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	Un	30
4	AÇUCAR COLORIDO PARA CONFEITO, EMBALAGEM DE 30 GRAMAS	Un	40
5	AIPIIM (DESCASCADO)	Kg	20
6	ALHO EM PÓ EMBALAGEM DE 30 GR	Lta	20
7	ALHO ROXO EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	Un	10
8	ARROZ PARBORILIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG, EMBALAGEM INTEGRAL	Un	100
9	BACON	Kg	35
10	BANANA COMUM	Kg	100
11	BANDEIJA DE MORANGO	Un	20
12	BANHA	Kg	10
13	BATATA INGLESA	Kg	250
14	BATATA PALHA EMBALAGEM DE 1 KG	Un	15
15	BETERRABA EM CONSERVA VIDRO GRANDE.	Un	20
16	BICABORNATO DE SÓDIO EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	Un	10
17	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	Un	30
18	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	Un	30

19	Brócolis - unidades de tamanho médio, íntegros, não amarelado ou murcho, em perfeita condição de apresentação	Un	100
20	CAFÉ SOLUVEL EMB. 200 GR	Un	40
21	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS	Un	20
22	CALDO CONCENTRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS	Un	20
23	CARNE BOVINA- PALETA SEM OSSO DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MAXIMO 02 KG	Kg	150
24	CARNE BOVINA, MOÍDA DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MÁXIMO 2KG	Kg	150
25	CARNE DE FRANGO - (PEITO)	Kg	20
26	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA	Kg	100
27	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	Kg	50
28	Cenoura - fresca de 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação.	Kg	50
29	Colorau embalagem de 100 GRAMAS	Un	20
31	DOCE DE LEITE EMBALAGEM DE 1 KG	Kg	20
32	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM DE 840 GRAMAS	Un	20
33	FARINHA DE AVEIA EM FLOCOS FINOS EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	Un	20
34	Farinha de Fubá Fino embalagem 1KG	Un	10
35	FARINHA DE MANDIOCA	Kg	15
36	Farinha de Trigo embalagem 5 KG	Un	60
37	Feijão Preto de 1ª qualidade, limpo, sem objetos estranhos, seco	Kg	50
40	GELATINA (SABOR VARIADO)	Un	50
41	GELATINA SEM SABOR	Un	20
42	Iogurte sabores: morango, coco, ameixa, frutas vermelhas. Embalagem de 900 ML	Un	150
43	Laranja- de 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murcha, cor amarelo claro para laranja, tamanho médio (cultivo agroecológico)	Kg	150
44	LEITE INTEGRAL CAIXA UHT	Lt	400
46	LINGUIÇA TIPO ITALIANA	Kg	60
47	Maça Fuji e Gala, 1ª qualidade, firme, sem sintomas de manchas e murcha, cor vermelho claro, tamanho médio, em perfeitas condições de apresentação (cultivo agroecológico)	Kg	150
48	MACARRÃO INSTANTANEO TIPO PARAFUSO PACOTE DE 3 KG	Un	30
49	MAIONESE EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	Un	10
50	MANGA DE 1ª QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MEDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES.	Kg	20
51	MANTEIGA EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	Un	20
52	MARGARINA 65 % LIPÍDIOS POTE DE 500 GRAMAS.	Un	20
53	MARGARINA EM POTES DE 500 GR	Un	20
54	MASSA CASEIRA FRESCA (MACARRÃO TIPO TALHARIM) COM EMBALAGEM DE 1 KG	Kg	150
56	MASSA DE PASTEL TAMANHO PEQUENO.	Pct	30
58	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS	Un	50

59	MORTADELA DE FRANGO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	Un	40
60	MORTADELA.	Kg	20
62	NATA EMBALAGEM DE 300 GRAMAS	Un	40
63	ÓLEO DE SOJA TIPO 1 - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 900 ML	Un	100
65	Ovo - frescos, temperatura ambiente de máximo 24 °C, limpos, sem ruptura na casca, intacta, transporte adequado com proteção, dúzia (12unidade)	Dz	50
66	PAO FRANCES DE 50 GRAMAS	Kg	100
67	PÃO PULMANN	Un	80
68	PEPINO EM CONSERVA VIDRO GRANDE	Un	20
69	Pepino salada - Unidades frescos, firme, sem partes amolecidas, íntegros, tonalidade verde escuro a verde claro, em perfeita condições de apresentação	Kg	20
70	Pimentão Verde, tamanho médio, firme, casca lisa, em condições apresentação	Kg	10
71	PINHÃO	Kg	15
72	PIPOCA.	Kg	10
73	POLENTINA EMBALAGENS DE 500 GRAMAS	Un	20
74	POLVILHO AZEDO	Kg	50
75	PUDIM DIVERSOS SABORES PACOTE COM 5 UNIDADES	Pct	20
77	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	Un	200
78	REPOLHO	Kg	50
79	REQUEIJÃO EMBALAGEM DE 200 GR	Un	10
80	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	Kg	50
81	SALAME	Kg	50
82	Salsicha hot dog embalagem de 1 kg	Un	80
83	SLAMONIAO EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	Un	10
84	SUCOS	Kg	25
85	TEMPERO COMPLETO EM SACHE PACOTE COM 12 SACHES DE 5 GR CADA	Un	20
86	TEMPERO COMPLETO EMBALAGEM DE 300 GRAMAS	Un	20
87	Tomate frescos, sem manchas pretas, ou final de apodrecimento, firme, em perfeitas condições de apresentação	Kg	60
88	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML	Un	20

DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 132/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 132/2014

"ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº 340/2013 E O ART.2º DA PORTARIA 339/2013 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 340/2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º.

SUPLENTE:

- Neusa Francisco Luckmann; e

Art. 2º O art. 2º da Portaria nº 339/2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º

SUPLENTE:

- Neusa Francisco Luckmann; e

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato 07/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/14 DA PMCS/FMAS. Processo de Licitação n. 01/FMAS/2014. Pregão Presencial nº. 01/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul-Fundo Municipal de Assistência Social. CONTRATADA: PAPELARIA COCAL LTDA - ME. ASSINATURA: 14/02/2014. VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.16(23) e 3.3.90.30.23(23). OBJETO: Aquisição de materiais para artesanato(materiais de expediente e aviamento) no atendimento ao CAPS do Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 1.387,97(hum mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 163/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 163/2014, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Nomeia NERI JOÃO RITTA no cargo de Encarregado da Seção de Oficina e Tornearia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor NERI JOÃO RITTA, ocupante do cargo de Agente de Manutenção de Serviços Gerais, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Oficina e Tornearia – Secretária Municipal de Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provisão em Comissão, percebendo

vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor NERI JOÃO RITTA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Peças.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 164/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 164/2014, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DILVANA ALBIERO GIACOMIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 21 de março de 2014, à servidora DILVANA ALBIERO GIACOMIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 50490-05, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 165/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 165/2014, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Revoga a gratificação pelo exercício de função de assessoramento, concedida à servidora NEIDI MARA JANKE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a gratificação pelo exercício de função de assessoramento, concedida à servidora NEIDI MARA JANKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 31143-03, concedida pelo Decreto nº 374/2013, de 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 166/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 166/2014, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora JANAINA MACARI PELLIZZARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JANAINA MACARI PELLIZZARI, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 986267-00, a partir de 25 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 167/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 167/2014, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JETER LEOPOLDO SLONGO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2014, ao servidor JETER LEOPOLDO SLONGO, ocupante do cargo de Farmacêutico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2009 a 17 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 168/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 168/2014, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 941/2013, de 13 de novembro de 2013, que Constitui Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 941/2013, de 13 de novembro de 2013, que Constitui Comissão Especial com a finalidade de coordenar a programação e eventos alusivos aos 80 anos de emancipação político-administrativa do Município de Concórdia, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – a alínea “c” passa a vigorar com a seguinte redação:

“c) LAURI GARBOSSA;” (NR)

II – a alínea “d” passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) ANTONIO COLUSSI;” (NR)

III – a alínea “i” passa a vigorar com a seguinte redação:

“i) GILMAR LUIZ MONTICELLI;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de fevereiro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 169/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 169/2014, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dá nova redação a alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 830/2013, de 6 de setembro de 2013, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e no Decreto nº 4.514, de 8 de outubro de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 830/2013, de 6 de setembro de 2013, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (.)

b) LEONARDO DE FRANCESCHI DE OLIVEIRA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 170/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 170/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

Designa o servidor ORIDES STORCHIO para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ORIDES STORCHIO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo, no período de 24 de fevereiro a 2 de março de 2014, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 171/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 171/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

Designa a servidora JUCELIA BORSATI responder, interinamente, pelo cargo de Diretora Pedagógica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JUCELIA BORSATI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40886-00 e 40886-01, para responder pelo cargo de Diretora Pedagógica, no período de 24 de fevereiro a 9 de março de 2014, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo Decreto nº 816/2013, de 3 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 172/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 172/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDEVILDA SALETE CASAGRANDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 6.926 dias, ou seja: 18 (dezoito) anos, 11 (onze) meses e 26 (vinte e seis) dias, de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDEVILDA SALETE CASAGRANDE, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 16 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 173/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 173/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais da servidora CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI, ocupante do

cargo de Professor, código 10.10, matrícula 59633-00, tempo de contribuição, na forma abaixo:

I – 1.443 dias, ou seja: 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 18 (dezoito) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, em 11 de novembro de 2011;

II – 674 dias, ou seja: 1 (um) ano, 10 (dez) meses e 9 (nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 11 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 0969/97, de 12 de agosto de 1997.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 174/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 174/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora LADY BAUER GUIMARÃES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 655 dias, ou seja: 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 15 (quinze) dias, de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora LADY BAUER GUIMARÃES, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 3 de maio de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 175/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 175/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANIA CARBONERA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de março, abril e maio de 2014, à servidora VANIA CARBONERA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104272-00, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 176/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 176/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIZETE BORGES MACHADO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2014, à servidora ELIZETE BORGES MACHADO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1597-01, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 177/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 177/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2014, à servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de março de 2000 a 9 de março de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 178/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 178/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SOLANGE BENACHIO ROGELIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2014, à servidora SOLANGE BENACHIO ROGELIN, ocupante do cargo de Enfermeiro, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,

convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2009 a 15 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 179/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 179/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dá nova redação à alínea “b” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 877/2013 de 4 de outubro de 2013, que designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.177, de 5 de novembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 877/2013, de 4 de outubro de 2013, que designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (.)

b) suplente: WILLIAM AMPESE;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 180/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 180/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de direção, com dedicação exclusiva:

I – ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Itália Chiuchetta, no período de 24 de fevereiro a 13 de março de 2014;

II – JOSI AGRECIA BEE TOMAZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, no período de 17 de fevereiro a 3 de março de 2014;

III – VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Natureza, no período de 17 de fevereiro a 3 de março de 2014;

IV – ZENILDA GUAREZI SALINI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52884-14, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita, no período de 14 de fevereiro a 21 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 181/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 181/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora MARLO CRISTINA RIBEIRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLO CRITINA RIBEIRO, do cargo de provimento em comissão de Diretora Administrativa, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 182/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 182/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Nomeia VILSON ANIVO HAEFLIGER no cargo de Diretor Administrativo; dá outras providências

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor VILSON ANIVO HAEFLIGER, para exercer o cargo de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor VILSON ANIVO HAEFLIGER, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Educação, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 183/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 183/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Nomeia ORIDES STORCHIO no cargo de Diretor Administrativo; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ORIDES STORCHIO, para exercer o cargo de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor ORIDES STORCHIO, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento Administrativo, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 184/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 184/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Nomeia SILVIOMAR BERNARDI no cargo de Chefe do Departamento Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor SILVIOMAR BERNARDI, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Administrativo – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 185/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 185/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial, com a incumbência de efetuar a avaliação dos bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Município, para fins locatícios, de aquisição, desapropriação, concessão, cessão, permissão e autorização de uso, doação, venda, permuta e outras formas de alienação.

Parágrafo único. Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 1º de março de 2014:

I – presidente: MARILU MATIELLO;

II – vice-presidente: JAIME SAVOLDI;

III – membros:

a) CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

b) CRISTINA VALCARENGHI;

c) DANIELA STRINGHINI;

d) FERNANDA POZZA ZANOTTI;

e) GABRIELE SIEGA;

f) MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;

g) PATRICIA PAZA;

h) REGINA APARECIDA FORNARI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 186/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 186/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Município de Concórdia, com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Ficam designados, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 1º de março de 2014:

I – presidente: JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO;

II – vice-presidente: PEDRO FUNEZ NETO;

III – membros:

a) ANDERSON DANIEL MÜLLER;

b) CESAR PELLIZZARO;

c) CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

d) DANIELA STRINGHINI;

e) DIOMAR JOSE PERIN;

f) FERNANDA POZZA ZANOTTI;

g) FLAVIANO ESTEBAN;

h) HAMILTON ROGERIO DE MARCO;

i) PATRICIA PAZA;

j) SEBASTIÃO DA SILVA;

k) VANDERLEI ROBERTO TESSMANN;

l) VANUSA SALETE CAMARGO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 187/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 187/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, como: construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos.

Parágrafo único. Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 5 de março de 2014:

I – CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

II – CRISTINA VALCARENGHI;

III – DANIELA STRINGHINI;

IV – FERNANDA POZZA ZANOTTI;

V – GABRIELE SIEGA;

VI – JAIME SAVOLDI;

VII – JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

VIII – MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;

IX – MARCOS ALEXANDRO AIOLFI;

X – MARILU MATIELLO;

XI – PATRICIA PAZA;

XII – REGINA APARECIDA FORNARI;

XIII – SANDRA MIWA WRONKA VAZ;

XIV – TAMYRA HACK.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 188/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 188/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, os servidores integram Comissões Especiais.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores abaixo relacionados, integrantes da comissão especial com a incumbência de efetuar a avaliação dos bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Município, para fins locatícios, de aquisição, desapropriação, concessão, cessão, permissão e autorização de uso, doação, venda, permuta e outras formas de alienação, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I – CRISTHIELE KUHN VENDRUSCULO, ocupante do cargo de Arquiteto;

II – CRISTINA VALCARENGHI, ocupante do cargo de Engenheiro;

III – DANIELA STRINGHINI, ocupante do cargo de Arquiteto;

IV – FERNANDA POZZA ZANOTTI, ocupante do cargo de Arquiteto;

V – GABRIELE SIEGA, ocupante do cargo de Engenheiro;

VI – MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro;

VII – PATRICIA PAZA, ocupante do cargo de Arquiteto;

VIII – REGINA APARECIDA FORNARI, ocupante do cargo de Engenheiro.

Art. 2º Fica concedida, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores abaixo relacionados, integrantes da comissão especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Município de Concórdia, com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I – ANDERSON DANIEL MÜLLER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II – HAMILTON ROGÉRIO DE MARCO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

III – SEBASTIÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Eletricista de Manutenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 189/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 189/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Concórdia, como representantes de entidades governamentais, com os respectivos órgãos que representam:

I – representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

a) área de proteção social básica:

1. efetivo: NEUSA PRESOTTO COLOMBO;

2. suplente: ELIANE AMPESE;

b) área de proteção social especial de média complexidade:

1. efetivo: EDIANE MARI BIASI;

2. suplente: DANIELLE TIETZMANN HENTZ;

c) gestão:

1. efetivo: NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA;

2. suplente: SILVANA CASAGRANDE;

II – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. efetivo: CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

2. suplente: CLADIR PADOAN ROSSI;

III – representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) efetivo: MARGARETE MÜLLER;

b) suplente: MAGALE MARIA ENGEL GOSSENHEIMER;

IV – representantes da Assessoria de Planejamento:

a) efetivo: FANUEL REFOSCO DA SILVA;

b) suplente: IGOMAR NESPOLO;

V – representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

a) efetivo: JALMIR MARIO GIOTTO JUNIOR;

b) suplente: ELZIRA LUIZ DE FRANÇA;

VI – representantes da Fundação Municipal de Esportes:

a) efetivo: VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI;

b) suplente: LAURI ANTONIO LORENZETT.

Art. 2º Ficam designados membros para integrar o CMAS, do Município de Concórdia, como representantes da sociedade civil, eleitos na conferência Municipal de Assistência Social ou foro próprio, com os respectivos órgãos que representam:

I – representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS:

a) efetivos:

1. CLAUDETE MARCHESINI COMASSETTO – representante da entidade Voluntários da Solidariedade;

2. SIMONE ELOISA CANDIAGO – representante da Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal – SCAF;

3. WILSON CARLOS CASAGRANDE – representante da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS;

4. GILIARD LINK – representante da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia ASAPREV;

b) suplentes:

1. SUZELI MARIA SANTOS PEREIRA – representante da entidade Cidade Nova Esperança;

2. ANGELIN SILVEIRA CASADO – representante da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

3. NARA RÚBIA RUX AGRA SOCHA – representante da Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco de Concórdia;

4. FERNANDA PELIZZARO – representante da Associação Recanto do Idoso de Concórdia – ARIC;

II – representantes dos usuários da política pública de assistência social:

a) efetivo: ROSENEI MANDUCA;

b) suplente: MARISETE MARIA DE AGOSTINI;

III – representantes de organizações de usuários da assistência social:

a) efetivo: TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA – representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia – APAE;

b) suplente: DALIR ANTONIO SCHIOCHET – representante da Associação Comunitária Renovação para Integração da Família – ACRIF;

IV – representantes de entidades de trabalhadores:

a) efetivo: LUIZ CARLOS SEGALA – representante do Sindicato dos Empregados no Comércio e em Empresas de Serviços Contábeis de Concórdia;

b) suplente: LENIR TEREZINHA KOBS – representante da entidade Casa Apoio “Mão Solidária”;

V – representantes das instituições de ensino superior:

a) efetivo: MARCEL ALAN HAEFLIGER – representante da Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte – FABET;

b) suplente: ADRIANA CÂMARA – representante do Centro de Integração Empresa e Escola – CIEE.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CMAS será de 2 (dois) anos, a partir de 1º de março de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 190/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 190/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 936/2013, de 12 de novembro de 2013, que interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora CLEUSA TODESCATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o Decreto nº 936/2013, de 12 de novembro de 2013, que interrompe a licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora CLEUSA TODESCATTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 99104-01 e 99104-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 191/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 191/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Constitui e designa membros para compor o Comitê Diretor Local do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído Comitê Diretor Local, com a incumbência de participar e acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Ficam designados para integrar referido Comitê, os seguintes servidores:

I – coordenadora: MARILU MATIELLO, ocupante do cargo de Engenheiro – Civil;

II – membros:

a) ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA, ocupante do cargo de Engenheiro – Agrônomo;

b) GIULIAN SARTOR SGANZERLA, ocupante do cargo de Engenheiro – Sanitarista;

c) JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro – Civil;

d) MARCIA DE BONA LAZZARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13;

e) GABRIELE SIEGA, ocupante do cargo de Engenheiro – Civil;

f) MOACIR VALCARENGHI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Ambiental da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

g) DEIZEL DAINARA VOSS, ocupante do cargo de Assistente Social;

h) IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo;

i) EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 192/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 192/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
Exonera, a pedido, o servidor DERLI HERTAL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor DERLI HERTAL, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 193/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 193/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
Nomeia RAFAELA COSTA MARTINS no cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora RAFAELA COSTA MARTINS, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 194/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 194/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
Nomeia ADEMIR SAVARIS no cargo de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADEMIR SAVARIS, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários – Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Portaria Fmc Nº 16/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 10/2013, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 16/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor CLEUCIR SULENTA, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Convocar a servidora KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 20 de março de 2014, período vespertino.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Editais de Notificação - Convênio – FMAS PfmC/PaeFI
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PFM/C/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 14 de março de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Editais de Notificação - Convênio – FMAS/IGDSUAS
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.278,06 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e seis centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 14 de março de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 86/2014

RESOLUÇÃO Nº 86/2014 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação de projetos credenciados no Edital nº1/2014 - FIA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro

de 2011 e deliberação na reunião extraordinária realizada em 13 de março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os projetos credenciados no Edital nº.1/2014 – FIA, conforme:

I – Projeto Bombeiros Mirins e Aspirantes – Bombeiros Voluntários de Concórdia;

II – Projeto Construção e Reforma de Salas – Centro de Convivência Frei Samuel Both

III – Projeto Alimentação Saudável: Qualidade de Vida – Sociedade Concordiense de Auxílio Fraternal - SCAF;

IV – Projeto de Aquisição de Equipamentos para Fins de Educação e Reabilitação Motora e Sensorial das Pessoas com Deficiência Atendidas na APAE de Concórdia – Uma Ação Interdisciplinar – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

V – Projetos Formando Cidadãos e Atletas – Esporte Clube Canarinho;

VI – Projeto Brinquedoteca – Beneficência Camiliana do Sul

VII – Projeto Xadrez Social – Clube Concordiense de Xadrez;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ARMINDO DA SILVA

Presidente do CMDCA

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 13/2014

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wołoszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 13 de março de 2014, para locação de imóvel para a instalação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, a favor da IMOBILIÁRIA MUNARETTO LTDA, no valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o valor anual de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Coronel Freitas

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

EDITAL Nº 02/2014 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando o cadastramento de grupos formais e informais da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar no município de Coronel Freitas. Qualquer informação bem como a retirada do edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Coronel Freitas junto ao Setor de Compras ou na Secretaria Municipal de Educação no horário normal de expediente.

Coronel Freitas - SC, 14 de Março de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Notificação Extrajudicial Para Execução do Contrato

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

Coronel Freitas – SC, 25 de fevereiro de 2014.

Ilustríssimo Senhor

Sergio Conrado Casasola

Representante Legal perante o processo licitatório 73/2013.

Sergio Conrado Casasola & CIA LTDA

Rua Uruguai, 390, sala 01, Centro

Chapecó – SC.

Através da presente, na qualidade de CONTRATANTE, da obra de pavimentação com pedras irregulares nas ruas Nelson Moretti e Romildo José Crema, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 132/2013, onde vossa empresa configura como CONTRATADA, venho informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando portanto a obra em atraso.

Salientamos que o concedente Ministério das Cidades, representando pela Caixa Econômica Federal, através do ofício Nº. 2230/2013/GIDUR/CH de 07 de novembro de 2013 autoriza o início da obra.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e conseqüentemente a perda dos valores pelo Município.

Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o início da execução da obra dentro do prazo de quinze (15) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93.

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades previstas no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente

Mauri Jose Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

CÂMARA MUNICIPAL

Tomada de Preço 01/2014

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Tipo: Menor preço por item

Data da Abertura: 03 de Abril de 2014 – 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo, seus anexos e informações complementares estão à disposição dos interessados, de segunda à sexta-feira, das quatorze às dezessete horas, com a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Correia Pinto, à Rua Duque de Caxias, nº. 1569, Centro, na cidade de Correia Pinto/SC, estado de Santa Catarina.

Correia Pinto, 13 de Março de 2014.

Angelo Irineu de Barros Lourenço

Presidente

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 054/2009 - Sexto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2009

SEXTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 055/09

Tomada de Preços 001/09

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa



jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores – Joinville (SC).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, COMPREENDENDO A COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO, LICENCIADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COMPACTÁVEIS (LIXO ÚMIDO) DE ORIGEM DOMICILIAR, PÚBLICA E COMERCIAL, GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DE CORUPÁ – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2014 até o dia 31 de Dezembro de 2014.

Data da Assinatura: 01/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 035/2011 - Quarto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2011
QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 003/11
Concorrência Pública 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores – Joinville (SC).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA, ATENDENDO AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS E INADIÁVEIS DE INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2014 até o dia 31 de Dezembro de 2014.

Data da Assinatura: 01/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 026/2013 - Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 014/13
Pregão Presencial 006/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.552.792/0001-23, estabelecida na Rua Emmerich Ruysam, 185-Apto.402 – Vila Nova CEP 89.259-530, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES, INCLUINDO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 19.461,20 METROS, E, FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO E ELABORAÇÃO DE NOVOS PROJETOS NA ÁREA DE INFRA ESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DISPONIBILIZANDO 01 (UM) ENGENHEIRO CIVIL, NO PERÍODO DE 20 HORAS SEMANAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 de Março de 2014 até o dia 30 de Março de 2014.

Data da Assinatura: 12/03/2014
Data da Vigência: 30/03/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato 003/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 003/14

Processo de licitação nº 001/14
Modalidade Inexigibilidade de Licitação 001/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: LINCK S.A EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDÚSTRIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.747.492/0003-63 e Inscrição Estadual nº 250238586, estabelecida na Rod. Br 101 Km 43, UNIDADE A7, Bairro Nova Brasília, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 88085-125.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Data da Assinatura: 06/02/2014
Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato 004/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 004/14

Processo de licitação nº 002/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 001/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: VIGANDO MOKWA, brasileiro, casado, portador da C.I. 1.987.359-0 e devidamente inscrito no CPF sob o nº 509.361.909-49, residente e domiciliado no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Locação de uma área comercial, com edificação em alvenaria, com a área total de 170,50 m², situada a Rua 25 de Julho, 270, para funcionamento do Programa de Saúde da Família - PSF 1.

Valor do Contrato: R\$ 814, 48 (Oitocentos e Quatorze Reais e Quarenta e Oito Centavos) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 02/01/2014
Data da Vigência: 31/12/2014

LORIANO ROGERIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Extrato do Contrato 005/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 005/14

Processo de licitação nº 003/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: AGOSTINHO KOASKI, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 671.109 e do CIC nº 383.875.579-00, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: Locação de uma área comercial, em alvenaria com a área de 201,00m², situada a Rua Roberto Seidel, 597, esquina com a Rua José Pasqualini, para funcionamento do Centro de Atendimento Especial de Corupá - CAECO.

Valor do Contrato: R\$ 1.058,27 (Um Mil e Cinqüenta e Oito Reais e Vinte e Sete Centavos) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 02/01/2014
Data da Vigência: 31/12/2014

LORIANO ROGERIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Extrato do Contrato 006/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 006/14

Processo de licitação nº 004/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 003/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: LIONS CLUBE DE CORUPA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.378.048/0001.98, estabelecida a Rua XV de Novembro, 635, em Corupá.

Objeto: Locação de uma área comercial em alvenaria, pavimento térreo, com área útil de 77,99 m², situada à rua XV de Novembro, 635, Centro do município de Corupá, destinada para

funcionamento do Programa da Saúde da Família – PSF2.

Valor do Contrato: R\$ 752,53 (Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta e Três Centavos) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 02/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LORIANO ROGERIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Extrato do Contrato 007/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 007/14

Processo de licitação nº 005/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 004/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: PARÓQUIA CATÓLICA SÃO JOSÉ, situada a Rua Pe. Vicente, inscrita no CNPJ sob o nº 84.708.478/0001-60, neste ato representado pelo Pároco Pe. JOÃO SEBASTIÃO BOEING portador do CPF nº 520.809.359-68, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: Locação de uma área comercial, com edificação em alvenaria, com a área total de 768,20m2, sendo área térrea com 686,49 m2 e 2º piso com 81,80 m2, situada a Rua Pe. Vicente, para funcionamento de departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Valor do Contrato: R\$ 2.255,09 (Dois Mil e Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Nove Centavos) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 02/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LORIANO ROGERIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Extrato do Contrato 009/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 009/14

Processo de licitação nº 007/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 006/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: RITA CÁSSIA MARISAVI ZONTA XIMENES, brasileira, casada, portadora da C.I. nº 372.309 e do CPF nº 344.559.579-87, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC.

Objeto: Locação de uma casa em alvenaria, com a área total de 116,13 m2, situada a Rua Jaraguá nº 109, para funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Valor do Contrato: R\$ 1.150,12 (Hum Mil e Cento e Cinquenta Reais e Doze Centavos) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 02/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LORIANO ROGERIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Extrato do Contrato 010/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 010/14

Processo de licitação nº 010/14
Modalidade Dispensa de Licitação nº 007/14

Locatário: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locador: Donna Bella Administradora de Bens, inscrita no CNPJ sob o nº 09.009.296/0001-86, estabelecida na Rua XV de Novembro, 100, Bairro Centro – CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Locação de (01) um apartamento localizado na Av. Getulio Vargas, Edifício Bella Flor, destinado para acomodação do médico participante do Programa "Mais Médicos Para o Brasil" instituído pela Medida Provisória nº 621 de 08 de julho de 2013, e conforme a Lei Municipal nº 2135/13 de 13 de dezembro de 2013.

Valor do Contrato: R\$ 960,00 (Novecentos e Sessenta reais) mensais, conforme Termo de Avaliação anexo, feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 05/03/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 2887/14

PORTARIA Nº 2887/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, A SERVIDORA SILVANA WILLE KLETTENBERG.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, a servidora Sra. SILVANA WILLE KLETTENBERG, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de março de 2014.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2888/14

PORTARIA Nº 2888/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, A SERVIDORA MARIZE FRITSCHÉ MOKWA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, a servidora Sra. MARIZE FRITSCHÉ MOKWA, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de março de 2014.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****Resolução 001/2014/CMDCA/Curitibanos**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO 001/2014/CMDCA/CURITIBANOS

Dispõe sobre partilha de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA - e fixa critérios para aprovação de projetos a serem financiados.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei 2.742/93, cumprindo o estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e nos artigos 4º alínea d, art. 88, incisos II e IV, caput e § 2º, 3º e 4º e 261, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal 8069/90) e resolução 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios por meio de publicação de edital para aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência,
Parágrafo Único: Para efeitos desta resolução, entende-se por critérios os referenciais estabelecidos pela legislação pertinente em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Curitibanos, 17 de março de 2014.

Sandra Pereira do Prado

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

EDITAL nº 001/2014/CMDCA/CURITIBANOS

CAPITULO I

Dos Critérios

Art. 1º A aplicação dos recursos do Fundo da infância e do Adolescente, deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser destinada para o financiamento de projetos relativos a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art.2º Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo da Infância e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

CAPITULO II

Do Controle e da Fiscalização

Art. 3º Os recursos do Fundo da Infância e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, dos projetos apresentados e desenvolvidos por entidades devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 4º Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

CAPITULO III

Do Prazo de Entrega, Documentação Necessária e Avaliação

Art.5º – As entidades, terão prazo de até 31/03/2014 às 17:00 horas, para inscrição dos projetos que deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Conselho, que atende junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Art.6º - Até a data prevista no artigo antecedente as entidades deverão encaminhar seu projeto (solicitar modelo junto à Secretaria de Ação Social e Habitação) acompanhado dos seguintes documentos:

Declaração de Entidade de Atendimento a Crianças e Adolescentes, inscrita no respectivo conselho municipal;
Certidões negativas das Fazendas: Federal, Estadual e Municipal;
Certidões negativas do INSS, FGTS e Trabalhista.

Art. 7º– Os representantes das entidades irão apresentar os projetos em audiência pública, no dia 03/04/2014 a partir das 13:00 no auditório da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. Os representantes das entidade terão cinco minutos para explanarem seus projetos, onde deverão estar presentes os conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente, e a comissão de avaliação. A comunidade em geral está convidada a participar.
Art. 8º Após a aprovação dos projetos, estes deverão ser readequados, se necessário, de acordo com os valores que serão repassados pelo FIA.

Curitiba, 17 de março de 2014.

Sandra Pereira do Prado

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 56/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE,

HABITAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL, POLICIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO BOMBEIROS E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADÃ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/04/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 10 de Março de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Lei Nº 837/2014

LEI nº 837 de 14 de março de 2014.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

07.001.23.695.0110.1033		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO		
07.001.23.695.0110.1033		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO		
07.001.23.695.0110.1033		
CONSTR. DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTOS TURISTICO		
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	350.000,00
TOTAL		350.000,00
08.001.13.392.0050.2004		
SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA		
08.001.13.392.0050.2004		
CULTURA		
08.001.13.392.0050.2004		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS		
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00



07.001.23.695.0110.2032	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.2032	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.000,00
TOTAL		11.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		401.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	100.000,00
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		110.000,00
08.002.27.812.0050.1006	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.1006	DESPORTO	
08.002.27.812.0050.1006	REFORMA E ILUMINAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	41.000,00
TOTAL		41.000,00
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONS. DE PONTES, PONTILHÕES, GALERIAS E GABIÕES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	250.000,00
TOTAL		250.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		401.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de março de 2014; 26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARLDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de março de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº118/2014

LEI COMPLEMENTAR 118/2014 – CRIA OS CARGOS DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DA CIDADE DE DOUTOR PEDRINHO

A Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Doutor Pedrinho Senhora Dulcemar Gonzaga, tendo ocorrido a sanção tácita do Projeto de Lei Complementar nº01 de 25 de novembro de 2013, de autoria do Legislativo, que criou os cargos dos servidores do Poder Legislativo da Cidade de Doutor Pedrinho e 35, inciso IV do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º- O quadro de servidores da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, será constituído dos seguintes cargos:

I – Um Assessor Jurídico

I – Um Assessor Legislativo

Art 2º- Os empregos públicos definidos no art. 1º são de provimento em comissão e serão preenchidos por livre escolha da maioria da Mesa da Câmara.

Art. 3º - Os vencimentos dos servidores da Câmara Municipal bem como, as atribuições competências, responsabilidades e carga horária pertinente a cada um dos cargos criados por esta lei complementar, estão definidos no Anexo I do presente, observados os limites impostos pela legislação municipal.

Art. 4º - Fica revogada a Lei Complementar 113/13 de 06 de maio de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 5º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho-SC, em 31 de janeiro de 2014.

Dulcemar Gonzaga

Presidente da Mesa Diretora

QUADRO – CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

Quantidade	Cargo	Requisitos	Salários	Carga Horária
01	Assessor (a) Jurídico (a)	Graduação em curso superior de Direito e Registro na OAB.	R\$ 2.500,00	05 horas semanais
01	Assessor (a) legislativo (a)	2º Grau completo	R\$ 1.250,00	40 horas semanais

DESCRIÇÃO DE FUNÇÃO DOS EMPREGOS PÚBLICOS:

I – ASSESSOR(A) JURÍDICO(A):

- prestar assessoramento jurídico à Presidência e a Câmara;
- representar a Câmara em juízo ou fora dele, por delegação do Presidente;
- exercer as funções de Advogado junto ao Poder Judiciário e em todas as instâncias, mediante poderes outorgado do Presidente da Câmara;
- propor e defender a Câmara em ações judiciais;
- analisar todos os contratos e quando for o caso, elaborar os contratos firmados entre a Câmara Municipal;
- assessorar e emitir parecer jurídico por escrito sobre todos os processos de licitações no âmbito da Câmara Municipal, em todas



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

as modalidades, inclusive nas dispensas e inexigibilidade;

- emitir parecer jurídico sobre todos os assuntos de interesse da Câmara Municipal, ressalvados os pareceres técnicos de outras profissões regulamentadas exercidas por servidores e profissionais devidamente habilitados, que atuem no âmbito da Câmara Municipal;

CARGO – ASSESSOR(A) LEGISLATIVO(A):

- assessorar vereadores e bancadas em assuntos legislativos, parlamentares e políticos;
- coordenar, orientar, monitorar, organizar e assessorar, em estrita colaboração com os vereadores e líderes partidários da Casa, as atividades legislativas e parlamentares no âmbito dos respectivos gabinetes e bancadas;
- receber com presteza e diligência pessoas na Câmara Municipal, e transmitir informações e recados aos respectivos destinatários;
- redigir ofícios, convites e quaisquer outros documentos de interesse dos vereadores ou das bancadas partidárias com representação na Casa;
- assessorar os vereadores e as bancadas nos âmbitos das Comissões, do Plenário e externamente, quando necessário;
- incumbir-se da correspondência recebida e a ser expedida pela Câmara Municipal;
- responsabilizar-se pela execução de todas as tarefas relacionadas à função de seu cargo;
- executar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior hierárquico.

Ermo**PREFEITURA****Decreto N.º 16, de 12 de Março de 2014.**

DECRETO N.º 16, de 12 de março de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.90.00.00.00.00.0024 (70) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de Convênio da fonte 0024 , Convênio nº 6295/2013 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional –SDR/ Araranguá.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 08/2014 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de um veículo para a equipe do PSF (Programa Saúde da Família) e aquisição de seis ar condicionados para a Unidade Básica de Saúde do Município de Ermo, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 28/03/2014 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 hs às 11:30 hs e 13:00hs às 17:00hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Portaria N° 036, de 06 de Março de 2014.

PORTARIA N° 036, de 06 de março de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir KELI DE OLIVEIRA DAL PONT, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 06 de março de 2014 encerrando-se em 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 06 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Portaria Nº 042, de 14 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 042, de 14 de março de 2014.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Servidora TEREZINHA APARECIDA NAZÁRIO ACORDI, da função de Agente Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, admitida em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 011, de 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 017, de 12 de Março de 2014.

DECRETO N.º 017, de 12 de março de 2014.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), a saber:

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0019.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0080 (03) – Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.90.00.00.00.00.0080 (10) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de março de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Termo de Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 13/2014

Do Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho (PAT) a ser executado de março à dezembro de 2014.

Do Contratado: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A – EPAGRI.

Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 23.780,00(vinte e três mil setecentos e oitenta reais), que serão pagos em 10 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para contratação dos serviços, objeto do presente termo, justifica-se pela notória especialização, experiência e trabalho de pesquisa no desenvolvimento agropecuário, além de tratar-se de empresa pública que integra a administração estadual criada para este fim específico e o preço estar em conformidade com o valor de mercado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Ermo, SC, 17 de março de 2014.

LEILE DENISE LEONARDO
Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, SC, 17 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Forquilha**PREFEITURA****Decisão Administrativa**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/PMF/2014

Recorrente: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
RELATÓRIO

TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME apresentou Recurso Administrativo contra decisão do Pregoeiro Municipal que habilitou a empresa DENGÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZE LTDA.

Alega que empresa DENGÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZE LTDA não apresentou no envelope de habilitação

a certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), devendo desta forma ser inabilitada, visto não ser possível a sua regularização durante a sessão por pessoa não credenciada, bem como não seria possibilitado o benefício previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 43, § 1º, para concessão do prazo de até 4 (quatro) dias para regularização da documentação de comprovação da regularidade fiscal, pois não apresentou a certidão expedida pela Junta Comercial.

DO MÉRITO

Inicialmente, cabe ressaltar, que o processamento desta licitação foi conduzido com a máxima observância dos preceitos legais, da doutrina, da jurisprudência e principalmente dos princípios gerais que norteiam sua atuação.

O Conceito de licitação traz em si, de forma intrínseca, a busca sempre pela proposta mais vantajosa para a Administração. Esse, sem dúvida, é o sentido largamente esposado pela doutrina e jurisprudência pátrias.

E merece neste momento discorrer que, licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. Seu objetivo é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Neste sentido leciona o renomado doutrinador, Marçal Justen Filho, já adentrando no combalido tema do formalismo excessivo:

A expressão legislativa sintetiza todas essas considerações quando estabelece que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Significa que o critério para decisão de cada fase deve ser a vantagem para Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Corroborando as palavras do ilustre autor, na jurisprudência, o posicionamento não é outro, senão vejamos:

Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)

Administrativo. Licitação modalidade pregão para contratação de serviço de conservação e limpeza. Exigência de apresentação de propostas em planilhas formuladas em formato ".doc" ("word"). Eliminação de propostas apresentadas em formato ".xls" ("excel"). Restrição desprovida de amparo legal. Exclusão de propostas mais vantajosas para a administração fundada em formalismo. Contratação de empresa que não ofereceu a melhor proposta. Prejuízo ao interesse público. Violação ao objetivo de licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

(.)

4. A realização de procedimento licitatório visando à aquisição de bens ou serviços tem por finalidade obter a proposta mais vantajosa para a Administração. Qualquer restrição estabelecida no edital que se demonstre inadequada, impertinente ou incompatível com o seu objeto é abusiva, devendo ser afastada. 5. A contratação e licitante que ofertou preço para executar serviços de conservação e limpeza com valor anual superior a R\$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais) em relação à proposta da agravante, que ressalte-se, sequer é a melhor proposta financeira do certame, traduz flagrante violação ao interesse público que não pode ser ignorada pelo Poder Judiciário. 6. Declaração de nulidade da exigência de formato ".doc" para a apresentação da planilha de proposta que se mantém. 7. Agravo regimental improvido. (TRF-1 - AGA: 19616 DF 2008.01.00.019616-0, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 28/05/2008, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 20/06/2008 e-DJF1 p.128).

No caso em tela, ao se abrir o envelope da licitante que ofertou a proposta mais vantajosa à Administração, percebeu-se a ausência da certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo juntado imediatamente ao processo, antes de encerrada a sessão.

Quanto a alegação de que a certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi juntada por pessoa não identificada, esta é irrelevante, pois o edital não faz nenhuma menção neste sentido, versando apenas que:

7.2.3. Na ocorrência de a documentação de habilitação não estar completa e correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, caso não consiga fazer sua correção durante a sessão.

Assim, não há a exigência de que a incorreção seja sanada somente por representante legal da empresa devidamente credenciado, pelo contrário, a interpretação do edital nos leva a entender que o próprio pregoeiro poderia diligenciar para sanar ou complementar a instrução do processo, vejamos:

17.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Também, o edital dispõe que as normas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa, verbis:

17.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

Ainda, segundo o edital o desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, observamos:

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

Com efeito, o Poder Judiciário vem reconhecendo que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser. Nesse sentido, citam-se as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - RMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmute de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração. (STJ - MS 199700660931, rel. Min. Demócrito Reinaldo, publicado no DJ de 01/06/1998, p. 24).

Cumprido, ainda, consignar que o próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1758-46/03-P (DOU 28/11/2003), entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

Segundo aquela Corte de Contas, tal juntada não configuraria irregularidade, mas praticidade, celeridade e otimização do certame. O apego excessivo à letra da lei pode acarretar equívocos jurídicos, porquanto que não traduzem seu sentido real.

Da mesma forma podemos citar o Acórdão 1758/2003, do Tribunal de Contas da União:

TCU – Acórdão 1758/2003 - Plenário - Ementa: Representação formulada por licitante. Supostas irregularidades praticadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA - Eletronorte. Inclusão de certidão extraída pela internet durante a sessão pública. Possibilidade. Conhecimento. Negado provimento. Arquivamento. Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada. Assiste, portanto, razão à unidade técnica ao considerar regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas nos incisos XIII e XIV, do art. 11, do Decreto 3.555/2000.

(.)
o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter

por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. [sem grifo no original]

A Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 43, § 1º, dispõe que havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias para regularização da documentação, vejamos:

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. [sem grifo no original]

De toda forma, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, só confere a possibilidade de saneamento de vícios a posteriori em relação à documentação de regularidade fiscal.

Embora a empresa DENGÔ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA não tenha realizado, no certame, a comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento, vejamos:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[.]

XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;

Assim, por constar no cadastro municipal de fornecedores como empresa de pequeno porte, a empresa DENGÔ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, poderia inclusive ser dispensado a apresentação deste documento.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, manifestamo-nos pelo recebimento e indeferimento do Recurso Administrativo formulado por TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME, no processo de Pregão Presencial nº. 036/PMF/2014, pelos motivos acima expostos.

Submete-se o presente procedimento licitatório ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV, do artigo 8º do Decreto nº 5.450/2005, para julgamento.

Forquilha, 14 de março de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/PMF/2014
DECISÃO DEFINITIVA – RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93 c/c com o Decreto nº 5.450/2005, e

CONSIDERANDO o posicionamento adotado pela Pregoeira na Ata de Abertura,

CONSIDERANDO as alegações apresentadas nos Recursos Administrativos,

CONSIDERANDO os fatos circunstanciados pela Pregoeira;

RESOLVE:

Julgar IMPROCEDENTE o recurso supra mencionado, mantendo a decisão do Pregoeiro.

Forquilha/SC, 14 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 175/PMF/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 175/PMF/2013

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 175/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA 1º DE MAIO, BAIRRO VILA FRANCA, COM EXTENSÃO DE 1.124,60 METROS, POR MEIO DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 780125/2012, PROCESSO 2624.1001935-07/2012, FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC E O MINISTÉRIO DAS CIDADES, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dez horas do dia quatorze do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 175/PMF/2013. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou aos demais membros da comissão a existência de equívocos na transcrição do objeto licitado nos documentos licitatórios e, consequentemente no contrato. Diante do exposto a comissão de licitação analisou novamente o processo e confirmou a falta de registro do endereço completo de onde a pavimentação será realizada. Assim, sem que o objeto em sua essência seja modificado, fica alterado o descritivo deste como se segue: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços na Pavimentação asfáltica da Rua 1º de Maio, localizada nos Bairros Saturno e Vila Franca, com extensão de 1.124,60 metros, por meio do Contrato de Repasse nº. 780125/2012, Processo 2624.1001935-07/2012, firmado pelo município de Forquilha/SC e o Ministério das Cidades, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias. A comissão decidiu ainda publicar errata do contrato nº. 13/PMF/2014, proveniente deste processo de licitação para que surtam seus efeitos. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como a errata supracitada. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de

lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 14 de janeiro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

Aviso de Errata: Contrato PMF Nº. 13/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE ERRATA

CONTRATO PMF Nº. 13/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Contrato PMF Nº. 13/PMF/2014. Em virtude das alterações registradas em ata pela comissão de licitação do Processo Licitatório Tomada de Preço nº. 175/PMF/2014, segue retificação:

Onde se lê: Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços na Pavimentação asfáltica da Rua 1º de Maio, Bairro Vila Franca, com extensão de 1.124,60 metros, por meio do Contrato de Repasse nº. 780125/2012, Processo 2624.1001935-07/2012, firmado pelo município de Forquilha/SC e o Ministério das Cidades.

Leia-se: Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços na Pavimentação asfáltica da Rua 1º de Maio, localizada nos Bairros Saturno e Vila Franca, com extensão de 1.124,60 metros, por meio do Contrato de Repasse nº. 780125/2012, Processo 2624.1001935-07/2012, firmado pelo município de Forquilha/SC e o Ministério das Cidades.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 14 de março de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Gerente de Contratos e Convênios

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso de Republicação do Pregão Presencial 0006/2014-Sf

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 0006/2014 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para instalar tubulação para rede de água da adutora nova do poço Portal, para o reservatório nº 01 do Bairro Santo Antonio, visando a melhoria na distribuição da mesma, incluindo todo material e mão-de-obra. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 03.04.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na

Íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de março de 2014.
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

Portaria Nº 0756/2014

PORTARIA Nº 756, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.474.149-59, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – DANÇA, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0757/2014

PORTARIA Nº 757, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 36 (trinta e seis) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.065.079-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – DANÇA, no período de 06 de março de 2014 até 13 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0758/2014

PORTARIA Nº 758, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 36 (trinta e seis) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.065.079-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – DANÇA, no período de 14 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0759/2014

PORTARIA Nº 759, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MIRIAN CARLA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 067.824.559-27, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 33 horas semanais, a partir de 17 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0760/2014

PORTARIA Nº 760, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora JÉSSICA GONÇALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 053.524.079-18, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0041/2014-PMFAviso de Pregão Presencial Nº 0041/2014 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para produção, realização, execução, organização, divulgação e premiação do evento denominado "Festival de Interpretação de Música Florada da Canção", nos termos das Leis municipais nº 1909/2007 e 2008/2009, cujas ações deverão contemplar as atividades desenvolvidas no ANEXO VII (Termo de Referência), integrante do edital; Julgamento: Menor Preço Unitário; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 15:00 horas do dia 28.03.2014; Abertura: Às 15:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de março de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****Ata de Registro de Preço Nº22/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2014
PMG E FMS

Ata nº. 22/2014; Processo nº. 42/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: DS TRAVEL TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME; Objeto: contratação de empresa especializada na

prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para servidores e agentes políticos da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 2560,00; Data da Assinatura: 19/03/2014.

Ata de Registro de Preço Nº 23/2014ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2014
PMG E FMS

Ata nº. 23/2014; Processo nº. 18/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MARCELO GALVAN SEBASTIÃO ME; Objeto: Registro de preço para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a climatização de salas utilizada pelas secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 123.743,00; Data da Assinatura: 18/03/2014.

Portaria N.º 273/2014.PORTARIA N.º 273, DE 17 DE MARÇO DE 2013.
REVOGA A PORTARIA N.º 252, DE 13 DE MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 14/03/2014, a Portaria nº. 252 de 13 de março de 2014, que constitui a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO (CAEP), formada pelos servidores municipais: RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, HILDEGAR JOÃO DE SENA, LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, DAIANA PACHECO BERNARDO e IVALDO DA SILVA LOBO FILHO.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 001/2014**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

A Câmara Municipal de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Garopaba.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Garopaba, sito a Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 02/04/2014.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 02/04/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.camaragaropaba.sc.gov.br

Garopaba, 17 de março de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 72/2014

DECRETO Nº. 72 de 17 de março de 2014

“Dispõe sobre autorização para servidor efetivo ocupar função gratificada no Governo do Estado de Santa Catarina.”

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, Art. 260 da Lei Complementar 001/98

Considerando, ofício nº 25/2011 da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional

Considerando, Termo de Cessão 001/2011

DECRETA:

Art. 1o. – Fica a servidora pública municipal, ANDREIA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professora Nível III, autorizada a afastar-se da Prefeitura Municipal de Garuva, para ocupar função gratificada, no Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 11 de 17 de fevereiro de 2011.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – Departamento de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

Portaria Nº 268/2014

PORTARIA Nº 268, de 14 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA

CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

RESOLVE:

ART. 1º Nomear o Aprovado no Concurso Público, ANSELMO MAOSKI, inscrito sob o nº. 17300143, classificado em 2º lugar, para o cargo público de provimento efetivo de Arquiteto, do regime estatutário.

Parágrafo Único – As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 223/2014 de 06 de março de 2014.

ART. 2o. Caso o nomeado não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeado, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

ART. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 14 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 258/2014

PORTARIA Nº. 258, de 13 de março de 2014

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO o processo nº 0024461/2/2013 de 19 de dezembro de 2013;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão horizontal por qualificação profissional, do servidor ROGÉRIO CATARINA DE OLIVEIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira “Apoio”, Classe “I”, referência “E”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 13 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 260/2014

PORTARIA Nº. 260, de 13 de Março de 2014

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, requerimento nº 078/2014;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas da servidora SILVANA NAGEL WASEN, do Contrato de Trabalho nº 109/2014 de 10/02/2014, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a 10 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 259/2014

PORTARIA Nº. 259, de 13 de março de 2014

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para cargos relacionados no Edital 008/2014.

ART. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

ART. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Daniel Wagner Heinig, Aline Krause Tondorf e Cleide Mafra.

Parágrafo único – A comissão será presidida pelo servidor Daniel Wagner Heinig.

ART. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreciar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII –Elaborar e corrigir as provas

VIII –Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder à elaboração e correção das provas.

ART. 50. – Esta Portaria entra em vigor a contar de 13 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 267/2014

PORTARIA Nº. 267, de 14 de Março de 2014

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, requerimento nº 096/2014;

CONSIDERANDO, portaria nº 247/2014;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas da servidora GUIOMAR LEITE, do Contrato de Trabalho nº 137/2014 de 10/03/2014, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 257/2014

PORTARIA Nº 257, de 13 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO POR PERMUTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, processo nº 694/2014;
CONSIDERANDO, Art. 38, parágrafo 3º da LC 001/98.

RESOLVE:

ART. 10. – Fica aprovada a remoção por permuta das servidoras, conforme tabela abaixo.

Servidora	Lotação
FABRÍCIA CRISTINA LOPES	Creche Municipal Maria Corrêa Saad
VIVIAN LOPES GONÇALVES	Escola Municipal Vicente Vieira e Escola Municipal Maria Martins Budal

PARAGRAFO ÚNICO – Fica mantida a carga horária de 40 horas semanais.

ART. 20. – Esta portaria entra em vigor a contar de 13 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 248/2014

PORTARIA Nº. 248, de 12 de março de 2014

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o requerimento 778/2013;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas do servidor RICARDO BUENO, sendo 30 horas na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves e 10 horas na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 12 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 249/2014

PORTARIA Nº. 249, de 12 de março de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora MARIZETE AUGUSTO STOCKHAUSEN.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 12 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 244/2014

PORTARIA Nº 244, de 08 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20

de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

Cópia da certidão de nascimento para solteiros;

Cópia da certidão de casamento;

Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);

Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)

Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);

Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);

Cópia do RG e CPF;

Cópia do título de eleitor;

Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;

Cópia do PIS/PASEP;

Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);

Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;

Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;

Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);

Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);

Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);

Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);

Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);

Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);

Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;

Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto

ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

01 foto 3 X 4 RECENTE.

CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
REGIME ESTATUTÁRIO
Cargo: Psicólogo

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
210	Eduardo dos Santos Licetti	6º

Cargo: Assistente Social

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
477	Daniele Monney	3º

Cargo: Cuidador

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17200078	Arlete Terezinha Pereira	9º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Concurso 001/2009)

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
518	Nelson Monteiro	7º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Concurso 001/2012)

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100168	Valdecir Gonçalves	12º
17100178	Cícero Pierre de Souza	13º
17100100	Gilson Garcia	14º
17100191	Nivaldo Pinto Felipe	15º

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 273/2014

PORTARIA Nº. 273, de 17 de março de 2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, Processo Nº 882/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo período de 02 (dois) anos a contar da data de 17 de março de 2014, a servidora pública municipal ANDREIA DOS SANTOS WEBER, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Portaria RH 25/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 25/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ZITA MARILSE ALVES DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 17/02/2008 a 18/05/2013, devendo folgar a partir de 19/03/2014 a 16/06/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 26/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a)

servidor(a) DANIELA WILKE, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2003 a 31/03/2008, devendo folgar a partir de 21/03/2014 a 18/06/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Decreto Nº 5.868, de 11 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.868, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 50 (cinquenta) horas extras, individualmente, pelos servidores Gilberto Fernandes de Souza, Claudiomiro Mendonça e Rogério Agostinho Laurindo, totalizando 150 (cento e cinquenta) horas, conforme escala, no período de 15 de março de 2014 a 14 de abril de 2014, em virtude da necessidade dos motoristas atenderem a demanda de transporte escolar, bem como as demais atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.867, de 11 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.867, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA ESCOLAR DO CDI FÁTIMA REGIMA, A SERVIDORA FABIANE BEILER SCHNEIDER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 24 de março de 2014, a servidora FABIANE BEILER SCHNEIDER, CPF nº 029.408.639-03 e RG nº 3.648.857-7 para o cargo em comissão de Diretora Escolar do CDI Fátima Regina, nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.387, de 13 de Março de 2014

PORTARIA Nº 3.387, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA LUCIMERE BEDUSKI MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento a servidora LUCIMERE BEDUSKI MOSER, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC III-8, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2014, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.844, de 11 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 5.844, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando a necessidade de se manter em funcionamento os serviços de saúde, no Centro de Acolhimento de Risco, Unidades de Estratégias de Saúde da Família, Serviços de atendimento Móvel de Urgência/SAMU e Vigilância Epidemiológica;

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

Considerando o período de transição até a implementação do procedimento de sobreaviso para os servidores públicos municipais;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 80 (oitenta) horas de serviço extraordinário, individualmente, pelo período de 03 (três) meses, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, pelos servidores:

Nome	Cargo	Matrícula
Odete Ostrowski Fistarol	Auxiliar de Enfermagem	8845
Luzia Elizena Bizatto	Enfermeira	7793
Jane Juçara Proença	Enfermeira	10284
José Feltrin	Auxiliar de Enfermagem	1110
Roberto Carlos Moratelli	Técnico de Enfermagem	10474
Rose Maria Venturini	Auxiliar de Enfermagem	9056
Maria Inês Aneres	Técnica de Enfermagem	9738
Vera Lúcia Ramos Rosa	Enfermeira	8445
Eduardo P. Weiss	Médico	10533

Sônia Regina Spengler	Escriturária	9752
Solange da Silva	Auxiliar de Enfermagem	10466
Gizeli Pereira	Enfermeira	10404
Heleni Pazzeti	Auxiliar de Enfermagem	7533
Rafael Weber Andrade	Recepcionista CAR	7804
Fernanda Eberhardt	Recepcionista CAR	7806
Rosa Maria Melato	Auxiliar de Enfermagem	742
Luana Mara Pereira	Médica	10467
Victor M. Manfrede	Médico	10540
Anita da Silva	Técnica de Enfermagem	10385
Neila Dal Cortivo	Enfermeira	10311
Sônia Aparecida Pereira da Silva	Auxiliar de Enfermagem	6751
Karolina Lenfers	Auxiliar de Enfermagem	7790
Jaques Moser	Auxiliar de Enfermagem	5383
Angelita de Cesari	Auxiliar de Enfermagem	8403
Isaias de Lima	Motorista de Ambulância	8769
Rony Cícero de Mendonça	Motorista de Ambulância	10438
Jorge Pereira	Motorista de Ambulância	8770
Edson Carlos Pereira	Motorista	8843
Edio Luiz Espindola	Motorista	9086
Arnaldo dos Santos	Motorista	5395
Denis Alencar Moritz	Motorista	3912
Jorge Luiz Dellarosa	Motorista de Ambulância	2739
Célio Scottini	Motorista	6794
Cristina Gabrielli Moreno	Médica	9813

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de fevereiro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Dispensa de Licitação Nº 48/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 48/2014

OBJETO: Locação de banheiros químicos para os eventos de 80 Anos do Aniversário de Gaspar. CONTRATADO: 13.065.618/0001-81 (EMPLEO LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS E GUARITAS LTDA. ME). Valor Total Julgado: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).BASE LEGAL: Art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 10 de Março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Portaria N. 17 de 17 de Março de 2014

PORTARIA N. 17 DE 17 DE MARÇO DE 2014

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE ENCANADOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR FABRICIO DE OLIVEIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1o – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 14 de março

de 2014, o servidor FABRICIO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº. 060.129.729-62 e da CI nº. 4.327.452 do cargo efetivo de Encanador do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível AOME 1 B, Ref. 27, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 17 de março de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Revogação PR 19-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REVOGOU A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 019/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/02/2014 até às 14h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/02/2014 às 15h00min.

A licitação acima encontra-se revogada por motivo de interesse público.

Os interessados poderão obter mais informações acerca da revogação na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoamos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 10 de Março de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Aviso de Cancelamento TP 01-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE HOUE UM EQUÍVOCO NA PUBLICAÇÃO DO AVISO DA LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇO N.º 001/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CALHEIROS SITUADA NA AVENIDA BELA VISTA S/Nº NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/03/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/03/2014 às 14h30min.

A Comissão de Licitação publicou erroneamente este aviso, portanto não existe esta licitação.

Agradecemos a compreensão.

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Março de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Novo Aviso de Licitação PR 26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REPUBLICARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 026/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DE GRUPOS DE MÃES E IDOSOS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/03/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/03/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Março de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Novo Aviso de Licitação PR 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REPUBLICARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 022/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA (INSTRUTOR) PARA DAR APOIO TÉCNICO A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/03/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/03/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Março de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato Contrato de Locação de Imóvel - Edital N. 20.2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 003/2014

Processo de Licitação: 020/2014 – PMG

Modalidade: Dispensa de licitação

Tipo: Locação de Imóvel

Objeto: Locação de imóvel para a instalação do CAED – Centro de Apoio Educacional.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: VLJ Empreendimentos Imobiliários LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 14.979.112/0001-40, com sede na rua 28 de Agosto, n.º 1939, Centro, Guaramirim-SC
Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) anuais.
Data da Assinatura: 10/03/2014 Vigência: 09/03/2015.

GUARAMIRIM (SC), 17/03/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Rp Nº15/2014 - Hsa

Estado de Santa Catarina
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
Município de Guaramirim
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços- 15/2014
Tipo: Menor Preço - por itens
Objeto: AQUISICAO DE MEDICAMENTOS
Entrega dos Envelopes, Credenciamento, Análise das propostas:
31/03/2014 as 09:00 horas.
Etapa de lances, abertura dos Envelopes de Habilitação:
01/04/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis, de segunda à sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 horas, pelo site: www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone: (47) 3373-9404

GUARAMIRIM, 17 de março de 2014
MÁRCIA PRUESSE
GESTORA DO HOSPITAL

Aviso de Licitação - Edital N. 06.2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 06/2014
Tipo: Menor Preço - por itens
Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS
Entrega dos Envelopes: 28/03/2014 às 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 28/03/2014 às 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 17/03/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extratos de Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 19/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: RADIO CIDADE LTDA.
OBJETO: Contratação de serviço de radiodifusão, (AM/FM), com abrangência em todo território do município para a divulgação dos atos e atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 22.809,50
VIGENCIA: 30/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 14 de março de 2014.
Dalvani Roberta Lermen,
Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 20/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: RADIO INTEGRAÇÃO DO OESTE LTDA
OBJETO: Contratação de serviço de radiodifusão (AM/FM), com abrangência em todo território do município, para a divulgação dos atos e atividades da Administração Municipal do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 23.009,00
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 14 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 21/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: RADIO TRI FRONTEIRA LTDA
OBJETO: Contratação de serviço de radiodifusão (AM/FM), com abrangência em todo território do município, para a divulgação dos atos e atividades da Administração Municipal do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 4.170,50
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 14 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 22/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2014 – CONVITE Nº. 03/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: RCO COMUNICAÇÕES LTDA
OBJETO: Contratação de serviços de divulgação e publicação em pagina indeterminada de jornal de circulação regional para veiculação de avisos, anúncios e campanha de interesse público de caráter informativo, educativo e social de todos os setores da Administração Municipal.
VALOR: R\$ 17.195,00
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 14 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 20/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: FOROESTE VEICULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículo automotor zero km para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul no transporte de pacientes, sendo Ford Fiesta Rocan Sedan.
VALOR: R\$ 42.500,00
VIGENCIA: 30/07/2014

Guarujá do Sul, SC, 17 de março de 2014.
Dalvani Roberta Lermen,
Gestora do FMS.

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 17/2014 - Pregão Presencial Nº. 10/2014.
Objeto: Contratação de mão de obra com fornecimento das respectivas peças para alongar o chassi para adaptação de plataforma para transporte de máquinas do Caminhão Volvo MHT 2042, utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul.
Propostas e Habilitação: 01/04/2014 (14:15 Documentação - 14:30 Abertura).
Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 17 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Convocação Alessandra Pogere

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora ALESSANDRA POGERE, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 044.217.649-06, aprovada em (77º) septuagésimo Sétimo lugar, do concurso público que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 17 de março de 2014
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____
ALESSANDRA POGERE

Portaria Nº 393/2014

PORTARIA Nº 393/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 2/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, lotada junto ao GEM Nossa Sra. de Fátima, turno vespertino, para atuar no CME Pequeno Príncipe, turno vespertino, a contar de 13 de março de 2014 até o término do ano letivo de 2014, conforme o art. 61 da LC Nº 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 394/2014

PORTARIA Nº 394/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (Matr. 2744), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2012 e 05 de abril de 2013, para serem gozadas a partir de 13 de março de 2014 a 11 de abril de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 395/2014

PORTARIA Nº 395/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Retorno às atividades a pedido, da Servidora INES RECH MARIN (Matr. 86), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/B, anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, a contar de 12 de março de 2014, de conformidade com a Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de agosto de 2011.

E, ATRIBUIR EXERCÍCIO à servidora supracitada, junto a EBM Cruz e Souza, para atuar no PROAPA – Projeto de Apoio Pedagógico na Alfabetização, a partir de 13 de março de 2014 até o término do ano letivo de 2014, de conformidade com a LC Nº 233//2007 e alterações posteriores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 396/2014

PORTARIA Nº 396/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os Efeitos e Prorrogar a Portaria nº 261/2014 até o término do ano letivo de 2014, da Servidora ROSIMERI SALETE CHIAMULLERA (Matr. 3798), sendo que a mesma passará a atuar na EBM Cruz e Sousa como Bibliotecária e também desenvolverá Projeto de Leitura junto ao Ensino Fundamental.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 397/2014

PORTARIA Nº 397/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "B", 40

horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de dezembro de 2012 e 14 de dezembro de 2013, para serem gozadas a partir de 14 de março de 2014 a 12 de abril de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 398/2014

PORTARIA Nº 398/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MARIZETE LÚCIA MORETTO (Matr. 3773), a partir de 14 de março de 2014, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 399/2014

PORTARIA Nº 399/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 282/2014, que contratou a Servidora GIOVANA LAZZARIS BUENO (Matr. 3816), onde se lê: "30 horas semanais"; leia-se: "20 horas semanais".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 400/2014

PORTARIA Nº 400/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ELOI LUDWIG (Matr. 3849), a partir de 17 de março de 2014, aprovado e classificado em 76º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 401/2014

PORTARIA Nº 401/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor TOMAZ ALBERTO CONRADO (Matr. 3850), para ocupar o Cargo de Provisamento em Comissão de Secretário de Habitação, Nível – Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 17 de Março de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 402/2014

PORTARIA Nº 402/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Temporariamente Ampliação de Carga Horária, de 10 para 20 horas semanais, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 3826),

o qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 1/A Anexo XI da LC Nº 316/2013, Disciplina de Informática, junto à Casa da Cultura, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 004/2014/SMECE, de 11 de fevereiro de 2014, conforme CI 030/2014 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, e, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011, a contar de 17 de março de 2014 até o término do ano letivo de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 403/2014

PORTARIA Nº 403/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora ELIZIANE RODRIGUES DA SILVA (Matr. 382), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 17 de março de 2014 a 20 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 404/2014

PORTARIA Nº 404/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de Março de 2014, da servidora SILVANA FERREIRA SARTORI (Matr. 2675), ocupante do Cargo de Provisamento em Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 405/2014

PORTARIA Nº 405/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de Março de 2014, da servidora EUGÊNIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível – 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 406/2014

PORTARIA Nº 406/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de Março de 2014, da servidora DAIANE CORREIA BAZZI (Matr. 2745), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Serviço Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 407/2014

PORTARIA Nº 407/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 807/2013, ao Servidor MARTIN DE MARCO (Matr. 3076), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, Nível – 10/2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de novembro de 2011 e 03 de novembro de 2012, para serem gozadas a partir de 17 de março de 2014 a 05 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 408/2014

PORTARIA Nº 408/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 17 de março de 2014 a 28 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC), 17 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 409/2014

PORTARIA Nº 409/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LIDIA SALETE CERVELIN (Matr.1300), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013, referente ao período

aquisitivo compreendido entre 26 de março de 2012 e 25 de março de 2013, para serem gozadas a partir de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 410/2014

PORTARIA Nº 410/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LURDES TERE-SINHA CESA (Matr.3566), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Saúde Pública, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de maio de 2012 e 10 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 411/2014

PORTARIA Nº 411/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviço Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2012 e 15 de junho de 2013, para serem gozadas a partir de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

IPREVI/HO

Resolução Comissão Eleitoral Nº 02/2014

RESOLUÇÃO/COMISSÃO ELEITORAL Nº 002/2014

"HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS PARA OS CARGOS DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO IPREVI-HO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAQUELINE RAZERA, Presidente da Comissão Eleitoral das Eleições Gerais do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe a Resolução IPREVI-HO nº 008/2014, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 0179/2005;

Considerando a deliberação da Comissão Eleitoral das Eleições Gerais do IPREVI-HO constante na Ata nº 02/2014;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014;

Considerando o disposto no edital de Convocação IPREVI-HO Nº 001/2014 que abre as inscrições e fixa as normas para o processo eleitoral dos Conselhos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO;

RESOLVE:

Art. 1º Registrar as candidaturas dos servidores municipais ativos e inativos formando a nominata dos candidatos ao cargo de Conselheiro a concorrerem nas eleições do IPREVI-HO, previstas para os dias 26 e 28 de março do corrente, ao mandato 2014-2017; sendo:

Ao Conselho de Administração:

Representante dos ativos:

Melissa Demo;

Regina Augusta Steffani Parize;

Silvana Lazzarini Bulla;

Valdemar do Amaral e Silva.

Representante dos inativos e pensionistas:

Divo Pedro Paludo.

Ao Conselho Fiscal:

Kelli Cristina Waldrigues Molh;

Leila Bottega de Col;

Sirlei de Fátima Miguelão.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 01 (um) dia útil para impugnação de qualquer candidatura.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 14 de março de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Presidente da Comissão Eleitoral das Eleições Gerais do IPREVI-HO

Registro das Candidaturas ao Cargo de Conselheiro do Iprevi-Ho Para Eleições de 26 E 28 de Março.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS REGISTRADOS
PARA CONCORREREM AO CARGO DE
CONSELHEIRO DO IPREVI-HO
- 26 E 28 DE MARÇO/2014 -

Herval d'Oeste, em 14 de março de 2014.

A Comissão Eleitoral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

REPRESENTANTE DOS ATIVOS:

MELISSA DEMO

REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE

SILVANA LAZZARINI BULLA

VALDEMAR DO AMARAL E SILVA

REPRESENTANTE DOS INATIVOS:

DIVO PEDRO PALUDO

CONSELHO FISCAL:

KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL

LEILA BOTTEGA DE COL

SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO

Ibiam

PREFEITURA

Aviso de Pregão

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014
SRP: 006/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados serviços de transporte para Idosos do Município de Ibiam, pelo período de 12 meses.

Entrega dos envelopes: 31/03/2014 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 31/03/2014 às 08:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 17 de Março de 2014.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Retificação de Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014
EDITAL DE CONVITE Nº 001/2014
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que o edital acima citado sofreu alteração de prazo de abertura. Desta forma o edital de CONVITE que tem por objeto a aquisição de uma colhedora de forragem e uma carreta agrícola basculante, com pneus novos, para a Secretaria de Agricultura do Município de Ibiam.

Onde se lê: Entrega dos envelopes: 21/03/2014 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 21/03/2014 às 08:30 horas

LEIA-SE: Entrega dos envelopes 26/03/2014 até as 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 26/03/2014 as 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 17 de Março de 2014.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Portaria 034/2014

PORTARIA N.º 034, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

“INSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAR PLANTA DE VALORES.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inc. VII, do Art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no § 3º do Art. 16 da LC Nº 001/98, RESOLVE:

Art. 1.º Ficam nomeados os servidores JULIANA LIZOT, CARMELITA CHIESA TRAGANCIN e LAELCIO ANTONIO GASANIGA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão que elaborará e apresentará planta de valores, destinada a embasar o Decreto que estabelecerá a planta definitiva de valores para efeito de lançamento e cobrança de tributos municipais para o exercício financeiro de 2014.

Art. 2.º Para apoio Técnico, a Comissão poderá solicitar a colaboração do Departamento Técnico da AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 3.º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o Relatório.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
18 DE FEVEREIRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2616/2014

DECRETO N.º 2616, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

“ESTABELECE PRAZO DE VALIDADE, DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO COM O MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando que os Entes Federados atribuem as Certidões Negativas de débito de sua emissão, prazo de 60 (sessenta) dias;

Considerando que prazo inferior, ocasiona transtornos aos Contribuintes;

Com amparo no Artigo 88, Inciso VII –XIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1.º As Certidões Negativas de Débito, e ou as Certidões de Regularidade Fiscal emitidas pelo Município, terão validade de 60 (sessenta) dias a contar da Data de sua expedição.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
14 DE MARÇO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO CASANIGA
SECREATRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2615/2014

DECRETO Nº 2615, DE 14 DE MARÇO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001, DE 29 DE JANEIRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o resultado da prova escrita (objetiva) realizada no dia 10 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Divulga notas da prova objetiva por cargo do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2014, conforme EDITAL nº 001, de 29 de janeiro de 2014, para os seguintes cargos:

Professor II - Área de atuação: Educação Infantil - habilitado (Ensino Superior)			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média Final	Classificação
16	Lorizete T. L. Gonzatto	16,80	1º
05	Mariza Dalazen Laidnes	15,70	2º
01	Silmara Tesck de Oliveira	11,30	3º
02	Juçara Recalcatti da Silva	10,90	4º

Professor I - Área de atuação: Educação Infantil - não habilitado (cur-sando Ensino Superior)			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média Final	Classificação
10	Marli Fátima M. da S. Mattos	12,80	1º
19	Delézia Orzzatto Micheluzzi	12,00	2º
13	Mirian Tonetta	9,60	3º
24	Andréa Schmidt C. da Silva	7,20	4º
11	Gabriela Padilha Campanharo	6,00	5º

Professor II - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – habilitado (Ensino Superior)			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média Final	Classificação
18	Cácia Ap. Gonzatto Araldi	17,60	1º
22	Magda R. Polo Titon	17,20	2º
07	Andréia T. Ferrari Lamperti	16,50	3º
12	Simone Slongo de Oliveira	15,70	4º
14	Elisiane Osório Fagundes	13,70	5º
23	Suelen G. Figueiredo Jordão	10,90	6º
15	Erica Thomé Laidnes	8,50	7º

Professor I - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – habilitado (Magistério)			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média Final	Classificação
20	Sandra Luiza Carlesso	11,10	1º

Professor I - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – não habilitado (cur-sando Ensino Superior)

Nº Insc.	Nome Candidato	Média Final	Classificação
17	Simara Ap. Trevi-sol Slongo	10,80	1º

Art. 2º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 14 DE MARÇO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2608/2014

DECRETO N.º 2608, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ESTABELECE A PLANTA DE VALORES PARA EFEITO DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DO ITBI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 88, Inciso VII, da Lei Orgânica, c/c § 3º do Art. 16 da Lei Complementar N.º 001/98 – Código Tributário do Município, e;

Considerando o Relatório da Comissão nomeada pela Portaria N.º 034, de 18 de Fevereiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1.º A Planta de Valores para efeito de Lançamento do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis no Exercício de 2014, obedecerá a seguinte Tabela:

I - Construção de Alvenaria R\$ 149,89 (ao metro quadrado)
II - Construção de Madeira R\$ 43,12 (ao metro quadrado)
III - Edificações Mistas (Madeira/Alvenaria) R\$ 88,85 (ao metro quadrado)
IV - Terreno Urbano R\$ 7,42 (ao metro quadrado)
V - Terreno Rural R\$ 8.000,00 (ao alqueire/24.200 m²)

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto N.º 2453, de 09 de Janeiro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC,
26 DE FEVEREIRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO CASANIGA
SECRETRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Portaria Nº 039/2014

PORTARIA Nº 022, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO DO SERVIÇO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o requerimento da servidora protocolado em 27 de janeiro de 2014, junto ao Setor de Pessoal;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigos 29 e 30, da Lei Municipal nº 255 – Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do cargo público de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência A, a servidora PAULA RENATA DA COSTA MOREIRA, em decorrência do seu pedido de exoneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
03 DE FEVEREIRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 040/2014

PORTARIA Nº 040, DE 05 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA O SR. SERGIO ANTONIO RAMOS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – CC-3, o Sr. SERGIO ANTONIO RAMOS, nomeado através da Portaria nº 053, de 04 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 041/2014

PORTARIA Nº 041, DE 05 DE MARÇO DE 2014
"NOMEIA O SR. SELMO LUIZ LAIDNES PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:
Art. 1º. Nomear o Sr. SELMO LUIZ LAIDNES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de

21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 042/2014

PORTARIA Nº 042, DE 05 DE MARÇO DE 2014
"NOMEIA O SR. SERGIO ANTONIO RAMOS PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:
Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente – Nível CC-2 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, o Sr. SERGIO ANTONIO RAMOS, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Extrato Tac Segundo Professor

EXTRATO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
In – Inquérito Civil nº : 06.2013.00001205-7
Interessado: Município de Ibiã

Objeto: Apurar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes, portadoras de deficiência, matriculados no Centro Educacional Eliziane Titon, no Município de Ibiã, ante a negativa ou excessiva demora no fornecimento de um atendimento especializado, notadamente a disponibilização de um segundo professor, bem como de atendimento fonoaudiólogo, o que inclusive pode configurar ato ímprobo a ser imputado ao Prefeito Municipal de Ibiã e ao Secretário de Educação Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo do Contrato 26-2013 FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 26-2013 FME

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo Aditivo do Contrato 26-2013 FME.

Objeto: Locação de imóvel situado na rua Estrada Geral Alto Baú, Alto Baú, Ilhota, SC, CEP: 88320-000, destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Alto Baú.

Contratado(a): GERVASIO HENCHE

Valor: R\$ 8.000,04 (oito mil reais e quatro centavos).

Prazo: 01/01/2014 à 31/12/2014

Ilhota SC, 30 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 04/2014

DECRETO Nº 04 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Acrescenta itens à tabela de serviços e fixa valores a serem cobrados na prestação de serviços a particulares, através do uso de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Ilhota, disciplinados conforme a Lei nº 1663, de 12 de março de 2011.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.12 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Acrescenta os itens 9 a 18 a tabela de serviços correspondente ao Anexo I da Lei nº 1663/2011, que autoriza a prestação de serviços a particulares e disciplina a sua utilização, correspondente a utilização de equipamentos que o Município de Ilhota adquiriu no período de 2013 a 2014 e estipula o preço a ser cobrado pela sua utilização.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 13 de março de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR(R\$)	SC/KM/HS/UM
01	Inseminação	35,00	Unidade
02	Pá Carregadeira	60,00	Hora
03	Caminhão-Toco	35,00	Hora
04	Caminhão Trucado	55,00	Hora
05	Retroescavadeira	40,00	Hora
06	Escavadeira Hidráulica – Convênio nº 18887/2009-5-SDR-BNU	60,00	Hora
07	Escavadeira Hidráulica	75,00	Hora

08	Motoniveladora	70,00	Hora
09	Trator de Pneu 80cv	40,00	Hora
10	Plantadeira de milho 3 linhas	40,00	Diária (24hs)
11	Roçadeira	40,00	Diária (24hs)
12	Arado de 3 discos	40,00	Diária (24hs)
13	Platina traseira	40,00	Diária (24hs)
14	Grade aradora	50,00	Diária (24hs)
15	Forageira	100,00	Diária (24hs)
16	Vagão Forrageiro	50,00	Diária (24hs)
17	Enxada rotativa	120,00	Diária (24hs)
18	Distribuidor de Calcário	80,00	Diária (24hs)

Portaria N. 318/2014

PORTARIA Nº 318/2014

NOMEIA SERVIDORA DO MUNICÍPIO COMO RESPONSÁVEL PELO CONTRATO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma da Lei, resolve:

Art. 1º Nomear VANESSA CRISTINA PONTALDI, servidora responsável pelo contrato número 10/2014, com base no art. 67 da Lei nº 8.666/93, bem como cumprindo o disposto no Termo de compromisso PAR nº 201301335/2013 e Pregão Eletrônico 16/2013/FNDE/MEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 05 de Março de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 07-2014 PMI

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO 07-2014 PMI

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato do Contrato 07-2014 PMI.

Objeto: Locação de um imóvel situado na rua 21 de junho, nº 338, sala 03, Centro, Ilhota, SC, CEP: 88320-000, área total de 48m², para instalação e utilização do PROCON.

Contratado(a): PAULO AFONSO SCHNAIDER

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Prazo: 11/03/2014 à 11/01/2015

Ilhota SC, 11 de março de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 045.2014

DECRETO PMI Nº 045, de 12 de março de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.360, de 12 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para novo item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.40.00.00.00.00.00.0091	Transferências a Municípios	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de março de 2014.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 042.2014

DECRETO PMI Nº 042, de 1º de março de 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da

Fazenda, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;

II – a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;

III – a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

IV – a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;

V – a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;

VI – a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;

VII – a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;

VIII – o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;

IX – o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;

X – o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal da Fazenda tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Secretaria Adjunta;

Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Tesouraria

Departamento de Controle Tributário

1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento

2. Coordenadoria de Cobrança e Dívida Ativa

3. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

c) Gerência do Cadastro Fiscal

1. Departamento de Apoio Operacional

d) Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral

e) Gerência de Atualização Cadastral Imobiliário

f) Gerência de Contabilidade Pública

1. Departamento de Controle Contábil

g) Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da

Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Adjunto(a)	Secretaria Adjunta	1	Remuneração	3.700,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Adjunto(a)	Gratificação	2.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	5	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 148, de 21 de outubro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de março de 2014.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Anexo Único
(Decreto PMI nº 042/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão

sob sua gestão;

- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas

respectivas

- Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de

sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;

- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;

- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 042.2014

DECRETO PMI Nº 042, de 1º de março de 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;

II – a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;

III – a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

IV – a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;

V – a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;

VI – a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;

VII – a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;

VIII – o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;

IX – o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;

X – o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal da Fazenda tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Secretaria Adjunta;

Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Tesouraria

Departamento de Controle Tributário

1. Coordenação de Arrecadação e Lançamento

2. Coordenação de Cobrança e Dívida Ativa

3. Coordenação de Fiscalização Tributária

c) Gerência do Cadastro Fiscal

1. Departamento de Apoio Operacional

d) Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral

e) Gerência de Atualização Cadastral Imobiliário

f) Gerência de Contabilidade Pública

1. Departamento de Controle Contábil

g) Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Adjunto(a)	Secretaria Adjunta	1	Remuneração	3.700,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Adjunto(a)	Gratificação	2.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	5	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 148, de 21 de outubro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de março de 2014.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 042/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

– a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;

– a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;

– a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

– a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;

– a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;

– a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;

– a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;

– o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;

– o registro e controle contábeis da administração financeira e

patrimonial e o registro da execução orçamentária;
 - o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos

- programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
 - controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
 - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
 - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
 - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 044.2014

DECRETO PMI Nº 044, de 05 de março de 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de janeiro de 2013 e da Lei Complementar nº 4.349, de 12 de fevereiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional,

os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI – edição e controle de atos normativos, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gerência de Gestão Pública;
 - 1.Coordenadoria de Emissão de Carteira do Trabalho;
 - 2.Coordenadoria do Serviço Postal Comunitário
- b) Gerência de Tecnologia da Informação
 - 1. Departamento de Infraestrutura da Informação - DITI
 - 2. Departamento de Documentação e Patrimônio
- 2.1Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM
- c) Gerência de Atos Normativos
- d) Diretoria de Licitações
 - 1. Departamento de Análise Procedimental
- e) Diretoria de Suprimentos
 - 1.Departamento de Recepção e Expedição de Materiais;
 - 2.Departamento de Expedição de Materiais
- f) Gerência de Pessoal
 - 1.Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho
- g) Gerência de Defesa Civil

III – órgão colegiado:

- a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;
- b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	5	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	4	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 031 de 17 de fevereiro 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de março de 2014.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 044 /2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- administração e normas de pessoal;
- gestão de materiais e do patrimônio;
- aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- reprografia e digitalização de documentos públicos;
- elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- edição e controle de atos normativos, com a respectiva

publicidade legal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua

gestão;

- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)**Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:**Denominação: Gerente:****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua

gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)**Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Errata Portaria PMI Nº 004.2014**ERRATA**

Estado de Santa Catarina

Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria PMI nº 004/2014, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 1445 de março/2014, p.224, retifica-se a referida Portaria para a redação correta, tornando-se sem efeito a publicação na edição 1445:

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 004, de 10 de março de 2014.

Nomeia os membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 4.175, de 18 de abril de 2013,

Considerando o Ofício SECULT nº 024, de 06 de março de 2014, instruído no Processo nº 3226/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, os seguintes membros titulares e suplentes:

I- Representantes do Poder Público:

Titulares
Suplentes
Fabiana de Jesus
Tânia Bittencourt Mota Alves
Márcia Aparecida da Silva Luiz
Luciano Faustina da Rosa
Liliane de Souza Miguel Braun
Nelma Pereira da Rosa

II - Representantes da Sociedade Civil:

Titulares
Suplentes
Maristella Matos Vieira
Aliatar Silveira Neto
Kleid Valéria de Araújo Speck
Maria Aparecida Pamato Santana
Adilsander Bulso Sampaio
Geneval Fernandes Laurentino

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de março de 2014.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI Secult 2014/20L A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SECULT 2014/20L A/00
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 9.697,34 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.
VALÉRIA FABIANA C RODRIGUES
Secretária Municipal da Secult
Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Oeste 2014/20D A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR OESTE 2014/20D A/00
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 35.737,84 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.
RAFAEL DE SOUZA MARTINS
Secretária Municipal da Sdr Oeste
Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sedurb 2014/20G A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDURB 2014/20G A/00
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 22.199,54 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.
EDUARDO DOS PASSOS NUNES
Secretário Municipal da Sedurb
Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2014/20E A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/20E A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 113.256,77 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

NIVALDO MARQUES GABRIEL

Secretário Municipal da Sdr - Norte

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2014/20J A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/20J A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 171.075,99 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal da Sdr - Norte

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Setur 2014/20K A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/20K A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 15.089,20 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

ADILSON JORGE SILVESTRE

Secretário Municipal da Setur

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Pgm 2014/20H A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI PGM 2014/20H A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 9.697,34 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

DANIEL VINICIO ARANTES NETO

Secretário Municipal da Procuradoria

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Seap 2014/20B A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAP 2014/20B A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR

SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 110.349,29 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

EVALDO DE SOUZA

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2014/20 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR SUL 2014/20 A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 42.773,33 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal da Sdr - Sul

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sefaz 2014/20C A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2014/20C A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 31.739,99 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

IVAN VITÓRIO

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sedes 2014/20M A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDES 2014/20M A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 9.697,34 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

ANTONIO CLESIO COSTA

Secretário Municipal da Sedes

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Segov 2014/20F A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEGOV 2014/20F A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 15.233,60 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

CADIR GARBELOTO CARGNIN

Secretário Municipal de Governo

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Seduc 2014/20A A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/20A A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 252.400,56 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretária Municipal de Educação

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sesporte 2014/20N A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014/20N A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 9.697,34 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

OMAR PACHECO

Secretário Municipal da Sesporte

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEAGP 2014/20I A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/20I A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR

SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 25.997,81 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal Administração

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2014/03 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/03 A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 348.139,28 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

MARIA MARTINS DOS PASSOS

Secretária Municipal Saúde

Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seash 2014/01 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/01 A/00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SDR OESTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 48.526,16 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 06 de março de 2014.

SELMA ELIAS WESTPHAL
Secretária Municipal Seash
Contratante

IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO
Representante Legal
Contratada

Extrato Convenio 002/2014 - Colonia dos Pescadores
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 002/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação e a colônia de pescadores Z13. FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.339, de 22 de janeiro de 2014.. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município visando à manutenção material e pedagógica da "Creche Angela Amim". VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) no decorrer do exercício financeiro de 2014.. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação orçamentária de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

VIGÊNCIA: De 27/01/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. Antônio Carlos Teixeira, presidente da colônia de pescadores Z-13

Extrato de Termo de Convênio Nº 006/2014-Oriallan
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 006/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o CENTRO DE ORIENTAÇÃO ALTERNATIVA ÁGUA NASCENTE - ORIALAN. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.342, de 06 fevereiro de 2014. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 12.000,00(doze mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 13- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 12/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Jossina da Rosa Pires, Presidente do Centro de Orientação Alternativa Agua Nascente- ORIALAN

Extrato de Termo de Convênio 007/2014O Lanche da Amizade de Imbituba-
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 007/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o Lanche da Amizade de Imbituba. FUNDAMENTO: Lei Municipal Nº 4.344, de 06 de fevereiro de 2014. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município a LANCHE DA AMIZADE DE IMBITUBA, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente

Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática (13) 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080 transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 17/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Ivone Lopes de Oliveira, presidente do Lanche da Amizade de Imbituba.

Extrato de Termo de Convênio 011/2014Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 011/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.345, de 06 de fevereiro de 2014.. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, conforme funcional programática (26) 10.302.0014.2.061.3.3.50.00.00.00.00.00.0106, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 17/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Maria de Lurdes Jeremias de Souza, presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Extrato de Termo de Convênio 005/2014- Força Positiva.
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 005/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a Força Positiva. FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.346, de 06 fevereiro de 2014 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade.VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 8.160,00(oito mil, cento e sessenta reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 13-123.0004 20 04.3.3.50.00.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 13/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. Joselito Lunelli Sena, Presidente da Força Positiva.

Extrato de Termo de Convênio 008/2014 Associação Santa Paulina
MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 008/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a Associação Santa Paulina FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4348, de 12 de fevereiro de 2014. OBJETO: O objeto do presente convênio

consiste na concessão de auxílio financeiro do Município ASSOCIAÇÃO SANTA PAULINA, visando à cobertura das despesas referente a manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda.

, conforme funcional programática (13)04.123.0004 2004.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 21/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e PE. José Eduardo Bittencourt, Presidente da. Associação Santa Paulina.

Extrato do Edital de Abertura - Processo Seletivo Simplificado -Edital PMI/Cersp/Pss/Semusa Nº 04/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERPSS/SEMUSA Nº 04/2014
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 3.597, de 10 de dezembro de 2009; 3.690, de 24 de maio de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010; 3.777, de 4 de novembro de 2010 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Visitador Sanitário e Agente Comunitário de Saúde.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Visitador Sanitário	Diploma de conclusão de ensino Fundamental	RT	40h	R\$ 724,00
Agente Comunitário de Saúde - área 13 (Limpa/Sambaqui)	Diploma de conclusão de ensino Fundamental e residir na área de atuação.	RT	40h	R\$ 724,00

Agente Comunitário de Saúde - área 15 (Vila Sto Antônio/ Morro do Mirim)	Diploma de conclusão de ensino Fundamental e residir na área de atuação.	RT	40h	R\$ 724,00
--	--	----	-----	------------

*RT = Reserva Técnica

Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 19/03/2014 a 26/03/2014 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Rua : Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina. das 13:00 às 19:00.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br

Extrato de Termo de Convênio 013/2014 Liga das Escolas de Samba de Imbituba -Lesi

MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 013/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Turismo e a Liga das Escolas de Samba de Imbituba -LESI. FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.359, de 25 de fevereiro de 2014 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro para cobertura de parte das despesas com a realização do Carnaval de Rua 2014. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de turismo.

VIGÊNCIA: De 26/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr PAULO ROBERTO DARCY Presidente da Liga das Escolas de Samba de Imbituba -LESI

Extrato de Termo de Convênio 015/2014-Imbituba Atlético Clube-Iac

MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 015/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Turismo e o IMBITUBA ATLÉTICO CLUBE-IAC FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.352, de 25 de fevereiro de 2014.. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro para suprir despesas com Carnaval 2014. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de turismo. VIGÊNCIA: De 27/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr ROBSON MARTINS FERNANDES, Presidente do IMBITUBA ATLÉTICO CLUBE - IAC

Extrato de Termo de Convênio 016/2014 Associação Cultural E Carnavalesca Mariscão da Zimba

MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 016/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Turismo e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESKA MARISCÃO DA ZIMBA .FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4357, de 25 de fevereiro de 2014. OBJETO O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESKA MARISCÃO DA ZIMBA, visando à cobertura das despesas referente a cobertura de parte das despesas de manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Turismo .

.VIGÊNCIA: De 26/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr CELIO DE OLIVEIRA Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESKA MARISCÃO DA ZIMBA.

Iomerê

PREFEITURA

Portaria 2344/2014

PORTARIA Nº 2344 DE 05 MARÇO DE 2014
Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada Nível 6 – Atividades de Nível Operacional, concedida ao servidor HELIO MIGUEL DE JESUS.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 2146 de 23 de abril de 2013.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de março de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2345/2014

PORTARIA Nº 2345 DE 05 DE MARÇO DE 2014
Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 5 – Atividades de Administração Geral II, à HÉLIO MIGUEL DE JESUS, ocupante do

cargo efetivo de Motorista de Caminhão, para exercer outras funções além da atividade do cargo.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 5 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 05 de março de 2014
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2346/2014

PORTARIA Nº 2346 DE 05 DE MARÇO DE 2014
Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 6 – Atividades de Nível Operacional, à ADIRCE THOMAZI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, para exercer atividades na recepção da Unidade Sanitária.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 6 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 05 de março de 2014
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2347/2014

PORTARIA Nº 2347 DE 05 DE MARÇO DE 2014
Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 6 – Atividades de Nível Operacional, à GRAZIELE FALETTI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, para exercer atividades na recepção da Unidade Sanitária.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 6 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 05 de março de 2014
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretario de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial 0020/2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
Edital de Pregão Presencial 0020/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0020/2014 para recuperação de caminhão placas MCK9194. A abertura das propostas se dará no dia 31/03/2014 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 17 de março de 2014
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Edital de Credenciamento 01/2014 - PMI

Município de Iomerê
Edital de Credenciamento 01/2014 - PMI

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas editoras de jornais de circulação no Município de Iomerê para publicação quinzenal de anúncios institucionais em meia página colorida no formato 26x16cm, com conteúdo de responsabilidade do Município. Cópia do Edital ou mais informações no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 17 de março de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 161/2014 de 14 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

MARCIA BENVENUTTI, sob a Matrícula 2265-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.163.228 e do CPF 026.736.319-25, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional João Jacob Nicoden, para o período de 14/03/2014 a 12/12/2014.sem processo seletivo em função do pedido de exoneração de Luciane Rauber dos Santos até a convocação pelo Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 14/03/2014.

Ipumirim - SC, 14 de março de 2014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 162/2014 de 17 de Março de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

:A MAURO ANTONIO GABARDO, matrícula 100-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 11/04/2011 a 10/04/2012 e gozo de 03/03/2014 a 22/03/2014 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia relativo ao período de 23/03/2014 a 02/04/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17/03/2014.

Ipumirim - SC, 17 de março de 2014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 163/2014 de 17 de Março de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA NOMEADA EM CARGO DE COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

:A ROSELI SALETE ZANATTA, matrícula 2116-4, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/03/2013 a 03/03/2014 e gozo de 18/03/2014 a 16/04/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18/03/2014.

Ipumirim - SC, 17 de março de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Extrato da Ata de Reg. de Preços do PL 9, PP 3-Toalhas Idosos-Roberto Mistura Me

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 9/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014, do PROCESSO Nº 9/2014, homologado aos 17 de março de 2014, cujo objeto é aquisição de toalha de Banho e Rosto para os Idosos do Município, para os itens constantes na ata abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.9.9631 de 17 de março de 2014

FORNECEDOR: ROBERTO MISTURA-ME, situada na RUA JOÃO MOREIRA FILHO 428-SALA, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.817-000 Município de Guatambu-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.292.359/0001-33, representado pelo Srº ROBERTO MISTURA, CPF: 060.000.569-07.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Toalha de Banho 100% algodão tam. mínimo 0,70 x 1,35	UN	600,00	GROH	9,79	5.874,00
2	Toalha de rosto 100% algodão tam. mínimo 0,41 x 0,70	UN	600,00	GROH	3,47	2.082,00
Valor Total Registrado					7.956,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 5, PP 3-2014-Passagens

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 5/2014

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014, do PROCESSO Nº 5/2014, homologado aos 14 de março de 2014, cujo objeto é: aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.5.6163 de 14 de março de 2014

FORNECEDOR: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, situada na RUA OSVALDO ZANDAVALLI, 927, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.343.094/0001-63 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.844.757, representado pelo Srº LIRIO ZONTA, CPF: 093.976.989-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	Transporte de paciente de Ipumirim até Concórdia	UN	150,00		8,25	1.237,50
10	Transporte de paciente de Concórdia até Ipumirim	SER	150,00		8,25	1.237,50
Valor Total Registrado					2.475,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.5.6938 de 14 de março de 2014

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, situada na AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, Nº 2445, município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.176.082/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.274.297, representado pelo Srº , RUI CARAMORI, CPF: 170.895.909-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis	SER	200,00	Reunidas	109,70	21.940,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia	SER	180,00	Reunidas	110,75	19.935,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville	SER	60,00	Reunidas	129,51	7.770,60
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia	SER	60,00	Reunidas	129,89	7.793,40

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Transporte de paciente de Concórdia/SC à Curitiba/ PR	SER	50,00	Reunidas	70,31	3.515,50
6	Transporte de paciente de Curitiba/PR à Concórdia/SC	SER	50,00	Reunidas	82,75	4.137,50
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00	Reunidas	103,88	2.077,60
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00	Reunidas	101,33	2.026,60
Valor Total Registrado					69.196,20	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 10, PP 4-Generos Alimentícios Dmer

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 10/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014, do PROCESSO Nº 10/2014, homologado aos 14 de março de 2014, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6017 de 17 de março de 2014

FORNECEDOR: SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP, situada na RUA D. PEDRO II,68, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.569.756/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.081.130, representado pelo Senhor MOACIR BONISSONI, CPF: 291.955.190-68.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são,	KG	100,00	SOUZA E FILHOS	2,35	235,32
3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, 750ml	UN	200,00	KOLLER	2,17	434,02
4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VE	KG	400,00	FRIGORIFICO EFAPI	12,90	5.160,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	400,00	FRIGORIFICO EFAPI	10,45	4.180,00
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	300,00	FRIGORIFICO EFAPI	13,95	4.185,00
7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA	KG	100,00	SOL ALIMENTOS	19,50	1.950,00
8	Refrigerante 2 litros, nos sabores cola e limão	FR	700,00	SCHIN	3,31	2.318,26
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado	PCT	1.000,00	EKO FELIZ	9,62	9.620,29
10	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM	KG	100,00	SOL ALIMENTOS	12,60	1.260,00
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	150,00	FRIGORIFICO	10,40	1.560,00
12	CEBOLA -de boa qualidade (que não esteja batida e estragada)	KG	70,00	SOUZA E FILHOS	1,92	134,22
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	40,00	HOREBE	2,17	86,80
14	Pepino em conserva	V	170,00	TERRA VIVA	3,75	637,09
15	AÇÚCAR REFINADO 5 KG	PCT	250,00	UNIAO	8,24	2.059,20
16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G, COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA	CX	300,00	MELLITA	8,98	2.693,67
17	REPOLHO - de boa qualidade	UN	30,00	SOUZA E FILHOS	3,49	104,58
18	Óleo de soja lt 900 ml	UN	150,00	COAMO	2,53	379,11
19	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	PIKO	2,38	952,88
20	SAL REFINADO IODADO 1KG	KG	60,00	5 ESTRELAS	1,18	70,60
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	AMIGO	8,05	805,36
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	MELLITA	2,57	256,54
24	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	60,00	SAFRA	11,54	692,66

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
33	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada,	KG	50,00	SEARA	5,80	290,00
37	Mortadela de carne de frango ou peru, magra, com aspecto,	KG	50,00	PERDIGAO	6,80	340,00
38	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA DE	UN	3.000,00	SABOR COLONIAL	1,80	5.400,00
39	Açúcar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	CRISTAL BRATTI	7,79	389,40
40	CESTA BÁSICA	UN	600,00	PRÓPRIA	65,00	39.000,00
Valor Total Registrado					85.195,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6091 de 17 de março de 2014

FORNECEDOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.004.541/0001-90 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.718.395, representado pelo Senhor GILBERTO LOCATELLI, CPF: 291.963.880-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo es	KG	500,00	KATY PÃO	4,70	2.350,00
Valor Total Registrado					2.350,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.8920 de 17 de março de 2014

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, situada na RUA RODRIGUES ALVES Nº 825 D, município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.919.156/0001-94 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. nº 254.648.533, representado pela Senhora RENATA RAQUEL AHLF, CPF: 005.351.199-92.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
23	Farinha de Trigo Especial -pct 5 Kg.	PCT	100,00	MARX	8,68	867,71
25	Fermento Químico em pó, pacote 250gr	PCT	60,00	MONOPOL	4,49	269,30
26	SAGU DE MANDIOCA TIPO 1 PCT 250 GR	PCT	50,00	PRATA	3,04	152,18

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
27	chocolate em pó pct 01 kg	PCT	60,00	APTI	7,80	467,81
28	Leite em Pó instantâneo 400 g	LT	25,00	AURORA	9,36	234,03
29	OVOS EMBALADOS	DZ	60,00	PEDAL	3,83	229,80
30	BALAS SORTIDA PCT 600 GRAMAS	PCT	150,00	TUFANO	6,22	932,28
31	Bolacha salgada pacote com 400 gramas	PCT	100,00	PRODASA	3,80	380,43
32	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS	UN	50,00	PIRACANJUBA	2,95	147,47
34	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento	KG	60,00	REAL	1,41	84,64
35	AMIDO DE MILHO PCT / 01 KILO	UN	100,00	APTI	3,60	359,92
36	COCO RALADO - 100 gr	PCT	100,00	INGA	2,74	274,43
Valor Total Registrado					4.400,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Extrato de Contrato Nº 08/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2014

Objeto: Prestação de serviço de Implantação e treinamento, para os Sistemas ESUS e PEC, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Valor: R\$ 7.800,00 (Sete Mil Oitocentos Reais)

Assinatura: 10/03/2014 Vigência: 01/03/2014 À 31/08/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533, Bairro



CENTRO, cidade de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18.

Extrato de Contrato Nº 09/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 9/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA PR IF = "PE" "PREGÃO ELETRÔNICO" "" IF PR = "TP" "TOMADA DE PREÇOS" "" IF PR = "CC" "CONCORRÊNCIA PÚBLICA" "" IF PR = "LE" "LEILÃO" "" IF PR = "CA" "CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO" "" Nº 1/2011, Processo de Licitação nº 7/2011, homologado em 16 de maio de 2011.

Objeto: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 13/2.011, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E, DE OUTRO LADO, BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO CAMILO, NA FORMA ABAIXO.

Valor: R\$ 100.153,17 (Cem Mil Cento e Cinquenta e Três Reais e Dezessete Centavos)

Assinatura: 17/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

Ata de Reunião de Julgamento do PL 9, PP 3-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 24/02/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de toalha de Banho e Rosto para os Idosos do Município.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 12 de Março de 2014, às 14:40 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 9/2014, Licitação nº 3/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Frâncio e a servidora Pública Municipal Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA, H.F. COMERCIAL LTDA neste ato sem representante presente, ASSCON-PP ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI-EPP, ROBERTO MISTURA ME, OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA -ME e TECIDÃO COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA. Devido a um problema na máquina registradora de protocolos, as empresas tiveram seus envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, protocolados manualmente, através de carimbo. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim fez o Srº DAIANE ROSA sócia proprietária da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA -ME, o Srº ALFERIO ANTONIO PARIZOTTO sócio proprietário da empresa TECIDÃO COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA, o Srº ELITON JOSÉ DEITOS BASI representante credenciado da empresa SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA, o Srº ROBERTO MISTURA sócio proprietário da empresa ROBERTO MISTURA ME e o Srº CRISTIANO TROMBETTA representante credenciado da empresa ASSCON-PP ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI-EPP. Salientamos que a empresa H.F. COMERCIAL LTDA encaminhou os envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação pelo correio, via sedex. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa somente as empresas SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA e TECIDÃO COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA não se credenciam como microempresa as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Entretanto a empresa vencedora deverá entregar as amostras em um prazo máximo de 2(dois) dias úteis, conforme item 5 subitem 5.1 do presente Edital. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Ante o exposto os representantes legais das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 9631 - ROBERTO MISTURA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Toalha de Banho 100% algodão tam. mínimo 0,70 x 1,35	UN	600,00	GROH	0,0000	9,79	5.874,00
obs: Obs: as toalhas deverão ser embaladas em papel p/ presente uma a uma.							
2	Toalha de rosto 100% algodão tam. mínimo 0,41 x 0,70.	UN	600,00	GROH	0,0000	3,47	2.082,00
Obs: as toalhas deverão ser embaladas em papel p/ presente uma a uma.							
Total do Participante ----->							7.956,00
Total Geral ----->							7.956,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 24/02/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 12 de Março de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 9, PP 3-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 24/02/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2014
- b) Licitação Nr.: 3/2014-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 17/03/2014
- e) Objeto da Licitação aquisição de toalha de Banho e Rosto para os Idosos do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ROBERTO MISTURA ME (9631)

1 Toalha de Banho 100% algodão tam. mínimo 0,70 x 1,35 UN 600,00 0,0000 9,79 5.874,00

obs: Obs: as toalhas deverão ser embaladas em papel p/ presente uma a uma. - Marca: GROH

2 Toalha de rosto 100% algodão tam. mínimo 0,41 x 0,70. UN 600,00 0,0000 3,47 2.082,00

Obs: as toalhas deverão ser embaladas em papel p/ presente uma a uma. - Marca: GROH

Total do Fornecedor: 7.956,00

Total Geral: 7.956,00

Ipumirim, 17 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 136/2014

PORTARIA Nº 136/2014.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

ALTERAR, em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora de Matemática IVONETE FURST, passando de 10 para 20 horas semanais, cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei, equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores ACTs do município.

A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a partir de 03/02/2014 até 30/04/2014, para atuar junto ao NE Pres. Adolfo Konder, na disciplina de Matemática, em vaga excedente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/02/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 137/2014

PORTARIA N º. 137/2014.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

NOMEAR em data de 07/03/2014, sob o regime de trabalho estatutário, CLEVERTON DIONE RODRIGUES, nascido em 23/06/1988, portador do CPF n º 072.131.839-82, RG. n º 4.819.141, SSP/SC, para exercer o cargo de Motorista (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 138/2014

PORTARIA N º 138/2014.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora HILDA FRANCIELE FRANCO, nascida em 27/05/1985, portadora do CPF n º 045.971.049-41, RG. n º 4.470.401, SESP/SC, contratada para as atividades de Professora de Arte ACT através da Portaria nº 078/2014, em 03/02/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 027/2014/SME, passando de 30 para 40 h/sem, para no período de 10/03/2014 à 30/04/2014, atuar junto ao Ensino Fundamental do GE Dalmo Edson Sfair, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 146/2014

PORTARIA N º. 146/2014.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR a contar de 20/01/2014, SANDRO BORGES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Motoniveladora, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/01/2014.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 031/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 139/2014

PORTARIA N º 139/2014.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REDUZIR a pedido, a carga horária do contrato de trabalho da professora efetiva ANDREIA CRISTINA DA SILVA PONTES, nascida em 25/04/1978, portadora do CPF nº 026.303.779-00, RG nº 3.552.539, SESP/SC, reduzindo-se 10 h/sem, passando assim, de 40 h/sem para 30 h/sem em caráter efetivo e irrevogável, a partir de 01/03/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 141/2014

PORTARIA N º 141/2014.

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, a contar da data de 04/03/2014, a servidora ANDREA APARECIDA KOPECKI, das atividades de Professora de Arte ACT (40h/sem), para as quais foi contratada em data de 03/02/2014, através da Portaria n º 068/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Janeiro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 142/2014

PORTARIA N º 142/2014.

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, a contar da data de 06/03/2014, a servidora GISLAINE ESTRIZER STRAUBE, das atividades de Professora ACT (20h/sem), para as quais foi contratada em data de 03/02/2014, através da Portaria n º 081/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 143/2014

PORTARIA Nº. 143/2014.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO DA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, em data de 08/03/2014, a servidora ZELINDA SCHEMCZSEN do cargo de Técnica de Enfermagem, para o qual foi nomeada em 01/08/2010, através da Portaria nº 235/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/03/2014.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de fevereiro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Declaração 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos X, da Lei n.º 8.666/93, consolidada" para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)", com o objeto de locação de imóvel para funcionamento do Posto de Saúde na Localidade do Rio Branco, declarou a dispensa de licitação, para a celebração de contrato com o Senhor JOSÉ NIEJELSKI, com o objeto de locar o imóvel: Um imóvel de propriedade do Senhor José Niejelski, sendo uma sala comercial com área de 160m², sito à Localidade do Rio Branco, ao lado do Pavilhão da Igreja Católica, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 14.813, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC e Declaração de Anuência,

valor mensal R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), valor total para o período de 01/03/2014 a 28/02/2015 de R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais).

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 17 de março de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
PRESIDENTE

Extrato de Justificativa 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 07/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita locar o seguinte imóvel: Um imóvel de propriedade do Senhor José Niejelski, sendo uma sala comercial com área de 160m², sito à Localidade do Rio Branco, ao lado do Pavilhão da Igreja Católica, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 14.813, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC e Declaração de Anuência.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Senhor José Niejelski, em razão de serem considerados vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado dentro da localidade, de fácil acesso, perto do Pavilhão da Igreja Católica, local onde já funcionava o posto de Saúde em anos anteriores, por isso de conhecimento dos moradores a sua localização, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades de Posto de Saúde. Conforme justificativa da Senhora Giseli Kempinski – Secretária Municipal da Saúde, através do Ofício nº 057/2014, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS, IMOBILIARIA GIACOMINI, em anexo ao processo.

Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais), conforme indicado no Ofício nº 054/2014.

Sendo que após consulta, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme avaliações imobiliárias, anexos ao processo.

Justificativa – Considerando vários fatores favoráveis como: centralizado dentro da localidade, de fácil acesso, perto do Pavilhão da Igreja Católica, local onde já funcionava o posto de Saúde em anos anteriores, por isso de conhecimento dos moradores a sua localização, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades de Posto de Saúde, e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS E IMOBILIARIA GIACOMINI LTDA, em anexo.

Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)".

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente processo contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária, do Orçamento vigente para o Exercício de 2014:

(Projeto Atividade 2.032 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica:

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 17 de março de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PATRICIA FABIANE FRONCZAK
PRESIDENTE

Portaria N º 144/2014

PORTARIA N º. 144/2014.
EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder exoneração por motivo de Aposentadoria, em data de 01/03/2014, a servidora OSMILDA DE FÁTIMA MALLMANN, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, no qual foi admitida em 02/05/1984.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de março de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 147/2014

PORTARIA N º. 147/2014.
NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei nº 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital nº 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 06/03/2014, GISLAINE ESTRIZER STRAUBE, nascida em 23/11/1977, portadora do CPF nº 045.040.569-92, RG nº 4.343.061 SSP/SC, para o desempenho das funções de Conselheira Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Março de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 148/2014

PORTARIA N º. 148/2014.

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, a servidora GISLAINE PERPÉtua BUSSI, das atividades de Professora ACT (20h/sem), para as quais foi contratada em data de 03/02/2014, através da Portaria n º 081/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Março de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 117/2014 - Publicação de Errata

PORTARIA N º. 117/2014.

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei nº 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital nº 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 01/03/2014, LENIR DRANKA DE LIMA, nascida em 26/11/1966, portadora do CPF nº 638.613.569-53, RG. nº 1.797.762, SESP/SC, para o desempenho das funções de Conselheira Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 118/2014 - Publicação de Errata

PORTARIA N º. 118/2014.

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei nº 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital nº 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 01/03/2014, DANIEL APPEL, nascido em 25/05/1967, portador do CPF nº 732.763.839-34, RG. nº 2.313.594, SESP/SC, para o desempenho da função pública de Conselheiro Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 119/2014 - Publicação de Errata

PORTARIA N º. 119/2014.

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei nº 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital nº 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 01/03/2014, JOELMA MARIA MAIA BRAND, nascida em 23/11/1968, portadora do CPF nº 025.301.979-62, RG. nº 1.795.375, SESP/SC, para o desempenho da função pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 120/2014 - Publicação de Errata

PORTARIA N º. 120/2014.

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei n.º 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital n.º 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 01/03/2014, SIMONE KONKEL MIKATOWICZ, nascida em 09/05/1977, portadora do CPF n.º 025.215.189-56, RG n.º 3.535.331 SESP/SC, para o desempenho da função pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital**

Processo Licitatório n.º 22/2014 - Pregão Presencial n.º 19/2014 – Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de máquina com equipamento, nas pedreiras do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 1º de abril de 2014, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 1º de abril de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17 de março de 2014.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Edital

Processo Licitatório n.º 23/2014 - Pregão Presencial n.º 20/2014 – Objeto: Registro de preços para aquisição de material escolar e de expediente, para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 02 de abril de 2014, até às 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 02 de abril de 2014, às 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17 de março de 2014.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Extrato de Contrato**

Extrato do contrato de prestação de serviços n.º 08/2014. Objeto: Prestação de serviços de consultas médicas pré-operatórias e pós cirúrgicas para pacientes encaminhados para realização de cirurgia eletiva através da Campanha de Cirurgias Eletivas do Sistema Único de Saúde-SUS. Empresa contratada: Associação de Caridade São Vicente de Paulo. Valor: O valor da prestação será dos serviços será de R\$ 60,00 (sessenta reais) por consulta realizada. Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Itaiópolis, 17 de dezembro de 2014.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga**PREFEITURA****Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 44/2014

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 44/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos para reforma do Prédio da Prefeitura de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 28 de março de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 17 de março de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 13/2014

O Município de Itapiranga – SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 13/2014, cujo objeto é a aquisição de compressor odontológico, destinado para os gabinetes odontológicos da Secretaria de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 28 de março de 2014. Maiores

informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 12 de fevereiro de 2014.
LUIS CARLOS STEFFENON
Adm. Fundo Municipal Saúde

Portaria Nº 84/2014

Portaria nº 84 de 12 de março de 2014.
O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Clécio Loewenstein sob matrícula nº 11090/03, a partir de 12/3/2014, conforme Atestado Médico apresentado.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 12 de março de 2014.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
IVAIR PAULO TAVARES
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Notificação Nº 02-14-CC Nº 05-14-Carga de Gás - Abertura de Propostas

NOTIFICAÇÃO

À
Empresa: COMPANHIA ULTRAGÁS S.A.
Empresa: CJM COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS EIRELLI-ME
CNPJ/MF: 61.602.199/0234-44
CNPJ/MF: 16.985.597/0001-00

O Município de Itapoá, através do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade CONVITE Nº 05/2014 - PROCESSO Nº 18/2014 - OBJETO: Aquisição de carga de gás par auso no centro de preparação da Merenda escolar da rede Municipal de ensino, conforme especificações do anexo I do edital, após análise do recurso interposto pela empresa NEWS COMÉRCIO DE GÁS E CONVINIENCIA LTDA, e findo o prazo de contrarrazão pelas das empresas participantes do pleito licitatório, análise que resultou na improcedência do pedido mantendo-se a recorrente INABILITADA ao pleito. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de proposta será 25/03/2014 às 11h:30min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e contratos- sala de reuniões.

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Errata - Pregão Nº 18-14 - Processo Nº 28-14 - Aquisição de Saibro

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 – REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2014 - PROCESSO Nº 28/2014
DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 28 de março de 2014. HORÁRIO: 09h:30min (abertura)

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e transporte de 30.000 m³ de saibro de rocha britado, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

AONDE LÊ-SE

6.5.6.8 Autorização para extração e comercialização de seixo expedito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

6.5.6.9 Licença Ambiental de Operação para Extração de Seixo de Cava.

PASSA A VIGORAR:

6.5.6.8 Autorização para extração e comercialização de saibro expedito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

6.5.6.9 Licença Ambiental de Operação para Extração de saibro de Rocha Britado.

Justificam-se os termos desta errata, como erro material e erro de digitação.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EUCLIDES GOULART SANCHES
DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Errata-Convite Nº 06-14- Aquisição de Trófeus E Medalhas

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 20 de março de 2014 – Horário de entrega de envelopes até: 09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: CONVITE nº 06/2014 - Processo nº24/2014 – Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para uso da Secretaria de Esporte e Juventude nos eventos que serão realizados nos meses de março a dezembro de 2014, conforme especificações constantes no anexo I do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 24/03/2014 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 11h:30min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 12h:00min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Termo de Prorrogação Nº 08-14- Contrato Nº 96-13-Reforma Monteiro Cabral

TERMO ADITIVO N.º 08/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 96/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, o Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, com sede á Rua Leopoldo Sprenger, nº 208, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual n.º 255.229-828, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. JANUÁRIO LUIZ NUNES, portador do CNPF/MF nº 378.917.319-34 e do CI.RG nº 5/R 832.332 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a reforma e ampliação da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 1.164,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 09/2013 – PROCESSO Nº 110/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 96/2013 em 30 (trinta dias) contados a partir do dia 14 de março de 2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 96/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º

96/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 14 de março de 2014.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA

DOCA CASA E JARDIM LTDA ME
JANUÁRIO LUIZ NUNES

Testemunhas:
NOME: CNPF/MF:

NOME: CNPF/MF:

Ata Sessão Publica Pregão 12.14

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014 –

ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 17/03/2014, a partir das 10:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000012/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS DE 1 º LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
JK PNEUS LTDA
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA
MODELO PNEUS LTDA
GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA

Representantes (Credenciados)
JK PNEUS LTDA
LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES
MODELO PNEUS LTDA
GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA
SANDER ESTEVAO PANISSON

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante

a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Ítems	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.670,0000	0,0000
2	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	1.888,0000	0,0000
3	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	2.150,0000	0,0000
4	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	428,0000	0,0000
5	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	544,0000	0,0000
6	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	980,0000	0,0000
7	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	960,0000	0,0000
8	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	1.885,0000	0,0000
9	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	835,0000	0,0000
10	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	440,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	29.346,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	41.600,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em)

à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supraindicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 17/03/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALERIO PACHECO
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Assinantes	Assinatura
Representantes	
JK PNEUS LTDA	
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	
MODELO PNEUS LTDA	
GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA	
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	

Joaçaba

PREFEITURA

Ordem de Paralisação

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, a paralisação dos serviços para a recuperação do pavimento dos passeios públicos com lajotas de concreto (etapa 04), em trechos das Ruas Getúlio Vargas, Francisco Lindner e Felipe Schmidt, no Município de Joaçaba, SC, objeto do Contrato nº 145/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 107/2013 - PMJ – Edital TP nº 21/2013 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 14/01/2014, haja vista a necessidade de serviços de drenagem pluvial na esquina da Rua Felipe Schmidt com a Francisco Lindner, a cargo da Secretaria de Infraestrutura do Município. A paralisação acontecerá a partir de 14/03/2014 até 18/04/2014 (35 dias), ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 13 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA.
CONTRATADA
ANDRE LEMOS VIEIRA

Ordem de Paralisação

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a paralisação dos serviços de demolição de arquibancada do Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova e da estrutura do Ginásio Ivo Silveira, objeto do Contrato nº 138/2013/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 122/2013 - PMJ – Edital TP nº 23/2013 - PMJ,

cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 20/12/2013, haja vista que os serviços de retirada dos assentos e vigas pré moldadas das arquibancadas a cargo da Secretaria de Infraestrutura do Município, ainda não foram executados, impedindo a continuidade dos serviços contratados. A paralisação acontecerá a partir de 14/03/2014 até 13/05/2014 (60 dias), ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 13 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
CONTRATADA
SIMAR JOSÉ ROSA

Ordem de Serviço Nº228/2014 - Recebida Em 14/03/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 228/2014

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, CNPJ/MF nº 09.223.659/001-81 a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de ampliação da capacidade e da segurança e implantação de terceiras faixas de rolamento no Acesso Adolfo Ziguelli, neste Município de acordo com o Processo de Licitação nº 120/2013/PMJ – Edital CC nº 10/2013/PMJ, homologado no dia 11/03/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 9.253.081,05 (nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitenta e um reais e cinco centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 159/2014/PMJ, de 11 de março de 2014. O prazo para início dos serviços é de até 15 (quinze) dias da data de recebimento da presente Ordem de Serviço e a execução é de até 18 (dezoito) meses contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2014.
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo _____
CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM ____ / ____ / ____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Homolog PL 20/2014

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições,

resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 20/2014/PMJ,
- Modalidade: PP 17/2014/PMJ.

Objeto: a aquisição, de forma parcelada, de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas, para as atividades da Coordenadoria de Serviços Públicos durante o exercício financeiro de 2014, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

EMPRESAS VENCEDORAS:
EGIDIO NASATO JUNIOR VALOR R\$ 28.404,50

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Cont. 160/2014 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2014/PMJ
PL 20/2013/PMJ – PP 17/2014/PMJ
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: EGIDIO NASATO JUNIOR

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de mudas de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas para as atividades da Coordenadoria de Serviços Públicos durante o exercício financeiro de 2014, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 28.404,50(vinte e oito mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.046 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

42 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2014
DATA DE ASSINATURA: 12/03/2014
RAFAEL LASKE
Prefeito

Edital de Chamada Pública - Secretaria de Educação PROCESSO SELETIVO

"Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, baixa este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, até a data de 11 de julho de 2014, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços

essenciais à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 02/2013 – Processo Seletivo e Edital 01/2014 de Chamada Pública, culminados com a desistência de inúmeros candidatos aprovados, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias, até a data de 11 de julho de 2014, para o ano letivo de 2014 na rede municipal de ensino, e;

Considerando a ausência de professores a serem convocados nos Editais anteriores, nas disciplinas de Inglês, Português, e Educação Física.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL :

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Portuguesa	1.676,69	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Estrangeira/ Inglês	1.676,69	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental/ Educação Física	1.676,69	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

A data determinada para a inscrição na Chamada Pública para os cargos acima referidos será dias 17 e 18 de março de 2014, das 13h30min às 18h30min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

As vagas existentes são nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês e Educação Física.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. O resultado será divulgado na data de 19/03/2014, em seguida os candidatos aprovados serão convocados por ordem crescente da classificação, conforme a necessidade.

4.2. A convocação para contratação será feita via contato telefônico, ou via correio eletrônico, e pelos demais meios oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC.

V – PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) cópias dos documentos pessoais e originais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação em licenciatura com data atualizada, na habilitação exigida e especialização;
- c) se possuir comprovante de tempo de serviço, na rede municipal de ensino.

VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- b) Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- c) Professores cursando licenciatura na área que pretende atuar;
- d) Maior tempo de serviço na área de atuação.

6.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior idade, e, persistindo a igualdade, precederá o sorteio entre os mesmos.

6.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior idade, e, persistindo a igualdade, precederá o sorteio entre os mesmos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- CPF;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Histórico Escolar;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside.
- Declaração de Bens.

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 10 de março de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal

JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO
Secretário da Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____ / ____ / ____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Normativa 03/2014
NORMATIVA Nº 03/2014

O Secretário de Educação, do Município de Joaçaba, no uso de atribuições conferidas pelo art. 19 e seus incisos da Lei Complementar nº 173, de 11 de março 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, que o aluno deverá entregar a solicitação de passe juntamente com o comprovante de residência atualizado e o atestado de frequência na Secretaria da Escola, a qual deverá arquivar toda a documentação.

Art. 2º - As Escolas deverão enviar a relação dos novos beneficiários de passe escolar, com o nome completo do aluno, ano, período e endereço completo atualizado até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês para a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Os pedidos efetuados após o 15º (décimo quinto) dia útil serão atendidos 30 (trinta) dias úteis após a efetiva comunicação a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - O aluno deverá entregar a sobra de passe na Secretaria da escola até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês subsequente e a Gestora deverá enviá-los para a Secretaria Municipal de Educação até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, em 17 de março de 2014.
JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Adit. 34/2013 TA 02
CONTRATO Nº 34/2013/PMJ – TA 02
LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MARCOS WEISS, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.205.690/0001-42, com sede na Rua Frederico Mayer, nº 477, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, representada por seu sócio administrador, Sr. ARTUR LINDNER, brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade nº 11/C 457.006-SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 103.499.109-44, residente na Rua Frederico Mayer, nº 477, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, por este instrumento particular, as partes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 34/2013/PMJ, firmado em 20/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2013/PMJ - Termo de Dispensa de Licitação nº 1/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de imóvel localizado na Avenida Rio Branco, nº 85, centro, Joaçaba, SC, para o desenvolvimento de atividades da pré-escola do Centro Educacional Roberto

Trompowsky, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO E DO REAJUSTE

O valor ajustado inicialmente entre as partes fica reajustado em 5,2593%, relativo à variação do INPC no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, passando o valor mensal a ser pago ao LOCADOR de R\$ 4.336,80 para R\$ 4.564,89 (quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), a contar de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
LOCATÁRIO

MARCOS WEISS
Prefeito em Exercício

CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - LOCADOR
ARTUR LINDNER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

SIMAE

Ata Registro de Preços - Produtos Químicos
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2013

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0047/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Químicos para utilização no tratamento da água distribuída pelo SIMAE à população dos município de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0047/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – Cloro Gás Acondicionado em Cilindros de aço 50 a 68kg, Quantidade – 8.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado – HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, no valor de R\$ 6,35 o Kg;

Item 02 – Coagulante Inorgânico Catiônico Pré Polimerizado, Quantidade – 150.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado – AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 1,14 o Kg;

Item 03 – Ácido Fluossilícico Líquido, Quantidade – 30.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado – AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,70 o Kg;

Item 04 – Cal Hidratada Especial para tratamento de água, Quantidade – 36.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado – AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,84 o Kg;

Item 05 – Hipoclorito de Sódio Líquido, Quantidade – 7.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado – Buschle & Lepper S/A, no valor de R\$ 1,25 o Kg;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0047/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes;
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de envio da

Autorização de Fornecimento-AF ou Nota de Empenho-NE.

4.2 Após o recebimento da AF ou NE, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio – SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão ser produzidos e entregues seguindo o disposto na norma ABNT NBR 15784:2009 – Produtos Químicos utilizados no tratamento de água, destaca-se especialmente as concentrações de impurezas estabelecidas nos Anexos A e B da referida norma.

4.5 Conforme estabelecido no art.13 da Portaria 2.914/11 deverão ser apresentados:

- a) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e;
- b) Laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.7 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.8 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, no caso de eventual problema que venham a ser detectados com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa contratada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e Policloreto de alumínio.

4.9 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.10 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.11 Na eventual necessidade de se realizar manutenção nos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a contratada fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

4.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar

Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.15 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.16 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetuado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor

correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega dos Produtos Químicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF ou Nota de Empenho- NE, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Fornecer junto com os produtos Laudos de atendimento de requisitos de saúde e inopacidade;
- Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:
1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não

cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 18 de Dezembro de 2013.

ANA PAULA PEREIRA
Pregoeira

Equipe de Apoio
ELIANE APARECIDA CERON VIER
LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

EMPRESAS
RODRIGO TAVARES
BUSCHLE & LEPPER S/A

JOSÉ ROBERTO HERNANDES
AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

DANIELE SARABANDO
HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

Portaria JHL 049/2014

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 049/2014 18.03.2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido a Servidora Ana Paula Pereira do cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência F-1, Matrícula 129, lotada na Diretoria Administrativa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de Março de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori
DIRETORA PRESIDENTE
Joaçaba-SC, 18 de Março de 2014.

Balancete Financeiro Fevereiro 2014**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.200.267,56	Despesa Orçamentária	742.883,00
RECEITA PATRIMONIAL	49.009,66	Despesas exceto Intra-orçamentárias	644.591,06
RECEITA DE SERVIÇOS	1.072.930,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	323.588,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.356,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	314.769,10
RECEITA DE SERVIÇOS	11.957,78	INVESTIMENTOS	6.232,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13,35	Despesas Intra-orçamentárias	98.291,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.600,14
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.691,80
Receita Extra - Orçamentária	1.292.415,10	Despesa Extra - Orçamentária	1.645.651,18
DEPÓSITOS	153.361,63	DEPÓSITOS	138.409,88
CONSIGNAÇÕES	103.345,87	CONSIGNAÇÕES	100.486,21
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.549,58	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.549,58
PENSAO ALIMENTICIA	4.426,56	PENSAO ALIMENTICIA	4.426,56
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	15.229,55	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.169,20
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	40.346,28	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	39.677,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.813,06	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.682,48
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	25.980,84	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	25.980,84
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	50.015,76	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.923,67
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	11.837,33	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	37.923,67
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	38.178,43	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.507.108,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.138.920,25	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.503.808,76
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.137.314,49	FORNECEDORES	311.431,98
FORNECEDORES	311.537,61	PESSOAL A PAGAR	323.588,99
PESSOAL A PAGAR	323.588,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	79.788,86
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	98.291,94	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	18.054,23
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	18.423,60	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	770.944,70
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	385.472,35	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.299,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	1.605,76	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.299,32
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	1.605,76	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	133,22
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	133,22	RECEITAS PENDENTES	133,22
RECEITAS PENDENTES	133,22	RECEITAS A CLASSIFICAR	133,22
RECEITAS A CLASSIFICAR	133,22		
Saldos anteriores	6.430.200,42	Saldos atuais	6.534.348,90
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.245.655,25	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.324.470,35
BANCO C/ MOVIMENTO	53.288,14	BANCO C/ MOVIMENTO	66.589,63
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	131.257,03	POUPANÇA	143.288,92
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	8.922.883,08	Total	8.922.883,08

JOACABA , 14/03/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

Lages**PREFEITURA****Rerratificação PP 37-2014 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 PML

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE TRÂNSITO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br . As demais cláusulas permanecem inalteradas

Lages, 14 de março de 2014.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

TP 04-2014 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 04-2014 SMS

Objeto: Prestação de Serviços de instalações elétricas

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 11/04/2014 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 287.133,34

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de março de 2014.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 022/2014**

D E C R E T O Nº 022/2014

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Contadora Rosana Benedet, juntamente com o Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, autorizados a realizarem as seguintes movimentações da conta bancária do Fundo Municipal da Saúde de CNPJ nº 11.292.440/0001-86 mantidas na Caixa Econômica Federal – Agência 4453-9 Lauro Müller/SC:

1 - CONTA CORRENTE

EMITIR CHEQUES;

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;

AUTORIZAR COBRANCA;

UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;

SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;

ENDOSSAR CHEQUE;

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;

CANCELAR CHEQUES;

BAIXAR CHEQUES;

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;

EFETUAR SAQUES – POUPANCA;

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;

EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER –RPG;

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/

AASP;

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;

EMITIR COMPROVANTES;

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA.

2 – OPERAÇÕES

CONCEDER ABATIMENTOS;

UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;

CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;

EFETUAR ACORDOS;

EMITIR DUPLICATAS;

ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;

ASSINAR ORCAMENTO;

ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;

ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;

ASSINAR INSTR DE CREDITO;

ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;

ASSINAR MENCAO ADICIONAL;

ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;

ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 023/2014

DECRETO Nº 023/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 245.571,49 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO NOVA

3.1.90.00.00.1134 - Aplicação Direta R\$ 245.571,49

Total: R\$ 245.571,49

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 134 (Fundeb 60%), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 024/2014

DECRETO Nº 024/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito

suplementar no valor de R\$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 -Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 93

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 92.000,00

Total: R\$ 92.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 -Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 92

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 62.000,00

DOTAÇÃO 94

3.3.90.00.00.0116 – Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total R\$ 92.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 025/2014

DECRETO Nº 025/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

DOTAÇÃO 154

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total: R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

DOTAÇÃO 155

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 06/2014

Edital de Convocação n. 06/2014

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2013, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 27/03/2014, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Cristiano Frederico C. de Souza	Agente de Defesa Civil	1º
Ilson Pitt	Agente de Defesa Civil	2º
Alessandra C. dos Santos	Agente de Defesa Civil	3º
Adevilson Carlos Pires	Assistente Social	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 07/2014

Edital de Convocação n. 07/2014

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 27/03/2014, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Rosane Regina de Souza	Psicólogo	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Extrato Inexigibilidade de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 13/2014

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 018/2014, no uso de suas atribuições legais faz publicar a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55. da Lei n. 8.666/1993, visando à contratação de serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, através da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina –Epagri. contemplando as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT. No valor contratual de R\$25.000,00

Lebon Régis, 17 de Março de 2014.

MAIRON LEONAN

Presidente.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Contrato Nº 014/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 014/2014 – PMLL

Por este instrumento de compra de venda, de um lado, a empresa Mineral Água Park Empreendimentos e Participações LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.372.640/0001-10, com sede na Rua Mineral, s/n, Limoeiro, na cidade de Brusque/SC, doravante denominados VENDEDORES, neste ato representado pelo senhor NIVERT FICHER Diretor da Empresa Mineral Água Park Empreendimentos LTDA, e o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cuja prefeitura se situa na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, professora, CPF nº 951.539.009-59 e RG/SC nº 2.257.855, residente na rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 45, Centro, Leoberto Leal/SC, tem justa e contratada a COMPRA E VENDA de uma área de terras, segundo as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Vendedora é a legítima possuidora e proprietária de um TERRENO URBANO, sem benfeitorias, situado na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nesta cidade, contendo a área superficial de 112.969,50 m² (cento e doze mil e novecentos e sessenta e nove metros, cinquenta decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações, partindo-se do um marco M-1 cravado na extremidade Oeste, junto a Rua Mainolvo Lehmkuhl, segue-se por cerca de alambrado confrontando com Irma Petri Estevão, com a distância de 19.67m e o azimute de 127°55'37" até o marco M-2; desse, segue-se por cerca de alambrado com Irma Petri Estevão com a distância de 10,72m e azimute de 220°43'43" até o marco M-3; desse segue-se por linha seca, confrontando com Arlecio Hamm com a distância de 20,16m e azimute de 91°03'36" até o marco M-4 (marco de Concreto); desse segue-se por linha seca, confrontando com Arlecio Hamm com a distância de 851,53 metros e azimute de 93°34'37" até o Marco M-5; desse, segue-se por linha seca, confrontando com Adelina Lopes Estevão com a distância de 123,17m e os azimutes de 32°51'22" até o marco M-6; desse, segue-se por linha seca, confrontando com Firmino Hercilio Dias, com a distância de 380,95 e azimute de 274°10'15" até o marco M-7 (marco de Pedra) desse segue-se por linha seca, confrontando com Firmino Hercilio Dias, com a distância de 261,57m e azimute de 273°52'31" até o marco M-8 (marco de Pedra), desse, segue-se por linha seca, confrontando com Firmino Hercilio

Dias, Rua Mainolvo Lehmkuhl e Ailton Luiz Estevão com a distância de 431,06m e o azimute de 274°20'42" até o marco M-9; desse, segue-se por cerca de arame confrontando com Sintriall, com distância de 79,84m e azimute de 189°43'56" até o marco M-10; desse, segue-se por linha seca confrontando com COHAB com a distância de 50,04m e o azimute de 96°34'13" até o marco M-11; desse, segue-se por cerca de arame, confrontando com COHAB com a distância de 84,30m e o azimute de 95°59'38" até o marco M-12 segue-se por linha seca, confrontando com a Rua Mainolvo Lehmkuhl, com a distância de 18,25m e azimute de 95°59'38" até o marco M-13; desse, segue-se por linha seca, confrontando com a Rua Mainolvo Lehmkuhl, com a distância de 17,53m e azimute de 226°57'34" até o marco M-1 início desta descrição. Matriculado no cartório de registro de imóveis de Ituporanga sob o nº 23.375.

CLÁUSULA SEGUNDA - Parte do terreno acima descrito, consiste na área de 13.388,16 m² (treze mil trezentos e oitenta e oito metros e dezesseis decímetros quadrados), foi declarada de UTILIDADE PÚBLICA pelo MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do DECRETO nº 013, de 24 de Fevereiro de 2014, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, o qual, embora não transcrito, intera este instrumento, dele fazendo parte inseparável, para a construção de um Ginásio Municipal de Esportes, no perímetro urbano. A área desapropriada possui as seguintes medidas e confrontações, iniciando no marco M-12, cravado na extremidade leste, junto a RUA MAINOLVO LEHMKHUL, segue por linha seca confrontando com a RUA MAINOLVO LEHMHUL, com a distância de 79,38 m e o azimute de 46°27'24" até o marco M-19; desse segue-se por cerca de arame confrontando com MINERAL ÁGUA PARK EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES LTDA com a distância de 18,98 m e o azimute de 316°07'03" até o marco M-20; desse segue-se por cerca de arame confrontando com MINERAL ÁGUA PARK EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES LTDA com a distância de 16,38 m e o azimute de 45° 33'18" até o marco M-21; desse segue por linha seca confrontando com AILTON LUIZ ESTEVÃO com a distância de 176,65 m e o azimute de 274°20'42" até o marco M-9; desse segue-se por cerca de arame confrontando com SINTRIAL, com distância de 79,84 m e o azimute de 189°43'56" até o marco M-10; desse segue-se por linha seca, confrontando com COHAB - (Prefeitura Municipal de Leoberto Leal) com a distância de 50,04 m e o azimute de 96°34'13" até o marco M-11; desse segue-se por cerca de arame, confrontando com COHAB - (Prefeitura Municipal de Leoberto Leal), com a distância de 84,30 metros e o azimute de 95°59'38" até o marco M-12 início desta descrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Diante da Declaração Para Fins de Desapropriação e da Avaliação Efetuada pelo Município, a VENDEDORA concorda com o valor proposto, transformando, por isso, as partes em amigável a presente desapropriação.

CLÁUSULA QUARTA - Assim, o preço de venda justo, certo e contratado é de R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais), que deverá ser pago sempre até o dia 30 dos respectivos mês conforme demonstrado abaixo:

4.1 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) no mês de Fevereiro.

4.2 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais) no mês de Março.

4.3 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) no mês de Maio.

4.4 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais), no mês de Junho, ficando desde já o MUNICÍPIO, imitado na posse e autorizado a executar obras, Edificações, terraplanagem e outras que necessitar, ficando desde já autorizado a averbar e registrar este contrato no cartório de registro de imóveis de Ituporanga.

CLÁUSULA QUINTA - Declara a VENDEDORA que a área de terra desapropriada encontra-se livre e desembaraçada de ônus de qualquer natureza, responsabilizando-se pela evicção e pelo

pagamento de todos os impostos que incidirem sobre a mencionada área até a presente data, juntando as anexas certidões negativas de débito, de ação judicial e outros ônus reais.

CLÁUSULA SEXTA - O presente instrumento obriga os herdeiros e sucessores das partes a qualquer título.

CLÁUSULA SÉTIMA - A VENDEDORA se obriga a outorgar ao Município a indispensável escritura pública, assim que o Município efetuar e concluir as necessárias medições, memoriais e outras providências para sua lavratura e registro imobiliário.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas com medições, memoriais, escritura pública e outras providências necessárias correrá por conta do Município, cumprindo a VENDEDORA, ao receber o pagamento, garantir a exatidão e o respeito pelas extremas da área desapropriada, sem qualquer atrito com os confrontantes.

CLÁUSULA NONA - A VENDEDORA entrega, neste ato, ao MUNICÍPIO traslado de PROCURAÇÃO PÚBLICA, tendo como MANDATÁRIO o Secretário Municipal de Administração Contabilidade e Finanças, Senhor RENATO ROBERTO OTTO, CPF Nº 038.850.849-37, outorgado-lhe poderes para, firmar a escritura pública, requerimentos, documentos, averbações, desmembramentos e amembramento necessários para transferência do domínio e registro da área desapropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA - A VENDEDORA, na eventual hipótese de o MUNICÍPIO ser obrigado a exigir o cumprimento deste contrato na via judicial, se sujeita ao pagamento de todas as despesas, custas, honorários advocatícios, inclusive sucumbências se infringir qualquer das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato é realizado em caráter irrevogável e irretratável, não sendo permitido às partes arrependimento ou desistência de qualquer natureza, independentemente da alegação, ficando as partes por si, seus herdeiros ou sucessores obrigadas ao seu cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir eventuais dúvidas ou entendimentos, provenientes deste contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma com as testemunhas abaixo identificadas, para que surta os seus efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma com as testemunhas abaixo identificadas, para que surta os seus efeitos de direito.

Leoberto Leal/SC, 26 de Fevereiro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

MINERAL ÁGUA PARK EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 03.372.640/001-10

Testemunhas:
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. G. HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

1º Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº 029/2013 - PMLL

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2013 – PMLL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Manoel Francisco da Costa, nº 2010, Bairro Vieiras, Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.632.093/0007-64, neste ato representada pelo Senhor ANGELO ALBERTO CHIODINI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 583/2014 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 044/2013 – Pregão Presencial nº 036/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 029/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO”.

I – “O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do Tambor de graxa 170 Kg rolamento de lítio do tipo múltiplas aplicações-Grau NLGI 2, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:”

GRUPO I – ÓLEO LUBRIFICANTE:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
09	Tambor de graxa 170 Kg rolamento de lítio do tipo múltiplas aplicações-Grau NLGI 2	SHELL	4,85 %	R\$ 1.731,03

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 029/2013, do Processo de Licitação nº 044/2013, modalidade Pregão Presencial nº 036/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer

outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 029/2013-PMLL.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de março de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

AGRICOPPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 26/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas, no dia 01 de abril de 2014, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 17 de março de 2014.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal.

Contrato 39/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 39/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a construção de dois pórticos em estrutura de concreto armado com estrutura metálica nos acessos ao município, em regime de empreitada global (material e mão de obra).

Valor Total: R\$ 329.975,33

Vigência: 13 de setembro de 2014.

Assinatura: 17 de março de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Parecer Jurídico

PARECER JURÍDICO

Parecer nº. 2/2014

Requerente: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Objeto: Processo Administrativo – P.L. 91/2013, Pregão 60/2013

Interessado(a): Lídia Marsaioli da Silva – ME

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado em face de violação contratual por parte de Lídia Marsaioli da Silva – ME, através Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, pelo fato da contratada não ter entregado os materiais que apregoados no processo licitatório nº 91/2013, modalidade de pregão presencial nº 60/2013. Após a instauração do devido processo, a contratada foi devidamente notificada, conforme se verifica à fl. 113 c/c fl. 116.

No processo que fora aberto, foi oportunizado à ampla defesa, bem como franqueado à produção de provas e vista dos autos.

A notificação foi recebida em 28/02/2014, conforme se verifica no Aviso de Recebimento – AR, objeto nº SF 15798492 8 BR, fl. 116 e histórico de rastreamento, fl. 117.

O prazo para a interposição de eventual defesa foi firmado em 10 (dez) dias. Portanto, iniciou-se em 03/03/2014 (segunda-feira) e findou-se em 12/03/2014 (quarta-feira).

Não foi apresentada defesa. Todavia a contratante entregou os materiais licitados em 10/03/2014, tendo a Secretaria os recebido, fl. 118v.

Veio para análise.

É o necessário relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se no presente processo administrativo que a Administração Municipal observou todas as formalidades legais atinentes ao devido processo legal e ao contraditório e ampla defesa, como direitos fundamentais garantidos pela Carta da República.

Também constata-se que o processo seguiu os ditames legais ditados pela Lei que regulamenta o pregão, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e as aplicações que forem cabíveis referente à Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Todos os direitos da contratada foram observados.

As determinações legais, tanto da lei do pregão, quanto da lei de licitações foram observadas quando se trata da fixação de sanções pelo fato de descumprimento contratual.

Desta feita, o item 14 do Edital (fl. 16) e da minuta do contrato em anexo (fl. 25), preveem as penalidades a serem aplicadas pelo

município em caso de descumprimento do avençado.

A penalidade dita mais grave é a previsão decorrente do art. 7º da Lei 10.520/2002, que trata do impedimento em licitar.

Todavia, verifica-se que a Secretaria recebeu os produtos licitados, mesmo aberto o processo administrativo por inexecução do contrato.

Desta forma, mesmo que com atraso injustificado, o contratante cumpriu com sua obrigação, não ensejando a presunção de que tenha agido com má-fé, porém com eventual causa ilegítima, é o caso de se aplicar, como de praxe se aplica neste município, a multa moratória, prevista e acordada pelas partes no instrumento contratual de fl. 100, cláusula oitava, item 8.1.1, no importe de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o dia de atraso, a ser calculado e homologado pela autoridade, bem como compensado em seu crédito (art. 80, IV da Lei 8.666/93).

Após, publique-se e notifique-se a contratada da decisão.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomendo a aplicação da penalidade contratual, em face da entrega em atraso dos produtos licitados prevista na cláusula oitava do contrato firmado entre as partes, fl. 100, item 8.1.1, referente à multa moratória, bem como a compensação quando do pagamento à contratada, na forma do art. 80, IV da Lei 8.666/93.

É o parecer, S.M.J.

Lindóia do Sul/SC, 17 de março de 2014.

IGOR FRARE GRANDI

Procurador Municipal

OAB/SC 21.005

Despacho do Secretário de Agricultura E Meio Ambiente

DESPACHO

Processo de Licitação Nº 91/2013

Pregão Presencial Nº 60/2013

Contrato Administrativo Nº 214/2013

Interessado(a): Lidia Marsaioli da Silva – ME

Homologo o cálculo da multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente ao valor apresentado de R\$ 3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais), fl. 122.

Cumpra-se a decisão de fl. 121.

Notifique-se nos termos da lei, para que, querendo, apresente recurso. Cópia do Parecer Jurídico 2/2014 (fl. 119/120), Decisão (fl. 121), cálculo da multa (fl. 122) e desta decisão (fl. 123).

Publique-se.

Lindóia do Sul/SC, 17 de março de 2014.

CARLOS ALBERTO NICOLAO

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Registrado e publicado.

Em 17/03/2014

LEONARDO JÚNIOR CAVALLIER

Auxiliar de Técnico

Decisão do Secretário de Agricultura E Meio Ambiente
DECISÃO

Processo de Licitação Nº 91/2013

Pregão Presencial Nº 60/2013

Contrato Administrativo Nº 214/2013

Interessado(a): Lidia Marsaioli da Silva – ME

Trata-se de processo administrativo instaurado em face de Lidia Marsaioli da Silva – ME, em face do descumprimento de cláusula contratual referente ao processo licitatório acima qualificado.

Decido:

Adoto como razões de minha decisão o Parecer Jurídico nº 2/2014 (fls. 119/120), e resolvo aplicar à Lidia Marsaioli da Silva – ME multa moratória prevista na cláusula oitava, item 8.1.1, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o dia de atraso dos produtos licitados e contratados. Determino ainda que o valor da multa seja compensado no pagamento, conforme disposto no art. 80, IV da Lei 8.666/93.

Efetue-se o cálculo da multa.

Após retornem para homologação.

Publique-se.

Lindóia do Sul/SC, 17 de março de 2014.

CARLOS ALBERTO NICOLAO

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Registrado e publicado.

Em 17/03/2014

LEONARDO JÚNIOR CAVALLIER

Auxiliar de Técnico

Luzerna**PREFEITURA****Edital de Convocação Fórum Eletivo - Bolsa Família**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as entidades da sociedade civil, consistindo em Associações de Moradores, entidades de assistência cadastrada no CMAS e usuários do Bolsa Família, em conformidade com a Lei municipal nº 1206 de 11 de fevereiro de 2014, para participarem do FÓRUM ELETIVO DO CONSELHO DO BOLSA FAMÍLIA que será realizado no dia 26 de março de 2014, , às 09hrs, no Centro de Múltiplo Uso, sito Av. 16 de fevereiro, 161, Centro, no Município de Luzerna, que elegerá os representantes das entidades da sociedade civil, consistindo em Associações de Moradores, entidades de assistência cadastrada no CMAS e usuários do Bolsa Família, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE LUZERNA, biênio 2014/2016. Os representantes que se candidatarem, ao se inscreverem, deverão apresentar: fotocópia de seus documentos pessoais, comprovante de endereço, e Estatuto da entidade que representa com as suas alterações; ata de eleição da atual Diretoria.

Os documentos acima relacionados deverão ser entregues improrrogavelmente até o dia 24 de março de 2014, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social com a Assistente Social Joviane Colombelli.

Cada Entidade deverá encaminhar seu representante devidamente credenciado (delegado).

Luzerna(SC), 13 de março de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STRÖHER

Secretário de Saúde e Bem Estar Social

Extrato de Contrato PML Nº 034.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 34.14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: JORNAL DIÁRIO DO VALE LTDA ME

OBJETO: contratação de 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal, com entrega diária de Segunda à Sexta Feira.

VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos)

DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. Gabinete do Prefeito

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Reduzido: 018

Fonte: 00 – recursos ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura

Reduzido: 084

Fonte: 00 – recursos ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte: 00 – recursos ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos

Reduzido: 115

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais

Reduzido: 135

Fonte: 00 – recursos ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Reduzido: 006

Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Reduzido: 008

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte: 00 – recursos ordinários
VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 08 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SANDRO ANTONIO BRESSAN
JORNAL DIÁRIO DO VALE LTDA ME
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 035.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 35.14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME

OBJETO: contratação de 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses, do jornal Folha da Manhã, com entrega semanal nas sexta feiras.

VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. Gabinete do Prefeito

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Reduzido: 018

Fonte: 00 – recursos ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura

Reduzido: 084

Fonte: 00 – recursos ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte: 00 – recursos ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos

Reduzido: 115

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais

Reduzido: 135

Fonte: 00 – recursos ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Reduzido: 006

Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Reduzido: 008

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte: 00 – recursos ordinários
VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 08 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CLEMIR SCHMITT
JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 036.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 36.14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME

OBJETO: contratação da de 01 (uma) assinatura anual, pelo período de 12 (doze) meses do seguinte jornal: Raízes Diário05 (cinco) assinaturas, entrega diária de segunda a sexta feira.
VALOR: R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. Gabinete do Prefeito

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Reduzido: 018

Fonte: 00 – recursos ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura

Reduzido: 084

Fonte: 00 – recursos ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte: 00 – recursos ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos

Reduzido: 115

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais

Reduzido: 135

Fonte: 00 – recursos ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Reduzido: 006

Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Reduzido: 008

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte: 00 – recursos ordinários
VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 08 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

VITACIR FAVERO
RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 033.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 33.14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA ME

OBJETO: contratação 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal O nascente universitário, com entrega semanal nas sexta feiras.

VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. Gabinete do Prefeito

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Reduzido: 018

Fonte: 00 – recursos ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura

Reduzido: 084

Fonte: 00 – recursos ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte: 00 – recursos ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos

Reduzido: 115

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais

Reduzido: 135

Fonte: 00 – recursos ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Reduzido: 006

Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Reduzido: 008

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte: 00 – recursos ordinários
VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 08 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FERNANDA MARCA

JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO LTDA ME

CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 033A.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 33A.14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ALINE ANDRES ME – JORNAL PAUTA DA SEMANA
OBJETO: contratação 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal Pauta da Semana, com entrega semanal nas sexta feiras.

VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. Gabinete do Prefeito

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Reduzido: 018

Fonte: 00 – recursos ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura

Reduzido: 084

Fonte: 00 – recursos ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte: 00 – recursos ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos

Reduzido: 115

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais

Reduzido: 135

Fonte: 00 – recursos ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Reduzido: 006

Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Reduzido: 008

Fonte: 00 – recursos ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte: 00 – recursos ordinários
VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 08 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ALINE ANDRES
JORNAL PAUTA DA SEMANA
CONTRATADA

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação_ Registro de Preço Para Aquisição de Combustíveis

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 0005/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Jorge Cerry, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0011/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0008/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0005/2014 que até 09h00min, do dia 28 de março de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3127, de 24 de fevereiro, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - gasolina comum e óleo diesel S500 - destinados ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Órgão Gerenciador (Município de Macieira) e dos Órgãos Participantes (FMAS E FMS), conforme quantidades e especificações constantes no ANEXO I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 28/03/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0008/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 17 de março de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Lei Nº 3987

LEI MUNICIPAL Nº. 3987

DE 12 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO LUIZINHO FUTSAL - ALF.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Contribuição Financeira, à Associação Luizinho Futsal - ALF, com sede à Rua Annies Gualberto, nº 637, Vila Ferroviária, Mafra-SC, inscrita sob o CNPJ nº 12.803.291/0001-35.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à Associação Luizinho Futsal - ALF, o valor global de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), a ser pago até o ultimo dia útil de cada mês, compreendendo em onze parcelas, dentre os meses de fevereiro a dezembro de 2014, sendo dividido da seguinte forma: para o mês de fevereiro: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais); março, abril e maio: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), respectivamente; junho: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais); julho a outubro: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), respectivamente; novembro: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e dezembro: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 1º A entidade beneficiada deverá encaminhar a respectiva prestação de contas da parcela recebida à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e a Câmara Municipal de Vereadores no prazo de 30 (trinta) dias de cada mês sob pena do não recebimento das parcelas subsequentes.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo primeiro acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber nova contribuição e, no dever em proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;
09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;
041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil – Contabilidade;

(50) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra-SC, 12 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Nº 3988

Lei MUNICIPAL nº.3988

DE 12 DE MARÇO DE 2.014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER RECURSO PECUNIÁRIO AOS MÉDICOS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL "MAIS MÉDICOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recurso pecuniário aos profissionais vinculados ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atuem no Município de Mafra, visando custear despesas com alimentação e moradia.

§ 1º A vigência do recurso pecuniário será limitada ao período em que o Profissional vinculado ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" atuar no Município de Mafra.

§ 2º O pagamento da ajuda pecuniária de que trata esta lei, será realizado com recursos financeiros Federais destinados ao Bloco de Atenção Básica - Piso de Atenção Básica - PAB - Variável - para assistência ao Programa "Mais Médicos".

Art. 2º O "Auxílio Moradia" compreenderá o valor mensal de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), por profissional, e deverá ser empregado na locação ou na obtenção de outro meio de moradia pelo beneficiário.

§ 1º O "Auxílio Moradia" será pago ao profissional vinculado ao Programa Mais Médicos enquanto este atuar no município de Mafra.

§ 2º O profissional vinculado ao Programa Mais Médicos deverá receber este benefício enquanto este atuar no município de Mafra.

Art. 3º O "Auxílio Alimentação" compreenderá o valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por profissional.

Parágrafo Único: O "Auxílio Alimentação" será pago ao profissional vinculado ao Programa Mais Médicos enquanto este atuar no município de Mafra.

Art. 4º O "Auxílio Alimentação" e o "Auxílio Moradia" vigorarão enquanto o seu beneficiário atuar no município de Mafra.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária:

16. Fundo Municipal de Saúde

02 – Programas de Saúde

101220016.2.168000 – Atenção Básica PAB – fixo e variável (Unidades de Saúde, ESF e EACS)

(253) 3.3.90.00 – Aplicações diretas

Fonte: 164 – Atenção Básica

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 12 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Nº 3989

LEI MUNICIPAL Nº. 3989

DE 12 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE ECOLÓGICO CANFOREIRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira ao Clube Ecológico Canforeira, entidade civil de direito privado, com sede a Rua Protógenes Vieira, 700, Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 00.476.372/0001-99.

Art. 2º A Contribuição de que trata o artigo 1º (primeiro) desta Lei, tem por objeto a manutenção do Abrigo de Cachorros Amigo Fiel, através do projeto Humano de Raça Adota Vira-Lata.

Art. 3º O Município de Mafra repassará ao "Clube Ecológico Canforeira", o valor global de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) a ser pago em 10 (dez) parcelas, entre os meses de março a dezembro de 2014, sendo a primeira até o dia 20 de março no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) e as demais no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), até o dia 20 de cada mês, respectivamente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil – Contabilidade;

(50) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,

Fonte: 100 Recursos Ordinários

Art. 5º A entidade beneficiada deverá encaminhar mensalmente, prestação de contas da aplicação do recurso ao Chefe do Poder Executivo, bem como a Câmara Municipal de Vereadores.
Parágrafo Único: A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Mafra-SC, 12 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Nº 3990

LEI MUNICIPAL Nº. 3990
DE 12 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO INTEGRAÇÃO RIOMAFRENSE DE ONCOLOGIA - GIRO.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social ao "Grupo Integração Riomafrense de Oncologia - GIRO" entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.832.711/0001-34, com sede e foro na Rua Tenente Ary Rauen, nº 293, Município de Mafra-SC

Art. 2º O Município de Mafra repassará ao "Grupo Integração Riomafrense de Oncologia - GIRO", o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser pago até o último dia útil de cada mês, divididos em onze parcelas, no período de fevereiro de 2014 a

dezembro de 2014, sendo a primeira no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais) e as demais no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), respectivamente.

§ 1º A entidade beneficiada deverá encaminhar a respectiva prestação de contas da parcela recebida à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e a Câmara Municipal de Vereadores no prazo de 30 (trinta) dias de cada mês sob pena do não recebimento das parcelas subsequentes.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo primeiro acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber nova subvenção e, no dever em proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil – Contabilidade;

(50) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,

Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra-SC, 12 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Nº 3991

Lei MUNICIPAL nº. 3.991

DE 14 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº. 3.849, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COMPENSAR VALOR DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar compensação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, referente ao exercício de 2010 e com reflexos em 2011, 2012 e 2013, pago a maior, com base na Lei nº. 3.560, de 12 de julho de 2010, quando for constatado aumento acima do percentual de 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento) previsto na citada Lei.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A compensação dos valores pagos a mais pelos contribuintes no IPTU do ano de 2010 e com reflexos nos anos de 2011, 2012 e 2013, será efetuada em três parcelas, sendo a primeira correspondente a 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento), a segunda e terceira correspondentes a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) cada, do valor total, em 3 (três) exercícios financeiros consecutivos, a contar do ano de 2014.

Art. 3º O art. 5º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O Município de Mafra desistirá imediatamente das ações

de execuções fiscais que tenha movido contra contribuintes que estejam com débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Art. 4º O art. 7º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Fica o Município de Mafra autorizado a notificar administrativamente os contribuintes que estejam inadimplentes em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, ou em apenas um ou outro destes, para que compareçam no prazo de 60 (sessenta) dias no setor de tributação para receberem informação e documentos para o pagamento dos valores devidos que poderão ser parcelados na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 5º O art. 8º, caput da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º O Município de Mafra deve no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei promover ampla revisão das inscrições de contribuintes no cadastro de dívida ativa retirando os nomes daqueles que tenham sido inscritos em decorrência do inadimplemento do pagamento do IPTU dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Art. 6º O art. 9º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Fica o Município de Mafra autorizado a notificar os contribuintes que tenham aderido a algum REFIS decorrente do inadimplemento do Imposto Predial e Territorial Urbano dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, que será estornado o cálculo realizado e recalculado com os valores corretos, para que posteriormente promova o abatimento em parcelas futuras, ou, em caso de crédito a favor do contribuinte, que promova a devolução nos moldes do art. 2º desta lei.

Art. 7º Inclui-se o art. 10-A a Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012, com a seguinte redação:

Art. 10-A O Município de Mafra deverá fazer constar no carnê do IPTU informações individualizadas sobre o crédito de cada contribuinte e, ano a ano, o valor compensado.

Art. 8º Acrescenta o §3º ao art. 5º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012 com a seguinte redação:

§3º Nas hipóteses em que houver o recolhimento de custas por parte do contribuinte, o Município deverá ressarcí-las, impreterivelmente até o ano de dois mil e dezesseis, em espécie, corrigidas monetariamente.

Art. 9º Acrescenta o art. 10-B à Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012 com a seguinte redação:

Art. 10-B Ficam ressalvados os direitos dos contribuintes obtidos em decisões judiciais transitadas em julgado nos processos que dizem respeito ao assunto objeto desta lei.

Art. 10. Acrescenta o parágrafo único ao art. 9º da Lei nº. 3.849, de 13 de setembro de 2012 com a seguinte redação

Parágrafo único. Qualquer crédito a favor do contribuinte será corrigido nos mesmos percentuais de reajuste dos tributos municipais desde o ano de 2010, inclusive aqueles que serão aplicados para os exercícios de 2015 e 2016.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 14 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal de Mafra

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 032/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao Departamento de Saúde Mental, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da C.C. 21900-2 BB, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 meses. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/03/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Reabertura do Edital de Credenciamento Nº 001/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando reabertura dos prazos para CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 18 de março de 2014 até o dia 17 de abril de 2014, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 020/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de serviços de Montagem, Balanceamento, Conserto e Geometria dos veículos de uso da Secretaria Municipal da Saúde, Através do Fundo Municipal da Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 31/03/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal**Editais de Sorteio Público – Subcomissão Técnica**

EDITAL DE SORTEIO PÚBLICO – SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1. O MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Desembargador Flavio Tavares, nº 12, Centro, em Mafra - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.509/0001-72, por intermédio da Comissão Permanente julgadora de Licitações, designada pela Portaria nº 951/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará sessão pública destinada ao sorteio de profissionais que comporão a subcomissão técnica julgadora das propostas do certame licitatório para contratação de Agência de Publicidade, na modalidade Tomada de Preços, tipo técnica e preço;

2. O procedimento licitatório tem como propósito a contratação de agência de publicidade, motivo pelo qual suas propostas técnicas deverão ser analisadas por profissionais das áreas correspondentes, nos termos traçados pela lei n.º 12.232, de 29 de abril de 2010;

3. A sessão pública ocorrerá no dia 20 de março de 2014, às 16:00horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mafra sito a Pça. Desembargador Flavio Tavares, nº 12, Centro, em Mafra - SC, local e ocasião em que serão sorteados, dentre os profissionais abaixo, 03 (três) componentes da subcomissão;

4. Profissionais do corpo funcional da Prefeitura Municipal de Mafra:

4.1 Edilete Batista

4.2 Jarina Tiburski;

4.3 Joyce Janete Silva;

4.4 Maria de Fátima Strapasson de Souza;

4.5 Priscila Fernandes;

4.6 Rafael Kondlatsch.

5. Profissionais que não mantém vínculo funcional ou contratual com a Prefeitura Municipal de Mafra e que representarão 1/3 (um terço) do total de componentes da subcomissão:

5.1 Andreia da rosa Scharmach;

5.2 Cirene Linzmeier Heyse;

5.3 Marcela Kredens.

6. Todos os profissionais relacionados no item 4 e 5 foram

previamente cadastrados, contando, cada qual, com formação superior em comunicação, publicidade ou marketing ou comprovaram atuação em uma dessas áreas.

7. Em até 48(quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar os profissionais integrantes das relações ora expostas, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

8. Ao final do sorteio será lavrada ata da sessão pública, sendo que os profissionais sorteados comporão

a subcomissão técnica julgadora de propostas técnicas da tomada de preços para contratação de Agência de Publicidade.

10. O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Mafra, 17 de março de 2014.

FÁBIO ANDRÉ HOLSBACH

Presidente da Comissão Permanente julgadora de Licitações

Marema**PREFEITURA****Decreto Nº 025/2014**

DECRETO n. 025/2014

De 26/02/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO n. 004/2014 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 001/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.004/2014 na Modalidade de Carta Convite n. 001/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste no Serviço de Mecânica e peças utilizada na recuperação de Motor Veiculo Besta Kia.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto descrito no Processo Licitatório n.004/2014 na Modalidade de Carta Convite n. 001/2014 ao proponente vencedor DOUGLAS RAMPAZZO - ME, no valor total de R\$ 12.904,70 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de fevereiro de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 010/2014

DECRETO nº 010 /2014

De 05/02/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELOPELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – FUNDAN – (Fundo de Apoio aos Municípios), no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 970.000,00 (Novecentos e setenta mil reais).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 60

Código	Secretaria/departamento	
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.126.2601	1015	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEÍCULOS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90000	01.24	970.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de fevereiro de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Decreto Nº 015/2014

DECRETO Nº 0015 /2014

De 12/02/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013: - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS): - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA- VIGILÂNCIA SANITÁRIA, na ordem de recursos com valor R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS): - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA – VIGILANCIA

EPIDEMIOLOGICA, na ordem de recursos com valor R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).

Art. 2º- FicaDecretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, FUNDEB na ordem de recursos com valor R\$ 21.452,45 (VINTE UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

Art. 3º- FicaDecretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, SALARIO EDUCAÇÃO, na ordem de recursos com valor R\$ 32.395,84 (TRINTA E DOIS MIL, TRESSENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º, 2º, 3º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido28

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
13.110.0000	0000	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ATENÇÃO BASICA
Modalidade	Fonte	Dotação
44.9000	03.64	55.000,00

Reduzido ...29

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	funcional
13.110.0000	0000	MANUTENÇÃO EM VIGILANCIA SANITARIA
Modalidade	Fonte	Modalidade
44.9000	03.66	17.000,00

Reduzido ...30

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	funcional
13.110.0000	0000	MANUTENÇÃO EM VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Modalidade	Fonte	Modalidade
44.9000	03.66	11.000,00

Reduzido87

Código	Secretaria/departamento	
05.01	MUNICIPIO DE MAREMA - FUNDEB	
funcional	Proj./ativ.	descrição
05.112.0000	0000	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade	Fonte	Dotação
31.9000	03.19	21,452,45

Reduzido... 88

Código	Secretaria/departamento	
05.01	MUNICIPIO DE MAREMA – SALARIO EDUCAÇÃO	

funcional	Proj./ativ.	descrição
05.112.0000	0000	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUN- DAMENTAL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.9000	03.58	32.395,84

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Meleiro

PREFEITURA

Extrato Pregão Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2014

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 01/04/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS) DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado, ou solicitado via e-mail licitação@meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 17 de março de 2014.

EVERALDO MARTINS

Diretor SAMAE

Decreto Nº 024/2014

DECRETO n.º 024/2014.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 1.650.000,00 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta mil reais), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros

4.4.90.00.00.00.00.00.0743.0 – Aplicações Diretas (105)

R\$ 1.650.000,00

Total

R\$ 1.650.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do convênio firmado com o Governo do Estado por meio do FUNDAM, conforme Lei nº 16.037/13 e Decreto nº 1.621/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Decreto Nº 025/2014

DECRETO n.º 025/2014.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 31.462,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.1050 – Aquis. Área, Construção e ampliação de Unidade de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0092.0 – Aplicações Diretas (60)

R\$ 31.462,00

Total

R\$ 31.462,00

Art. 2.º As suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2013, depositado na conta do Banco do Brasil S.A, agência 2294-2 conta 81.557-8.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Fevereiro de 2014 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
02.2014	Federal	DNPM – CEFEM	1.730,29
02.2014	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
02.2014	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.444,10
02.2014	Federal	CRAS – Centro Referência Assistência Social	6.000,00
02.2014	Federal	OT – Outras Receitas - FNAS	500,00
02.2014	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
02.2014	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	21.390,00
02.2014	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
02.2014	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
02.2014	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
02.2014	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	1.781,94
02.2014	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
02.2014	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	5.251,50
Total			92.839,70

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIK PASINI
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Aviso

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 1º bimestre de 2014, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 110/2014

PORTARIA n.º 110/2014

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º A servidora pública abaixo relacionada, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a consequente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Albina Gomes de Carvalho	Auxiliar de Serviços Gerais	40	02/01/2007	4H

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/03/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 111/2014

PORTARIA n.º 111/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita SABRINA SILVEIRA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, e 10 (dez) horas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portaria nº 050/2014 e nº 075/2014.

Meleiro, 17 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Balanco Orçamentário

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.053.560,48	12,41	3.053.560,48	12,41	21.561.439,52
RECEITAS CORRENTES	24.290.000,00	24.290.000,00	2.987.160,48	12,30	2.987.160,48	12,30	21.302.839,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.140.000,00	3.140.000,00	186.582,86	5,94	186.582,86	5,94	2.953.417,14
IMPOSTOS	1.960.000,00	1.960.000,00	108.951,37	5,56	108.951,37	5,56	1.851.048,63
TAXAS	1.120.000,00	1.120.000,00	62.587,18	5,59	62.587,18	5,59	1.057.412,82
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	15.044,31	25,07	15.044,31	25,07	44.955,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	14.113,98	8,30	14.113,98	8,30	155.886,02
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	14.113,98	8,30	14.113,98	8,30	155.886,02
RECEITA PATRIMONIAL	186.000,00	186.000,00	14.069,95	7,56	14.069,95	7,56	171.930,05
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	186.000,00	186.000,00	14.069,95	7,56	14.069,95	7,56	171.930,05
RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	755.000,00	755.000,00	101.601,25	13,45	101.601,25	13,45	653.898,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.143.000,00	19.143.000,00	2.641.418,72	13,80	2.641.418,72	13,80	16.501.581,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.810.000,00	18.810.000,00	2.619.373,08	13,93	2.619.373,08	13,93	16.190.626,92
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transf. de Conv.	325.000,00	325.000,00	22.045,64	6,78	22.045,64	6,78	302.954,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	815.500,00	815.500,00	29.373,72	3,60	29.373,72	3,60	786.126,28
Multas e Juros de Mora	211.000,00	211.000,00	8.704,04	4,13	8.704,04	4,13	202.295,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	243.500,00	243.500,00	20.669,68	8,49	20.669,68	8,49	222.830,32
RECEITAS DIVERSAS	296.000,00	296.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	66.400,00	20,43	66.400,00	20,43	258.600,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	66.400,00	147,56	66.400,00	147,56	-21.400,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	66.400,00	166,00	66.400,00	166,00	-26.400,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.053.560,48	12,41	3.053.560,48	12,41	21.561.439,52

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.053.560,48	12,41	3.053.560,48	12,41
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.053.560,48	12,41	3.053.560,48	12,41
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	956.985,97	—	—	194.459,84	—
Superávit Financeiro	—	956.985,97	—	—	194.459,84	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.615.000,00	4.002.085,17	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	9,68	2.769.852,36	2.769.852,36	9,68	25.847.232,81
DESPESAS CORRENTES	21.035.000,00	159.713,26	21.194.713,26	5.815.984,13	5.815.984,13	10,33	2.188.499,42	2.188.499,42	10,33	19.006.213,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.710.000,00	-50.408,09	11.659.591,91	1.413.705,73	1.413.705,73	12,12	1.413.705,73	1.413.705,73	12,12	10.245.886,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	182.000,00	182.000,00	15,09	33.952,64	33.952,64	15,09	191.047,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.100.000,00	210.121,35	9.310.121,35	4.220.278,40	4.220.278,40	7,96	740.841,05	740.841,05	7,96	8.569.280,30
DESPESAS DE CAPITAL	3.570.000,00	3.842.371,91	7.412.371,91	2.995.458,07	2.995.458,07	7,84	581.352,94	581.352,94	7,84	6.831.018,97
INVESTIMENTOS	2.680.000,00	3.842.371,91	6.522.371,91	2.193.272,27	2.193.272,27	6,67	435.360,89	435.360,89	6,67	6.087.011,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00	0,00	890.000,00	802.185,80	802.185,80	16,40	145.992,05	145.992,05	16,40	744.007,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.615.000,00	4.002.085,17	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	9,68	2.769.852,36	2.769.852,36	9,68	25.847.232,81

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.615.000,00	4.002.085,17	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	2.769.852,36	2.769.852,36	9,68
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	283.708,12	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.615.000,00	4.002.085,17	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	2.769.852,36	3.053.560,48	9,68

FONTE:

MELEIRO, 13/03/2014

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Despesas por Função

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	2.769.852,36	2.769.852,36	100,00	9,68	25.847.232,81
Legislativa	885.000,00	885.000,00	109.251,83	109.251,83	91.982,69	91.982,69	91.982,69	3,32	793.017,31
Ação Legislativa	885.000,00	885.000,00	109.251,83	109.251,83	91.982,69	91.982,69	91.982,69	3,32	793.017,31
ADMINISTRACAO	2.360.000,00	2.360.000,00	836.610,29	836.610,29	430.588,18	430.588,18	430.588,18	15,55	1.929.411,82
ADMINISTRACAO GERAL	2.360.000,00	2.360.000,00	836.610,29	836.610,29	430.588,18	430.588,18	430.588,18	15,55	1.929.411,82
ASSISTENCIA SOCIAL	1.030.000,00	1.071.383,15	175.100,61	175.100,61	75.690,69	75.690,69	75.690,69	2,73	995.692,46
Assistência ao Idoso	91.000,00	91.000,00	12.344,00	12.344,00	3.537,09	3.537,09	3.537,09	0,13	87.462,91
Assistência ao Portador de Deficiência	21.000,00	21.000,00	7.296,00	7.296,00	1.216,00	1.216,00	1.216,00	0,04	19.784,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	295.000,00	297.020,29	24.209,10	24.209,10	11.125,11	11.125,11	11.125,11	0,40	285.895,18
Assistência Comunitária	623.000,00	662.362,86	131.251,51	131.251,51	59.812,49	59.812,49	59.812,49	2,16	602.550,37
SAUDE	4.830.000,00	4.933.081,36	1.615.585,03	1.615.585,03	499.719,44	499.719,44	499.719,44	18,04	4.433.361,92
ATENCAO BASICA	4.705.000,00	4.793.628,49	1.595.757,88	1.595.757,88	487.992,65	487.992,65	487.992,65	17,62	4.305.635,84
Vigilância Sanitária	105.000,00	111.068,86	15.302,05	15.302,05	10.313,69	10.313,69	10.313,69	0,37	100.755,17
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	28.384,01	4.525,10	4.525,10	1.413,10	1.413,10	1.413,10	0,05	26.970,91
EDUCACAO	7.394.000,00	8.105.966,99	1.793.004,69	1.793.004,69	801.484,15	801.484,15	801.484,15	28,94	7.304.482,84
ALIMENTACAO E NUTRICAO	531.000,00	536.848,11	200.091,45	200.091,45	16.753,39	16.753,39	16.753,39	0,60	520.094,72
ENSINO FUNDAMENTAL	4.403.000,00	5.021.944,23	1.172.956,75	1.172.956,75	535.454,03	535.454,03	535.454,03	19,33	4.486.490,20
ENSINO SUPERIOR	135.000,00	135.000,00	36.795,00	36.795,00	1.620,00	1.620,00	1.620,00	0,06	133.380,00
EDUCACAO INFANTIL	2.225.000,00	2.312.174,65	345.161,49	345.161,49	243.856,73	243.856,73	243.856,73	8,80	2.068.317,92
Educação de Jovens e Adultos	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	38.000,00	38.000,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,14	56.200,00
CULTURA	410.000,00	655.000,00	27.779,90	27.779,90	20.413,28	20.413,28	20.413,28	0,74	634.586,72
DIFUSAO CULTURAL	410.000,00	655.000,00	27.779,90	27.779,90	20.413,28	20.413,28	20.413,28	0,74	634.586,72
URBANISMO	4.020.000,00	5.949.557,42	2.450.047,93	2.450.047,93	398.204,48	398.204,48	398.204,48	14,38	5.551.352,94
INFRA-ESTRUTURA URBANA	641.000,00	2.524.662,43	1.513.456,77	1.513.456,77	101.788,23	101.788,23	101.788,23	3,67	2.422.874,20
SERVICOS URBANOS	3.379.000,00	3.424.894,99	936.591,16	936.591,16	296.416,25	296.416,25	296.416,25	10,70	3.128.478,74
HABITACAO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Habitacão Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
HABITACAO URBANA	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
Saneamento	1.100.000,00	1.291.096,25	572.694,80	572.694,80	186.088,15	186.088,15	186.088,15	6,72	1.105.008,10
Saneamento Básico Rural	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	1.062.500,00	1.253.596,25	572.694,80	572.694,80	186.088,15	186.088,15	186.088,15	6,72	1.067.508,10

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	2.769.852,36	2.769.852,36	100,00	9,68
AGRICULTURA	935.000,00	1.715.000,00	207.542,14	207.542,14	81.814,59	81.814,59	2,95	4,77
EXTENSÃO RURAL	935.000,00	1.715.000,00	207.542,14	207.542,14	81.814,59	81.814,59	2,95	4,77
INDÚSTRIA	65.000,00	65.000,00	2.300,00	2.300,00	1.500,00	1.500,00	0,05	2,31
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	65.000,00	65.000,00	2.300,00	2.300,00	1.500,00	1.500,00	0,05	2,31
Desporto e Lazer	376.000,00	376.000,00	31.447,64	31.447,64	19.051,76	19.051,76	0,69	5,07
DESPORTO COMUNITÁRIO	376.000,00	376.000,00	31.447,64	31.447,64	19.051,76	19.051,76	0,69	5,07
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	990.077,34	990.077,34	163.314,95	163.314,95	5,90	14,85
SERVIÇO DA DIVIDUA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	990.077,34	990.077,34	163.314,95	163.314,95	5,90	14,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.615.000,00	28.617.085,17	8.811.442,20	8.811.442,20	2.769.852,36	2.769.852,36	100,00	9,68

FONTE:

MELEIRO, 13/03/2014

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIÓGENES PAZINI MANFREDINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno
<hr/>		
JAIR LUIZ CANELA	Secretário de Administração e Finanças	

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Receita Corrente Líquida

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.411.889,79	1.694.265,23	1.733.464,27	1.613.291,23	1.526.213,20	1.560.337,55	1.719.913,37	1.488.056,53	1.718.489,06	2.002.153,19	1.655.893,53	1.781.460,08	19.916.037,03	27.448.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		68.772,44	310.765,75	70.802,45	73.057,46	82.766,56	59.121,90	61.069,69	72.172,96	109.202,36	68.431,98	28.116,38	158.464,48	1.168.390,63	3.140.000,00
I.P.T.U.		6.356,51	187.516,35	12.275,09	9.869,01	12.561,51	41.136,75	5.408,38	2.208,49	647,87	1.551,53	0,00	0,00	242.533,49	450.000,00
I.R.R.F.		20.007,59	13.895,20	13.924,54	13.924,54	12.904,19	13.146,54	14.073,64	14.111,92	13.983,08	24.486,18	16.882,99	23.345,69	198.887,35	690.000,00
I.S.S.		23.367,72	24.631,09	23.610,41	32.776,30	30.968,57	26.162,08	23.263,09	34.309,77	81.821,09	31.159,44	9.779,12	50.033,41	391.882,09	700.000,00
I.T.B.I.		4.132,96	9.672,98	3.071,16	4.158,33	15.877,36	5.753,35	11.785,52	13.668,77	8.376,64	2.894,02	551,10	8.359,06	88.949,25	120.000,00
Outras Receitas Tributárias		14.905,66	75.074,13	19.070,00	12.329,30	10.474,93	9.923,18	6.541,26	7.874,01	4.373,68	8.340,81	905,17	76.726,32	246.538,45	1.180.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		11.094,86	10.987,68	11.871,83	10.787,85	10.828,59	11.242,78	10.966,85	11.454,24	11.630,30	22.301,75	1.979,28	12.134,70	137.280,71	170.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		3.930,45	5.069,64	6.246,73	6.877,69	7.814,46	8.301,93	8.826,56	7.148,55	5.605,66	6.543,82	6.009,36	8.060,59	80.241,44	186.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		47.958,78	41.780,22	42.968,72	46.053,16	46.736,18	40.087,28	41.463,02	54.574,37	52.018,97	55.727,30	48.778,59	52.822,66	570.989,25	755.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.269.963,83	1.311.698,93	1.584.873,48	1.458.761,56	1.351.489,90	1.421.931,31	1.575.725,99	1.326.399,43	1.530.438,66	1.756.544,98	1.569.454,31	1.531.953,54	17.668.235,92	22.293.000,00
Cota-Parte do F.P.M.		355.613,96	381.780,35	548.566,47	457.864,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	5.661.924,85	7.350.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		385.411,17	464.720,72	461.828,90	432.887,56	429.412,08	450.227,33	478.360,01	465.080,11	510.726,66	509.590,95	490.318,81	466.154,47	5.543.388,77	7.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		59.394,32	69.618,82	82.020,96	77.288,48	89.624,84	66.641,10	64.443,43	73.903,84	45.647,47	27.307,70	37.865,18	56.880,71	749.459,85	1.000.000,00
Cota-Parte do ITR.		49,52	184,38	163,41	34,98	225,41	244,58	8.898,88	6.080,45	377,38	59,30	87,47	12,33	16.418,09	10.000,00
Outras Transferências Correntes		251.561,05	133.183,99	221.261,65	245.010,17	287.966,08	221.956,03	413.013,80	175.912,75	200.123,00	198.398,47	188.659,93	104.039,70	2.600.986,62	2.743.000,00
Transferências da LC 61/1989		5.449,84	4.997,20	6.719,70	6.968,76	6.893,95	7.376,55	6.709,92	7.172,88	7.956,68	8.503,88	7.833,21	6.631,79	83.244,56	140.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	8.455,83	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.069,96	2.069,96	29.507,43	50.000,00
Transferências do FUNDEB		213.283,97	248.757,64	262.198,43	237.862,71	229.337,76	247.518,99	249.507,70	242.451,63	272.917,63	271.509,22	267.788,39	260.971,68	3.003.305,75	3.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.179,43	13.943,01	10.070,06	17.953,49	26.557,51	19.452,35	21.859,06	18.306,98	9.589,11	92.603,36	11.349,61	18.024,11	270.519,08	815.500,00
DEDUÇÕES (II)		161.023,58	185.951,24	220.282,47	195.337,55	170.837,01	190.511,01	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.388,21	2.369.566,60	3.150.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		161.023,58	185.951,24	220.282,47	195.337,55	170.837,01	190.511,01	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.388,21	2.369.566,60	3.150.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.250.876,21	1.508.317,99	1.513.181,80	1.417.953,68	1.355.376,19	1.369.826,54	1.537.272,70	1.307.649,72	1.507.009,65	1.791.645,47	1.439.088,61	1.548.071,87	17.546.070,43	24.293.000,00
FONTE:															
MELEIRO, 13/03/2014															

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIRES PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIÓGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças



Modelo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 25/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 057/2014
Contrato Administrativo n. 025/2014
Contratada: ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME
Valor: R\$ 44.697,77

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 003/2014, para AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS PROGRAMAS PETI/API/CRAS DO MUNICIPIO DE MODELO PARA 2014.

Modelo (SC), 27 de Fevereiro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 026/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 057/2014
Contrato Administrativo n. 026/2014
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor: R\$ 8.705,86

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 003/2014, para AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS PROGRAMAS PETI/API/CRAS DO MUNICIPIO DE MODELO PARA 2014.

Modelo (SC), 27 de Fevereiro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 027/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 057/2014
Contrato Administrativo n. 026/2014
Contratada: SCS COMERCIO LTDA
Valor: R\$ 14.199,83

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 003/2014, para AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS PROGRAMAS PETI/API/CRAS DO MUNICIPIO DE MODELO PARA 2014.

Modelo (SC), 27 de Fevereiro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 028/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 249/2014
Contrato Administrativo n. 028/2014
Contratada: JEOVANO MARCELO DA SILVA
Valor: R\$ 26.650,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 007/2014, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA VETERINÁRIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES, E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES DA ÁREA QUE SEJAM SOLICITADOS PELO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2014, COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS.

Modelo (SC), 10 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 029/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 211/2014
Contrato Administrativo n. 029/2014
Contratada: IDROMOL - IND MECANICA LTDA. - ME
Valor: R\$ 7.028,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2014.

Modelo (SC), 10 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 030/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 211/2014
Contrato Administrativo n. 030/2014
Contratada: GB VEÍCULOS LTDA ME
Valor: R\$ 4.399,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2014.

Modelo (SC), 10 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 031/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 211/2014
Contrato Administrativo n. 031/2014
Contratada: JL COMERCIO DE BATERIAS LUBRIFICANTES PEÇAS
E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA
Valor: R\$ 24.555,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2014.

Modelo (SC), 10 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 032/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 252/2014
Contrato Administrativo n. 032/2014
Contratada: WERNER RUDI SCHLOSSER ME
Valor: R\$ 4.534,06

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade convite nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2014

Modelo (SC), 12 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 033/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 252/2014
Contrato Administrativo n. 033/2014
Contratada: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
Valor: R\$ 13.341,70

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade convite nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2014

Modelo (SC), 12 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 034/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 252/2014
Contrato Administrativo n. 034/2014
Contratada: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME
Valor: R\$ 21.105,30

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade convite nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2014

Modelo (SC), 12 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 035/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 252/2014
Contrato Administrativo n. 035/2014
Contratada: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP
Valor: R\$ 2.090,39

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade convite nº 006/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2014

Modelo (SC), 12 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 036/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 171/2014
Contrato Administrativo n. 036/2014
Contratada: IRES FROZZA MEI
Valor: R\$ 13.200,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 005/2014, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA PEDAGÓGICA PARA MELHORAMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SENDO 08 HORAS SEMANAIS SE MARÇO À DEZEMBRO DE 2014.

Modelo (SC), 12 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 037/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 111/14
Contrato Administrativo n. 037/2014
Contratada: MHNET INFORMÁTICA LTDA ME
Valor: R\$ 135.030,96

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade tomada de preços nº 001/2014, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE INTERNET E TELEFONIA, SISTEMA DE REDE SEM FIO (WIRELESS), EM TORRE COM ESTRUTURA METÁLICA, NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Modelo (SC), 14 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 038/14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 265/14
Contrato Administrativo n. 038/2014
Contratada: MILLENIUM COM DE MÁQ. AGRIC.E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor: R\$ 22.340,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2014, para contratação de AQUISIÇÃO DE FECHAMENTO PARA RETRO ESCAVADEIRA MODELO 416 E CATERPILLAR, COM AR CONDICIONADO, VIDRO TEMPERADO, TETO TÉRMICO EM FIBRA, FECHADURA AUTOMÁTICA COM CHAVE, SANFONA DE VEDAÇÃO DAS ALAVANCAS E LUZ INTERNA.

Modelo (SC), 14 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 041/2014

PORTARIA Nº 041/2014 de 14.03.2014.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO SALVATORI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Paulo Salvatori	03.01.2013 a 02.01.2014	17.03.2014 a 26.03.2014 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 14 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Nota E Classificação Final Concurso Público Nº 001/2014

CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Nos termos do item 6, subitem 6.1.1 do Edital 001/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, tornam público a nota e Classificação final de todos os candidatos, e com a nota da prova de títulos, para os cargos de AUXILIAR EDUCACIONAL e PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR DISCIPLINA ARTES, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA (MICRO ÁREA - 10)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106316	ALANA CRISTINA RAUBER	1,40	0,80	0,40	4,80	7,40	--	7,40	1º	APROVADO(A)	15/09/1994
106333	LOIVA NEUMANN	1,60	0,80	0,60	3,60	6,60	--	6,60	2º	APROVADO(A)	28/10/1978
106314	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	1,60	0,20	0,20	4,00	6,00	--	6,00	3º	APROVADO(A)	13/10/1984
106408	DAMIANE JAINE SCHLOSSER	1,60	0,20	0,40	3,60	5,80	--	5,80	4º	APROVADO(A)	05/01/1995
106422	JAINE ANDRESSA ALBANI	1,60	0,60	0,80	2,80	5,80	--	5,80	5º	APROVADO(A)	05/12/1995
106315	ANA MARIA ERCICO DEBUS	1,40	0,60	0,40	3,20	5,60	--	5,60	6º	APROVADO(A)	03/06/1993

AUXILIAR EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106296	DIANA CENTA BERNARDY	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	1,50	7,10	1º	APROVADO(A)	03/04/1990
106352	GLACI BALDIN SIEBAUER	0,60	0,20	0,60	3,60	5,00	1,50	6,50	2º	APROVADO(A)	17/10/1972
106423	MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER	1,00	0,40	0,80	2,80	5,00	1,50	6,50	3º	APROVADO(A)	24/04/1973
106331	MARIA LUCIA FREY	0,80	0,60	0,40	4,00	5,80	0,50	6,30	4º	APROVADO(A)	06/07/1990
106324	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	1,00	0,40	0,60	3,60	5,60	0,50	6,10	5º	APROVADO(A)	05/05/1993
106326	CARLA DA SILVA	1,00	0,20	1,00	2,80	5,00	0,20	5,20	6º	APROVADO(A)	28/11/1980
106428	GRAZIANE FRIGO HASLINGER	1,40	0,60	0,80	2,00	4,80	1,50	4,80	7º	REPROVADO(A)	18/01/1985
106382	JULIANA WERLANG	0,60	--	0,20	4,00	4,80	0,50	4,80	9º	REPROVADO(A)	16/06/1984
106274	LÚCIAEUZÉBIO	0,80	0,20	0,80	2,80	4,60	--	4,60	10º	REPROVADO(A)	11/08/1983
106430	HELENA PEREIRA JACOBSEN	0,80	0,20	0,80	2,40	4,20	0,20	4,20	11º	REPROVADO(A)	12/03/1975
106283	PATRICIA BIGOLIN GRANZOTO	0,80	0,20	0,40	2,80	4,20	0,50	4,20	12º	REPROVADO(A)	08/10/1985
106372	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	0,20	0,40	0,80	2,80	4,20	1,50	4,20	13º	REPROVADO(A)	30/10/1975
106440	EDINA MARIA BECKER	0,80	0,60	1,00	1,60	4,00	0,50	4,00	14º	REPROVADO(A)	05/12/1976
106321	KATIANA DE SOUZA	0,80	0,40	0,40	2,40	4,00	--	4,00	15º	REPROVADO(A)	07/03/1994

106347	DIRLEI MARINS AL- LEBRANDT	0,60	0,20	0,80	2,40	4,00	1,50	4,00	16°	REPROVADO(A)	17/08/1976
106418	ROSANE WELTER QUEVEDO	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00	--	4,00	17°	REPROVADO(A)	04/03/1989
106305	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,40	0,20	0,60	2,80	4,00	1,50	4,00	18°	REPROVADO(A)	07/10/1979
106277	LEILA VAL- MORBIDA	0,20	0,60	0,80	2,40	4,00	1,50	4,00	19°	REPROVADO(A)	25/05/1987
106339	ANDRESSA NEMERSKI	1,20	--	0,60	2,00	3,80	0,50	3,80	20°	REPROVADO(A)	30/03/1995
106420	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	0,80	0,20	0,80	2,00	3,80	1,50	3,80	21°	REPROVADO(A)	28/03/1973
106431	VERONICE STRA- PAZZON BALDIN	0,80	0,60	0,80	1,60	3,80	--	3,80	22°	REPROVADO(A)	19/02/1981
106432	ROSANGELA KNORST DEOTTI	0,60	0,20	0,80	2,00	3,60	1,50	3,60	23°	REPROVADO(A)	15/06/1966
106279	ANA CLÁUDIA SENHOR	1,00	--	0,60	1,60	3,20	--	3,20	24°	REPROVADO(A)	03/10/1994
106425	MAELIN JULIANA BIRK	0,60	0,20	0,60	1,60	3,00	0,10	3,00	25°	REPROVADO(A)	11/05/1995
106359	ADILCI SIEBAUER	0,60	0,20	0,80	1,20	2,80	0,80	2,80	26°	REPROVADO(A)	05/07/1985
106439	ELIZETE MULLER SCATOLIN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	24/10/1966
106434	DERLICE TURMINA	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	10/01/1983
106438	CLAUDIA JACOBSEN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/02/1988
106313	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/06/1988
106437	CAMILA JACOBSEN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/02/1993

PROFESSOR ENSINO SUPERIOR DISCIPLINA ARTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106317	ANTONIO MARCIO SIL- VA ARETZ	0,80	0,60	0,80	4,40	6,60	0,50	7,10	1°	APROVADO(A)	30/04/1983
106429	DAIANE SCRAMIN	0,80	0,40	0,60	3,60	5,40	1,00	6,40	2°	APROVADO(A)	15/06/1990
106427	CARLA SENHOR	0,60	0,60	0,60	3,20	5,00	1,00	6,00	3°	APROVADO(A)	28/08/1991
106329	MARLENE COPATI TOMASONI	0,80	0,60	0,20	3,20	4,80	1,00	4,80	4°	REPROVADO(A)	08/10/1973
106433	ELENICE CRESTANI DE CARLI	1,00	--	0,20	3,20	4,40	1,00	4,40	5°	REPROVADO(A)	09/06/1976

106343	MARLI MARIA KRAEMER DETONI	0,40	--	0,60	3,20	4,20	1,00	4,20	6º	REPROVADO(A)	22/04/1986
106281	EDIVANIA BOTTEGA	0,80	0,20	0,40	2,40	3,80	1,00	3,80	7º	REPROVADO(A)	07/12/1984
106426	KAHUANA WERNER	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	13/02/1992

Modelo – SC, 17 de março de 2014.

Decreto Nº 097/2014

DECRETO Nº 097/2014 de 17.03.2014.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal, Edital de Concurso Público nº 001/2014 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público nº 001/2014, para provimento de cargos efetivos do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos está de conformidade com a relação Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 17 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

ANEXO I

CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Nos termos do item 6, subitem 6.1.1 do Edital 001/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, tornam público a nota e Classificação final de todos os candidatos, e com a nota da prova de títulos, para os cargos de AUXILIAR EDUCACIONAL e PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR DISCIPLINA ARTES, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA (MICRO ÁREA - 10)											
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106316	ALANA CRISTINA RAUBER	1,40	0,80	0,40	4,80	7,40	--	7,40	1º	APROVADO(A)	15/09/1994
106333	LOIVA NEU- MANN	1,60	0,80	0,60	3,60	6,60	--	6,60	2º	APROVADO(A)	28/10/1978
106314	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	1,60	0,20	0,20	4,00	6,00	--	6,00	3º	APROVADO(A)	13/10/1984
106408	DAMIA- NE JAINE SCHLOSSER	1,60	0,20	0,40	3,60	5,80	--	5,80	4º	APROVADO(A)	05/01/1995
106422	JAINE ANDRESSA ALBANI	1,60	0,60	0,80	2,80	5,80	--	5,80	5º	APROVADO(A)	05/12/1995

106315	ANA MARIA ERCICO DEBUS	1,40	0,60	0,40	3,20	5,60	--	5,60	6°	APROVADO(A)	03/06/1993
AUXILIAR EDUCACIONAL											
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106296	DIANA CENTA BER- NARDY	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	1,50	7,10	1°	APROVADO(A)	03/04/1990
106352	GLACI BALDIN SIEBAUER	0,60	0,20	0,60	3,60	5,00	1,50	6,50	2°	APROVADO(A)	17/10/1972
106423	MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER	1,00	0,40	0,80	2,80	5,00	1,50	6,50	3°	APROVADO(A)	24/04/1973
106331	MARIA LU- CIA FREY	0,80	0,60	0,40	4,00	5,80	0,50	6,30	4°	APROVADO(A)	06/07/1990
106324	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	1,00	0,40	0,60	3,60	5,60	0,50	6,10	5°	APROVADO(A)	05/05/1993
106326	CARLA DA SILVA	1,00	0,20	1,00	2,80	5,00	0,20	5,20	6°	APROVADO(A)	28/11/1980
106428	GRAZIANE FRIGO HAS- LINGER	1,40	0,60	0,80	2,00	4,80	1,50	4,80	7°	REPROVADO(A)	18/01/1985
106382	JULIANA WERLANG	0,60	--	0,20	4,00	4,80	0,50	4,80	9°	REPROVADO(A)	16/06/1984
106274	LÚCIAEUZÉ- BIO	0,80	0,20	0,80	2,80	4,60	--	4,60	10°	REPROVADO(A)	11/08/1983
106430	HELENA PEREIRA JACOBSEN	0,80	0,20	0,80	2,40	4,20	0,20	4,20	11°	REPROVADO(A)	12/03/1975
106283	PATRICIA BIGOLIN GRANZOTO	0,80	0,20	0,40	2,80	4,20	0,50	4,20	12°	REPROVADO(A)	08/10/1985
106372	SIDRIANA FATIMA BACH METD- LER	0,20	0,40	0,80	2,80	4,20	1,50	4,20	13°	REPROVADO(A)	30/10/1975
106440	EDINA MA- RIA BECKER	0,80	0,60	1,00	1,60	4,00	0,50	4,00	14°	REPROVADO(A)	05/12/1976
106321	KATIANA DE SOUZA	0,80	0,40	0,40	2,40	4,00	--	4,00	15°	REPROVADO(A)	07/03/1994
106347	DIRLEI MARINS AL- LEBRANDT	0,60	0,20	0,80	2,40	4,00	1,50	4,00	16°	REPROVADO(A)	17/08/1976
106418	ROSANE WELTER QUEVEDO	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00	--	4,00	17°	REPROVADO(A)	04/03/1989
106305	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,40	0,20	0,60	2,80	4,00	1,50	4,00	18°	REPROVADO(A)	07/10/1979
106277	LEILA VAL- MORBIDA	0,20	0,60	0,80	2,40	4,00	1,50	4,00	19°	REPROVADO(A)	25/05/1987
106339	ANDRESSA NEMERSKI	1,20	--	0,60	2,00	3,80	0,50	3,80	20°	REPROVADO(A)	30/03/1995
106420	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	0,80	0,20	0,80	2,00	3,80	1,50	3,80	21°	REPROVADO(A)	28/03/1973

106431	VERONICE STRA-PAZZON BALDIN	0,80	0,60	0,80	1,60	3,80	--	3,80	22°	REPROVADO(A)	19/02/1981
106432	ROSANGELA KNORST DEOTTI	0,60	0,20	0,80	2,00	3,60	1,50	3,60	23°	REPROVADO(A)	15/06/1966
106279	ANA CLÁUDIA SENHOR	1,00	--	0,60	1,60	3,20	--	3,20	24°	REPROVADO(A)	03/10/1994
106425	MAELIN JULIANA BIRK	0,60	0,20	0,60	1,60	3,00	0,10	3,00	25°	REPROVADO(A)	11/05/1995
106359	ADILCI SIEBAUER	0,60	0,20	0,80	1,20	2,80	0,80	2,80	26°	REPROVADO(A)	05/07/1985
106439	ELIZETE MULLER SCATOLIN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	24/10/1966
106434	DERLICE TURMINA	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	10/01/1983
106438	CLAUDIA JACOBSEN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/02/1988
106313	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/06/1988
106437	CAMILA JACOBSEN	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	16/02/1993

PROFESSOR ENSINO SUPERIOR DISCIPLINA ARTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
106317	ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ	0,80	0,60	0,80	4,40	6,60	0,50	7,10	1°	APROVADO(A)	30/04/1983
106429	DAIANE SCRAMIN	0,80	0,40	0,60	3,60	5,40	1,00	6,40	2°	APROVADO(A)	15/06/1990
106427	CARLA SENHOR	0,60	0,60	0,60	3,20	5,00	1,00	6,00	3°	APROVADO(A)	28/08/1991
106329	MARLENE COPATI TOMASONI	0,80	0,60	0,20	3,20	4,80	1,00	4,80	4°	REPROVADO(A)	08/10/1973
106433	ELENICE CRESTANI DE CARLI	1,00	--	0,20	3,20	4,40	1,00	4,40	5°	REPROVADO(A)	09/06/1976
106343	MARLI MARIA KRAEMER DETONI	0,40	--	0,60	3,20	4,20	1,00	4,20	6°	REPROVADO(A)	22/04/1986
106281	EDIVANIA BOTTEGA	0,80	0,20	0,40	2,40	3,80	1,00	3,80	7°	REPROVADO(A)	07/12/1984
106426	KAHUANA WERNER	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	13/02/1992

Modelo – SC, 17 de março de 2014.

Portaria Nº 042/2014

PORTARIA Nº 042/2014 de 17.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2013 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe



sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Interno, a Sra. MAYARA CRISTINA PETRY, aprovada no Concurso Público nº 001/2013 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 17 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

MAYARA CRISTINA PETRY

Extrato de Licitação 360/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 360/2014 – Modalidade Pregão n. 011/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão n. 011/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRA EM PISO PARA CIRCULAÇÃO EM CONCRETO ARMADO REFERENTE AO ATENDIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013 NA MODALIDADE CON CORRÊNCIA Nº 001/2013. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10.520/02 em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 do dia 28/03/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 17 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação 357/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 357/2014 – Modalidade Pregão n. 010/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão n. 010/2014, para LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MODELO, COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE CÂMERA, SUPORTE, CAIXA HERMÉTICA, MESA CONTROLADORA, SERVIDOR DE DADOS, NOBREAK, MONITOR, SOFTWARE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS E DEMAIS COMPONENTES E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO, VISANDO UMA MAIOR SEGURANÇA AOS MUNICÍPIOS MONDELENSES, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS EM FIBRA ÓPTICA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I, DO PRESENTE EDITAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10.520/02 em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 28/03/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 17 de Março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 012/2014

Contratado>Eduardo Henrique dos Santos

Valor: R\$ 6.500,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato administrativo n. 012/2014, com o objetivo da contratação de serviços autônomos para ministrar oficinas de teatro no Município de Modelo – SC, no período de 10 de março a 20 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 17 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 19/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 19/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de dois veículos automotor, tipo ônibus, novo, zero quilometro, conforme especificações constantes no Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 17:30 horas do dia 27/março/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 28/março/2014.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 14 de Março de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal.

Contrato 10/2014 Epagri

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10/2014
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, com sede à Rod. SC 452, Km 25 CEP: 89618-000, Cidade Monte Carlo - SC inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu prefeita municipal Marcos Nei Correa Siqueira, inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, e portador da Carteira de Identidade nº 2.639.555 SSP-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado.

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por CLAUDEMIR DURLI CPF nº 614.961.209-06, RG nº 1.074.805, Gerente Regional da Epagri de Campos Novos CNPJ nº 83.052.191/0008-39, com endereço à BR 282 Km 342, CEP 89620-000, Campos Novos – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,
Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Campos Novos, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: PROJETO ATIVIDADE 2.026 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;

Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;

Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;

Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;

Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;

Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;

Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,

Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;

Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;

Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e

Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 03/03/2014 a 31/12/2014, facultando a continuidade da prestação

dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas de R\$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais), a serem repassados no período de vigência desse contrato.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito a penalidades previstas no Estatuto das Licitações

Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Monte Carlo - SC, 03 de março de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

CLAUDEMIR DURLI

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

NOME: JOSÉ ANSELMO DA SILVA

CPF: 501.927.019-91

NOME: DELCIR BARZOTTO

CPF: 522.218.229.00

Processo Licitatório Nº 20/2014

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 20/2014

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgão participante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE devidamente inscrito no cnpj sob o nº 04.923.189.0001.45 representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA; no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a aquisição de pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 24/março/2014 até as 17:30 horas do dia 27/março/2014. Abertura da sessão no dia 28/março/2014 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DE GINASTICA AO AR LIVRE, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão contratados, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal, para 1º (primeiro) emplacamento.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares,

nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

3.12 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1.

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada do produto segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.
- e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.
- f) conter prazo de validade do contrato, até 31/dez/2014;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- h) havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.
- i) conter marca e modelo dos itens ofertados.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 - Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

- 5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;
- 5.5.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;
- 5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;
- 5.5.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16/Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 - Apresentação de prospecto e/ou ficha técnica do fabricante com informações que permitam a perfeita identificação e/ou

qualificação dos produtos licitados.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 - Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 - Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.2.3 - Quanto a Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de Falência e Concordata.

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6.4 - Quando não constar prazo de validade, será considerado válido aquele emitido em até 90 (noventa) dias que antecederem a apresentação da proposta.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo - SC sem custo adicional.

7.3 - Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, no contrato em cláusula específica;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente

que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DO CONTRATO

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes no presente Edital a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do contrato com duração de 12 (doze) meses em função da garantia.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência contratual, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal,

por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato é verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência

12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 – A contratação, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação contratual, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Entidade – 4 Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão – 01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade – 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade - 1012 Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Básicas de Saúde.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.3 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente

devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.4 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

19.5 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Minuta do Contrato.
- g) ANEXO VII – Relação dos produtos, quantidades e preço máximo.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de

sócio ou procurador com a administração pública municipal.

- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e

impeditivo da habilitação.

- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.

- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.

Monte Carlo - SC, 14 de Março de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014
PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação _____ <MODALIDADE, NÚMERO/ANO> _____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

____ <Cidade/Estado> _____, ____ <data> _____

<nome completo do representante legal

e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante

reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014
PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
 Nome de Fantasia: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 Estado: _____ CEP: _____
 Fone/Fax: _____
 CNPJ: _____
 Inscrição Estadual: _____
 Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de validade do Contrato: até 31/dezembro/2014.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

RELAÇÃO DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MOD	QTD	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1						

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa _____

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
ÓRGÃO PARTICIPANTE	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189.0001.45	Edir Aparecida de Souza

ANEXO - VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XX/2014

Aosdias do mês de do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgão participante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE devidamente inscrito no cnpj sob o nº 04.923.189.0001.45 representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA; no uso de suas atribuições, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, na cidade de, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., portador do cpf nº doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 09/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 19/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 - A presente aquisição de EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE, com as seguintes características:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
Valor total R\$: xx,xx (xxxx)			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

2.2 - A contratada se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal, para 1º (primeiro) emplacamento.

2.3 - O recebimento do bem, mesmo que definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, característica do produto entregue, cabendo lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização, durante o prazo de garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - A contratante pagará a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: xx,xx (xxxx).

3.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Entidade – 4 Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão – 01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade – 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade - 1012 Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Básicas de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder

pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

5.3 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Independente da transcrição, as penalidades por descumprimento das obrigações são aquelas mencionadas no Edital de origem do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial e, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até a data de 31.Dezembro.2014

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 20/2014 na modalidade Pregão Presencial nº 10/2014

CLÁUSULA DÉCIMA – NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos a normas da Lei 8666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente ajuste. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo -SC,....de de 2014.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO EMPRESA

Marcos Nei Correa Siqueira Representante Legal

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Edir Aparecida de Souza: _____

ANEXO - VII

PRODUTO				
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ MÁXIMO UNIDADE
01	01	UND	Barra Fixa - Aparelho para trabalho de ombros e peitoral, Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Peso 30kg Cor: Amarelo Azul Verde Vermelho - Tamanho: 2,26x1,47x1,47m Peso 30kg (141689)	1.597,00
02	01	UND	Roda de Ombro - Equipamento desenvolvido para trabalhos em ambientes externos. Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Rodas giratórias com rolamento 6203 DDU, retentor de vedação em borracha dupla automotiva, cubos de 2" em aço 1045, rodas para exercício com pegada emborrachada, permite que até 02 pessoas utilizem o equipamento ao mesmo tempo. Cor: Amarelo/Azul/Verde/Vermelho Tamanho: 1,43x1,13x1,15 m, Peso 38 Kg. (141690).	1.643,00
03	01	UND	Elíptico Mecânico - Equipamento desenvolvido para trabalhos em ambientes externos, resistentes as ações climáticas, isento de estofamento Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Partes móveis com rolamento 6203 DDU, retentor de vedação em borracha dupla automotiva, cubos de 2" em aço 1045, pisantes antiderrapantes em alumínio simulando modelo de pés fixado por arrebite. Cor: Amarelo/Azul/Verde/Vermelho Tamanho: 1,43x0,66x1,01m Peso 27 Kg (141691).	1.825,00
04	02	UND	Leg Press Duplo - Equipamento desenvolvido para trabalhos em ambientes externos, resistentes as ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção. Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. A articulações com rolamento 6203 DDU, retentor de vedação em borracha dupla automotiva, cubos de 2" em aço 1045, pegadas emborrachadas em borracha especialmente desenvolvida para o uso externo, batentes em borracha resistentes, pisantes em chapa de alumínio antiderrapante arrebiteada na estrutura do equipamento, resistência obtida utilizando o peso corporal do usuário, assento e encosto em Big Foot. Peso 48 Kg Cor: Amarelo/Azul/Verde/Vermelho Tamanho: 1,52x0,38x1,87 m (141692)	1.890,00

05	02	UND	Peitoral Duplo - Equipamento desenvolvido para trabalhos em ambientes externos, resistentes as ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção. Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Articulações com rolamento 6203 DDU, retentor de vedação em borracha dupla automotiva, cubos de 2" em aço 1045, pegadas emborrachadas especialmente desenvolvidas para o uso externo, batentes em borracha resistentes, resistência obtida utilizando o peso corporal do usuário, assento e encosto em Big Foot, componentes cortados por processo de oxicorte. Peso 72 Kg Cor: Amarelo/Azul/Verde/Vermelho. Tamanho: 2,21x0,73x1,58 m (141693).	1.930,00
06	02	UND	Simulador de Caminhada - Aparelho desenvolvido para trabalhos em ambientes externos, resistentes as ações climáticas, isento de estofamento. Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Articulações com rolamento 6203 DDU, retentor de vedação em borracha dupla automotiva, cubos de 2" em aço 1045, pegada frontal para proporcionar maior conforto e segurança ao usuário, pisantes em chapa de alumínio fixado na estrutura do equipamento por arrebite. Cor: Amarelo/Azul/Verde/Vermelho. Peso 27 Kg Tamanho: 1,49x0,93x0,58 m (141694).	1.980,00
07	03	UND	Simulador de Esqui - Aparelho Individual, desenvolvido para trabalhos em ambientes externos, resistentes as ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção. Estrutura principal em tubo redondo de 127mm na chapa 14, estrutura secundária em tubo de 1 ¼" na chapa 14, tubos cortados a laser, base em ferro trefilado para montagem do equipamento, chapas dobradas a frio com matriz, pintura com acabamento siliconado e brilhante, pegadas emborrachadas a quente, garantia de 12 meses. Montagem dos equipamentos pelo fornecedor, tratamento de superfície por 04 banhos químicos sequenciais de imersão, pintura em poliéster apropriada para uso externo importada, pegadas emborrachadas com borracha de alta resistência apropriada para uso externo, parafuso 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior e inferior com flange de 240mmx1/4 com sete orifício de fixação, solda por processo MIG, acompanha adesivo de músculos trabalhados e manual de instalação. Peso: 39,5 Kg; Cor: Amarelo , Azul, Verde, Vermelho. Tamanho: 1,51x0,58x1,27 m (141695).	2.106,00

Valor máximo total R\$: 22.983,00

(Vinte e dois mil, novecentos e oitenta três reais)

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de

fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante).

ANEXO - XII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

____ (nome), portador do CPF N.º _____, na condição de preposto da empresa _____

_____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____

_____, DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, em ____ / ____ / ____.

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Credenciamento 043/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de CREDENCIAMENTO 043/2014. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM VEICULO DE COMUNICAÇÃO IMPRESSA PARA PUBLICAÇÕES LEGAIS E INSTITUCIONAIS. Data: 27/03/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

MICHEL ANTÔNIO MACCARI
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso Dispensa de Licitação Nº 066/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2014.

PROCESSO Nº 66/2014.

HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR: R\$ 120.719,34 (cento e vinte mil setecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Navegantes, 14 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Aviso Dispensa de Licitação Nº 061/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2014

PROCESSO Nº 61/2014

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE LEITE PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA EMPRESA PANIFICADORA DM EIRELLI - PREGÃO PRESENCIAL 13/2014.

CONTRATADO: COOPERATIVA REGIONAL DE COMER. DO EXTREMO OESTE.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Navegantes, 11 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Nova Trento

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 012/2014

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014

PROCESSO Nº 029/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

Aos quatorze dias do mês de março de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/03/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS e outros utilizados na Construção Civil destinados aos serviços de manutenção executados pela Prefeitura Municipal e Secretarias, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente Pregão, menor preço por lote.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

LOTE I - PAULO ROBERTO MINATTI – ME. (CNPJ Nº 07.215.029/0001-30)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Arame Recozido N.18	kg	30	IMPORTADO	8,089	242,67
2	Arame galvanizado nº 14	kg	40	MORLAN	11,0755	443,02
3	Argamassa 20kg. AC1	Unid.	100	CERTA	7,351	735,10
4	Bloco de Concreto 10x20x40cm	Unid.	5.000	FLORENTINO M.	1,7642	8.821,00
5	Botina c/elástico nº 40, 41, 42, 43 e 44.	par	40	CARTUN	40,1854	1.607,42
6	Cadeado 20 mm	Unid.	15	STAM	10,36	155,40
7	Cadeado 25 mm	Unid.	15	STAM	14,1139	211,71
8	Cadeado 30 mm	Unid.	15	STAM	15,192	227,88
9	Cadeado 35 mm	Unid.	15	STAM	17,4267	261,40
10	Cadeado 50 mm	Unid.	15	STAM	34,8143	522,21
11	Cal Hidratado – saca 20 kg	saca	50	MORRO BRANCO	4,8517	242,59
12	Cal de Pintura Extra 8kg.- Branco	Sc	100	MORRO BRANCO	7,6646	766,46
13	Chapa de madeirite – 8m x 9mm	Unid.	50	MADERIT	15,7409	787,05
14	Cimento em Sacos 50kg	Unid.	1.000	SUPREMO	20,5828	20.582,80
15	Escala Métrica - 2m	Unid.	10	WORKER	12,2517	122,52
16	Extensão de 50 m – de cabo pp 2x 2,5 - completa	Unid.	10	TECNOCAB	127,4172	1.274,17
17	Escova de aço com cabo de madeira	Unid.	30	ORION	4,685	140,55
18	Fechadura para porta	Unid.	35	HELA	17,4856	612,00
19	Ferro Ca 50 3/8-12m (10,0 mm)	Unid.	200	IMPORTADO	33,9126	6.782,52
20	Ferro Ca 50 5/16-12m (8,0mm)	Unid.	200	IMPORTADO	23,1605	4.632,10
21	Ferro Ca 60 4.2-12m (4,2mm)	Unid.	300	IMPORTADO	7,9195	2.375,85
22	Ferro Ca 50 ¼" 12m (6,3mm)	Unid.	100	IMPORTADO	14,555	1.455,50
23	Fita zebrada plástica 70 x 200mt. (fita de sinalização)	Unid.	60	PLASTICOR	18,5441	1.112,65
24	Fixador de Cal - 150ml	Unid.	100	GLOBO FIX	2,4503	245,03
25	Lixa madeira P150	Metro	6	CARBORUNDL	3,3324	19,99
26	Lixa madeira P60	Metro	6	CARBORUNDL	3,3324	19,99
27	Lixa d'água A150	Unid.	15	CARBORUNDL	2,0877	31,32
28	Lona Plástica preta – mínimo de 150 micras	m2	600	ECOCICLE	2,1563	1.293,78
29	Prego 17 x 27	kg	45	GERDAU	4,3616	196,27
30	Prego 24 x 60	kg	120	GERDAU	5,8612	703,34
31	Prego 25 x 72	kg	50	GERDAU	5,9004	295,02
32	Prego 16 x 24	kg	40	GERDAU	7,792	311,68
33	Prego 18 x 30	kg	45	GERDAU	4,538	204,21
34	Serrinha de Aço	Unid.	20	NICHOLSON	3,9009	78,02
35	Telha/chapa de Cimento Amianto 4mmX 2,44m	Unid.	1.000	MULTILIT	11,4773	11.477,30
36	Telha Portuguesa natural	Unid.	2.000	CERÂMICA MON-TE C.	0,8429	1.685,80
37	Tijolo Maciço comum	Unid.	15.000	CERÂMICA MA-FESSOLI	0,343	5.145,00
38	Tijolo 6 Furos 9X14X24	Unid.	15.000	COLZANI	0,4117	6.175,50

39	Tijolo 8 Furos 9x9x19cm	Unid.	3.000	COLZANI	0,4117	1.235,10
40	Tela alambado 15x5x1,27m galvanizada	Metro	50	BELGO	16,7603	838,02
41	Tela de segurança, cor laranja, polietileno reforçado 1,20mx50m.	Rolo	8	ORION	66,2569	530,06

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 84.600,00

LOTE II - JMM ELÉTRICA LTDA. ME. (CNPJ Nº 13.226.152/0001-59)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	Adesivo Pincel 175g	Unid.	25	TIGRE	10,45	261,25
43	Adesivo Epoxi 100g	Unid.	25	HENKEL	4,60	115,00
44	Bucha Plástica S-5	Unid.	200	PLASPEROLA	0,035	7,00
45	Bucha Plástica S-6	Unid.	150	PLASPEROLA	0,035	5,25
46	Bucha Plástica S-8	Unid.	170	PLASPEROLA	0,045	7,65
47	Bocal de Porcelana e-27	Unid.	100	DECORLUX	2,69	269,00
48	Caixa D'água, polietileno – 1000 litros – NBR13.210 e/ou 14.799	Unid.	15	BAKOFTEC	249,50	3.742,50
49	Curva - 100mm (esgoto) 90°- NBR5688	Unid.	20	PLASTILIT	6,95	139,00
50	Curva - 75mm (esgoto) 90°- NBR5688	Unid.	20	PLASTILIT	6,45	129,00
51	Conector porcelana 3 polos para fio 10mm	Unid.	20	DECORLUX	3,95	79,00
52	Disjuntor Unipolar 30 A – NEMA ABNT-NBR60947-2	Unid.	25	SOPRANO	7,70	192,50
53	Disjuntor Unipolar 40 A - NEMA ABNT-NBR60947-2	Unid.	25	SOPRANO	12,95	323,75
54	Disjuntor Unipolar 50 A - NEMA ABNT-NBR60947-2	Unid.	25	SOPRANO	12,95	323,75
55	Disjuntor Unipolar 10 A - NEMA ABNT-NBR60947-2	Unid.	15	SOPRANO	7,70	115,50
56	Disjuntor din 10a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
57	Disjuntor din 16a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
58	Disjuntor din 20a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
59	Disjuntor din 25a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
60	Disjuntor din 32a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
61	Disjuntor din 40a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
62	Disjuntor din 50a – ABNT NBR60898	Unid.	20	STECK	6,10	122,00
63	Fio Flexível 4mm - NBR247-3	Metro	360	SIL	1,35	486,00
64	Fio Flexível 6mm - NBR247-3	Metro	360	SIL	2,05	738,00
65	Fio Flexível 1,5mm - NBR247-3	Metro	360	SIL	0,53	190,80
66	Fio Flexível 10mm - NBR247-3	Metro	360	SIL	5,24	1.886,40
67	Fio Flexível 2,5mm - NBR247-3	Metro	360	SIL	0,85	306,00
68	Fio Paralelo 2x2,5 - NBR247-3	Metro	360	SIL	1,39	500,40
69	Fita isolante de 18mmx20m – ABNT NBR60454-3-1	Unid.	50	3M	3,78	189,00
70	Fita Veda Rosca 50 m	Unid.	25	TIGRE	8,65	216,25
71	Interruptor – (Conj Branco)	Unid.	30	RADIAL	3,03	90,90
72	Joelho 45° Esgoto 150mm- NBR5688	Unid.	50	PLASTILIT	20,95	1.047,50
73	Joelho 45° Esgoto 40mm- NBR5688	Unid.	70	PLASTILIT	0,63	44,10
74	Joelho 90° Esgoto 75mm - NBR5688	Unid.	70	PLASTILIT	1,55	108,50
75	Joelho 90° Esgoto 40mm - NBR5688	Unid.	70	PLASTILIT	0,42	29,40

76	Joelho 90° Plástico Soldável 20mm - NBR5648	Unid.	70	PLASTILIT	0,22	15,40
77	Joelho 90° Plástico Soldável 25mm - NBR5648	Unid.	70	PLASTILIT	0,22	15,40
78	Joelho Azul 90° Plástico 25x3/4 - NBR5648	Unid.	70	PLASTILIT	2,01	140,70
79	Joelho 90° - 100mm - NBR5688	Unid.	20	PLASTILIT	2,05	41,00
80	Lampada e-27 20w – Lampada fluorescente compacta – INMETRO e PROCEL	Unid.	50	GLIGHT	9,22	461,00
81	Lampada e-27 25w – Lampada fluorescente compacta – INMETRO e PROCEL	Unid.	50	GLIGHT	9,45	472,50
82	Luva Plástica Soldável 25mm - NBR5648	Unid.	250	PLASTILIT	0,32	80,00
83	Luva Plástica Soldável 40mm - NBR5648	Unid.	50	PLASTILIT	1,22	61,00
84	Luva Plástica Soldável 50mm - NBR5648	Unid.	60	PLASTILIT	1,45	87,00
85	Lâmpada Fluorescente 20W – T10 – INMETRO e PROCEL	Unid.	100	OSRAN	4,45	445,00
86	Lâmpada Fluorescente 40W – T10 – INMETRO e PROCEL	Unid.	500	OSRAN	4,95	2.475,00
87	Lâmpada incandescente 60W – INMETRO e PROCEL	Unid.	60	FOXLUX	2,20	132,00
88	Lâmpada incandescente 100W – UNMETRO e PROCEL	Unid.	80	FOXLUX	2,20	176,00
89	Mangueira lisa Preta ½ – 1,5mm	Metro	240	BOSS	0,69	165,60
90	Mangueira lisa Preta 1 - 2mm	Metro	240	BOSS	1,35	324,00
91	Mangueira corrugada ¾ - azul	Metro	30	BOSS	0,79	23,70
92	Mangueira para Jardim - mangueira esguicho c/ 30m em PVC flexível adaptada para torneira ¾.	Unid.	20	SARAPA	49,00	980,00
93	Mangueira p/ Jardim ½ simples	m	100	SARAPA	1,35	135,00
94	Poste de Concreto Comum 7 m – Padrão CELESC	Unid.	30	MURILO	175,00	5.250,00
95	Placa cega 4x2 com furo	Unid.	100	RADIAL	1,74	174,00
96	Plug macho 2p+ t 10a - NBR14136	Unid.	50	MECTRONIC	2,98	149,00
97	Plug macho 2p+ t 20a - NBR14136	Unid.	50	MECTRONIC	3,90	195,00
98	Plug fêmea 2p+ t 10a - NBR14136	Unid.	50	MECTRONIC	2,91	145,50
99	Plug fêmea 2p+ t 20a - NBR14136	Unid.	50	MECTRONIC	3,95	197,50
100	Reator Eletrônico 1 x 40/ 36w alto fator de potência	Unid.	60	ECP	15,50	930,00
101	Reator Eletrônico 2 x 20/18w alto fator de potência	Unid.	60	ECP	16,50	990,00
102	Reator Eletrônico 2 x 40/36w alto fator de potência	Unid.	300	ECP	19,00	5.700,00
103	Silicone incolor Bisnaga 50g	Unid.	20	AFIX	4,15	83,00
104	Tampão – 100mm – NBR 5688	Unid.	20	PLASTILIT	2,30	46,00
105	Tampão – 75mm - NBR5688	Unid.	20	PLASTILIT	2,11	42,20
106	Tubo de Água Soldável 20mm - NBR5648	metro	600	PLASTILIT	1,09	654,00
107	Tubo de Água Soldável 25mm - NBR5648	metro	600	PLASTILIT	1,40	840,00
108	Tubo Esgoto 50mm - NBR5688	metro	600	PLASTILIT	3,75	2.250,00
109	Tubo Esgoto 100mm - NBR5688	metro	600	PLASTILIT	5,16	3.096,00
110	Tubo Esgoto 150mm - NBR5688	metro	600	PLASTILIT	15,00	9.000,00
111	Tubo Esgoto 40mm -NBR5688	metro	600	PLASTILIT	1,92	1.152,00
112	Tubo esgoto 75mm-NBR5688	metro	80	PLASTILIT	4,95	396,00
113	Tubo Extensivo universal c/ Rosca(sifão)	Unid.	100	BLUKIT	4,25	425,00
1145	T Plástico Soldável 20mm-NBR5648	Unid.	25	PLASTILIT	0,34	8,50
114	T Plástico Soldável 25mm-NBR5648	Unid.	25	PLASTILIT	0,36	9,00
116	T Esgoto 40mm-NBR5688	Unid.	25	PLASTILIT	0,91	22,75

117	Tomada 3 pinos branca - NBR14136	Unid.	30	MECTRONIC	4,45	133,50
118	Tubo Ferro galvanizado 6m x 2" - NBR5598	Unid.	20	MONTANA	210,00	4.200,00
119	Tubo de Ferro galvanizado 6m - meia polegada - NBR5598	Unid.	10	MONTANA	61,70	617,00
120	Tubo de ferro galvanizado 6m - 3/4 polegada - NBR5598	Unid.	10	MONTANA	74,50	745,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 56.078,65

LOTE III - PAULO ROBERTO MINATTI ME. (CNPJ Nº 07.215.029/0001-30)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
121	Ancinho 12 Dentes com Cabo	Unid.	15	FAMASTIL	20,6787	310,18
122	Ancinho 3 dentes	Unid.	20	FAMASTIL	15,873	317,46
123	Cabo p/ Pá juntar – em madeira	Unid.	30	ORION	6,4188	192,56
124	Cabo p/ Machado/Enxada – em madeira	Unid.	30	ORION	8,7475	262,43
125	Cabo p/ picareta – em madeira	Unid.	30	ORION	12,1709	365,13
126	Cabo p/ Enxada oval	Unid.	30	ORION	10,4095	312,29
127	Cabo p/ Foice	Unid.	15	ORION	5,8317	87,48
128	Carrinho de mão Ferro com pneu e Câmara	Unid.	40	FISCHER	95,7353	3.829,41
129	Câmara para pneu (carrinho de mão)	Unid.	20	FISCHER	9,0958	181,92
130	Enxada com Cabo - larga - 09 polegadas – olho redondo	Unid.	45	PANDOLFO	17,8732	804,29
131	Enxada com Cabo – olho redondo	Unid.	20	PANDOLFO	28,0936	561,87
132	Facão – 40cm, cabo alumínio	Unid.	15	TRAMONTINA	15,7734	236,60
133	Foice laminada com cabo	Unid.	30	US	34,8011	1.044,03
134	Machado com cabo	Unid.	15	US	49,4002	741,00
135	Marreta com cabo - 2kg	Unid.	10	RIO CLARO	22,5406	225,41
136	Pá juntar com Cabo - 8,5 polegadas	Unid.	40	PANDOLFO	24,2722	970,89
137	Pá de cortar com Cabo - 10 polegadas	Unid.	40	PANDOLFO	25,0982	1.003,93
138	Pá com bico redondo – com cabo	Unid.	40	PANDOLFO	11,7729	470,92
139	Pá com bico quadrado – com cabo	Unid.	40	PANDOLFO	11,7729	470,92
140	Picareta com cabo	Unid.	30	PANDOLFO	33,159	994,77
141	Pneu p/ carrinho de mão	Unid.	20	FISCHER	18,3509	367,02
142	Regador de plástico com bico – 10 litros	Unid.	30	CIPLA	7,4638	223,91
143	Vassoura de arame regulável	Unid.	30	FAMASTIL	13,8528	415,58

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 14.390,00

LOTE IV - CASALUPE COMÉRCIO LTDA. EPP.(CNPJ Nº 03.314.723/0001-53)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
144	Broxa para pintura de meio-fio	Unid.	30	ROMA	5,95	178,50
145	Broxa 726-2	Unid.	20	ATLAS	2,99	59,80
146	Fita adesiva – crepe branca (utilizada para proteção de determinada área para pintura).	Unid.	40	ADERE	2,90	116,00
147	Massa acrílica 3,6L	Unid.	20	HYDRONORTI	19,33	386,60
148	Pincel 695 4"	Unid.	10	ATLAS	5,45	54,50
149	Pincel 695 3"	Unid.	15	ATLAS	4,75	71,25
150	Rolo de Espuma 406/15cm	Unid.	10	ROMA	2,35	23,50
151	Selador Acrílico 18L	Unid.	50	HYDRONORTI	46,80	2.340,00
152	Selador Acrílico 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	13,70	685,00
153	Solvente – 5 litros	galão	30	GOL	36,20	1.086,00
154	Thiner Diluente - 5L	Galão	30	GOL	36,90	1.107,00
155	Tinta Acrílica Branco Fosco 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	17,70	885,00
156	Tinta Acrílica Branco Fosco 18L	Unid.	50	HYDRONORTI	69,90	3.495,00

157	Tinta Esmalte sintética branco brilhante 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	47,49	2.374,50
158	Tinta Esmalte azul – 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	47,49	2.374,50
159	Tinta Esmalte verde – 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	47,49	2.374,50
160	Tinta Esmalte Vermelha – 3,6L	Unid.	50	HYDRONORTI	47,49	2.374,50
161	Tinta para Piso, concreto – 18 L	Unid.	20	HYDRONORTI	118,90	2.378,00
162	Verniz – base solvente- 3,6L	galão	30	INKOR	47,60	1.428,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 23.792,15

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 14 de março de 2014.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Conferência da Defesa Civil

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO nº 2.106, de 06 de fevereiro de 2014.

DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC NA Iª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL Iª CMPDC, DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE SANTA CATARINA – AMNOROESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Art. 57 da Lei Orgânica Municipal, Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional, que convoca a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – 2ª CNPDC e o Decreto nº 4.797 de 03 de Fevereiro de 2.014, expedido pelo Prefeito Municipal de São Lourenço D´Oeste – SC;

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida a participação do Município de Novo Horizonte – SC, na Iª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil - Iª CMPDC, da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, a ser realizada no dia 25 de Fevereiro de 2014, tendo como local o auditório da AMNOROESTE, conforme convocada pelo Município de São Lourenço D´Oeste – SC, com o tema: "Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional", como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º - Fica indicado o Servidor Público Municipal Sr. Ilmar Luiz Salm, CPF nº 548.054..739-91 e o Sr Cleber Salvador CPF: 039.327.919.75, para participarem da Comissão Organizador Intermunicipal da Iª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil - Iª CMPDC, da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE.

Art. 3º - Aos Cidadãos a que se refere o artigo anterior não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 06 de fevereiro de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO
Secretário de Administração e Fazenda

Homologação do Resultado do Processo Seletivo 005/2013

DECRETO Nº 2.107 de 07 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre a homologação do Resultado do Teste Seletivo 005/2013 e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação do Teste Seletivo 004/2013 na seguinte forma:

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 2

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT	MAT	EST. SOC	C. ESP.	T.P.O.	TOTAL FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
10	MARCIA CARNEIRO GNOATTO	1,60	0,40	0,40	3,60	6,00	6,00	1º	APROVADO(A)	22/02/1983
3	VANIA DEN-DENA GOMES	1,20	0,20	0,40	3,60	5,40	5,40	2º	APROVADO(A)	14/02/1980
7	VALNERI DE OLIVEIRA	0,80	--	0,20	2,40	3,40	3,40	--	REPROVADO(A)	04/01/1971

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 4

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT	MAT	EST. SOC	C. ESP.	T.P.O.	TOTAL FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
6	ELIANE BERGOZZA BOTTEGA	1,20	0,20	0,40	3,60	5,40	5,40	1º	APROVADO(A)	25/11/1981

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 5

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT	MAT	EST. SOC	C. ESP.	T.P.O.	TOTAL FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
5	ROSANI GARBIM BOITTO	1,00	0,20	0,40	4,00	5,60	5,60	1º	APROVADO(A)	27/10/1977
8	LEILA BATISTELA CECCHIN	0,80	0,40	0,40	4,00	5,60	5,60	2º	APROVADO(A)	15/11/1993
9	ADILSON CECCHIN	0,60	--	0,20	4,40	5,20	5,20	3º	APROVADO(A)	07/01/1986

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 6

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT	MAT	EST. SOC	C. ESP.	T.P.O.	TOTAL FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
1	MAIRA APARECIDA MOREIRA MIGLIAVACA	0,80	0,40	0,40	4,00	5,60	5,60	1º	APROVADO(A)	05/09/1990
4	JULIANA MACHADO	1,20	0,20	--	0,80	2,20	2,20	--	REPROVADO(A)	22/11/1995
2	LIRIO NATALINO HERTZ	0,80	--	--	1,20	2,00	2,00	--	REPROVADO(A)	07/02/1962

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 7 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

MARCIO DE MACEDO
Secretário da Administração e Fazenda

Suplementação por Superávit Financeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.108, de 12 de fevereiro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 466/2012;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 211.383,39 (duzentos e onze mil, trezentos e oitenta e três reais com trinta e nove centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa – 4.4.90-00.3.0000 aplicações diretas
R\$ 115.000,00

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90-00.3.0003 aplicações diretas
R\$ 28.252,41

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 2.023 – Manutenção do Departamento de Transportes
Elemento de Despesa – 4.4.90-00.3.0000 aplicações diretas
R\$ 68.130,98

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 211.383,39

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 12 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO
Secretário de Administração e Fazenda

Situação de Emergência Em Virtude de Estiagem

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.109, de 21 de fevereiro de 2014.

DecRETA situação DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE EM VIRTUDE DA ESTIAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e Lei Municipal nº 477 de 24 de julho de 2013 e;

CONSIDERANDO:

- a ocorrência de estiagem, atingindo todo o Município, conforme levantamento das áreas afetadas, em anexo ao presente Decreto;

- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por estiagem e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todo o território do Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança

de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Novo Horizonte - SC, 21 de fevereiro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

Paial

PREFEITURA

Convite 004/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 004/2014.

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 016/2014– Convite 004/2014

JULGAMENTO MENOR PREÇO.

Objeto: Aquisição de um veículo novo para o Gabinete do Prefeito, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo

Municipal até as 13h45min do dia 25 de março de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 14 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Município de Paial – SC em 14 de março de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 009/2014

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 017/2014 - Edital de Pregão Presencial 009/2014.

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen bovino para o programa de inseminação artificial da diretoria de agricultura conforme especificado no anexo I deste edital.

Data e Hora da Abertura da Licitação: 09h00min do dia 03/04/2014

Data e hora Limite para entrega dos Envelopes: 08h45min do dia 03/04/2014.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 17 de março de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 500/2014.

PORTARIA Nº. 500/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIZABETE TEREZINHA METZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL
Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 501/2014.

PORTARIA Nº. 501/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARLI SILVA DE JESUS KUHL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Andreia P. de Souza, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL
Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 502/2014.

PORTARIA Nº. 502/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MISLENE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 503/2014.

PORTARIA Nº. 503/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR RAQUEL SANTOS MEDEIROS DO AMARAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 504/2014.

PORTARIA Nº. 504/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSA MARIA DASILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 505/2014.

PORTARIA Nº. 505/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSINETE DE MELO MARCOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 506/2014.

PORTARIA Nº. 506/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE ITSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga

horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Jussara Pierri da Rosa, que se encontra exercendo suas funções junto ao Centro do Idoso.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 507/2014.
PORTARIA Nº. 507/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NEUSA MARIA GENI DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 508/2014.
PORTARIA Nº. 508/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANE KIRCHNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 509/2014.
PORTARIA Nº. 509/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente, faz-se necessário tendo em vista, a falta de candidatos no concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 510/2014.
PORTARIA Nº. 510/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANE CRISTINA DE JESUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente, faz-se necessário tendo em vista, a falta de candidatos no concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 511/2014.
PORTARIA Nº. 511/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR STEFANI DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente, faz-se necessário tendo em vista, a falta de candidatos no concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 512/2014.
PORTARIA Nº. 512/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tomé, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Daiany S. Souza, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 513/2014.

PORTARIA Nº. 513/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSAURIA VITALINA DE OLIVEIRA ARAUJO BALBINHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tomé, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Daiany S. Souza, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 514/2014.

PORTARIA Nº. 514/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MÁRCIA MARIA SCHLEMPER ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tomé, com carga horária de 30 (trinta)

horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Lucilene Velho Cristiano, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 515/2014.

PORTARIA Nº. 515/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA DANIELA FERNANDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 516/2014.

PORTARIA Nº. 516/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO TASCA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 517/2014.

PORTARIA Nº. 517/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR INARA PONCIANO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 518/2014.

PORTARIA Nº. 518/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ORLANDINA LOURDES DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 519/2014.

PORTARIA Nº. 519/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ZURILDA VENTURA THIESEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área

de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 520/2014.

PORTARIA Nº. 520/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LENITA WERLICH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Marisa M. Melo, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 521/2014.

PORTARIA Nº. 521/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SOLANE MARCIA DE JESUS ELI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Ieda M. Leite, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 522/2014.

PORTARIA Nº. 522/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VANESSA DA SILVA MEDEIROS MULLER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 523/2014.

PORTARIA Nº. 523/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANA MARGARETE CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Sarah C. Pfleger, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 524/2014.

PORTARIA Nº. 524/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISA WEISS LUCHI PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Aguinaldo R. S. Kirchner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 525/2014.

PORTARIA Nº. 525/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SUZANA GERMANO FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Sandra S. Wagner, que se encontra em SMEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 526/2014.

PORTARIA Nº. 526/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA FILISBINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 527/2014.

PORTARIA Nº. 527/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DEBORA DA SILVEIRA GASPAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Decreto Nº 1.624, de 13 de Março de 2014

DECRETO Nº 1.624, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA ORDEM DE R\$ 4.257.636,73 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 21.411,00 (vinte e um mil, quatrocentos e onze reais), na dotação orçamentária abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.144 - Assistência Farmacêutica R\$ 21.411,00

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0273.0 - Aplicações Diretas R\$ 21.411,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar e Desp. Extra	Saldo para superávit Financeiro
Hip./Diabéticos	00.01.0273	56.369	Banco do Brasil	25.823-7	R\$ 21.411,00	R\$ 0,00	R\$ 21.411,00
TOTAL DO SUPE- RÁVIT					R\$ 21.411,00	R\$ 0,00	R\$ 21.411,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 2.048.485,38 (dois milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 2.048.485,38

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0040.0 - Aplicações Diretas R\$ 307.426,32

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0040.0 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Red. – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0027.0 - Aplicações Diretas R\$ 364.399,10

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0029.0 - Aplicações Diretas R\$ 42.043,30

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0029.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Red. – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0254.0 - Aplicações Diretas R\$ 44.946,51

soma: R\$ 998.770,23

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0253.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.328,06

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0253.0 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Soma: R\$ 265.328,06

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0267.0 - Aplicações Diretas R\$ 46.512,59

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0267.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Soma: R\$ 86.512,59

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0036.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.974,84

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035.0 - Aplicações Diretas R\$ 322.961,89

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0037.0 - Aplicações Diretas R\$ 365.421,36

Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0034.0 - Aplicações Diretas R\$ 516,41

Soma: R\$ 697.874,50

Art. 4º A suplementação a que se refere o Artigo 3º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar e Desp. Extra	Saldo para superávit Financeiro
Programa de Atenção Básica e Programa de Saúde Bucal	00.01.0040, 00.01.0027, 00.01.0029, e 00.01.0254	56.345	Caixa Econômica Federal	624.023-8	R\$2.057.886,63 R\$ 146.638,45	R\$376.176,58 (R\$829.710,39)	R\$ 998.638,11
FNAS/MAC	00.01.0040	68.574	Caixa Econômica Federal	624.059-9	R\$132,12	R\$0,00	R\$ 132,12
Co-Financiamento ESF/Estado	00.01.0253	56.371	Banco do Brasil	25.792-3	R\$ 468.388,98	R\$ 203.060,92	R\$ 265.328,06
CEO / Estado	00.01.0267	56.367	Banco do Brasil	25.820-2	R\$ 124.428,04	R\$ 37.915,45	R\$ 86.512,59
Conv. Gov. Estado	00.01.0036	56.403	Caixa Econômica Federal	254-8	R\$ 8.974,84	R\$ 0,00	R\$ 8.974,84
PROJESUS	00.01.0035	56.252	Caixa Econômica Federal	624.017-3	R\$ 21.521,90	R\$ 0,00	R\$ 21.521,90
Gestão SUS	00.01.0035	61.463	Caixa Econômica Federal	624.024-6	R\$ 301.439,99	R\$ 0,00	R\$ 301.439,99
UPA/SUL	00.01.0037	67.706	Banco do Brasil	28.402-5	R\$ 97.808,93	R\$ 0,00	R\$ 97.808,93
Conv./União/Passagem do Maciambu	00.01.0037	62.125	Caixa Econômica Federal	624.037-8	R\$ 25.223,15	R\$ 0,00	R\$ 25.223,15
Conv./União/Barra do Aririú	00.01.0037	62.127	Caixa Econômica Federal	624.040-8	R\$ 25.232,97	R\$ 0,00	R\$ 25.232,97
Conv./União/Alto Aririú	00.01.0037	62.128	Caixa Econômica Federal	624.039-4	R\$ 28.571,01	R\$ 0,00	R\$ 28.571,01
Conv./União/Rio Grande	00.01.0037	62.129	Caixa Econômica Federal	624.041-6	R\$ 10.942,40	R\$ 0,00	R\$ 10.942,40
Conv./União/Pte do Imaruim/Patural	00.01.0037	67.656	Caixa Econômica Federal	624.042-4	R\$ 10.628,07	R\$ 0,00	R\$ 10.628,07
Conv./União/Bela Vista	00.01.0037	67.697	Caixa Econômica Federal	624.045-9	R\$ 15.474,28	R\$ 0,00	R\$ 15.474,28
Conv./União/Madri	00.01.0037	67.698	Caixa Econômica Federal	624.046-7	R\$ 10.529,36	R\$ 0,00	R\$ 10.529,36
Conv./União/Pi-nheira	00.01.0037	67.699	Caixa Econômica Federal	624.047-5	R\$ 10.446,12	R\$ 0,00	R\$ 10.446,12
Conv./União/Unid. Mista de Saúde	00.01.0037	67.700	Caixa Econômica Federal	624.048-3	R\$ 15.554,73	R\$ 0,00	R\$ 15.554,73
Conv./União/Pte do Imaruim	00.01.0037	67.701	Caixa Econômica Federal	624.049-1	R\$ 15.481,90	R\$ 0,00	R\$ 15.481,90
Conv./União/Const. Academia	00.01.0037	68.572	Caixa Econômica Federal	624.056-4	R\$ 8.957,88	R\$ 0,00	R\$ 8.957,88

Conv./União/Const. Academia	00.01.0037	68.573	Caixa Econômica Federal	624.055-6	R\$ 37.032,75	R\$ 0,00	R\$ 37.032,75
Conv./União/Pró-Saúde	00.01.0037	68.576	Caixa Econômica Federal	624.060-2	R\$ 53.291,39	R\$ 0,00	R\$ 53.291,39
Conv./União/UBS Vila Nova	00.01.0037	68.085	Caixa Econômica Federal	624.035-1	R\$ 166,77	R\$ 0,00	R\$ 166,77
Conv./União/UBS Pachecos	00.01.0037	68.086	Caixa Econômica Federal	624.036-0	R\$ 79,64	R\$ 0,00	R\$ 79,64
Conv./SUS/União	00.01.0037	56.351	Caixa Econômica Federal	624.018-1	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01
PROESF	00.01.0034	56.435	Caixa Econômica Federal	624.033-5	R\$ 516,41	R\$ 0,00	R\$ 516,41
TOTAL DO SUPE-RÁVIT					R\$3.495.348,72	R\$1.446.863,34	R\$2.048.485,38

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 163.834,81 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.143 – Vigilância em Saúde R\$ 163.834,81

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0032.0 - Aplicações Diretas R\$ 84.221,75
 Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0032.0 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Soma: R\$ 144.221,75

Red. – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0104.0 - Aplicações Diretas R\$ 19.613,06
 Soma: R\$ 19.613,06

Art. 6º A suplementação a que se refere o Artigo 5º desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar	Saldo para superávit Financeiro
Vig. Sanitária	00.01.0104	56.365	Caixa Econômica Federal	252-1	R\$ 21.074,09	R\$ 1.461,03	R\$ 19.613,06
Programa DST/Aids	00.01.0032	56.374	Caixa Econômica Federal	624.021-1	R\$ 181.805,85	R\$ 37.584,10	R\$ 144.221,75
TOTAL DO SUPE-RÁVIT					R\$ 202.879,94	R\$ 39.045,13	R\$ 163.834,81

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 92.870,50 (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta centavo), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 1.043 – Farmácia Popular R\$ 92.870,50

Red. – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0125.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0125.0 - Aplicações Diretas R\$ 22.870,50
 Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0125.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Soma: R\$ 92.870,50

Art. 8º A suplementação a que se refere o Artigo 7º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar	Saldo para superávit Financeiro
Farmácia Popular	00.01.0125	56.344	Caixa Econômica Federal	624.027-0	R\$ 101.247,72	R\$ 8.377,22	R\$ 92.870,50
TOTAL DO SUPE-RÁVIT					R\$ 101.247,72	R\$ 8.377,22	R\$ 92.870,50

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 640.286,39 (seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavo), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.142 – Média e Alta Complexidade R\$ 640.286,39

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0031.0 - Aplicações Diretas R\$ 340.082,78
 Red. – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0031.0 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Soma: R\$ 640.082,78

Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0274.0 - Aplicações Diretas R\$ 203,61
 Soma: R\$ 203,61

Art. 10 A suplementação a que se refere o Artigo 9º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar e Desp. Extra	Saldo para superávit Financeiro
CAPS II	00.01.0031	56.342	Caixa Econômica Federal	251-3	R\$ 705.171,59	R\$ 74.816,68	R\$630.354,91
Invest./CAPS II	00.01.0031	62.084	Caixa Econômica Federal	624.034-3	R\$ 9.727,87	R\$ 0,00	R\$ 9.727,87
Unid. Saúde/SUS	00.01.0274	56.368	Banco do Brasil	25.818-0	R\$ 203,61	R\$ 0,00	R\$ 203,61
TOTAL DO SUPE-RÁVIT					R\$715.103,07	R\$ 74.816,68	R\$ 640.286,39

Art. 11 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 1.290.748,65 (hum milhão, duzentos e noventa mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavo), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.145 – Gestão e Estruturação do SUS R\$ 1.290.748,65

Red. – 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Red. – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 290.748,65

Soma: R\$ 1.290.748,65

Art. 12 A suplementação a que se refere o Artigo 11º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2013	Restos a pagar e Desp. Extra	Saldo para superávit Financeiro
Movimento Saúde	00.01.0002	56.329	Caixa Econômica Federal	246-7	R\$1.756.686,63	R\$ 466.014,16	R\$1.290.672,47
Alienação de Bens	00.01.0121	52.565	Caixa Econômica Federal	187-8	R\$ 76,18	R\$ 0,00	R\$ 76,18
Caucão	00.01.0002	62.124	Caixa Econômica Federal	282-3	R\$ 14.783,44	R\$ 14.783,44	R\$ 0,00
TOTAL DO SUPE-RÁVIT					R\$1.771.546,25	R\$ 480.797,60	R\$ 1.290.748,65

Art. 13 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de março de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 03 de abril de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em pavimentação de recomposição e tapa buracos, a ser utilizado em diversas ruas deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 17 de março de 2014.
A PREGOEIRA.

Decreto Nº 1.625, de 13 de Março de 2014.

DECRETO Nº 1.625, DE 13 DE MARÇO DE 2014.
JUNTA MÉDICA MUNICIPAL. Regulamenta a Lei Complementar nº 157, de 27 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido a regulamentação da Junta Médica Municipal, nos termos do presente Decreto, na forma do art. 8º da Lei Complementar nº 157, de 27 de fevereiro de 2014.

Art. 2º As perícias médicas serão realizadas na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA, de segunda à sexta-feira, das 13:00 até às 18:00 horas.

§ 1º O local da realização das perícias será definido pelo Presidente do IPPA, por ato próprio;

§ 2º A aquisição de equipamentos, bem como toda a estrutura administrativa necessária para o funcionamento da Junta Médica Municipal será custeada pela Administração Direta do Município.

Art. 3º Deverão ser realizados até o limite de 10 (dez) atendimentos médico-periciais por dia, nos dias e horários previstos no artigo anterior.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde designará, por ato próprio, pelo menos 03 (três) médicos suplentes, que assumirão as funções, na ausência ou impedimento do Médico Perito Oficial.

Parágrafo Único. Ficará a Secretaria Municipal de Saúde incumbida de disponibilizar 02 (dois) servidores públicos para dar apoio administrativo e operacional aos trabalhos a serem desempenhados pela Junta Médica Municipal.

Art. 5º A Junta Médica Municipal será responsável pela emissão de parecer sobre a insalubridade e periculosidade dos ambientes de trabalhos do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Devem ser respeitados os requisitos para a avaliação e elaboração do laudo médico, aqueles previstos na Subseção I – Da Avaliação da Aptidão Física e Mental, das Leis Complementares 096, de 15 de dezembro de 2010 e 097, de 15 de dezembro de 2010, bem como os previsto na Lei Complementar 157, de 27 de fevereiro de 2014.

Art. 7º Todas as licenças para tratamentos de saúde concedidas até 12 (doze) meses atrás deverão ser reanalisadas, contando da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo Único. A Direção Geral de Recursos Humanos elaborará cronograma para cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 8º As dúvidas resultantes da aplicação e execução deste Decreto serão sanadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

Errata Nº 01 - Pregão 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital convocatório, que consiste na contratação de empresa para prestar serviços de assistência à saúde, em conformidade com a Lei nº 9656 de 03 de junho de 1998, na segmentação Ambulatorial e Hospitalar em Acomodação Coletiva, com preço mensal por usuário por faixa etária e co-participação de 30% (trinta por cento), em consultas, exames e terapias, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com atendimento e cobertura na região da Grande Florianópolis, utilizando-se de profissionais, clínicas, hospitais e laboratórios próprios, contratados ou referenciados, sob a forma de Plano Privado de Assistência à Saúde. O Plano de Assistência à Saúde compreende todas as coberturas e demais procedimentos contidos no Rol de Procedimentos, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 82/04 da Agência Nacional de Saúde, respeitadas as resoluções CONSU 02/98; CONSU 04/98; CONSU 08/98; CONSU 10/98; CONSU 11/98; CONSU 12/98; CONSU 13/98; CONSU 14/98; CONSU 16/99; CONSU 17/99; CONSU 20/99; CONSU 21/99 e demais resoluções vigentes. E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, a entrega dos envelopes permanece a data de 26/03/2014, às 08:30 horas. Os demais itens permanecem inalteráveis.

Palhoça, 17 de março de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal.

Resultado Pregao 60-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

60/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, que tem como objeto contratação de Empresa para prestação de serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de Futebol, para a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, deste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HDR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMÉRCIO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 100.200,00 (cem mil e duzentos reais).

Palhoça, 17 de março de 2014.

Resultado Pregão Nº 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 58/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins

de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para transporte de atletas do Município de Palhoça para competições estaduais realizadas pela FESPORTE, em ônibus com no mínimo 40 lugares, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Palhoça, 17 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pregão Presencial 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 17/2014 - SRP, objeto: aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA, no dia 28 de março de 2014, às 13:30h, recebimento dos envelopes e amostras e abertura das propostas e no dia 07 de abril de 2014, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 22 de novembro de 2013.

Rosiméri Hilda Coelho

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação Edital Aquisição de Genereis Alimentícios E Agua Mineral Sem Gás Para Camara Municipal de Vereadores

EDITAL DE LICITAÇÃO (Carta Convite)

1. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC – CEP 88.132.282, representada neste ato pelo Senhor Ver. Nirdo Artur Luz, Presidente da referida Unidade Gestora, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 143/2014, publicada na data de 03 de fevereiro de 2014, torna público convidando a todos e quaisquer interessados a participar do presente certame licitatório, na modalidade CARTA

CONVITE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

1.2. A presente licitação tem por fundamento legal a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.

1.3. Para recebimento dos 2 envelopes (Habilitação e Proposta), fica determinado até o dia 02 de abril de 2014 às 13:30 horas, imprerivelmente, os quais deverão ser Protocolados na Câmara Municipal de Palhoça, sito à Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC.

1.4. O início da abertura dos envelopes ocorrerá a partir das 14h-00min do dia 02 de abril de 2014, no Setor de Licitações e Compras da Câmara Municipal de Palhoça, no endereço retro mencionado, ficando os interessados, desde já, convidados a assistir a abertura das propostas apresentadas, cujo ato será, público.

1.5. No caso de não haver expediente na Câmara Municipal de Palhoça, por fato superveniente à fixação de datas que coincida com a data designada para a entrega dos dois envelopes, o início do julgamento, ou a continuidade deste, ocorrerá no 1º (primeiro) dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP, definir outra data e horário, fazendo a divulgação no QUADRO DE AVISOS GERAIS e na PÁGINA DA INTERNET (Home Page) da Câmara Municipal de Palhoça, no seguinte endereço:

1.6. Integram o presente Edital, os seguintes anexos:

a) Anexo I: Objeto e respectiva quantidade e especificação;

b) Anexo II: Modelo de Declaração de Microempresa ou EPP;

c) Anexo III: Modelo de Declaração de que o Licitante não emprega menor(es) de idade;

d) Anexo IV: Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo;

e) Anexo V: Modelo de Declaração de que a Licitante não foi declarada inidônea;

f) Anexo VI: Modelo de Declaração de que a Licitante se submete aos termos do Edital;

g) Anexo VII: Modelo de Declaração de que a Licitante se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho;

h) Anexo VIII: Modelo de Declaração de que a Licitante atende às normas relativas à Saúde e a Segurança do Trabalho;

i) Anexo IX: Modelo de Declaração de veracidade e fidelidade das informações e documentos apresentados;

j) Anexo X: Modelo de Proposta; e

k) Anexo XI: Minuta de Contrato.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação, vinculado a solicitação nº. 11/2014, de março de 2014, é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo com o ANEXO I do presente Edital.

2.2. O prazo de contratação para o objeto constante no item anterior será aproximadamente de até 09 (nove) meses, contados a partir da data da assinatura do respectivo instrumento contratual, podendo o mesmo ser prorrogado nas formas da legislação vigente.

2.3. O pagamento pelos produtos adquiridos por meio deste certame licitatório correrá à conta da dotação nº. 3.3.90.30.07.00 (Gêneros Alimentícios), constante do orçamento vigente.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Além das empresas convidadas, poderão participar do presente certame, quaisquer empresas interessadas cadastradas na correspondente especialidade junto à Edilidade, que manifestarem interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas, do prazo previsto para a entrega dos dois envelopes.

3.2. A participação no presente certame implica para as licitantes a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.3. Não será permitida a participação de empresas em consórcio ou em parceria, nem as que estejam declaradas inidôneas para licitar com órgãos públicos, bem como, na condição falimentar ou de recuperação judicial.

4. DO PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

4.1. Deverão constar nas faces externas dos envelopes 1 (Habilitação) e 2 (Proposta), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, as seguintes informações:

4.1.1. Nome do órgão licitador;

4.1.2. Número da carta convite e do processo;

4.1.3. Razão Social da Empresa Participante;

4.1.4. Endereço completo da empresa licitante; e

4.1.5. Número e nome do envelope.

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 1 - HABILITAÇÃO

5.1. O envelope de habilitação deverá conter a seguinte documentação, também rubricada:

a) Cópia autenticada do Contrato Social (ou instrumento constitutivo equivalente) e da sua última alteração consolidada (se houver);

b) Comprovante de situação cadastral ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual acompanhada da respectiva certidão negativa de débitos expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

e) Certidão Negativa de Débito com a Previdência Social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

g) A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

h) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral “CRC” em situação regular no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado na letra (f) (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011).

i) A regulamentação a que se refere na letra (f), poderá ser feita junto a Comissão de Licitação.

j) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF; e,
l) As declarações, cujos modelos formam os Anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do presente Edital, devidamente assinadas pelo responsável legal da licitante ou de seu bastante procurador.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 2 - PROPOSTA

6.1. A proposta propriamente dita deverá estar redigida em Língua Portuguesa (admitida expressões e termos técnicos em língua estrangeira, desde que de uso corrente ou consagrado), impressa por meio computacional, em papel sem emendas, ressalvas, rasuras, rubricada em todas as suas folhas, e, ao fim, assinada por quem tenha capacidade legal para assumir a obrigação em nome da empresa, acompanhada da respectiva procuração.

6.1.1. A proposta deverá conter em seu corpo:

a) Razão Social, número do CNPJ, número da Inscrição Estadual e endereço completo da empresa licitante;
b) Número da carta convite e do processo;

c) Preço por litro, conforme subitem “8.2.1” e consoante o ANEXO X;

d) Validade da proposta: 30 (trinta) dias (a contar da data de abertura do envelope de proposta);

e) Condições de pagamento: 05 (cinco) dias (após a entrega de documento fiscal idôneo no Setor de Compras da Câmara Municipal de Palhoça;
f) Marca do produto ofertado;

g) Local, data, assinatura e identificação do signatário.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. O presente certame será processado e julgado de acordo com o estabelecido no artigo 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e demais alterações e atualizações posteriores.

7.2. No dia, local e horário designado no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes, de seus representantes legais ou de seus procuradores que comparecerem ao ato, bem como dos interessados presentes, a CPL/CMP, nomeada pela Portaria nº.143/2014, iniciará os trabalhos, examinando os envelopes nº 1, contendo os documentos de habilitação, entregue de acordo com o subitem 1.3, os quais serão rubricados pelos membros da referida Comissão, bem como, pelos demais licitantes presentes, de seus representantes legais ou de seus procuradores, procedendo-se a seguir às suas aberturas e conferência.

7.3. Habilitadas as licitantes, serão abertos os envelopes das propostas (nº 2), as quais serão tidas como imutáveis e definitivas, não sendo admitidas providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

7.4. As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP presentes ao ato, pelos licitantes, por seus representantes legais ou ainda por seus procuradores devidamente autorizados.

7.5. As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculos serão corrigidas automaticamente pela Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP.

7.6. Desta fase, será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP, pelos licitantes, por seus representantes legais ou ainda por seus procuradores devidamente autorizados presentes ao ato, constando na mesma toda e qualquer declaração.

7.7. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia, o resultado será publicado na imprensa, para conhecimento e ciência dos interessados.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO 19491919

8.1. Da desclassificação:

8.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Apresentarem irregularidades ou vícios que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento;

b) Não obedecerem às condições estabelecidas no procedimento licitatório; e

c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, tanto no sentido superior ou inferior dos praticados no mercado ou fixados pela autoridade competente;

8.1.2. Se todas as propostas forem desclassificadas, a CPL/CMP poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias para reapresentação das propostas, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

8.2. Da classificação:

8.2.1. As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o MENOR PREÇO POR ITEM ofertado.

8.2.2. A classificação será feita pela ordem crescente dos preços apresentados pelos participantes.

8.2.3. Como critério de desempate, será dada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o disposto no Art. 44 da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.2.4. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e E.P.P. sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.2.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar por seu representante legal presente ao ato de abertura, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame. Nessa situação, será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte o objeto licitado.

8.2.6. Não tendo sido oferecida nova proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, consultar-se-ão as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.2.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito previsto no subitem 8.2.5.

8.2.7. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.2.5, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.2.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.2.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.2.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2.9. Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa adjudicatária, vencedora nos termos previstos no subitem 8.2.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2.10. O disposto no subitem 8.2.3 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2.11. Não concorrendo microempresas ou empresas de pequeno porte, será adotado o sorteio, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 45 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.

8.2.12. Para o julgamento, não serão consideradas quaisquer vantagens ou ofertas não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

8.3. Do julgamento:

8.3.1. A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP, nomeada pela Portaria nº. 143/2014, de 03/02/2014, fará o julgamento das propostas, providenciando a publicação do resultado na imprensa.

8.4. Ao Presidente da Unidade Gestora, reserva-se o direito de a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar o presente procedimento licitatório, sem que isso represente motivo para que as licitantes solicitem qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1. Após decorrido o prazo de interposição de eventual recurso contra o julgamento exarado pela CPL ou julgado o eventual recurso, o presente procedimento licitatório será submetido ao Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, para deliberação quanto à homologação do julgamento e adjudicação do objeto.

10. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirar o documento equivalente no prazo de 10 dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Câmara Municipal de Palhoça.

10.2. Nos termos do § 2º do Art. 64 da Lei nº. 8666/93 e suas demais alterações e atualizações posteriores, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, quando o vencedor se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a presente licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo art. 81 da legislação supracitada.

10.3. No ato de assinatura do instrumento contratual ou retirada de documento equivalente, a empresa deverá apresentar:

- Prova de situação regular perante a Secretaria da Receita Federal, apresentado a CND – Certidão Negativa de Débito das contribuições previdenciárias.
- Prova de quitação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, conforme a Lei Federal nº. 9.012/95; e,

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

10.4. Se, por ocasião da formalização do contrato, qualquer das certidões de regularidade de débito da adjudicatária estiver vencida, caberá a mesma providenciar a sua imediata atualização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ficando sobrestada a assinatura do Termo Contratual.

10.5. O descumprimento do disposto nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso anterior implicará no impedimento de assinar o termo contratual ou de retirar o documento equivalente, estando sujeito o vencedor às penalidades previstas no subitem 11.1.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor do contrato ou do documento equivalente, quando a contratada, sem justa causa, interromper, suspender, total ou parcialmente, ou ainda deixar de fornecer os produtos que foram objetos desta licitação, no prazo estabelecido pela Administração.

11.2. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do documento equivalente quando a contratada:

a) Cometer faltas reiteradas na entrega do(s) produto(s).

b) Prestar informações inexatas ou criar embargos à fiscalização;

c) Transferir ou ceder suas obrigações, total ou parcialmente, a terceiros;

d) Fornecer produto (s) licitado (s) por este certame em desacordo com o Anexo I, independentemente da obrigação de fazer as substituições necessárias às suas expensas;

11.3. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, quando a contratada se recusar a fornecer o(s) objeto(s) contratado(s).

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

11.5. As importâncias relativas às multas serão pagas, pela contratada, após a respectiva notificação, sob pena de cobrança judicial.

11.6. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, de forma unilateral e administrativamente, total ou parcialmente, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA assista o direito de qualquer indenização se esta:

a) Falir ou entrar em Recuperação judicial;

b) Ter seus Diretores, títulos protestados;

c) Transferir o presente contrato ou equivalente, no todo ou em parte, a terceiros, sem anuência expressa da CONTRATANTE; e

d) Estiver impossibilitada de dar perfeito e cabal desempenho às obrigações assumidas.

11.7. A CONTRATADA, no ato da assinatura, reconhecerá expressamente o direito da CONTRATANTE de rescindir administrativamente o contrato ou, ainda, documento equivalente.

12. DOS RECURSOS

12.1. Eventuais recursos administrativos poderão ser interpostos

mediante petição fundamentada, dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP, observando-se, para esse efeito, o rito e as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores, devidamente protocolados na Câmara Municipal de Palhoça, sito na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial Pagani, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina (Edifício Sede da Edilidade), de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 as 17h00.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente certame. Os esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail compras@cmp.sc.gov.br, por fax no nº (48) 32421501 ou, ainda, por correspondência a ser enviada no endereço da Câmara, constante do preâmbulo deste Edital.

13.2. Não será admitida a impugnação deste Edital por intermédio de fac-símile ou via email, devendo esta ser devidamente protocolizada na Câmara Municipal de Palhoça, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

13.3. A solicitação de providências ou impugnação deste ato convocatório será dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, por petição escrita.

13.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.5. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será tornada pública no site www.cmp.sc.gov.br no link licitações, sendo de responsabilidade dos interessados acompanharem as publicações ali disponibilizadas.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Lavrar-se-ão atas das reuniões públicas realizadas, as quais, após lidas e aprovadas, serão assinadas pelo Membros da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça – CPL/CMP e pelos representantes dos licitantes presentes.

14.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete o proponente à aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

14.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, sempre em decisão fundamentada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, conforme disposto no Artigo 49 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

14.4. À Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - CPL/CMP fica reservado o direito de efetuar diligências em qualquer fase deste certame a fim de verificar a autenticidade e a veracidade dos documentos e informações apresentados nas propostas, bem como esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informações exigidas neste Edital.

14.5. As normas que disciplinam esta LICITAÇÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

14.6. Após a apresentação dos 2 envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações.

14.7. O licitante vencedor ficará obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Câmara Municipal de Palhoça, respeitando-se os limites previstos em Lei.

14.8. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má fé, a Câmara Municipal de Palhoça comunicará os fatos verificados aos órgãos competentes, para as providências devidas.

14.9. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, e demais atualizações posteriores.

14.10. Tendo em vista o disposto no artigo 97, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações e atualizações posteriores, fica implícito que cada interessado em participar da licitação deverá encontrar-se em pleno gozo de seus direitos para contratar com a Administração Pública, isto é, reunir condições de idoneidade, incidindo, em hipótese contrária, nas cominações do parágrafo único do mesmo artigo.

14.11. Será admitida a demonstração de regularidade fiscal também por meio de certidão positiva com efeitos de negativa, nas formas da Lei.

14.12. Correrão por conta da Câmara Municipal de Palhoça as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, aí incluídas as decorrentes de sua elaboração e publicação, nos termos da legislação vigente.

14.13. O preço máximo estimado para o fornecimento do objeto licitado importa em R\$ 12.000.00(doze mil reais).

14.14. Para dirimir quaisquer questões relacionadas com este Edital, fica estabelecido o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Palhoça, 17 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

ANEXO IRef.: **Carta Convite nº 002/2014.****ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE
01	Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem. Aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 1/2kg cada unidade.	Pacote de 1/2kg	250 PCT
02	Leite longa vida integral Litro	Litro	1500 L
03	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados;Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções? Alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.	Pacote de 1kg	400 K
04	Filtro de papel p/ café nº 103, caixa com 40 unidades	Caixa	25 caixa
05	Bombonas Água 20 Litros; Constar em seu teor as seguintes analise: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e analise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de	Bombona	300 BB

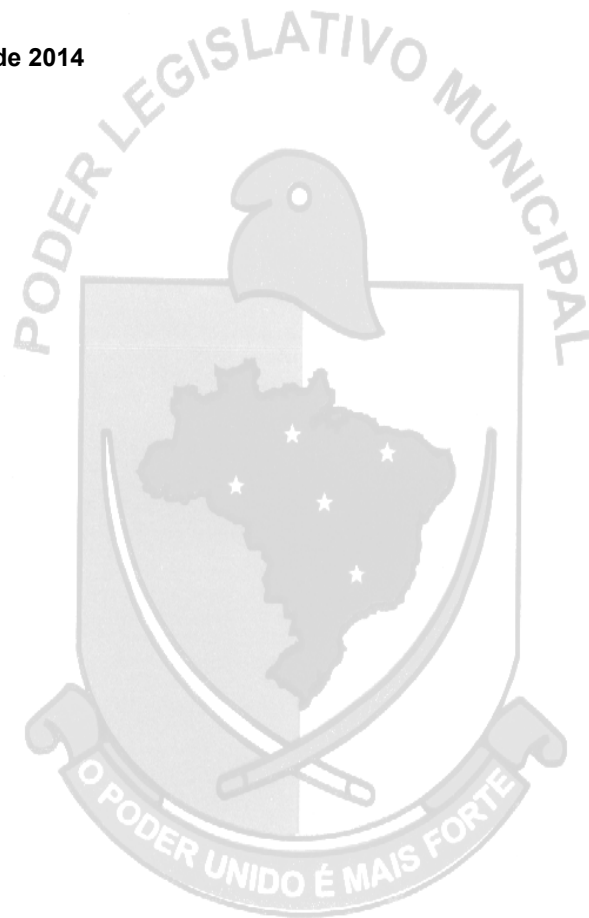
	<p>saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.</p>		
06	<p>Fardos de água 500ml com 12 unidades cada fardo.</p> <p>Constar em seu teor as seguintes análise: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra</p>	Fardo	150 F

	de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.		
--	---	--	--

Setor de Compras e Licitações.

Palhoça, 17 de março de 2014

Nirido Artur Luz
Presidente



ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**Ref.: **Carta Convite nº 002/2014.**

(nome/razão social) _____, inscrita no **CNPJ** nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e **CPF** nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06.

Data e Local.....

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A ENTIDADE NÃO EMPREGA MENORES**

(art. 27, inciso V da Lei Federal 8.666/93)

Ref.: Carta Convite nº 002/2014.

DECLARAÇÃO

....., empresa inscrita no CNPJ sob nº....., no intermédio de seu representante legal ou bastante procurador o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Data e Local.....

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor..... UF.....

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Ref.: Carta Convite nº 002/2014.

DECLARAÇÃO

Eu, (**nome completo**), representante legal da empresa (**razão social da proponente**), interessada em participar do processo licitatório acima, declaro sob as penas da lei, que nenhum diretor (ou gerente) desta entidade foi condenado por quaisquer dos crimes ou contravenções previstos no artigo 1º da Lei Estadual nº 10.218 de 12/03/99, nos prazos que trata seu § 1º. Declaro também que comunicarei à Câmara Municipal de Palhoça, durante o período em que o contrato estiver vigente, a ocorrência de condenação de qualquer de seus empregados, decorrente de prática dos referidos crimes ou contravenções, de que venha a ter conhecimento.

Data e Local.....

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA**Ref.: **Carta Convite nº 002/2014****DECLARAÇÃO**

D E C L A R O, sob as penas da Lei, para fins do processo licitatório acima, que a empresa, **não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com o Poder Público**, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

Data e local _____

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO AOS TERMOS DO EDITAL**

Ref.: Carta Convite nº 002/2014

DECLARAÇÃO

(..... empresa), inscrita no CNPJ
sob nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº
....., **DECLARA**, que **SUBMETE-SE** aos termos do **EDITAL** do
Certame acima mencionado.

Local e data _____

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO VII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

(em atendimento ao Decreto Estadual nº 42.911, de 06/03/98)

Ref.: Carta Convite nº 002/2014

DECLARAÇÃO

(Em papel timbrado da Licitante)

Eu *(nome completo)*, representante legal da empresa *(nome da pessoa jurídica)*, interessada em participar da Carta Convite nº 002/2014 da Câmara Municipal de Palhoça, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do art. 27 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, a *(nome da pessoa jurídica)* encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

....., ... de de 2014

(Local) (Data)

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO****Ref.: Carta Convite nº 002/2014****DECLARAÇÃO***(em papel timbrado da Licitante)*

A.....(razão social), por seu representante legal, interessada em participar do certame modalidade Carta Convite nº 002/2014, da Câmara Municipal de Palhoça, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho, para os fins estabelecidos pela legislação vigente.

....., ... de de 2014

(Local) (Data)

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO IX**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E FIDELIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS****Ref.: Carta Convite nº 002/2014****DECLARAÇÃO***(em papel timbrado da Licitante)*

A.....(razão social), **DECLARA**, para fins de direito e sob as penas da lei, a veracidade e fidelidade de todos os documentos e informações apresentados no âmbito do certame licitatório modalidade Carta Convite nº 002/2014 da Câmara Municipal de Palhoça.

....., .. de de 2014.

(Local) (Data)

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:.....

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO X**MODELO DE PROPOSTA****Carta Convite 02/2014 - Processo 006/2014***(em papel timbrado da Licitante)***ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem. Aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 1/2kg cada unidade.	Pacote de 1/2kg	250 PCT		
02	Leite longa vida integral Litro	Litro	1500 L		
03	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados;Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções? Alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado". Embalagem: plástica com até	Pacote de 1kg	400 K		

	01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.				
04	Filtro de papel p/ café nº 103, caixa com 40 unidades	Caixa	25 caixa		
05	Bombonas Água 20 Litros; Constar em seu teor as seguintes análise: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora. Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e	Bombo na	300 BB		

	energia.				
06	<p>Fardos de água 500ml com 12 unidades cada fardo.</p> <p>Constar em seu teor as seguintes análise: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora. Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de</p>	Fardo	150 F		

	produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.				
--	--	--	--	--	--

Validade da Proposta: 30 dias

Razão Social: _____

Número da Inscrição Estadual: _____

Endereço: _____

Condições de Pagamento: 5 dias após a entrega de documento fiscal idôneo na Diretoria de Compras da Câmara Municipal de Palhoça.

....., ... de de 2014

(Local) (Data)

Assinatura do representante legal ou bastante procurador

Nome completo:

RG.: Órgão Expedidor.....UF.....

ANEXO XI**MINUTA DE CONTRATO**

TERMO CONTRATUAL EM QUE FIGURAM, COMO CONTRATANTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, E COMO CONTRATADA,
_____, **PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, FIRMADO EM RAZÃO DO RESULTADO DO CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 002/2014, BASEADO NO §3º, DO ARTIGO 22, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E POSTERIORES ALTERAÇÕES.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.813.675/0001-59, situada na Rua Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste instrumento devidamente representada pelo seu Presidente, **Ver.** _____, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, Bairro _____, Município de Palhoça, Estado de São Catarina **e de outro lado:**

_____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, situada na (Rua/Av./Trav./Pr.) _____, Bairro de _____, Município de _____, Estado de _____, neste ato devidamente representada por seu _____, Sr(a). _____, (nacionalidade), (cargo/profissão), (situação civil), portador da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado na rua _____

(Rua/Av./Trav./Pr.)....., Município de, Estado de, tendo em vista o resultado do processo de licitação modalidade **CARTA CONVITE nº 002/2014**, têm entre si justa e contratada a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Do Objeto e da Fundamentação Legal

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de fornecimento de Gêneros Alimentícios e Água mineral sem gás para a Câmara Municipal de Palhoça, com base no Edital do Certame Licitatório – modalidade: **Carta Convite nº 002/2014** e seus Anexos, autorizado pela solicitação de compra nº ____/2014, e cuja fundamentação legal é a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações e atualizações posteriores.

1.2. A entrega do item referido fica condicionada à solicitação da **CONTRATANTE**.

1.3. O presente objeto poderá sofrer os acréscimos e supressões nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Da Vigência

2.1. O presente Termo Contratual possui vigência aproximadamente de até 09 (nove) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas formas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA

Dos Preços, dos Pagamentos, dos Reajustes e dos Recursos Financeiros.

3.1. Ao presente Instrumento Contratual atribui-se o valor estimado global de, até, R\$ 12.000,00 (doze mil reais), salvo o disposto na cláusula “3.5”.

3.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA efetuará o pagamento pelo(s) produto(s) recebido(s) em 05 (*cinco*) dias, contados a partir da data de entrega do

documento fiscal idôneo na Diretoria de Contabilidade e Orçamento e do respectivo aceite.

3.3. Não haverá reajuste, em hipótese nenhuma, do(s) preço(s) ofertado(s), salvo o reequilíbrio econômico-financeiro.

3.4. As despesas oriundas desta CLÁUSULA serão suportadas por recursos próprios da **CONTRATANTE** consignados na dotação nº. **3.3.90.30.07.00 (Gêneros de Alimentação)**, do orçamento vigente.

3.5. O objeto deste Contrato poderá sofrer os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA

Dos Pedidos

4.1. Os pedidos poderão ser efetuados de forma parcelada em atendimento às necessidades da **CONTRATANTE**, bem como seus interesses e conveniência.

4.1.1. A solicitação de que trata o item "1.2." será emitida pelo Responsável pelo Setor de compras da **CONTRATANTE**, e somente mediante a sua apresentação é que poderá ser realizado a entrega do objeto licitado.

CLÁUSULA QUINTA

Das Obrigações da CONTRATADA e da Garantia

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

I. Fornecer o(s) produto(s) que lhe fora(m) adjudicado(s), de acordo com a demanda da **CONTRATANTE** e em estrita conformidade com o ANEXO I do Edital do certame Convite nº 002/2014.

II. Aceitar pedidos parciais de acordo com as necessidades e interesses da **CONTRATANTE**, nas formas dos itens "1.2" e "4.1" e do subitem "4.1.1".

III. Dar garantia da qualidade do(s) produto(s) fornecido(s) ou responsabilizar-se pelo cumprimento desta junto ao(s) fabricante(s) do(s) respectivo(s) produtos(s).

IV. Efetuar o ressarcimento ou substituição do(s) produto(s) fornecido(s) que, porventura, não apresentem os padrões mínimos de qualidade determinados pela autoridade federal competente, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE** e à suas despesas.

CLÁUSULA SEXTA**Da Novação**

6.1. A abstenção, pela **CONTRATANTE**, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a ocorrência de descumprimento de qualquer obrigação da **CONTRATADA**, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA**Da Subcontratação**

7.1. A **CONTRATADA** obriga-se a não subcontratar o objeto do presente contrato.

7.1.1. Na hipótese de serviços complementares que, por sua natureza, reclamem execução por terceiros, fica a **CONTRATADA**, relativamente ao objeto subcontratado, direta e solidariamente responsável, técnica e civilmente, devendo promover a cessação imediata das atividades de subcontratação, quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

7.1.2. Desde que a alteração social ou a modificação da finalidade ou, ainda, da estrutura da empresa comprovadamente não prejudique a execução do contrato, fica facultado à Câmara Municipal de Palhoça admitir a cessão ou transferência do contrato para a nova pessoa jurídica resultante da fusão, cisão ou incorporação, total ou parcial da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA**Da Rescisão**

8.1. A rescisão se dará:

- a) por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**.
- c) por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

d) por decretação de recuperação judicial, extrajudicial ou falência, dissolução judicial ou qualquer alteração social da **CONTRATADA** que prejudique a sua capacidade de executar fielmente o presente contrato, a critério da **CONTRATANTE**.

8.2. O contrato poderá ser rescindido pela **CONTRATANTE**, de forma unilateral e administrativamente, total ou parcialmente, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** assista o direito de qualquer indenização se esta:

- a) Falir ou entrar em Recuperação judicial;
- b) Ter seus Diretores, títulos protestados;
- c) Transferir o presente contrato ou equivalente, no todo ou em parte, à terceiros, sem anuência expressa da **CONTRATANTE**; e
- d) Estiver impossibilitada de dar perfeito e cabal desempenho às obrigações assumidas.

8.3. A **CONTRATADA**, neste ato, reconhece expressamente o direito da **CONTRATANTE** de rescindir administrativamente o presente contrato ou parte dele.

CLÁUSULA NONA

Das Sanções e Penalidades

9.1. Em caso de inexecução total ou parcial, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu exclusivo critério, mediante procedimento que garanta o contraditório, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa diária de 0,1% (*zero vírgula um por cento*) calculada sobre o valor total do Contrato, até o limite máximo de 10% (*dez por cento*);
- c) Multa de 10% (*dez por cento*) sobre o valor total do contrato ou do documento equivalente quando a contratada:
 - I. Cometer faltas reiteradas na entrega do(s) produto(s).
 - II. Prestar informações inexatas ou criar embargos à fiscalização;
 - III. Transferir ou ceder suas obrigações, total ou parcialmente, à terceiros;

IV. Fornecer produto(s) licitado(s) por este certame em desacordo com o **Anexo I**, independentemente da obrigação de fazer as substituições necessárias às suas despesas;

d) Multa de 20% (*vinete por cento*), sobre o valor do contrato, quando a contratada se recusar a fornecer o(s) objeto(s) contratado(s);

e) Na hipótese de persistência, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu critério, considerar rescindido o contrato, sem prejuízo do ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados; e,

f) Cumulativamente, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu critério, declarar a suspensão temporária da **CONTRATADA** de participação em licitações da Câmara Municipal de Palhoça, pelo prazo de até 2 (*dois*) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA

Das Partes Integrantes do Contrato

10.1. Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a integrá-lo, com plena validade entre as partes, independente de transcrição, o Edital da Licitação “Carta Convite nº 002/2014” e todos os seus Anexos, além da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme Anexo X.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Das Comunicações

11.1. Todas as comunicações, relativas ao presente contrato, serão consideradas como regularmente efetuadas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou por telegrama no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, bem como por fac-símile com comprovante de envio e recebimento de e-mail com comprovante de leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

Das Disposições Gerais

12.1. A **CONTRATANTE**, exercerá ampla e total fiscalização sob o objeto contratado, por intermédio de seu servidor responsável pela Setor de compras, de

acordo com o art. 67 c/c art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, respeitados os limites e vedações legais.

12.2. Correrão por conta da Câmara Municipal de Palhoça as despesas que incidirem sobre a formalização deste contrato, aí incluídas, inclusive, as decorrentes de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

12.3. A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Do Foro

13.1. Fica eleito, por convenção entre as partes, o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro por mais especial que seja.

13.2. E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento contratual em 3 (*três*) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 2 (*duas*) testemunhas que também o subscrevem.

Palhoça, de de 2014.

.....
(contratada)

Representante Legal

.....
(contratante)

Câmara Municipal de Palhoça

Ver.

Presidente

Testemunhas:

1).....

2).....

Papanduva

PREFEITURA

2º Termo de Retificação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2014 - O presente termo tem por objetivo publicar a retificação feita no anexo I do edital supra citado, cujo extrato, publicado no DOM/SC, dia 28 de fevereiro de 2014, edição nº 1438, página 586. Entrega dos envelopes: até o dia 31 de março de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 31/03/2014 – 08:45hs O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Errata

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 07 de março de 2014, edição nº 1441 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 554, referente a publicação do extrato do contrato nº 019/2014, onde lê-se: Contrato referente ao Edital de Pregão Presencial 016/2014, leia-se: Contrato referente ao Edital de Dispensa de Licitação nº 016/2014.

Papanduva/SC, 14 de março de 2014

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contrato Nº 025/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 025/2014, Referente a concessão de Direito Real de Uso Remunerado do Terminal Rodoviário de Papanduva. Concessionária: SERGIO HENRIQUE RAMOS PEREIRA - ME, totalizando o montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará no dia 09 de março de 2014 até o dia 09 de junho de 2014 ou até a conclusão do processo licitatório, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 09 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Contrato Nº 026/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 026/2014, Referente a Inexigibilidade de Licitação nº 032/2014. Objeto: Aquisição de cartilhas, material específico com

assuntos que serão abordados nas atividades e trabalhos desenvolvidos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, totalizando o montante de R\$ 7.180,00 (sete mil e cento e oitenta reais). Vigência: o presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura até a entrega total das cartilhas, não sendo passível de prorrogação.

Papanduva/SC, 10 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

1º Termo de Retificação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014 Objeto: O presente termo tem por objetivo publicar a retificação feita no edital supra citado a qual segue: "6.9 – Comprovação de que a proponente possui autorização de funcionamento emitido pelo Ministério da Saúde – ANVISA, compatível com o produto ofertado (AFE – Produtos de Higiene)". Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 01 de abril de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 01/04/2014 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de março de 2014

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contrato Nº 022/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 022/2014, Referente a Chamada Pública 001/2014. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratado: VILMAR PAITER, totalizando o montante de R\$ 2.405,00 (dois mil, quatrocentos e cinco reais). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e término previsto para o dia 31 de julho de 2014, ou até a entrega total dos produtos, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 17 de fevereiro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de Licitação

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0019/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 0011/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0011/2014 – Objeto – Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, conforme especificações contidas em Anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08:45 do dia 28 de março de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 17 de março de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 936,55 (novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Destinação: IGD – SUAS

Data liberação: 17/03/2014

Passos Maia – SC, 17 de março de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 088/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Vanessa Pereira contratada pela portaria nº054/2014, brasileira, portadora do CPF nº 008.147.499-76, matrícula nº 10973, ocupante do Cargo de Professora, a disposição na Secretaria Municipal de Educação, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 089/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Terezinha Dionel Cardoso, nomeado pela portaria nº 476/2013, brasileira, portadora do CPF nº 744.004.609-91 matrícula nº 10967, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 090/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto

na Lei Municipal nº 497/91, art. 95 resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Telma Dutra Crescêncio, brasileira, portador do CPF nº 030.344.639-01, matrícula nº 826, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/02/2014 á 12/03/2014, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 091/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 12/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10986, ensino superior completo, classificada na quinta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 092/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 13/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Laurimar da Silva Santos, brasileira, portadora do CPF nº 376.461.689-04, matrícula nº 10987, ensino superior completo, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 093/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 093/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 14/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Regina Moreira dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 10988, ensino superior completo, classificada na sétima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 094/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 094/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 15/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Elizete Zanela dos Santos brasileira, portadora do CPF nº 625.684.429-72, matrícula nº 10989, ensino superior completo, classificada na nona posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 095/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 16/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Joana Maria Santos Martins, brasileira, portadora do CPF nº 066.917.999-09, matrícula nº 10990, ensino superior completo, classificada na décima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 096/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 096/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 17/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Alessandra Ana Fernandes de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 024.387.309-35, matrícula nº 10991, ensino superior completo, classificada na quinta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora Educação Infantil, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 097/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 097/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 18/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Jeane Aparecida Santos Martins brasileira, portadora do CPF nº 059.159.249-56, matrícula nº10992, ensino superior completo, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 098/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 098/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 19/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço brasileira, portadora do CPF nº 767.889.979-34, matrícula nº10993, ensino superior completo, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 099/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 20/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Denize Aparecida da Rosa brasileira, portadora do CPF nº 025.467.489-55, matrícula nº10994, ensino superior completo, classificada na quarta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 100/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 21/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marize Menezes Wheeler brasileira, portadora do CPF nº 784.914.607-72, matrícula nº10995, ensino superior completo, classificada na quinta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 101/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 22/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Deise Alexandre Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula nº10996, ensino superior completo, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 102/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 23/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marilene Dagmar Pires, brasileira, portadora do CPF nº 009.253.259-45, matrícula nº10997, ensino superior completo, classificada na nona posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 103/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 24/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Noemi Aparecida da Silva Machado brasileira, portadora do CPF nº 050.480.909-18, matrícula nº10998, ensino superior completo, classificada na décima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora II/anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 104/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 104/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 25/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Simoni de Sousa Crescêncio, brasileira, portadora do CPF nº 049.874.765-41, matrícula nº10999, ensino superior completo, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de geografia, com carga horária de 20hs semanais, em substituição da titular Luciana Vieira, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 105/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 26/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Aline Rosa da Silva brasileira, portadora do CPF nº 066.921.669-00, matrícula nº11000, ensino superior incompleto, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de língua português, com carga horária de 20hs semanais, em substituição da titular Tatiana Fernandes dos Santos, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 106/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 27/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Silvana Rita Zucchi dos Anjos brasileira, portadora do CPF nº 916.114.079-15 matrícula nº11001, ensino superior completo, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora do 2º ano, com carga horária de 20hs semanais, em substituição da Vanessa Pereira, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 10/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 107/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº107/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 28/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Vanderlei Teixeira Patrocínio, brasileiro, portador do CPF nº 039.498.797-73, matrícula nº11002, ensino superior completo, classificado na terceira posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20hs semanais, em substituição do titular Valdelir Sartor, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 até 18/03/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 108/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 014/2014, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Danielly Rosângela Nunis, brasileira, portadora do CPF nº 068.114.659-13 matrícula nº 11003, para atuar no Cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 horas semanais, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir 10/03/2014 em substituição da ex titular Mayra

Ternes que pediu demissão, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 109/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17, item II, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Fernanda Pereira Botega, brasileira, nível Superior Completo, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes – SC, portadora do CPF nº 059.607.489-16, matrícula nº 11004, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Unidade Sanitária, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 110/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 016/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Mateus Batista Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº 052.343.629-73, Ensino Superior Completo, matrícula nº 11005, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/03/2014 até 31/06/2014, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 111/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 111/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve. Exposição do motivo nº: 29/2014

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Diretora Unidade Escolar, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Osnilda Rodrigues Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 715.993.719-87, matrícula nº 686, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 063/2002, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Março de 2013.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 112/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 30/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tânia Ramos da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 017.711.319-77 matrícula nº 11006, ensino superior completo, classificada na sétima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20hs semanais, em substituição da titular Osnilda Rodrigues Vieira, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2014 até 12/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 113/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, ACT, Marcelino de Sousa Pacheco, brasileiro, portador do CPF nº 030.574.779-76, matrícula nº 10890, ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 15/05/2014, conforme benefício nº 6039687120 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 13 de Março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Extrato de Contrato 31/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2014 – Pregão Presencial 05/2014.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Dados do Contrato: Contrato nº 31/2014
Contratado: ALTERMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Data de vigência: 14/03/2014 até 31/12/2014.
Município de Peritiba – SC em 14 de Março de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 32/2014 FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2014 – Pregão Presencial 05/2014.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Dados do Contrato: Contrato nº 32/2014
Contratado: CENTERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 03.652.030/0001-70
Data de vigência: 14/03/2014 até 31/12/2014.

Município de Peritiba – SC em 14 de Março de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 33/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2014 – Pregão Presencial 05/2014.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Dados do Contrato: Contrato nº 33/2014
Contratado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829/0001-40
Data de vigência: 14/03/2014 até 31/12/2014.

Município de Peritiba – SC em 14 de Março de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 34/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2014 – Pregão Presencial 05/2014.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Dados do Contrato: Contrato nº 34/2014
Contratado: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 94.894.169/0001-86
Data de vigência: 14/03/2014 até 31/12/2014.

Município de Peritiba – SC em 14 de Março de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Tomada de Preços 006/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 006/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 03 DE ABRIL DE 2014, licitação modalidade Tomada de Preços nº 06/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares em Linha Tunel, em Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/04/2014, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal.

Costa e Silva, n. 111, fone 49-

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 17 DE MARÇO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 097, de 14 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 097, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
HOMOLOGA ITEM DA LICITAÇÃO Nº 001/2014, MODALIDADE LEILÃO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, referente à licitação nº 001/2014, RESOLVE:

Art. 1º Homologa item I da licitação nº 001/2014, modalidade LEILÃO, e adjudica o seguinte objeto leilado à JAIR BORTHOLOTTO, inscrito no CPF sob nº 518.243.299-20, pelo seguinte valor: Um equipamento ensiladeira, marca nogueira, manual, ano 1987, pelo preço total de R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 14 DE MARÇO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 2.626, de 10 de Março de 2014.

Prefeitura Municipal de Pomerode
Estado de Santa Catarina
Gabinete do Prefeito

LEI ORDINÁRIA Nº 2.626, DE 10 DE MARÇO DE 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Pomerode, crédito adicional suplementar no valor de R\$3.500.000,00 (Três Milhões e Quinhentos Mil Reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 0800 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 0801 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0070 – Infraestrutura e Urbanismo
Projeto/Atividade: 1024 – Aquisição de Máquinas e Veículos
Categoria Econômica: 4 – Despesas de Capital
Grupo de Natureza da Despesa: 4 – Investimentos
Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas
Elemento de Despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente
Vínculo: 01830002 – Oper. Créd. Int. Outros Progr. BADESC

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.571, de 30 de agosto de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de março de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.625, de 27 de Fevereiro de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.625, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REVOGAR O INCENTIVO ECONÔMICO CONCEDIDO PELA LEI Nº 1.706, DE 22 DE MAIO DE 2003, PROCEDER A REVERSÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA, AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a revogação do incentivo econômico e proceder a reversão, junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode, da doação condicionada de imóvel a empresa CLARATEX INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.373.798/0001-30, ao patrimônio do Município de Pomerode, imóvel este localizado nesta cidade, no Bairro Testo Central, na Rua Hermann Koch, contendo a área de 5.793,29m² (cinco mil, setecentos e noventa e três metros e vinte e nove décimos quadrados); em forma de paralelogramo, fazendo frente em sessenta metros e cinquenta centímetros (60,50m) com o lado par da rua Hermann Koch; nos fundos em sessenta metros e cinquenta centímetros (60,50m) com a margem esquerda do Rio do Testo; extremando pelo lado direito em noventa e seis metros e sete centímetros (96,07m) com terras da Prefeitura Municipal desta cidade (matrícula nº 8632); e, pelo lado esquerdo, em noventa e seis metros e sete centímetros (96,07m) sendo: 30,73 metros com terras da Prefeitura Municipal de Pomerode (matrícula nº 8047) e 65,34 metros com terras de Ditmar Karsten; distando do lado esquerdo, 174,72 metros da esquina da rua Hermann Koch com a rua dos Atiradores; cujo terreno acha-se demarcado por uma faixa de Preservação Permanente de 30,00 metros de largura ao longo da margem esquerda do Rio do Testo, com 1.796,06m², passando o terreno a ter uma área útil de 3.997,23m², sem edificações, matriculado sob nº 8.631 no Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo Único. O mencionado imóvel foi doado condicionalmente à empresa "CLARATEX INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA", para a construção de seu Parque Fabril visando, o incentivo econômico, ao cumprimento integral da Lei nº 1.225/95, conforme expresso no do art. 4º da Lei nº 1.706, de 22 de maio de 2003.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se a Lei nº 1.706, de 22 de maio de 2003.

Pomerode, 27 de FEVEREIRO de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

SAMAE

Aviso de Licitação

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2014 - CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KILÔMETRO ANO/MODELO 2014/2014 COM VISTAS AO REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO SAMAE CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL.

Local: o pregão eletrônico para registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 08:00 horas do dia 28/03/2014

Íncio da sessão de disputa de preços : 08:30 do dia 28/03/2014

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil WWW.bll.org.br e WWW.pomerode.sc.gov.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233

regia.parpinelli@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 17 de Março de 2014.

JORGE ALFREDO HOGE

Presidente do SAMAE

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 231/2014 - RH

PORTARIA Nº 231, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 30 de janeiro a 17 de abril de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sandra Bendlin Micalichen, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em virtude do atestado médico e posteriormente pedido de exoneração de Gisele Bujak e até que a candidata concursada assuma a vaga.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 235/2014 - RH

PORTARIA Nº 235, de 24 de fevereiro de 2014.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de janeiro a 15 de abril de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Roseli dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Valéria Ferreira que se encontra em Licença Maternidade e posteriormente férias.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 307/2014 - RH

PORTARIA Nº 307, de 28 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Termo Aditivo nº 001/2013, do Contrato de Trabalho nº 069/2013, de Marli Teresinha Zanella Pleczak, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas

atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 308/2014 - RH

PORTARIA Nº 308, de 28 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 171/2013, de Adriana Josiek, que exerce as funções do cargo de Médico (Pediatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 28 de fevereiro a 30 de abril de 2014, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 309/2014 - RH

PORTARIA Nº 309, de 28 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 173/2013, de Sonia Regina Guzzoni Drozda, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínica Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 28 de fevereiro a 30 de abril de 2014, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 310/2014 - RH

PORTARIA Nº 310, de 28 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 172/2013, de Liana Weber, que exerce as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 28 de fevereiro a 30 de abril de 2014, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 311/2014 - RH

PORTARIA Nº 311, de 05 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 05 de março de 2014, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Augusto Gonçalves, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 312/2014 - RH

PORTARIA Nº 312, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Keli Maria Boraski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Márcia Regina Stratmann que estará atuando no Programa Aprendendo com a Árvore – PACA, desenvolvido em parceria com a RIGESA.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 313/2014 - RH

PORTARIA Nº 313, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Sandra Cruz Rodrigues, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 25 de fevereiro a 03 de abril de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Marlene Ivone Bolting Kuckla que se encontra em Licença Prêmio de 60 dias consecutivos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 314/2014 - RH

PORTARIA Nº 314, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Salet Kutianski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, 10 horas semanais em vaga vinculada da professora efetiva Emilia da Conceição Banaszkeski Skubisz que está exercendo a função de Diretora de Escola e 10 horas semanais para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 315/2014 - RH

PORTARIA Nº 315, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Fernanda Conceição Martins, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 25 de fevereiro a 03 de abril de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Sandra Aparecida dos Santos Melo que se encontra em Licença Prêmio de 60 dias consecutivos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 316/2014 - RH

PORTARIA Nº 316, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lurdes Fernanda Lautério Morandi, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 317/2014 - RH

PORTARIA Nº 317, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Alaíze Franciele Pogogelski Dolinski, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 319/2014 - RH

PORTARIA Nº 319, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Andressa Cristina Weiller, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na

Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 320/2014 - RH

PORTARIA Nº 320, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cleuza Marilene de Fátima Guerellus Araújo, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Danieli Katchoroski que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 321/2014 - RH

PORTARIA Nº 321, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme

estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Misleine Wolf, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 322/2014 - RH

PORTARIA Nº 322, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Carla Rosane Fersch da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado – AEE, em vaga vinculada da professora efetiva Leila de Fátima Longo Ruaro que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, São Bernardo do Campo e Frei Deodato, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 323/2014 - RH

PORTARIA Nº 323, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Apoio Pedagógico, em vaga vinculada da professora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor que está exercendo a função de Secretária de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 324/2014 - RH

PORTARIA Nº 324, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Fernanda Regina Caldas, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 05 de junho de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Diva Soares dos Santos de Souza que se encontra em Licença Prêmio de 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 325/2014 - RH

PORTARIA Nº 325, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lidiane Regina Schreiner, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada de Luciane Cristina Kaminski Vaudan que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 326/2014 - RH

PORTARIA Nº 326, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, a partir de 01 de março de 2014, o contrato de trabalho de Sandra Bendlin Micalichen, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2014.

Porto União - SC, em 06 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 327/2014 - RH

PORTARIA Nº 327, de 07 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Márcia Aparecida Simplicio de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 07 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 328/2014 - RH

PORTARIA Nº 328, de 07 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO o servidor efetivo Marcelo Amaro, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 07 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 329/2014 - RH

PORTARIA Nº 329, de 07 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR A PEDIDO, de 28 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, a carga horária da professora contratada Silmara Lindamir Soares dos Santos, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 07 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 330/2014 - RH

PORTARIA Nº 330, de 10 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Carmem Zwierzykowski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 10 de março a 09 de abril de 2014 ou até que a candidata concursada assuma a vaga.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2014 - Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 023/2014

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por melhor técnica e preço, do tipo presencial, para a contratação de 01 (uma) agência de publicidade para prestação de serviços de estudo, planejamento, criação, intermediação e supervisão da execução externa, distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais

e off-line, elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, planejamento e execução de pesquisas. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 22 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União – SC, 17 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2014 - Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 024/2014 - CARONA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a contratação de serviço de provedor de internet de acordo com a tecnologia escolhida pela prefeitura. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 03 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal. Esse processo deu origem ao processo de mesmo número ao Fundo Municipal de Educação, Fundação Municipal de Cultura e FUNREBOM, por tratar-se de CARONA. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União – SC, 17 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 - Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2014

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para a Polícia Militar, para utilização no Policiamento com Motos para a fiscalização do trânsito de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 31 de março de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Edital de Convocação 129/2014

Edital de convocação 129/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 14/03/2014 à 20/03/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

01 foto 3x4;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física;

- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)

PIS/PASEP (cópia reprográfica);

Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;

Comprovante de endereço atualizado;

Certificado de Reservista, se for o caso;

Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);

Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;

Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);

Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;

Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)

Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)

Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
TANIA LORENSINI	68º		

Porto União (SC), 13 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 029/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 029/2014

Partes: Município de Porto União e a empresa CISM Engenheiros Consultores Ltda

Objeto: contratação de uma empresa para realizar o estudo de viabilidade econômica financeira para nova alternativa do Plano de Saneamento Integrado com o Município de União da Vitória / PR, visando atender ao contrato de programa com a SANEPAR.

Valor total R\$ 14.870,00 (quatorze mil oitocentos e setenta reais).

Vigência: será de 60 (sessenta) dias

Base legal: Dispensa de Licitação 006/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 14 de março de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

CISM Engenheiros Consultores Ltda.

Contratada

Justificativa Dispensa de Licitação N.º 006/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 020/2014

Dispensa de Licitação n.º 006/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para realizar estudo de viabilidade econômica financeira para nova alternativa do Plano de Saneamento Integrado com o Município de União da Vitória / PR, visando atender ao Contrato de Programa com a SANEPAR.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para realizar o estudo de viabilidade econômica financeira para nova alternativa do Plano de Saneamento Integrado com o Município de União da Vitória / PR, visando atender ao Contrato de Programa com a SANEPAR.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa CISM Engenheiros Consultores Ltda, inscrita no CNPJ 03.210.574/0001-82 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 14.870,00 (quatorze mil oitocentos e setenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0204 – Secret. Mun. De Administração

Atividade 2005 – Manutenção Secretaria de Administração

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cod. 12

Complemento 33903999– Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Porto União, 06 de março de 2014.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 376/2014

Rio do Sul**PREFEITURA****Contrato Administrativo Nº 264/RH**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONINA APARECIDA FERNANDES, portador(a) do CPF nº 981.712.599-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Almirante Tamandaré, nº 123, Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CE Pedro Santos.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVONINA APARECIDA FERNANDES
Contratado (a)

Termo de Convocação - Luciano Carlito Dias de Freitas

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LUCIANO CARLITO DIAS DE FREITAS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas reificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0250/RH de 05/03/2014, publicada em 17/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais	
Calceteiro	
Carpinteiro	
Coveiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA
Eletricista	LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS,
Motorista De Caminhão	ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Motorista De Veículo Leve	
Operador De Equipamentos	
Pedreiro	
	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	

Rio do Sul, 17 de março de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Contrato Administrativo Nº 265/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LAISE VERSINO, portador(a) do CPF nº 069.052.669-57 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Genivaldo da Costa, nº 44 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Filosofia, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Prof. Luis Adelar Soldatelli – CEPLAS, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil, novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LAISE VERSINO
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 267/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) INARA CRISTINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 076.342.639-31 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Osvaldo Geiser, nº 77 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Ricardo Marchi, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil, novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente

contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

INARA CRISTINA DOS SANTOS
Contratado (a)

Portaria Nº 0270/RH

PORTARIA Nº 0270/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 08/03/2014 a 06/05/2014, a servidora municipal MICHELE KARINA BERNARDINO CANTARELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Março de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0286/RH

PORTARIA Nº 0286/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela

Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 04/03/2014 a 01/06/2014, concedida por meio da Portaria nº 1520/RH de 20/12/2013 a servidora municipal LEILA DENISE GUCKERT LOSI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Março de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0287/RH PORTARIA Nº 0287/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a Readequação da servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, a partir de 13/03/2014 em atividades pedagógicas, conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Março de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0288/RH PORTARIA Nº 0288/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a Readequação da servidora municipal MARILENE MARAFIGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, a partir de 13/03/2014 em atividades pedagógicas, conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Março de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Contrato Administrativo Nº 266/2014 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Rondonia, nº 25 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Augusto Bosco, em substituição a Fabiana Vandresen Lehmkuhl, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS
Contratado (a)

Pregão Presencial 030/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2014

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de construção, pavimentação e drenagem. Para manutenção de vias públicas municipais. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/03/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 28/03/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 13 de março de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 031/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014

OBJETO: Registro de preços para aquisição de óleo lubrificante e graxa para viaturas e equipamentos da Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/03/2014, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 28/03/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 13 de março de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Termos Aditivos de Andreia Cristina Machado A Vera Aparecia Wargas

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 306/2013 firmado em 04/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA CRISTINA MACHADO portador(a) do CPF nº 052.069.459-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 306/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 306/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANDREIA CRISTINA MACHADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..	Nome:..
CPF:..	CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013 firmado em 16/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013 firmado em 22/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CELITA APARECIDA DO AMARAL portador(a) do CPF nº 052.193.989-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 314/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CELITA APARECIDA DO AMARAL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENITA APARECIDA DE PAULO FERREIRA portador(a) do CPF nº 044.068.039-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 321/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ELENITA APARECIDA DE PAULO FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2014 firmado em 13/01/2014, com término previsto para 13/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE DE FATIMA BARBOSA portador(a) do CPF nº 751.003.559-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2014, iniciando-se a prorrogação em 14/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ELIZETE DE FATIMA BARBOSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013 firmado em 09/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETI FERNANDES portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

ELIZETI FERNANDES

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIR LORENÇO portador(a) do CPF nº 824.723.199-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

IVANIR LORENÇO

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2013 firmado em 21/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA CATAFESTA SCHMIDT portador(a) do CPF nº 067.094.799-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA CATAFESTA SCHMIDT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 280/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ONDINA BAUER portador(a) do CPF nº 028.994.069-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 280/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 280/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARIA ONDINA BAUER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ZENITA CARDOSO DE LIMA portador(a) do CPF nº 015.144.719-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 284/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARIA ZENITA CARDOSO DE LIMA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 920.656.869-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e

encerrando-se em 30/04/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIR
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2013 firmado em 18/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSALIA ZANIZ portador(a) do CPF nº 851.037.489-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 310/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.
GIVANILDO SILVA ROSALIA ZANIZ
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2013 firmado em 05/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA BACK DE GOIS portador(a) do CPF nº 067.824.909-19, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 327/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SABRINA BACK DE GOIS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA MARIA PEREIRA portador(a) do CPF nº 636.207.079-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 28/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SONIA MARIA PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2013 firmado em 12/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VERA APARECIDA WARGAS portador(a) do CPF nº 020.241.279-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VERA APARECIDA WARGAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

Edital Processo Seletivo N. 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para a função de ADVOGADO, em caráter temporário:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 3947, de 14 de março de 2014.

1.2 Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, devidamente protocolada no Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda de Rio do Sul, dirigida ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do término do período para inscrição.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente processo seletivo serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.4 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supra citados.

1.5 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a

necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.6 O prazo de validade deste Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação do Resultado Final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação de Advogado, em caráter temporário, para atuação na Procuradoria Geral do Município, em razão da determinação da Ação Civil Pública nº 054.13.004719-1.

3. DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- Habilitação para a função (conforme item 4 deste edital);
- Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme Prevê a Constituição Federal;
- Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei nº 207/2010 e suas alterações posteriores;
- Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2. No ato da inscrição não será solicitado comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4. DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 A função, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação, a atuação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS NECES- SÁRIOS A SEREM COMPRO- VADOS NO ATO DA CONTRATA- ÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Advogado	02	20h	Graduação em Direito, Registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão	Procuradoria Geral do Município	R\$ 3.402,03

4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item V do Art. 2º da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO I, deste edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.2 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

5.1.4 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.5 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.6 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.7 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprove as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e o envio da documentação exigida.

5.1.9 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/ telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

5.1.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

5.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 18/03/2014 até 31/03/2014.

5.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8h do dia 18/03/2014 e 13h do dia 31/03/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.3 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida, apenas a inscrição de número maior.

5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Declaro" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que leu, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 4 deste Edital.

5.4 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.4.1 Será indeferida a inscrição:

- Efetuada fora dos prazos, horários e procedimentos fixados neste Edital;
- Não preencher todas as condições previstas neste edital.

5.5 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.5.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 03/04/2014, as

inscrições deferidas e indeferidas.

5.5.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso, nos termos do item 12 deste edital.

5.5.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 08/04/2014, as inscrições homologadas.

6. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

6.2 Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.4 O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício da função de Advogado, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

6.5 No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

6.6 O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 10 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

6.8 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

6.9 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

6.10 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 O Processo Seletivo constará de Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.2 A nota final dos candidatos será obtida por meio da soma da Pontuação de títulos, conforme item 9 deste edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.1 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

1º) Maior idade;

2º) Maior tempo de experiência;

3º) Maior número de horas de curso.

8.1.2 Para os demais candidatos:

1º) Maior tempo de experiência;

2º) Maior número de horas de curso;

3º) Maior idade;

4º) Maior número de dependentes.

8.2 Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á a sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh

8.3 Para comprovação da idade, o Candidato deverá entregar, juntamente com a documentação comprobatória para a Prova de Títulos, fotocópia da Carteira de Identidade.

8.4 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.2 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

9.1.3 Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul – SC.

9.1.4 Os documentos deverão ser entregues, nos dias úteis do período previsto para inscrição, no horário das 7h30min às 11h30min, juntamente com a Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital.

9.1.4.1 A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.1.5 É responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos conforme normas previstas neste Edital.

9.2 DOS TÍTULOS

9.2.1 Será considerado como título:

9.2.1.1 Certificado de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, devidamente relacionado com as atribuições de Advogado, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.

9.2.1.2 Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, emitidos por Instituição de Ensino credenciada, realizados nos últimos cinco anos e devidamente relacionado com as atribuições de Advogado.

9.2.1.3 Certidão ou Declaração circunstanciada de tempo de serviço expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de atuação como Advogado ou, Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

9.2.1.4 Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

9.2.1.5 Os documentos redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução feita por tradutor oficial.

9.2.1.6 Não serão pontuados:

- a) Títulos não entregues no prazo e local determinados;
- b) Títulos não relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital;

- c) Títulos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;
 d) Títulos referentes participação em cursos ou eventos similares, quando fizerem parte do currículo do curso de graduação e que forem requisitos para a conclusão.
 e) Títulos referentes a períodos de estágio.
 f) Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital.

9.2.1.7 Os documentos entregues deverão ser paginados e conter numeração condizente com a tabela de títulos.

9.2.1.8 O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

9.2.1.9 Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

9.2.1.10 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

9.2.1.11 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

9.2.1.12 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, inclusive via correio, a não ser o descrito neste edital.

9.2.1.13 Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

9.2.1.14 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme item 12 deste edital.

9.3 DA PONTUAÇÃO

9.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

- a) Especialização: 4,0 pontos;
 b) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;
 c) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas: 2,0 pontos;
 d) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas: 3,0 pontos;
 e) Experiência profissional, de 6 a 12 meses: 1,0 ponto;
 f) Experiência Profissional acima de 12 meses até 5 anos: 2,0 pontos.
 g) Experiência Profissional superior a 5 anos: 3,0 pontos.

9.3.1.1 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 10,0 pontos.

9.3.1.2 A análise de cursos relacionados com a função a ser exercida, será efetuada com base nas atribuições da função, conforme Anexo I deste edital.

9.3.1.3 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

9.3.1.4 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses em cada contrato de trabalho.

10. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico:

www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 10 de abril de 2014, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final, poderá interpor recurso nos termos do item 12 deste edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 17 de abril de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório), desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final	Até às 13 horas do terceiro dia subsequente à publicação do Resultado Final.

12.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo III deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

12.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no subitem 12 deste edital.

12.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso provido, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

12.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

12.10 A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto neste edital, será convocado imediatamente após a homologação do Processo Seletivo - seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

13.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

13.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do

candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC, quando houver alteração dos dados informados na formulário de inscrição.

13.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

13.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte da listagem de classificação.

13.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

14 - DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial, devendo ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o contrato inicial efetuado pelo período de trinta dias e a temporariedade atrelada ao efetivo exercício de candidato que lograr aprovação em Concurso Público.

14.2 Em conformidade com o inciso V, Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores, o período de contratação não poderá ultrapassar um ano.

14.3 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

14.4 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- g) Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As contratações relativas a este processo seletivo serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

15.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

15.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

15.4 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital.

15.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

15.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 14 de março de 2014.

GIOVANI GALVAN	GIVANILDO SILVA
Procurador Geral do Município	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

ADVOGADO

Descrição Sumária:

Coordenar, orientar e analisar questões de ordem jurídica e legal. Emitir pareceres jurídicos quando necessário em todas as áreas do poder executivo municipal sobre a constitucionalidade dos atos municipais, representando-o em juízo ou fora dele.

Principais Atribuições:

Coordenar, redigir, elaborar, analisar e emitir documentos e pareceres jurídicos, minutas de contrato, convênios e projetos de leis, informes técnicos e relatórios, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses do poder executivo municipal, em qualquer foro ou instância, por delegação do Dirigente. Assessorar juridicamente os grupos de trabalhos técnicos e administrativos, com ênfase na orientação preventiva. Adequar os fatos à legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis e jurisprudência, doutrina e outros documentos. Participar, quando designado, de comissões, conselhos e grupos de trabalho para análise e emissão de pareceres jurídicos. Orientar na defesa técnica, instruindo pareceres, quando necessário. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

ANEXO II

DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	18 a 31/03/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 03/04/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Dois dias após a publicação das inscrições
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 08/04/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 10/04/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Três dias após a publicação do Resultado Final Provisório
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	A partir de 17/04/2014

ANEXO III
MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Presidente Comissão Especial do Processo Seletivo):

Processo Seletivo nº 001/2014 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2014.

Assinatura: _____

ANEXO IV
TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

	Nome:			
	Função: ADOGADO			
Número Título	Tipo Título (certificado, declaração, carteira traba- lho...)	Data do Título	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação recebimento título

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. 113/2014**

PORTARIA Nº. 113/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 12 de março de 2014, a Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, da função de Auxiliar de Limpeza Urbana – 40 horas, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 12 de Março de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 114/2014

PORTARIA Nº. 114/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir desta data a Sra. LICIANA EVELYN RIBAS ROSSI, da função de Atendente de Creche – 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 14 de Março de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 115/2014

PORTARIA Nº. 115/2014

“REVOGA PORTARIA Nº DP0334/2013 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL”

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-3 ao servidor MOZAR GANASINI, em função da revogação da Portaria nº DP0334/2013, passando o mesmo a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 116/2014

PORTARIA Nº. 116/2014

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo V, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-4, para o servidor MOZAR GANASINI, para exercer as funções de Responsável pelo Patrimônio da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 117/2014

PORTARIA Nº. 117/2014
"REVOGA PORTARIA Nº DP085/2013 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-1 a servidora CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NEZZI, em função da revogação da Portaria nº DP085/2013, passando a mesma a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 118/2014

PORTARIA Nº. 118/2014
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo V, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-2, para a servidora CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NESI, para exercer as funções de responsável pelos procedimentos laboratoriais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 119/2014

PORTARIA Nº. 119/2014
"REVOGA PORTARIA Nº DP0196/2013 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal

do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-3 a servidora MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELLI, em função da revogação da Portaria nº DP0196/2013, passando a mesma a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidora Efetiva do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 120/2014

PORTARIA Nº. 120/2014
"REVOGA PORTARIA Nº DP0143/2013 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-4 a servidora JULIANA CRISTINA SCOLARO, em função da revogação da Portaria nº DP0143/2013, passando a mesma a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidora Efetiva do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 121/2014

PORTARIA Nº. 121/2014
"REVOGA PORTARIA Nº DP0106/2013 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-1 a servidora HELENE DE BORTOLI SOLDI, em função da revogação da Portaria nº DP0106/2013, passando a mesma a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidora Efetiva do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Março de 2014
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 122/2014

PORTARIA Nº. 122/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, no período de 17 de Março 2014 à 16 de Março de 2016, conforme Art. 82 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor SILVANO TINELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Motorista Classe III, criado pela Lei Municipal, nº 0490/90 de 29 de Março de 1.990 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 123/2014

PORTARIA Nº. 123/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. VERONICE SUTIL VARELA, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 124/2014

PORTARIA Nº. 124/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ANA PAULA GAIO, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE

CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 125/2014

PORTARIA Nº. 125/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. CRISTIANE PETRY DE FREITAS, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 126/2014

PORTARIA Nº. 126/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. DAIANI SCHWANTZ PAGANINI SONEGO, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 127/2014

PORTARIA Nº. 127/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. LICIANA EVELYN RIBAS ROSSI, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 128/2014

PORTARIA Nº. 128/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. CIBELE VIGOLO, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 129/2014

PORTARIA Nº. 129/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. BÁRBARA VITALI, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso

II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 130/2014

PORTARIA Nº. 130/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ANA LÚCIA DE MEDEIROS DE CÉZARO, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 131/2014

PORTARIA Nº. 131/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. LUCINÉIA SULDOVSKI, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 132/2014

PORTARIA Nº. 132/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ANA LÚCIA DOS SANTOS GIACOMIN, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 133/2014

PORTARIA Nº. 133/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. MÁRCIA LUIZA GRIFANTE SERIGHELLI, a partir de 05/03/2014, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE LIMPEZA - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 02 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 134/2014

PORTARIA Nº. 134/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica

do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. REGINA LÚCIA TELEGEN, a partir de 05/03/2014, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2005 de 12/12/2005, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação na classificação de Professor I – Pedagogo – Nível "A" – Anexo VI.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Fevereiro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 135/2014

PORTARIA Nº. 135/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. LICIANA EVELYN RIBAS ROSSI, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 136/2014

PORTARIA Nº. 136/2014

Pedro Sezi Silva Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ELISA ANA FARENZENA, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de FONOAUDIÓLOGA - 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 13 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 137/2014
PORTARIA Nº. 137/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, o Sr. PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2005 de 12/12/2005, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação na classificação de Professor I – Graduado na área de atuação – Nível “A” do Anexo VI.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em exercício

São Bento do Sul

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 6/2014 Fmd

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2014 - F.M.D.
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

OBJETO: Fornecimento de Gás Natural Canalizado, para a Piscina Municipal da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, pelo período de 08 de março de 2014 à 31 de janeiro de 2015, conforme art. 25, caput, da Lei 8.666/93.
CONTRATADO: Companhia de Gás de Santa Catarina
VALOR: R\$ 100.000,00.

SÃO BENTO DO SUL, 06 de março de 2014.
HÉLCIO CARLOS LIEBL
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 6/2014 Fmd

Justificativa Inexigibilidade nº 006/2014 – F.M.D.
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de Gás Natural Canalizado pela SCGAS para a Piscina Municipal da Fundação Municipal de Desportos, pelo período de 08 de março de 2014 à 31 de janeiro de 2015.

II – Contratado: COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA
III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser exclusiva no Fornecimento de Gás Natural, sendo, portanto, inviável a competição.
IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Companhia de Gás Santa Catarina é a empresa exclusiva para o fornecimento de gás natural canalizado para a Piscina Municipal.
V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Presidente da Fundação Municipal de Desportos, Hélcio Carlos Liebl.

HÉLCIO CARLOS LIEBL
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

HÉLCIO CARLOS LIEBL
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 044/2014
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Terreno para Exploração de Pedreira que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, neste ato representada por sua inventariante Sra. PAULINA RUDNICK.

DO OBJETO: A LOCADORA, é legítima proprietária de um terreno situado no Bairro Bela Aliança, neste Município de São Bento do Sul, contendo a área total de 114.174,00 m2, conforme escritura pública passada no Tabelião Ernesto Diener Filho - Livro 70 à folhas 161 e registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 1-06.022, e aluga ao LOCATÁRIO parte do imóvel (terreno) onde está localizada a pedreira a ser explorada pelo Município, conforme Dispensa de licitação nº 9/2014.

DO VALOR: R\$ 15.120,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.02.2014

São Bento do Sul, 02 de janeiro de 2014.
ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

PAULINA RUDNICK - ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 045/2014
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Terreno que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, neste ato representada por sua inventariante Sra. PAULINA RUDNICK.

DO OBJETO: A primeira nomeada, aqui chamada LOCADORA,

proprietária de um terreno com aproximadamente 3.200,00 m2, localizado na Rua Max John, Bairro Bela Aliança, neste Município, registrado sob nº R-1-06.022 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO, para funcionamento da Usina de Asfalto e Depósito de Materiais, conforme Dispensa de Licitação nº 13/2014.

DO VALOR: R\$ 9.600,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.02.2014

São Bento do Sul, 02 de janeiro de 2014.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

PAULINA RUDNICK - ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 049/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de 75.000 (setenta e cinco mil) unidades de passes (vale transporte), para funcionários da Rede Municipal de Ensino pelo período de 06 (seis) meses, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 30/2014 de 29 de janeiro de 2014.

DO VALOR: R\$ 210.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar de 01.02.2014.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 030/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóveis que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS.

DO OBJETO: Consiste na locação de um terreno situado no bairro Schramm, nesta cidade, fazendo frente para a rua Maria Borba de Carvalho, por 12,00 metros, com o terreno de Heinz Walter Zulauf, por três linhas quebradas de 20,00, 8,40 e 28,00 metros, com a rua Jose Ossowsky, por 12,00 metros e novamente com o terreno de Heinz Walter Zulauf, por 20,00 metros, fundos com Abílio Baum, por 17,00 metros e com Atílio Prim, por duas linhas quebradas de 32,00 e 67,82 metros lado direito com Ervino Muehlbauer, rua sem nome e Sílvio Pscheidt, por duas linhas quebradas de 28,98 e 44,05 metros lado esquerdo com Rita Teresinha de Oliveira do Amaral e Silva, por 22,05 metros, contendo a área de três mil e seiscentos e noventa e nove metros e sessenta e oito decímetros quadrados (3.699,68 m²), edificado com uma casa em alvenaria, 02 (dois) pavimentos com área total de 444,96 m² conforme alvará, para execução do serviço de acolhimento

institucional – modalidade abrigo, conforme Dispensa de Licitação nº 15/2014.

DO VALOR: R\$ 48.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.02.2014

São Bento do Sul, 21 de janeiro de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS, como Locadora.

Extrato de Contrato Nº 039/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel e Terreno que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o GFB – GRUPO FRANCO BRASILEIRO DE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA.

DO OBJETO: Casa em alvenaria térrea, com uma área construída aproximada de 132,75 m2, com aproveitamento do sótão em um terreno com área de 4.190,00 m2 localizado na Rua Antonio Kaesemodel, nº 2112, Bairro Boehmerwald, nesta cidade de São Bento do Sul – SC, conforme matrícula nº R.2-29.082 registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Dispensa de Licitação nº 21/2014.

DO VALOR: R\$ 21.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.02.2014

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2014.

ASS: ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

GFB – GRUPO FRANCO BRASILEIRO DE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA, como Locadora.

Extrato de Termo Aditivo Nº 054/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 054/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 112/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 01 de ABRIL de 2013, conforme Pregão nº 93/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 112/2013, que consiste no fornecimento de serviços de internet banda larga no backbone principal com 10 MBPS Full, com garantia de banda em 100% de download e upload mais IP válido, e demais especificações conforme Anexo-I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 93/2013;

Considerando o término do Contrato nº 112/2013 no dia 31 de janeiro de 2014, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 10 (dez) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2014 e com término em 30 de novembro

de 2014.

Permanece o valor mensal de R\$ 3.890,00 (três mil, oitocentos e noventa reais), totalizando o valor do Contrato em R\$ 38.900,00 (trinta e oito mil e novecentos reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 31 de janeiro de 2014.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 064/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 356/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 22 de NOVEMBRO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 224/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 356/2013, que consiste na reforma do Quartel Central da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, situado à Rua Barão do Rio Branco nº 405, bairro Centro e 2ª Etapa, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e convênio nº 11.439/2011-1;

Considerando que durante a realização do objeto do Contrato nº 356/2013, foi verificado que havia a necessidade de incluir alguns itens que não foram previstos nos projetos arquitetônicos desenvolvidos pela equipe de engenharia da AMUNESC, e que para a efetiva conclusão do objeto acima citado, faz-se necessário incluir alguns itens durante a prestação dos serviços que se encontram em andamento, para que a Contratada possa finalizá-lo, conforme prevê o referido Contrato;

Considerando que todos os serviços necessários estão especificados em planilha anexa, faz-se necessário aditar o valor no referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 40.796,28 (quarenta mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2014.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 002/2014 IPRESBS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2014

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS

CONTRATADO: WB INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: O objeto deste Contrato que consiste na locação de 4 (quatro) impressoras/copiadoras laser, com aproximadamente 6.000 (seis mil) cópias por mês, fornecimento de papel A4, toner, assistência técnica, garantia do equipamento e reposição de peças

VALOR: R\$ 1.080,00

VIGENCIA: 14 de Abril de 2014

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1830/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1830/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP0982	54591607E	5452/3	17/02/2014	181 * VIII
AIF6566	55514655D	5185/1	08/01/2014	167
AKY8576	55514654D	7366/2	08/01/2014	252 * VI
BEB9099	55514063D	5185/1	22/01/2014	167
DRE4215	55513638D	5541/2	06/01/2014	181 * XVII
JME9020	54597059E	5185/1	23/01/2014	167
JME9020	54597060E	5622/2	23/01/2014	182 * VI
LXS6353	55513856D	5541/2	06/01/2014	181 * XVII
LYR1033	55514059D	5185/1	22/01/2014	167
LZB4907	55514031D	5568/0	11/01/2014	181 * XIX
MDR4291	55514205D	5541/2	10/01/2014	181 * XVII
MEX8676	55514048D	5746/1	20/01/2014	187 * I
MFT8586	55514690D	5185/1	17/01/2014	167
MHM4891	55513637D	5568/0	27/01/2014	181 * XIX
MIE1311	55514030D	5568/0	11/01/2014	181 * XIX
MJA3195	55514157D	7366/2	19/02/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1829/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1829/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AYE0409	54593613E	6920/0	05/02/2014	233
BCR7000	54075300D	5169/1	16/01/2014	165
BLS1700	55724312D	6599/2	11/01/2014	230 * V
CNI8814	54593602E	6920/0	05/02/2014	233
CPM3236	54593559E	6920/0	31/01/2014	233
HCI2679	54593701E	6610/2	23/02/2014	230 * VII
JME9020	54597057E	6629/0	23/01/2014	230 * VIII
JME9020	54597058E	6912/0	23/01/2014	232
JME9020	54597061E	6599/2	23/01/2014	230 * V
LCF9531	54597985E	5045/0	23/02/2014	162 * V
LCF9531	54597986E	6637/2	23/02/2014	230 * IX
LXF1000	54593648E	6920/0	18/02/2014	233
MAP1210	55725090D	6920/0	28/01/2014	233
MAP3900	54593509E	5010/0	20/02/2014	162 * I
MAP3900	54593510E	5118/0	20/02/2014	164 c/c 162 * I
MBU3440	54597411E	6599/2	18/01/2014	230 * V
MBU3440	54597412E	6912/0	18/01/2014	232
MDE8064	55724801D	6726/1	18/01/2014	230 * XVIII
MDE8064	55724804D	5169/1	18/01/2014	165
MEJ6210	55725272D	5274/1	22/02/2014	175
MHE2985	55726693D	5045/0	10/01/2014	162 * V
NAI6121	55723999D	6920/0	06/01/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1832/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1832/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABS3466	55513707D	5460/0	02/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX
ADU6816	55513386D	5541/4	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AEG9897	55513445D	5185/1	29/11/2013	R\$ 127,69	167
AKU9330	55513557D	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AKU9330	55513558D	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	167
HQA9437	55513819D	5185/1	04/12/2013	R\$ 127,69	167
LZQ1828	55513760D	5568/0	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEN0058	55512795D	5185/1	16/12/2013	R\$ 127,69	167
MET3151	55513447D	5185/1	29/11/2013	R\$ 127,69	167
MFY2113	54592887E	5207/0	04/12/2013	R\$ 53,20	169
MIV9082	54597764E	5207/0	04/12/2013	R\$ 53,20	169
MKF0432	54597525E	5835/0	23/11/2013	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1831/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1831/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHS6773	54597901E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
LWR1978	54591584E	5169/1	10/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LWR1978	54591585E	5045/0	10/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
LWR1978	54591586E	6912/0	10/11/2013	R\$ 53,20	232
LXP2605	54592169E	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
LYT8725	54597900E	6920/0	28/11/2013	R\$ 127,69	233
MBW7913	54597928E	6920/0	06/12/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 877/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 877/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJF0555	8492058119	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKX1390	8492057781	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BIB6911	8492058009	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BVC7359	8492058097	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BYC1931	8492057959	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CMF7715	8492057719	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CNW3476	8492058136	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DAP3943	8492057238	7455/0	03/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGX8981	8492057742	6050/3	20/11/2013	R\$ 191,53	208
DGX8981	8492057873	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DIH8205	8492057912	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DRT1060	8492058064	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
EPL7892	8492058242	6050/3	08/12/2013	R\$ 191,53	208
IHP4762	8492057135	7455/0	02/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWU8685	8492058057	5673/2	30/11/2013	R\$ 85,12	183
LZD5038	8492058511	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZQ8451	8492057854	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS3945	8492057907	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAX6528	8492058738	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD5803	8492058141	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBF8240	8492057892	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBP8796	8492057956	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW6504	8492057704	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU5081	8492058051	7463/0	27/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDV2066	8492057795	7455/0	20/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEW3420	8492058089	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEY6805	8492058075	7463/0	27/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFP7246	8492058106	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGE0099	8492057988	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHP4944	8492057915	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MID8808	8492058006	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2045	8492057971	6050/3	30/11/2013	R\$ 191,53	208
MIZ2045	8492057972	6050/3	30/11/2013	R\$ 191,53	208
MJC2257	8492057859	7455/0	20/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJI9081	8492057989	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI0691	8492058127	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKQ7763	8492057769	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMK2266	8492057963	6050/3	30/11/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 876/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 876/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA3659	8492059643	7463/0	28/01/2014	218 * II
AFS8636	8492059458	7455/0	19/01/2014	218 * I
APJ0288	8492059600	7455/0	25/01/2014	218 * I
BAX2410	8492059963	5673/2	08/02/2014	183
BBB1620	8492060237	7455/0	13/02/2014	218 * I
CMJ2237	8492060217	7455/0	17/02/2014	218 * I
CNW3476	8492060126	7455/0	14/02/2014	218 * I
CXG6240	8492059103	7455/0	02/01/2014	218 * I
CXI4047	8492059400	6050/3	19/01/2014	208
DFM1476	8492059060	7455/0	06/01/2014	218 * I
DHV8491	8492060159	6050/3	16/02/2014	208
HAO2603	8492059580	6050/3	27/01/2014	208
HRL2098	8492060161	5673/2	17/02/2014	183
LBZ8725	8492059202	6050/3	13/01/2014	208
LXR0990	8492059520	7455/0	25/01/2014	218 * I
LXR0990	8492059528	7455/0	26/01/2014	218 * I
LXW6295	8492059057	5673/2	07/01/2014	183
LYM6486	8492059035	7455/0	07/01/2014	218 * I
LYZ1357	8492060235	7455/0	12/02/2014	218 * I
LZF1753	8492060119	7455/0	18/02/2014	218 * I
LZJ4587	8492060153	5673/2	18/02/2014	183
LZN6872	8492060086	6050/3	16/02/2014	208
LZQ0520	8492059597	7455/0	24/01/2014	218 * I
LZX2463	8492059345	7455/0	17/01/2014	218 * I
MBB7187	8492059644	7455/0	28/01/2014	218 * I
MBO7110	8492060276	7471/0	12/02/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCD2723	8492059567	6050/3	23/01/2014	208
MCP2882	8492060180	7455/0	15/02/2014	218 * I
MDL1650	8492060277	7455/0	14/02/2014	218 * I
MDL1650	8492060279	7455/0	16/02/2014	218 * I
MDN1308	8492059729	7455/0	02/02/2014	218 * I
MEJ7384	8492060149	7455/0	13/02/2014	218 * I
MFA5587	8492059238	7455/0	10/01/2014	218 * I
MFA9475	8492060105	7455/0	14/02/2014	218 * I
MFB0594	8492060101	7463/0	13/02/2014	218 * II
MFK3109	8492059606	7455/0	27/01/2014	218 * I
MFL6177	8492059789	7455/0	29/01/2014	218 * I
MGA3777	8492059504	7455/0	21/01/2014	218 * I
MGA4653	8492059363	7455/0	16/01/2014	218 * I
MGA8487	8492059548	7455/0	23/01/2014	218 * I
MHG8719	8492059779	6050/3	30/01/2014	208
MHI0489	8492060078	7455/0	14/02/2014	218 * I
MHI0489	8492060100	7463/0	12/02/2014	218 * II
MHK0367	8492059454	7455/0	16/01/2014	218 * I
MHX7897	8492059461	7455/0	20/01/2014	218 * I
MHZ5315	8492059237	7455/0	08/01/2014	218 * I
MIT6365	8492058932	7455/0	31/12/2013	218 * I
MJE3278	8492060193	7455/0	14/02/2014	218 * I
MJP9917	8492059598	7455/0	25/01/2014	218 * I
MKB6668	8492059428	7455/0	21/01/2014	218 * I
MKE5826	8492059391	6050/3	16/01/2014	208
MKE9494	8492059418	7455/0	16/01/2014	218 * I
MKF4909	8492059023	7455/0	07/01/2014	218 * I
MKL0695	8492060192	7455/0	14/02/2014	218 * I
MKN1464	8492059190	6050/3	10/01/2014	208
MKO9004	8492059171	7455/0	08/01/2014	218 * I
MKS1128	8492060108	7455/0	17/02/2014	218 * I
MLG8387	8492059343	7455/0	16/01/2014	218 * I
MLH0258	8492060270	7455/0	14/02/2014	218 * I
MLV8273	8492059176	7455/0	12/01/2014	218 * I
MMD8201	8492059676	7455/0	24/01/2014	218 * I
MNQ2495	8492059475	7455/0	19/01/2014	218 * I
ODR7880	8492059797	7455/0	01/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE**Carta Convite Nº 19/2014**

Aviso de Licitação - Convite Nº 19/2014

Resumido de Convite nº 20/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Convite Nº 19/2014

Carta Convite - MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 12:00 horas do dia 21 de março de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de Empresa para elaboração do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de São Bento do Sul – PMISB-SBS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Convite Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transportes), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 17 de março de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Retificação de Comunicado

RETIFICAÇÃO:

O SAMAE informa o local onde será realizada a audiência pública para discussão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Bento do Sul, no dia 19 de março de 2014 é:

Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper. Rua Benjamin Constant, 120. Centro

São Carlos

PREFEITURA

Edital de Notificação 605/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 220 605/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES9295	55616426C	6548/0	31/12/2013	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

Edital de Notificação 606/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 220 606/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANH0945	55616501C	6548/0	04/11/2013	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

Edital de Notificação 607/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 220 607/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR2088	55616617C	6920/0	23/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

Edital de Notificação 608/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 220 608/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMD1070	55616297C	7366/2	17/01/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação 609/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 220 609/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEQ2443	55616096C	5010/0	25/12/2013	162 * I
MHV3073	55616851C	6599/2	29/12/2013	230 * V
MHV3073	55616852C	5010/0	29/12/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

Edital de Notificação 610/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 220 610/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATJ4203	55616612C	6920/0	23/01/2014	233
MHM7732	55616853C	5010/0	29/12/2013	162 * I
MJG0592	55616620C	6920/0	23/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 027 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 027 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor DANIEL RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, no período de 03/02/2014 a 04/03/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 028 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 028 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder férias para a Servidora MARA ELENIR VEFAGO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, no período de 03/02/2014 a 04/03/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 029 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 029 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do

Município;

RESOLVE:

Exonerar SIMONI PEREIRA LUMMERTZ, do cargo em Comissão de Técnico em Planejamento Educacional, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 2380/2014

DECRETO Nº 2380/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, de conformidade com a Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.389.000,00 (hum milhão, trezentos e oitenta e nove mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

234 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,	
Recursos Ordinários - Educação	R\$ 957.000,00
Total desta Atividade	R\$ 957.000,00

08.01.12.361.0103.2.034 – Capacitação e Formação de Profissionais - Ensino Fundamental

255 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,	
Recursos Ordinários - Educação	R\$ 30.000,00
Total desta Atividade	R\$ 30.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

281 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 300.000,00
Total desta Atividade R\$ 300.000,00

08.01.12.365.0103.2.040 – Capacitação e Formação de Profissionais - Educação Infantil

287 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 102.000,00
Total desta Atividade R\$ 102.000,00
Total do Órgão R\$ 1.389.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.389.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.389.000,00 (hum milhão, trezentos e oitenta e nove mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação

204 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.389.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.389.000,00
Total do Órgão R\$ 1.389.000,00
Total da Anulação R\$ 1.389.000,00

Art. 3º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.670.815,42 (um milhão, seiscentos e setenta mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.201 – Funcionamento e Manutenção das Entidades Filantrópicas – Ensino Infantil

318 – 3.3.50.43.00.00.0099 – Subvenções Sociais,
Recursos da Valorização do Magistério - FUNDEB - 40%....R\$ 1.670.815,42
Total desta Atividade R\$ 1.670.815,42
Total do Órgão R\$ 1.670.815,42
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.670.815,42

Art. 4º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro do Recursos da Valorização do Magistério - FUNDEB, apurado no Balanço

Patrimonial do exercício de 2013, consignado no Orçamento vigente com os códigos 98 e 99.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Obs: Republicado

Decreto Nº 2387/2014

DECRETO Nº 2387/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

132 – 3.3.90.34.00.00.0334 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 900.000,00
Total desta Atividade R\$ 900.000,00
Total do Órgão R\$ 900.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 900.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.142 – Programa Saúde da Mulher – FMS

49 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 300.000,00
Total desta Atividade R\$ 300.000,00
25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

136 – 3.3.90.36.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros

– Pessoa Física,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 80.000,00
148 – 4.4.90.52.00.00.0334 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 120.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00

25.01.10.301.0102.2.150 – Fornecimento de Medicamentos e Outros

167 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00

25.01.10.301.0102.2.241 – Programas Especiais (Insumos e Material Especial)
179 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

25.01.10.301.0102.2.251 – Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros

246 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00

25.01.10.301.0102.2.427 – Fornecimento de Formulas Lácteas e Leites Especiais
248 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00
Total do Órgão R\$ 900.000,00
Total da Anulação R\$ 900.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 2388/2014

DECRETO Nº 2388/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.462 - Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

42 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00
Total do Órgão R\$ 150.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.462 - Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

32 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00
Total do Órgão R\$ 150.000,00
Total da Anulação R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 2409/2014

DECRETO Nº 2409/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.358.738,80 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito

mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.138 – Programa de Revitalização e Humanização das

Áreas Públicas

744 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações

Total deste Projeto R\$
1.358.738,80

Total desta Atividade R\$
1.358.738,80

Total do Órgão R\$
1.358.738,80

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
1.358.738,80

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.358.738,80 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

771 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações

Total deste Projeto R\$
1.358.738,80

Total desta Atividade R\$
1.358.738,80

Total do Órgão R\$
1.358.738,80

Total da Anulação R\$
1.358.738,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1796/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXV7523	54931853E	5509/0	10/01/2014	181 * XIII
LZI6271	55082152E	5185/1	07/02/2014	167
MCE1688	54929862E	5460/0	15/02/2014	181 * IX
MCE1688	54929863E	5525/0	15/02/2014	181 * XV
MCE1688	54929864E	5452/1	15/02/2014	181 * VIII
MFA9525	55083662E	5452/1	21/02/2014	181 * VIII
MFJ5889	54932331E	5541/6	22/01/2014	181 * XVII
MFS0047	55081605E	5541/6	15/01/2014	181 * XVII
MGJ3620	54445000E	6122/0	17/02/2014	214 * I
MHL5790	54446915E	5835/0	15/02/2014	195
MIE0553	54929867E	5452/1	15/02/2014	181 * VIII
MIO2394	55081965E	7048/1	13/02/2014	244 * II
MIP7534	55914188D	5550/0	30/12/2013	181 * XVIII
MJH1340	55083634E	6041/2	21/02/2014	207
MKN1698	54768844E	5738/0	07/02/2014	186 * II
MLB8245	55081716E	7366/2	17/02/2014	252 * VI
MLP8304	54932417E	5185/1	22/02/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1798/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ0445	54769281E	5185/1	24/11/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1323/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV7302	5566445C	5568/0	15/02/2014	181 * XIX
AJA4322	55664687C	5541/4	07/01/2014	181 * XVII
EEl4322	55667832C	7366/2	04/02/2014	252 * VI
IES8398	55666591C	5568/0	07/02/2014	181 * XIX
IJG1403	55627046C	5550/0	18/02/2014	181 * XVIII
INX5500	55667124C	7366/2	14/01/2014	252 * VI
IOR1501	55627048C	5550/0	18/02/2014	181 * XVIII
JOR2175	55667043C	5541/1	11/02/2014	181 * XVII
KZY9406	55667851C	7366/2	11/02/2014	252 * VI
MAR4824	55667455C	5541/4	20/01/2014	181 * XVII
MAX9916	55666440C	5541/1	15/02/2014	181 * XVII
MCR2528	55667208C	5550/0	28/01/2014	181 * XVIII
MDI1761	55667119C	5550/0	10/01/2014	181 * XVIII
MDU1322	55667452C	5541/4	20/01/2014	181 * XVII
MDV4897	55666363C	5541/1	13/02/2014	181 * XVII
MFC4465	55667762C	5568/0	12/02/2014	181 * XIX
MFD7245	55667857C	7366/2	15/02/2014	252 * VI
MFM4854	55664097C	5568/0	17/02/2014	181 * XIX
MFQ6477	55665993C	5568/0	17/02/2014	181 * XIX
MFT5435	55667756C	5541/1	12/02/2014	181 * XVII
MHB5612	55666497C	7056/1	27/12/2013	244 * III
MHI9848	55667427C	5452/1	10/02/2014	181 * VIII
MHK3271	55667817C	5550/0	12/02/2014	181 * XVIII
MKN7508	55666922C	5541/4	18/02/2014	181 * XVII
MKS8012	55666910C	6041/2	06/01/2014	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1325/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGR1423	55662297C	5541/4	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BBK1901	55665100C	7366/2	04/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IGB7496	55664309C	5819/6	29/10/2013	R\$ 574,61	193
LNW3969	55665634C	5541/5	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK9990	55664933C	5835/0	11/11/2013	R\$ 127,69	195
MBU1663	55665379C	7030/2	16/11/2013	R\$ 191,53	244 * I
MEY4857	55664512C	6483/0	07/11/2013	R\$ 53,20	227 * I
MFM8006	55664663C	5541/4	28/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW8165	55666470C	5622/2	19/12/2013	R\$ 53,20	182 * VI
MII9738	55664458C	7366/2	29/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIM6818	55665723C	5541/4	05/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO2865	55665348C	5185/1	27/12/2013	R\$ 127,69	167
MIQ3441	55665426C	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	167
MIX1661	55663684C	5541/1	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL9589	55665964C	7366/2	06/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKM5381	55664081C	7366/2	05/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLW9990	55665616C	5452/1	27/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MTG2646	55662818C	5568/0	03/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
ODG6191	55665302C	5550/0	25/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1795/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB3141	55081858E	6920/0	21/01/2014	233
AFW5178	55083907E	6920/0	21/02/2014	233
AIV8973	55083208E	5010/0	18/02/2014	162 * I
AKI4840	55056654D	6920/0	18/02/2014	233
AKX3544	55083630E	6599/2	21/02/2014	230 * V
AKX3544	55083631E	6726/1	21/02/2014	230 * XVIII
AMJ5361	55083534E	6726/1	24/02/2014	230 * XVIII
ANE5464	55056656D	6920/0	18/02/2014	233
BYG3734	55083920E	6920/0	21/02/2014	233
DSN9189	54931565E	5045/0	29/12/2013	162 * V
HFG9615	55083317E	6599/2	19/02/2014	230 * V
HFG9615	55083318E	6610/2	19/02/2014	230 * VII
ICC7671	54141095D	6920/0	11/02/2014	233
IEB3464	55083905E	6920/0	21/02/2014	233
IMI1834	55083217E	6599/2	18/02/2014	230 * V
IRV9009	55082272E	6912/0	25/01/2014	232
IRV9009	55082273E	6599/2	25/01/2014	230 * V
IRV9009	55082274E	6610/2	25/01/2014	230 * VII
JZA8667	55082571E	6599/2	08/02/2014	230 * V
JZT0659	55081630E	6610/2	21/01/2014	230 * VII
JZT0659	55081631E	6700/0	21/01/2014	230 * XVI
KBX0924	54932472E	5274/1	09/02/2014	175
KNM5523	54932415E	5010/0	22/02/2014	162 * I
KNM5523	54932416E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
LBO1268	55056672D	6920/0	18/02/2014	233
LCL0865	55160240C	5010/0	13/02/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXE8726	54932330E	6599/2	17/01/2014	230 * V
LXT1753	55160243C	5010/0	13/02/2014	162 * I
LXT1753	55160244C	6912/0	13/02/2014	232
LYC7149	55056694D	6920/0	18/02/2014	233
LYZ3018	54932917E	6599/2	09/01/2014	230 * V
LYZ3018	54932918E	5010/0	09/01/2014	162 * I
MAD3482	55083544E	6599/2	26/02/2014	230 * V
MAV8459	55082892E	5010/0	17/02/2014	162 * I
MAV8459	55082893E	5061/0	17/02/2014	163 c/c 162 * I
MAX3424	54930947E	6726/1	06/02/2014	230 * XVIII
MAX3424	54930948E	6416/0	06/02/2014	221 § Único
MAX3424	55083339E	5010/0	19/02/2014	162 * I
MAX3424	55083601E	6637/1	19/02/2014	230 * IX
MAX3424	55083602E	6726/1	19/02/2014	230 * XVIII
MAX6276	55056679D	6920/0	18/02/2014	233
MAZ8479	55083322E	6599/2	19/02/2014	230 * V
MBU7432	55056699D	6920/0	21/02/2014	233
MCA5779	54932286E	6610/2	30/12/2013	230 * VII
MCA5779	54932287E	6700/0	30/12/2013	230 * XVI
MCG0997	54932562E	6637/1	01/02/2014	230 * IX
MCG7152	55081672E	6599/2	23/01/2014	230 * V
MCP3457	54931966E	5045/0	27/12/2013	162 * V
MCP3457	54931967E	6599/2	27/12/2013	230 * V
MDA8637	54932574E	6912/0	01/02/2014	232
MDK6689	55083903E	6920/0	21/02/2014	233
MDK7455	55083615E	6912/0	21/02/2014	232
MDM2373	54932943E	6610/2	15/01/2014	230 * VII
MDM6294	55054044D	5045/0	12/02/2014	162 * V
MDM8085	55081520E	6610/2	27/01/2014	230 * VII
MDO5661	54932778E	6599/2	14/01/2014	230 * V
MDP2238	55056698D	6920/0	21/02/2014	233
MDP3126	55056688D	6920/0	18/02/2014	233
MDR7294	54932178E	6416/0	26/12/2013	221 § Único
MDS5105	55083923E	6920/0	21/02/2014	233
MDT2173	55056673D	6920/0	18/02/2014	233
MDT3646	55083313E	6726/1	19/02/2014	230 * XVIII
MDT3646	55083314E	6912/0	19/02/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDX7800	55082723E	5010/0	15/02/2014	162 * I
MDX7800	55082724E	6599/2	15/02/2014	230 * V
MEB0020	55081588E	6726/1	29/01/2014	230 * XVIII
MEF0884	54446741E	6599/2	23/01/2014	230 * V
MEK9882	55082088E	6610/2	12/02/2014	230 * VII
MEK9882	55082089E	5010/0	12/02/2014	162 * I
MEQ0861	55056678D	6920/0	18/02/2014	233
MET1832	54932785E	5010/0	16/01/2014	162 * I
MEV7231	54932172E	6599/2	26/12/2013	230 * V
MEX4964	54931971E	5045/0	27/12/2013	162 * V
MFD4658	55081609E	6599/2	17/01/2014	230 * V
MFD8062	55082733E	6726/1	19/02/2014	230 * XVIII
MFD8062	55082734E	6637/2	19/02/2014	230 * IX
MFK7626	54931954E	6599/2	27/12/2013	230 * V
MFK7626	54931955E	5045/0	27/12/2013	162 * V
MFP9596	54932078E	6726/1	23/12/2013	230 * XVIII
MFP9596	54932079E	6599/2	23/12/2013	230 * V
MFQ4424	55081643E	6912/0	23/01/2014	232
MFQ4424	55081644E	6556/4	23/01/2014	230 * I
MGD8738	54931559E	6700/0	29/12/2013	230 * XVI
MGE0962	54931589E	6912/0	15/01/2014	232
MGJ0254	55083538E	7340/0	26/02/2014	252 * IV
MGT7063	55082028E	6726/1	28/01/2014	230 * XVIII
MGT7063	55082029E	6912/0	28/01/2014	232
MGV7943	54931969E	6610/2	27/12/2013	230 * VII
MHE8128	55160237C	6610/2	13/02/2014	230 * VII
MHE8128	55160238C	6637/1	13/02/2014	230 * IX
MHE8128	55160239C	6637/2	13/02/2014	230 * IX
MHH6758	54931968E	5010/0	27/12/2013	162 * I
MHK5990	55083218E	6556/1	18/02/2014	230 * I
MHL5790	54446914E	6556/1	15/02/2014	230 * I
MHO1897	55081559E	6599/2	23/01/2014	230 * V
MHP6448	55160245C	5010/0	13/02/2014	162 * I
MHP6448	55160246C	6912/0	13/02/2014	232
MHP6448	55160247C	6726/1	13/02/2014	230 * XVIII
MHX9168	55056685D	6920/0	18/02/2014	233
MHY6590	54932021E	6599/2	06/01/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB1389	55083323E	6599/2	19/02/2014	230 * V
MIB1389	55083324E	5010/0	19/02/2014	162 * I
MIC6862	55920726D	5010/0	16/02/2014	162 * I
MIC6862	55920727D	6610/2	16/02/2014	230 * VII
MIC6862	55920728D	6637/2	16/02/2014	230 * IX
MIE0553	54929865E	6556/1	15/02/2014	230 * I
MIE0553	54929866E	6416/0	15/02/2014	221 § Único
MIO2394	55081964E	5010/0	13/02/2014	162 * I
MIP8537	54932168E	6912/0	26/12/2013	232
MIQ4190	55083916E	6920/0	21/02/2014	233
MJL7578	55082003E	5045/0	24/01/2014	162 * V
MJS5598	55083343E	6912/0	19/02/2014	232
MKE7821	55083336E	5010/0	19/02/2014	162 * I
MKE7821	55083337E	5061/0	19/02/2014	163 c/c 162 * I
MKF3836	55083505E	6912/0	18/02/2014	232
MLC9124	55082722E	6653/1	12/02/2014	230 * XI
MLM6867	54932722E	5010/0	22/01/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1797/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALU5073	54769276E	5010/0	17/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALZ4125	54770113E	6599/2	01/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
ALZ4125	54770114E	5010/0	01/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
CFX7007	54931146E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
IOA4149	54929756E	6920/0	25/10/2013	R\$ 127,69	233
LWV2592	54767504E	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYK2814	54931667E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAO7892	54770046E	6726/1	30/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCD2335	54930720E	6637/1	30/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCR2585	54930119E	5045/0	19/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCR2585	54930120E	5037/1	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * III
MCR2585	54930121E	6416/0	19/11/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MCR2585	54930122E	6912/0	19/11/2013	R\$ 53,20	232
MCZ2505	54448489E	5010/0	18/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDJ2689	54931452E	6920/0	05/12/2013	R\$ 127,69	233
MDR6754	54930567E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDR6754	54930568E	6416/0	22/11/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MDV6414	54768838E	6599/2	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEB8155	54931315E	6610/2	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFD2882	54769805E	5169/1	07/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MGW7937	54930338E	5010/0	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGW7937	54930339E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGW7937	54930340E	6726/1	19/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGW7937	54930341E	6637/1	19/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MHI4555	54769454E	5010/0	17/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHI4555	54769455E	6599/2	17/11/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO4745	54930309E	5045/0	14/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIO4745	54930310E	6726/1	14/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIQ0090	54930481E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIQ7985	54931111E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1322/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IIZ4952	55667831C	6599/2	12/02/2014	230 * V
LWX1150	55664269C	6599/2	10/02/2014	230 * V
MBZ4055	55665836C	6726/1	31/01/2014	230 * XVIII
MKN4036	55642725C	6599/2	30/01/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1324/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HBM7000	55663789C	6599/2	27/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
HBM7000	55663790C	5010/0	27/11/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº31/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 31/2014, Edital de Pregão Nº 31/2014, Objeto: Contratação de seguro para o veículo GM Corsa Classic LS, placa MLV - 1726, utilizado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação do Município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 31/03/2014. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 31/03/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.817, de 17 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.817, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.01 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
08.244.4509.2.029 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 165 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.01 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS

08.244.4509.2.029 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 169 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.818, de 17 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.818, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01.20.606.4507.1.048 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024 133 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.819, de 17 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.819, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a fonte de recursos, e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 215.129,15 (duzentos e quinze mil, cento e vinte e nove reais e quinze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

URBANO - SDU

09.01.05.182.4511.2.061 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0024 203

Aplicação Direta R\$ 215.129,15

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito MunicipalNA

Ata de Licitação - Processo Licitatório Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE CNPJ: 83.021.873/0001-08 RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789 C.E.P.: 89990-000 - São Lourenço do Oeste - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2014 - OU Processo Administrativo: 11/2014 Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 27/01/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CHAMADA PÚBLICA PARA RELACIONAR INTERESSADOS, PESSOAS FÍSICAS FORMADAS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, EM PARTICIPAR DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA QUE ATUARÁ NO PROCESSO LICITATÓRIO PARA SELEÇÃO DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE- SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 12/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 17 de Março de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 003/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 11/2014, Licitação nº. 1/2014 - OU, na modalidade de Outras Modalidades.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Não havendo impugnações protocoladas, a Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 003/2014 inicia a sessão às 09h00min, fazendo a conferência dos nomes dos profissionais cadastrados/credenciados, em seguida realiza o sorteio para o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, sendo que os três nomes sorteados são: Claudio Arcidio Muller, Adriano Oltramari e Pedro Rodrigues Neto. Os sorteados ficam selecionados para compor a subcomissão técnica de julgamento do processo licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda. Encaminha-se esta ata para publicação e elaboração do decreto de nomeação. Sem mais haver constar encerra-se esta ata que segue assinada pela Comissão.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São Lourenço do Oeste, 17 de Março de 2014

COMISSÃO:

ANGELA MARIA PUERARI - - Presidente da Comissão de Licitação
LILYAN TRINDADE DOS SANTOS - - SECRETÁRIA
TATIANE LUSSANI DAL PONT - - AUXILIAR DIRETO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria 168.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 168/2014
Concede férias ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador do Município, férias por 30 dias que gozará a partir de 17/03/2014 a 15/04/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 169.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 169/2014
Homologa a estabilidade funcional do servidor admitido em 15/02/2011 por Concurso Público.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável o servidor abaixo mencionado, admitido em 15/02/2011, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo este completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

ADENIR VIEIRA.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 170.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 170/2014
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR ADENIR VIEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

ADENIR VIEIRA - MOTORISTA II – LETRA B.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 171.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 171/2014
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA MARIA LUZIA KONS RIOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

MARIA LUZIA KONS RIOS - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF

Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PEDRO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº. 886.306.929-87, aprovado em 5º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 31 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 065.269.539-64, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 31 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDIVANIA GUBERT DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº. 046.926.529-93, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 31 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ELITON ALMERINDO CARDOSO, inscrito no CPF sob nº. 043.965.289-81, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 31 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 16 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Marcos Dellagiustina
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Nº. 35/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 35/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 16/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 14/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VERIFIC TACÓGRAFOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ

sob o nº 15.764.008/0001-00, estabelecida Rod. BR 280 nº. 15610, Imigrantes, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada em verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para o veículo Boxer Modelo: PEUGEOT / BOXER JAEDI TUR 2.8; Ano de Fabricação: 2008; Ano Modelo: 2008.	01	Unidade	90,00	90,00
02	Verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para o veículo Sprinter Modelo: I / M. BENZ313CDI SPRINTERM; Ano de Fabricação: 2005; Ano Modelo: 2006.	01	Unidade	90,00	90,00
VALOR R\$ TOTAL					180,00

Valor do contrato: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)
Data da Assinatura: 17/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 36/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 36/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 17/2014–FMS - Dispensa de Licitação nº. 15/2014–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: aquisição de Medicamentos para suprir as necessidades essenciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	DESLANOSÍDEO INJETÁVEL	10	AMPOLA	1,32	13,20
02	DIMORF INJETÁVEL	10	AMPOLA	1,58	15,78
03	DOLANTINA INJETÁVEL	10	AMPOLA	1,81	18,08
04	FENOBARBITAL INJETÁVEL	10	AMPOLA	1,50	15,00
VALOR R\$ TOTAL					62,10

Valor do contrato: R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos)
Data da Assinatura: 17/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Dispensa 14/2014-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 14/2014 - DLCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 16/2014
Data: 17/03/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: VERIFIC TACOGRAFOS LTDA - ME

Código: 12785

Endereço: ROD BR-280, 15610

Cidade: Guaramirim - SC

CNPJ: 15.764.008/0001-00

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para o veículo Boxer Modelo: PEUGEOT / BOXER JAEDI TUR 2.8; Ano de Fabricação: 2008; Ano Modelo: 2008.	UN	90,00	90,00
2	1,00	Verificação do cronotacógrafo, por um Posto de Ensaio credenciado pelo Inmetro, para realizar a selagem e todos os ensaios, como o Ensaio Metrológico, do instrumento, necessários para obter o Certificado de Verificação para o veículo Sprinter Modelo: I / M. BENZ313CDI SPRINTERM; Ano de Fabricação: 2005; Ano Modelo: 2006.	UN	90,00	90,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Este contrato dá-se com urgência devido ao vencimento da última aferição do cronotacógrafo dos veículos que tem validade de dois anos, sendo ainda um dos quesitos para regularização do DETER dos veículos, que é a autorização de viagem para os mesmos fora da cidade.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 14/2014 - DL**

Processo Nr.: 16/2014
Data: 17/03/2014

Folha: 2/2

14/03/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Março de 2014

Valor da Despesa: 180,00 (cento e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa 15/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 17/2014 Data: 17/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Endereço: ESTRADA BOA ESPERANCA, 3220 Cidade: Rio do Sul - SC CNPJ: 00.802.002/0001-02	Código: 6517 Inscrição Estadual: 253.148.995
Objeto da Compra: Aquisição de Medicamentos para suprir as necessidades essenciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	DESLANOCÍDEO INJETÁVEL	APM	1,32	13,20
2	10,00	DIMORF INJETÁVEL	APM	1,58	15,80
3	10,00	DOLANTINA INJETÁVEL	APM	1,81	18,10
4	10,00	FENOBARBITAL INJETÁVEL	APM	1,50	15,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

SUPRIMENTOS DE MEDICAÇÃO DE URGÊNCIA ENQUANTO NÃO HÁ SALDO DE LICITAÇÃO/NÃO TIVERAM OFERTA NA ÚLTIMA LICITAÇÃO. ADMITIDO FORNECEDOR QUE CONTEMPLA MAIOR NÚMERO DE ITENS SOLICITADOS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2014 - DL**

Processo Nr.: 17/2014
Data: 17/03/2014

Folha: 2/2

14/03/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Março de 2014

Valor da Despesa: 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 26/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	026/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	KASSIELI CERIZOLLI.
Objeto.....	O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE DANÇA livre, hip-hop, com criações de coreografias relacionadas na área com a realização de projetos culturais, apresentações em festivais, desenvolvendo a atividade de dança de maneira criativa de modo a propiciar a interação entre o público de várias idades desde o infantil até o juvenil e adulto, com a carga horária semanal de 10 horas e a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL habilitado para exercer a função de instrutora de aulas de PATINAÇÃO ARTÍSTICA, organizando atividades e eventos relacionados a área de atuação, desenvolvendo atividades de modo a propiciar a interação entre as crianças a partir dos 5 anos de idade, bem como de jovens e adultos, realizando apresentações culturais, representando o município de Serra Alta em festivais, exercendo uma carga horária de 10 horas semanais.
Valor.....:	Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), valor bruto, a serem pagos mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em parcelas de iguais valores de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais).
Vigência.....	18/03/2014 á 31/12/2014.
Dotação.....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 2.700 – Manutenção das Atividades Culturais - 3.3.90.00 - Despesa 45 – DR 0001, prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.
SERRA ALTA/SC, 18 de março de 2014.	
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO	
PREFEITA EM EXERCÍCIO	

Lei Municipal Nº 983/2014

LEI MUNICIPAL Nº983 /2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar pagamento de despesas do Exercício anterior, não empenhado, relativo ao Programa do Sistema Unificado de Atenção e Sanidade Agropecuária – PROSUASA, realizado pelo CIDEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente no valor de 3.600,00(três mil e seiscentos reais).

Parágrafo Único - As despesas de que trata esse artigo será consignada no orçamento Municipal vigente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 17 de Março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

Aviso de Resultado de Habilitação

AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado da Habilitação do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 02/2014/PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2014, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, declarando HABILITADAS as seguintes empresas: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ 01.490.849/0001-53 e CCA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 15.252.738/0001-13, sendo assim abre-se o prazo previsto em lei para interposição de recurso. Destarte, conforme designado em ata, fica designado o dia 24 de março de 2014 às 09:00 a reunião para abertura das propostas, sendo franqueada vista dos autos a todos os interessados.

Siderópolis, 17 de março de 2014.

ROBERTO JULIO RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

Sombrio

PREFEITURA

Decreto 050/2014

DECRETO Nº 050, DE 03 DE MARÇO DE 2014
REGULAMENTA O USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº 2128, de 27 de fevereiro de 2014

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 1º. O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta SERVIÇOS disponibilizada pela prefeitura no site www.sombrio.sc.gov.br, ou outro que venha substituí-lo..

Art. 2º. O prestador de serviços deverá efetuar a solicitação de acesso para utilização do sistema para emissão de NFS-e através da ferramenta SERVIÇOS, na opção solicitação de acesso.

§1º Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura Municipal de Sombrio-SC.

§2º. Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

§3º. A obrigatoriedade para utilização das NFS-e será de 60 (Sessenta) dias para todos os Prestadores de Serviços do Município, após a publicação da Lei nº 2128/2014.

Art. 3º. O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo Único – Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso aos sistemas. Sendo pré-requisito para liberação do acesso.

CAPÍTULO II

DO CANCLAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 4º. A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto;

CAPÍTULO III

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 5º. O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços – RPS", não podendo ser confundido com documentos fiscal.

CAPÍTULO IV

DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 6º. O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observado os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no caput:

I – Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos Federal, Estadual e Municipal.

II – Às microempresas e empresas de pequeno porte optantes

pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As NFS-e poderão ser consultados em sistema próprio do Município de Sombrio-SC, durante o prazo de 05 (Cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 8º. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de Março de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 051/2014

DECRETO Nº 051, DE 03 DE MARÇO DE 2014.

ATRIBUI À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO A COMPETÊNCIA DE UNIDADE GESTORA DE ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990.

CONSIDERANDO, que Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional encaminhou ofício- circular comunicando a importância de adesão ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil- CPDC, instituído pelo Decreto nº 7.505, de 27 de junho de 2.011 que tem por intuito tornar mais célere a transferência de recursos aos entes da federação em situação de emergência ou calamidade pública.

DECRETA:

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, criada pela Lei nº 2883, de 09 de setembro de 2013, passa a ter competência de Unidade Gestora de Orçamento.

Art. 2º. Esta Unidade Gestora de Orçamento fará uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, que tem como objetivo tornar mais célere a transferência de recursos pela União para ações de socorro, assistências às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais no caso de emergência ou calamidade pública.

Art. 3º - Caberá sua gestão ao Coordenador Municipal de Defesa Civil do Município de Sombrio/SC.

Art. 4º. O Coordenador Municipal de Defesa Civil terá como atribuições:

I - Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil, onde será assinado um contrato para operação do cartão;

II - Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;

III - Prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe sejam contrárias ou incompatíveis.

Município de Sombrio - SC, 03 de Março de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial N.º 27 2014 PMT - Aquisição de Hortalíça (Repolho)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 27/2014 - PMT

OBJETO: Aquisição de hortalíça (repolho) destinada aos Núcleos de Educação Infantil (NEI) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental (repetição parcial do pregão presencial nº 07/2014). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 31 de março de 2014. ABERTURA: dia 31 de março de 2014 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 10/03/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Errata Pregão Presencial Nº 22 2014 PMT - Gêneros Alimentícios

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2014 PMT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 22/2014 que trata de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E POUCO PERECÍVEIS, DESTINADOS AOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NEI), UNIDADES PRÉ-ESCOLARES (UPE) E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, PARA CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO NO PERÍODO DE ABRIL ATÉ DEZEMBRO DE 2014, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sofreu alteração na descrição da validade da ata de registro, constante do ANEXO VII, página 36 do edital, conforme segue:
"ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 22/2014

VALIDADE: 15/12/2014".

TIMBO/SC, 17 de março de 2014

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

Termo Desistência de Empresa E Convocação de Segundo Colocado - Pregão Presencial N.º 03 2014 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Pregão presencial nº 03/2014 samae

AVISO termo de desistência e convocação de 2º colocado

OBJETO: Registro de preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos setores da autarquia.

O Município de Timbó informa que a empresa SS COMERCIAL ELÉTRICA LTDA ME solicitou desistência do processo licitatório supracitado em 17/03/2014, sendo o pedido aceito pelo município. Dessa forma, convoca-se a empresa ACMM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA ME, segunda colocada, para fornecimento do item a seguir ao preço do primeiro colocado.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DO 1º COLOCADO
1	Contratação de mão de obra para manutenção e instalações elétricas na Estação de Tratamento de Água, administrativo e Setor de Manutenção, com fornecimento de peças, sendo que a empresa vencedora deverá prestar atendimento sempre que for solicitado, ou seja, 24 por dia, 07 dias por semana. Atendimento deve ser prestado no máximo de meia hora após o chamado via telefone.	R\$ 16,90

Fica intimada a empresa a apresentar declaração de aceitação ou desistência do fornecimento no período de 03 (três) dias úteis a contar da publicação em órgão oficial deste termo.

A declaração de aceitação ou desistência deverá ser carimbada e assinada pelo responsável e devolvida em via original, ou escaneada para e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br

Timbó, 17 de março de 2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público Para Manifestação de Interesse Nº 001/2014

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2014

Programa Saneamento Básico

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE N. 001/2014, PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA,

AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA A COMPOSIÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA - E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO -SEE- DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS (SC).

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SAMASA, devidamente autorizado pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas, nos termos do Decreto Municipal nº 4363, de 26 de fevereiro de 2014, e considerando:

a necessidade de investimentos para a ampliação da capacidade do sistema de abastecimento de água - SAA;

a necessidade de investimentos para a universalização do saneamento básico através do acesso aos serviços de esgotamento sanitário - SES;

a necessidade de fortalecimento da Política Municipal de Saneamento Básico;

a necessidade do atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico;

torna público que receberá de interessados em estudar oportunidades de parcerias com o Município de Três Barras (SC), Manifestação de Interesse em desenvolver, por sua conta e risco, estudos para ampliação, modernização e implantação das unidades operacionais dos sistemas e serviços de SAA e SES, objetos da atuação do SAMASA. Estes estudos deverão observar as seguintes diretrizes:

Área de abrangência: município de Três Barras (SC);

Escopo: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e otimização da Gestão Comercial e Gestão Operacional;

Diagnóstico e proposição de alternativas administrativas que englobem as variáveis institucional, jurídicas, econômica-financeira, técnicas e operacional, incluindo a viabilização da captação de recursos, para a otimização dos serviços públicos a serem contratado por meio de concessão ou gestão associada e que possibilitem a ampliação, modernização e implantação das unidades operacionais dos sistemas e serviços de SAA e SES; observado o regramento previsto no Art. 175 da CF/88 e da Lei Federal 11.445/2007;

Tais alternativas deverão estar associadas a exemplos de modelos já efetivados no Brasil, seja por meio de concessão ou gestão associada de serviços de saneamento básico, e bem assim dar amplitude nas alternativas administrativas e gerenciais futuras;

A partir da modelagem apresentada pelo proponente para atendimento dos itens acima descritos, elaborar estudos para embasar a implementação do sistema de cobrança, composição de taxas e tarifas assim como a política de subsídios para a prestação dos serviços públicos a serem objeto da concessão ou da gestão associada, nos termos da Lei Federal 11.445/2007.

O processamento da Manifestação de Interesse obedecerá aos termos dispostos no Anexo A.

Os interessados em obter as devidas autorizações e maiores informações, sobre os contornos e pré-definições do projeto visado pelo SAMASA, deverão encaminhar requerimento específico, nos termos do Anexo B, devidamente instruído pelas informações cadastrais solicitadas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste Edital, no horário normal de expediente, das 8:00 às 12:00 h e das 13:00 às 17:00 h, à Av.

Rigesa, 1634, centro, CEP 89.490-000, fone: (47) 3623 - 1473, e-mail: emilio@samasa.com.br - Três Barras (SC).

O SAMASA, através de seu Diretor Executivo, por seu turno, expedirá diretamente ao interessado, a devida autorização para o desenvolvimento dos estudos, após a devida deliberação do CGPPP.

Os ônus e quaisquer custos incorridos pelos participantes para a apresentação de Manifestações de Interesse serão de inteira e exclusiva responsabilidade dos proponentes, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos, nem a qualquer remuneração por parte do órgão solicitante, salvo se utilizados em eventuais e futuras contratações pelo SAMASA e/ou Governo do Município de Três Barras. Os direitos autorais sobre as informações, levantamentos, projetos e demais dados e documentos apresentados na Manifestação de Interesse serão cedidos ao Município de Três Barras pelo particular interessado, podendo ser utilizados total ou parcialmente pelo órgão solicitante, de acordo com a oportunidade e conveniência definida pelo SAMASA/CGPPP, para a formulação final de editais, contratos e demais documentos afins ao objeto deste PMI.

O Município de Três Barras e o SAMASA, por seu lado, não estarão obrigados a utilizar informações, sugestões, levantamentos, análises, minutas ou projetos recebidos, podendo optar por sua própria modelagem ou não realizar qualquer tipo de contratação e/ou licitação, situação em que não haverá ressarcimento das despesas incorridas pelos interessados. Os estudos, levantamentos, projetos, análises, minutas e sugestões de estruturação deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de publicação da Autorização para realização dos mesmos. Uma vez submetidos aos órgãos competentes do Município e considerados consistentes e adequados para o Processo de Contratação estes poderão vir a ser, então, utilizados pelo SAMASA em seu Programa, assegurando-se a participação do manifestante na licitação decorrente dos estudos, bem como, caso não venha a vencer a licitação, o reembolso, pelo vencedor, das despesas incorridas para os estudos, segundo determinação das Leis Federais 8.987/95; 9.074/95 e 11.079/04;

Três Barras, 14 de março de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
EMILIO GAZANIGA NETO

Prefeito Municipal
Diretor Executivo - SAMASA

ANEXO A

Resolução SAMASA 01/2014

DA FINALIDADE

Procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria público-privada do Sistema de Abastecimento de Água - SAA - e Sistema de Esgotamento Sanitário -SES- do município de Três Barras (SC).

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS (SC), por meio do SAMASA - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Saneamento Ambiental, devidamente autorizado pela Comissão Gestora de Parcerias Público - Privadas, e considerando:

a necessidade de investimentos para a ampliação da capacidade do sistema de abastecimento de água - SAA;

a necessidade de investimentos para a universalização do saneamento básico através do acesso aos serviços de esgotamento sanitário - SES;

a necessidade de fortalecimento da Política Municipal de Saneamento Básico;

a necessidade do atendimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico;

a necessidade de regulamentação do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, referente ao Edital de Chamamento Público Nº 001/2014, com o intuito de assegurar o atendimento dos princípios da publicidade, da transparência e da isonomia da participação dos eventuais interessados;

RESOLVE: DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º. Regularizar o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI no desenvolvimento de estudos técnicos e projetos básicos que apontem alternativas de investimentos, a partir das seguintes diretrizes estratégicas:

Área de abrangência: município de Três Barras (SC);

Escopo: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e otimização da Gestão Comercial e Gestão Operacional;

Diagnóstico e proposição de alternativas administrativas que englobem as variáveis institucional, jurídicas, econômica-financeira, técnicas e operacional, incluindo a viabilização da captação de recursos, para a otimização dos serviços públicos a serem contratados por meio de concessão ou gestão associada e que possibilitem a ampliação, modernização e implantação das unidades operacionais dos sistemas e serviços de SAA e SES; observado o regramento previsto no Art. 175 da CF/88 e da Lei Federal 11.445/2007;

Tais alternativas deverão estar associadas a exemplos de modelos já efetivados no Brasil, seja por meio de concessão ou gestão associada de serviços de saneamento básico, e bem assim dar amplitude nas alternativas administrativas e gerenciais futuras;

A partir da modelagem apresentada pelo proponente para atendimento dos itens acima descritos, elaborar estudos para embasar a implementação do sistema de cobrança, composição de taxas e tarifas assim como a política de subsídios para a prestação dos serviços públicos a serem objeto da concessão ou da gestão associada, nos termos da Lei Federal 11.445/2007

§1º. Competirá a Comissão Gestora de Parcerias Público - Privadas (CGPPP) designados em ato próprio, às atribuições de:

Efetuar a análise que subsidiará a autorização para o desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos postulado pelo interessado;

Acompanhar os estudos técnicos e projetos básicos autorizados; e,

Emitir parecer visando subsidiar a decisão da Diretoria Executiva do SAMASA quanto ao resultado final dos estudos técnicos e projetos desenvolvidos.

§2º. Para a adequação do exercício das atribuições conferidas no §1º deste artigo, os membros do CGPP poderão:

Convocar empregados da Administração Municipal que, devido ao conhecimento técnico, passam a contribuir no fornecimento de informações, documentos, na participação de reuniões e vistorias

técnicas;

Definir estrutura administrativa necessária para o atendimento do escopo da presente Resolução;

Priorizar as atribuições recebidas em detrimento das atividades de rotina da respectiva unidade organizacional de lotação, visando cumprir os prazos ora definidos.

§3º. Competirá a Diretoria Executiva do SAMASA o ato de autorização para realização dos estudos técnicos e projetos.

§4º. Competirá aos interessados desenvolverem os estudos técnicos e projetos, atendendo o regramento disposto no presente documento.

INFORMAÇÃO FALSA OU INCORRETA

Art. 2º. O SAMASA em face de suspeita de informação falsa ou incorreta, não demonstrada, poderá solicitar ao interessado a comprovação ou demonstração de sua veracidade ou adequação técnica, inclusive o acesso a dados primários e planilhas de cálculo.

DA AUTORIZAÇÃO E DO REGISTRO

Art. 3º. Os interessados em participar poderão solicitar autorização para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos nos termos definidos no Art. 1º desta Resolução, sendo que as manifestações serão recebidas na Av. Rigesa, 1643, centro - CEP 89.490-000-fone: 47- 3623-1473, e-mail: emilio@samasa.com.br - Três Barras (SC), no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste Edital.

§1º A solicitação deve ser individual para estudos técnicos e projetos, na área de interesse, entretanto, os estudos técnicos e projetos deverão necessariamente contemplar a diretriz prevista no Art. 1º desta resolução.

§2º A solicitação de autorização deve vir acompanhada das seguintes informações:

Qualificação do interessado: O interessado deverá oferecer original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: Cartão de CNPJ, contrato social, e sua última alteração contratual. Indicar seu representante legal com endereço e contatos. Informar o(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela realização dos estudos técnicos e projetos básicos, contendo sua qualificação, capacidade técnica e a respectiva função de cada um;

Discriminação do objetivo do interessado e área de abrangência: o interessado deverá definir o objeto do estudo proposto e caracterizar a área de abrangência do mesmo, apresentando diagnóstico da situação atual, contextualização e propósito dos estudos técnicos e projetos;

Características estimadas do empreendimento: O interessado deverá apresentar sucintamente as características gerais do empreendimento e indicar o custo para sua implementação, por etapas e final;

Cronograma e condições técnicas de realização: o interessado deverá apresentar cronograma de execução e os documentos e as informações necessárias para realização dos estudos técnicos e projetos básicos;

Previsão de dispêndio com os estudos técnicos e projetos: o interessado deverá apresentar uma planilha com os custos de cada etapa dos estudos técnicos e projetos e seu peso percentual no custo total dos estudos técnicos e projetos básicos. Este serão

avaliados para efeito de eventual ressarcimento, nos casos previstos no art. 21 da Lei 8.987/95;

Declaração de que conhece e concorda com todos os termos do presente Edital.

§3º. Quando o interessado representar um consórcio, as informações constantes na alínea "a" do §2º deste artigo deverão ser apresentadas por todos os consorciados.

§4º. O cronograma de execução dos estudos técnicos e projetos não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, sendo que cada etapa estabelecida deverá ser finalizada por relatório a ser entregue ao SAMASA.

§5º. No caso do SAMASA constatar que a previsão de dispêndio para a realização dos estudos técnicos e projetos apresenta valores superiores aos preços praticados em mercado para serviços similares, a situação será informada aos interessados previamente à deliberação quanto a autorização, oportunizando que apresente:

Justificativa dos valores;

Novo orçamento considerando preços aferidos pela avaliação do SAMASA.

§6º. Os documentos requeridos pelos interessados serão postos à disposição para consulta, ficando à critério do SAMASA o deferimento ou não de fornecimento de cópia de documentação. Para realização de reuniões e visitas técnicas as mesmas devem ser requeridas ao Diretor Executivo do SAMASA que procederá ao agendamento.

Art 4º. Análise da solicitação observará, além dos requisitos da conveniência e oportunidade, se o objeto dos estudos técnicos e projetos estão alinhados com as diretrizes gerais previstas no Art.1º deste documento (observado o disposto no § 1º do Art. 3º), se a solicitação está instruída com as informações exigidas no §2º do Art. 3º, e se os valores da proposta financeira são condizentes com os praticados pelo mercado, podendo o Grupo Técnico solicitar informações adicionais que julgar necessárias.

§1º. O resultado da análise da solicitação para os estudos técnicos e projetos de que trata este PMI será informado ao interessado, no prazo de até 60 dias, contados a partir de 1º dia útil subsequente ao término do prazo para recebimento das manifestações de interesse previsto no Art. 3º, facultado ao mesmo requerer esclarecimentos no prazo de 5 dias, contados da data do recebimento do comunicado.

§2º. É facultado ao SAMASA convocar reuniões técnicas para expor dúvidas, informações e colher alternativas e esclarecimentos quanto aos estudos e informações apresentados, inclusive com a participação de representantes da sociedade civil e de eventuais colaboradores ou contratados do SAMASA.

§3º. O Termo de Autorização será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, indicando o objeto dos estudos técnicos e projetos, o interessado e o prazo para execução, e encaminhado aos interessados, mediante aviso de recebimento (AR), juntamente com o Termo de Confidencialidade que deverá ser assinado pelo representante legal, sob pena de anulação da autorização.

§4º. A autorização concedida não gera efeitos de:

Conferir garantia de aproveitamento dos estudos técnicos e projetos dela decorrente;

Obrigar a Administração a realizar a licitação ou qualquer tipo de contratação ou avença;

Conceder direito de preferência ou exclusividade;

Criar, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração.

Art. 5º. O SAMASA acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos receberá os relatórios, a cada etapa concluída pelos interessados e manterá atualizado o registro dos estudos técnicos e projetos básicos.

§1º No escopo de validar as autorizações concedidas, o SAMASA manterá registro nas seguintes condições:

Registro ativo: são aqueles considerados válidos pelo SAMASA com acompanhamento contínuo do andamento dos estudos técnicos e projetos básicos, mediante recebimento de relatórios conforme etapas definidas em cronograma, previsto na alínea "d" do § 2º do Art. 3º;

Registro inativo: são aqueles considerados insubsistentes pelo SAMASA ou sem pronunciamento pela parte interessada, nos prazos estabelecidos em cronograma.

§2º. A não apresentação dos relatórios nos prazos determinados implicará na declaração de abandono e transferência do registro para condição de inativo com consequente arquivamento do processo, situação que será formalmente comunicada ao interessado que poderá retirar a documentação eventualmente encaminhada ao SAMASA.

§3º. Não serão concedidas prorrogações dos prazos autorizados para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos, definido no §4º do Art. 3º, exceto na hipótese devidamente justificada da necessidade de maiores investigações de campo ou outros estudos especiais que poderão ser requeridos pelo interessado ou pelo SAMASA.

DA SELEÇÃO E APROVAÇÃO

Art. 6º. O interessado deverá demonstrar como resultado dos estudos, relatório final contendo, no mínimo, os tópicos abaixo:

Diagnóstico da situação atual do SAA e SES operados pelo SAMASA e proposta de eventuais ações para emergências e contingências;

Diagnóstico e proposição de alternativas administrativas que englobem as variáveis institucional, jurídicas, econômica-financeira, técnicas e operacional, incluindo a viabilização da captação de recursos, para a otimização dos serviços públicos a serem contratado por meio de concessão ou gestão associada e que possibilitem a ampliação, modernização e implantação das unidades operacionais dos sistemas e serviços de SAA e SES; observado o regramento previsto no Art. 175 da CF/88 e da Lei Federal 11.445/2007;

Tais alternativas deverão estar associadas a exemplos de modelos já efetivados no Brasil, seja por meio de concessão ou gestão associada de serviços de saneamento básico, e bem assim dar amplitude nas alternativas administrativas e gerenciais futuras;

A partir da modelagem apresentada pelo proponente para atendimento dos itens acima descritos, elaborar estudos para embasar a implementação do sistema de cobrança, composição de taxas e tarifas assim como a política de subsídios para a prestação dos serviços públicos a serem objeto da concessão ou da gestão associada, nos termos da Lei Federal 11.445/2007

A conveniência e oportunidade do objeto dos estudos técnicos e projetos, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pelo modelo proposto, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto;

A indicação estimativa do impacto orçamentário-financeiro;

Elaboração de matriz de risco;

Aspectos ambientais, regulatórios e fiscais.

Minutas de Edital e Contrato e quaisquer outros documentos para uma eventual licitação.

§1º. Recebido o relatório final, o SAMASA emitirá parecer observando o atendimento do rol disposto no "caput" deste artigo e, ainda, se o trabalho teve desenvolvimento fundamentado em estudos consistentes e adequados, atendendo a boa técnica, especialmente às condições de atualidade, eficiência e segurança, bem como a apresentação de custos, tanto os finais, quanto os relativos às diversas etapas de desenvolvimento dos estudos, devidamente comprovados por dados contábeis.

§2º. Na hipótese de existirem estudos técnicos com objeto idêntico ou similar, será ponderado o que apresentar melhor vantagem técnica, econômica, financeira e sócio ambiental.

§3º. O SAMASA poderá, mediante autorização do Presidente da CGPP e assessoria do Diretor Executivo do SAMASA, solicitar informações, esclarecimentos ou estudos complementares antes da manifestação final.

§4º. Concluído o parecer, os processos serão submetidos à análise da CGPPP.

Os interessados serão comunicados por correspondência com aviso de recebimento (AR) quanto ao resultado da apreciação.

A súmula de aprovação dos estudos técnicos e projetos básicos serão publicados no Diário Oficial do Estado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. Os interessados serão os únicos responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes da elaboração dos estudos técnicos e projetos básicos, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenização ou reembolso por despesa incorrida.

Art. 8º. Os interessados que tiveram a solicitação autorizada para elaboração dos estudos técnicos e projetos básicos serão responsáveis civil e criminalmente pela consistência dos mesmos, responsabilizando-se por eventuais perdas e danos à SAMASA, CGPPP e/ou a terceiros, direta ou indiretamente provocados por sua insuficiência, salvo se, de forma explícita, específica e fundamentada, forem apontados os riscos que poderão incorrer aqueles que não adotarem as recomendações ou elementos técnicos que constituem os estudos técnicos e projetos básicos.

Art. 9º. Casos omissos ou pedidos de esclarecimentos serão pontualmente esclarecidos pelo Diretor Executivo do SAMASA e pela CGPPP, mediante requerimento do interessado.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, devendo ser publicada no site do SAMASA, www.samasa.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, www.fecam.com.br, assim como eventuais alterações posteriores.

Três Barras, 11 de Março de 2014.

Emílio Gazaniga Neto

Diretor Executivo – SAMASA

ANEXO B

Resolução SAMASA 01/2014

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA, PARA EMPREENDIMENTO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

A SER PREENCHIDO PELO SAMASA/CGPPP

Nº PROCESSO: _____ DATA PROTOCOLO: __/__/__

AO DIRETOR EXECUTIVO DO SAMASA

Senhor Diretor,

Solicitamos autorização para elaboração dos Estudos de Viabilidade em atendimento ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2014, conforme informações abaixo:

DETALHAMENTO DO OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

(Descrever o que será apresentado)

-
-
-

CARACTERÍSTICAS, CRONOGRAMA E CONDIÇÕES TÉCNICAS DO EMPREENDIMENTO

(Descrever o que será apresentado)

-
-
-

QUALIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

(O registro como Agente Empreendedor da Modelagem - consórcio, empresa líder ou empresa individual - se faz apenas para determinar a responsabilidade pelos estudos e identificar o beneficiário, caso haja a hipótese de ressarcimento das despesas incorridas com os estudos)

AGENTE EMPREENDEDOR:			CNPJ:	
ENDEREÇO:				
CIDADE:	UF:	CEP:	DDD/Telefone:	E-mail:
RESPONSÁVEL LEGAL:			CARGO/FUNÇÃO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			CARGO/FUNÇÃO/QUALIFI- CACÃO:	

CUSTOS DE ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS

DENOMINAÇÃO:	Período de Realização:
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e otimização da Gestão Comercial e Gestão Operacional	90 (noventa) dias corridos a contar da devida publicação da Autorização a ser expedida pelo SAMASA

CUSTO ESTIMADO DO EMPREENDIMENTO	R\$
----------------------------------	-----

PREVISÃO DE DISPÊNDIOS COM OS ESTUDOS DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		
Item	Custos (R\$)	%
Total		

DECLARAÇÃO DO AGENTE EMPREENDEDOR

Declaramos para os devidos fins, que temos ciência e concordância quanto às normas e os procedimentos adotados pelo Município de Três Barras e pelo SAMASA, nos termos deste Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse, no âmbito deste Programa de Saneamento Básico.

.....,de
..... de 2014

Responsável pelo Agente Empreendedor:	Carimbo e assinatura do responsável pelo Agente Empreendedor:
---------------------------------------	---

DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS

Cadastramento Prévio
Estudos de Viabilidade de PPP

Cartão de CNPJ

Contrato Social ou Estatuto Social e última alteração

Indicação Representante Legal, endereço e contatos

Indicação Responsável(s) Técnico(s), função e qualificação

Detalhamento do Objetivo e Abrangência

Características, Cronograma e Condições Técnicas do Empreendimento

Custos Estudos Técnicos e Projetos

Declaração do Agente Empreendedor

Decreto Nº 4.362 de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 4.362 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 154 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011 QUE REFORMULOU O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, PROGRAMA PSICOSSOCIAL E NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos requisitos e atribuições dos empregos públicos para a Estratégia Saúde da Família – ESF e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF:

§ 1º. Médico:

I – Clínico Geral:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Medicina e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições – Além das atribuições previstas para o cargo de médico do quadro de pessoal efetivo do Município, realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na

intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar e/ou domiciliar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito;

II – Especialista:

1 – Saúde da Criança:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Medicina e especialidade e inscrição no órgão de classe (pediatra);

b) atribuições - além das atribuições do médico clínico geral realizar junto com as ESF o planejamento das ações de saúde da criança; realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de agravos severos e/ou persistentes de saúde da criança, além de situações específicas, como a de violência intrafamiliar; discutir com as ESF os casos identificados que necessitem de ampliação da clínica em relação a questões específicas; criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas que se traduzam em maior vulnerabilidade; evitar práticas que levem a medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana; desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando desenvolver espaços de vida saudáveis na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial (conselhos tutelares, escolas, associações de bairro etc); priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde da criança se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração; e realizar visita domiciliar conjunta às equipes Saúde da Família a partir de necessidades identificadas, a exemplo dos casos de pacientes impossibilitados de deambular.

2 – Saúde da Mulher:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Medicina e especialidade e inscrição no órgão de classe (ginecologia/obstetra);

b) atribuições - além das atribuições do médico generalista realizar junto com as ESF, o planejamento das ações de saúde da mulher; realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de agravos severos e/ou persistentes de saúde da mulher, além de situações específicas como a de violência intrafamiliar; discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões específicas; criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas que se traduzam em maior vulnerabilidade; evitar práticas que levem à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana; desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de vida saudáveis na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, escolas, associações de bairro etc; priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde da mulher se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e

integração; e realizar visita domiciliar em conjunto com as equipes Saúde da Família a partir de necessidades identificadas, a exemplo dos casos de pacientes impossibilitados de deambular.

§ 2º – Enfermeiro –

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições – além das atribuições previstas para o cargo de Enfermeiro, orientar o usuário sobre a assistência que será realizada; verificar sinais vitais; administrar medicação conforme prescrição; observar e intervir nas alterações provocadas; observar, estimular, supervisionar e ajudar o usuário quanto a alimentação e hidratação; observar, estimular e supervisionar as atividades de higiene do usuário, fazer o uso da relação terapêutica, observar, anotar, comunicar e intervir nas alterações do quadro clínico; coordenar a equipe de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; realizar reunião de discussão técnica com a equipe; participar e realizar treinamentos de reciclagens; fazer o controle de psicofármacos; participar como terapeuta ou co-terapeuta em grupos terapêuticos; executar pré-consulta e consulta de enfermagem; acompanhar internações e alta de usuários; realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitário de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de sua funções.

§ 3º. Técnico em Enfermagem:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem ou curso técnico e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - realizar procedimento de enfermagem dentro das suas competência técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF.

§ 4º. Agente Comunitário de Saúde:

a) requisitos - a) diploma de conclusão do ensino fundamental; b) residir na área da comunidade de atuação, desde a data da publicação do edital do concurso público;

b) atribuições - a utilização de instrumentos para diagnóstico

demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

§ 5º. Odontólogo:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Odontologia e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - além das atribuições previstas para o cargo de odontólogo, realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problema complexo a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD, ACD e Auxiliar de Odontólogo.

§ 6º Auxiliar de Odontólogo:

a) requisitos - diploma de conclusão do ensino médio;

b) atribuições – proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do Cirurgião-dentista ou do Técnico em Higiene Bucal, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciar placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovações, uso de fio dental; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o Cirurgião-dentista ou Técnico em Higiene Bucal durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; fazer a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional; zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças; Preparar, acondicionar e esterilizar materiais e equipamentos utilizados; Colaborar com limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde; e realizar visitas domiciliares e participar das atividades educativas.

§ 7º. Assistente Social:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Assistência Social e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às ESF; estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos

de caráter comunitário em conjunto com as ESF; discutir e refletir permanentemente com as ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades; atender as famílias de forma integral, em conjunto com as ESF, estimulando a reflexão sobre o conhecimento dessas famílias, como espaços de desenvolvimento individual e grupal, sua dinâmica e crises potenciais; identificar no território, junto com as ESF, valores e normas culturais das famílias e da comunidade que possam contribuir para o processo de adoecimento; discutir e realizar visitas domiciliares com as ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde; possibilitar e compartilhar técnicas que identifiquem oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável na comunidade, ou de estratégias que propiciem o exercício da cidadania em sua plenitude, com as ESF e a comunidade; identificar, articular e disponibilizar com as ESF uma rede de proteção social; apoiar e desenvolver técnicas de educação e mobilização em saúde; desenvolver junto com os profissionais das ESF estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas; estimular e acompanhar as ações de Controle Social em conjunto com as ESF; capacitar, orientar e organizar, junto com as ESF, o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e outros programas federais e estaduais de distribuição de renda; e identificar as necessidades e realizar as ações de Oxigenioterapia, capacitando as ESF no acompanhamento dessa ação de atenção à saúde.

§ 8º. Nutricionista:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Nutrição e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente; promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários; capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; e elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento.

§ 9º. Fisioterapeuta:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Fisioterapia e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF; desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao auto-cuidado; desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil; desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento; realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos; acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF; desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos; desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros; realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos; capacitar, orientar e dar suporte

às ações das ACS; realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares; desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo; desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão; acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes; acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário; realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde; e realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

Art. 2º. Ficam definidos requisitos e atribuições dos empregos públicos para o Programa Psicossocial:

§ 1º. Assistente Social:

a) requisitos – diploma de conclusão de curso superior em Assistência Social e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade; estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social; ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, agilização de exames, remédios e outros que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde; elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros; organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento à hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves; elaborar e emitir pareceres sócio-econômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários; participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

§ 2º. Técnico em Enfermagem CAPS:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem ou curso técnico e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições – realizar procedimento de enfermagem dentro das suas competência técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes e nos domicílios; preparar o

usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da unidade, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa dos usuários; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da unidade; realizar entrevistas, anamnese e orientação com familiares e usuários; responsável pela administração de medicamentos dos usuários; realizar busca ativa dos usuários; acompanhar os usuários em caso de internações ou regresso; realizar visita domiciliar; executar oficinas terapêuticas; preservar e recuperar a saúde dos usuários.

§ 3º. Pedagogo:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Pedagogia e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da unidade; promover a articulação junto às famílias dos pacientes e à comunidade, facilitando o processo de integração da sociedade; coordenar, em parceria com os demais técnicos, no âmbito da unidade CAPS I, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; acompanhar o processo de desenvolvimento dos pacientes, em colaboração com os familiares; realizar diagnóstico e intervir mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de pedagogia e/ou psicopedagogia; utilizar métodos de diagnóstico, técnicas e instrumentos pedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionados com a aprendizagem; apoiar pedagógica e/ou psicopedagógica aos trabalhos nos espaços institucionais; supervisionar os profissionais em trabalhos teóricos e práticos de pedagogia; compor a equipe do CAPS I (saúde mental) e ter habilidade para trabalhar em equipe multiprofissional, colaborando na construção do projeto terapêutico e elaboração do programa de tratamento; elaborar testes para avaliar níveis de capacidade funcional e sua aplicação; orientar à família do paciente e à comunidade quanto às condutas terapêuticas ocupacionais a serem observadas para aceitação do paciente em seu meio; adaptar os meios e materiais disponíveis, pessoais e ambientais para desempenho funcional do paciente (incluindo adaptações do ambiente doméstico ou de trabalho); utilizar com emprego de atividades métodos específicos para educação e reeducação de função de sistemas do corpo humano; desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere aos programas ligados a doenças crônicas e/ou que, comprovadamente, deixem seqüelas funcionais; supervisionar pacientes em trabalhos teóricos e práticos em terapia ocupacional; emitir parecer terapêutico na área de sua abrangência; preencher impressos (relatórios, prontuários, auxiliar na elaboração de laudos de APAC etc); executar demais tarefas condizentes com a sua área de atuação.

§ 3º. Farmacêutico:

a) requisitos - diploma de conclusão de curso superior em Farmácia e inscrição no órgão de classe;

b) atribuições - realizar ações técnico gerenciais e assistenciais; desenvolver atividades de apoio logístico na área dos medicamentos e correlatos; supervisionar as atividades desenvolvidas no setor inclusive do pessoal auxiliar, as rotinas e processo de dispensação; participar das comissões de padronização e de controle de infecção hospitalar e de atividades de fármaco-vigilância, de ações de saúde coletiva e educação em saúde e realizar ações da farmácia clínica de forma individual e coletiva dentro dos serviços de saúde e em outros espaços do território; quando necessário, assumir a responsabilidade técnica da farmácia junto ao Conselho Regional de Farmácia, como farmacêuticos responsáveis e

ou substitutos; promover a captação e acompanhamento de estagiários e acadêmicos de Farmácia junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família; implementar Grupos Operativos e Educativos com objetivo de prevenir e promover à saúde; realizar visitas domiciliares; realizar dispensação visando a prevenção de Problemas Relacionados à Medicamentos; manter-se atualizado em relação as legislações sanitárias brasileira e atuar em conformidade com o código de ética profissional, respeitando as determinações da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e Portarias.

§ 4º. Artesão:

a) requisitos - diploma de conclusão do ensino fundamental completo, diplomas de Cursos Técnicos de Artesanato;

b) atribuições - Atividades relacionadas com a execução de trabalhos em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros, para fins de recuperação de indivíduos; executar oficinas de artesanato; organização e controle do consumo de material para oficinas; execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros produtos artesanais.

§ 5º. Cozinheira:

a) requisitos - diploma de conclusão do ensino fundamental;

b) atribuições - preparar e cozinhar os alimentos aos usuários do CAPS, e responsabilizar-se pela cozinha; Receber e armazenar adequadamente os gêneros alimentícios; Preparar refeições conforme técnica adequada para cada gênero alimentício; Preparar e distribuir alimentos; Aplicar os princípios básicos de limpeza, higiene e aproveitamento dos alimentos, verificando estoque e estado de conservação dos equipamentos e materiais utilizados; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, responsabilizando-se pelo ambiente organizacional da cozinha.

§ 6º. Servente:

a) requisitos - diploma de conclusão do ensino fundamental;

b) atribuições - executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral ajudar na remoção ou arrumação de móveis e utensílios; fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; arrumar banheiros e toaletes; auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama; lavar e encerar assoalhos, lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa; coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados; lavar vidros, espelhos e persianas; varrer e limpar pátios, fazer café e, eventualmente servi-lo; fechar portas, janelas e outras vias de acesso;

§ 7º. Auxiliar Administrativo:

a) requisitos - diploma de conclusão do ensino médio;

b) atribuições - executar trabalhos de escritório que envolvam responsabilidade e capacidade de julgamento, conhecimento de legislação atinente ao serviço público, executar trabalhos de digitação. redigir expedientes administrativos; responsabilidade pelo preenchimento e digitação das APACS; solicitar e manter organizado e atualizado os documentos dos usuários do serviço; emitir pareceres e informações; fazer registros relativos à dotação orçamentária; elaborar e manusear fichários; organizar boletins de receita e despesa; registrar frequência dos funcionários fazendo comunicações decorrentes; auxiliar equipe na implantação de novas normas e rotinas; proceder aos levantamentos e registros necessários à elaboração de relatórios mensais; executar

tarefas afins.

Art. 3º. Os requisitos gerais para contratação no regime de emprego público são os seguintes:

I – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II – prova de nacionalidade brasileira, por meio de fotocópia autenticada da cédula de identidade ou de documento equivalente;

II – quitação das obrigações eleitorais e militares, por meio de certidão expedida pela Justiça Eleitoral e do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar ou documento equivalente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Oficial de Expediente

Decreto Nº 4.337 de 16 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.337 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTABELECE FÉRIAS AOS OCUPANTES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LOTADOS NA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS, SECRETARIA DE AGRICULTURA E NA INTENDÊNCIA DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que concessão de férias, se dá segundo escala previamente organizada, e que tal ato fica vinculado à conveniência e interesse da Administração;

CONSIDERANDO, a possibilidade de concessão de férias aos servidores, para futura compensação do período aquisitivo do benefício,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida férias aos servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde que lotados na Secretaria Municipal de Viação e Obras, Secretaria Municipal de Agricultura e na Intendência do Distrito de São Cristóvão, no período de 13.01.2014 à 11.02.2014.

Art. 2º. O Setor de Recursos Humanos deverá promover anotação na ficha funcional dos servidores para compensação com o período de gozo de férias, conforme o caso, bem como proceder ao pagamento das verbas devidas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

Decreto Nº 1.866 Dias Máquina

DECRETO nº 1.866/2014

“FIXA PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS À AGRICULTORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei 1520/2005 de 09/03/2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado preço “DIA - MÁQUINA”, previsto no artigo 3º da Lei 1520/2005 de 09 de março de 2005, relativo a serviços de locação de máquinas agrícolas, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	R\$
Grade Aradora 16 discos (arrastão)	Dia	30,00
Distribuidor de adubo orgânico 6000 litros	Dia	30,00
Distribuidor de Calcário 5000kg	Dia	30,00

Art. 2º - O pagamento dos serviços prestados no artigo anterior poderá ser da seguinte forma:

Até R\$ 250,00 boleto, 40 dias

De R\$ 251,00 a R\$500,00 , em duas vezes , 40 e 60 dias.

Acima de R\$ 500,00, em três vezes, 40, 60 e 80 dias.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 1790/2013.

Município de Treze Tílias (SC) em 13 de março 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.867 Hora Máquinas

DECRETO nº 1.867/2014

“FIXA NOVOS PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À TERCEIROS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei 1520/2005 de 09/03/2005;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixados novos preços “HORA-MÁQUINA”, previsto no artigo 3º da Lei 1520/2005 de 09 de março de 2005, relativo a serviços prestados a terceiros, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	R\$
Escavadeira Hidráulica	Hora	80,00
Carregadeira	Hora	45,00
Motoniveladora	Hora	45,00
Retroescavadeira traçada	Hora	45,00
Trator Pneu	Hora	45,00
Caminhão distribuidor de esterco - normal	Hora	31,50

Caminhão distribuidor de esterco –espalhada	Hora	40,00
Caminhão Distribuidor de esterco 13 ml– normal	Hora	50,00
Caminhão Distribuidor de esterco 13 ml – espalhada	Hora	60,00
Caçamba 10 toneladas	Hora	30,00
Caminhão 6 toneladas	Hora	20,00
Secagem de fossa	Carga	15,00
Caminhão 10 toneladas (carga de terra)	Carga	30,00

Art. 2º - O pagamento dos serviços prestados no artigo anterior poderá ser da seguinte forma:

Até R\$ 250,00 boleto, 40 dias

De R\$ 251,00 a R\$500,00, em duas vezes, 40 e 60 dias.

Acima de R\$ 500,00, em três vezes, 40, 60 e 80 dias.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 1836/2013.

Município de Treze Tílias (SC) em 13 de março 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.868 Registro de Preços

DECRETO Nº. 1868/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e fundos especiais, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de

entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

§ 1º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequando ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na

modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Art. 9. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 10, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao

fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, quanto ao respectivo item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, em 14 de março de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado o presente Decreto no DOM- Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e fazenda

Lei Nº 1.802 Reverte Área Antoninho Rodrigues

LEI Nº. 1.802/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REVERTER ÁREA DE TERRA, RECEBIDA EM DOAÇÃO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder executivo Municipal autorizado a efetuar a REVERSÃO ao Senhor ANTONINHO RODRIGUES, de área de terra, recebida em doação através da Lei Municipal nº 900/93 de 10 de março de 1993, abaixo relacionada:

I - Uma área de terra rural com 832,50m² (oitocentos e trinta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados) matricula no Registro de Imóveis nº 10.251 situado na Linha XV de Novembro, onde estava instalado o Centro Educacional (Comunitário).

Art. 2º - As Despesas decorrentes para a regularização do imóvel correrão à conta do beneficiário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente à lei 1.761/2013 de 25/03/2013.

Treze Tílias aos 14 dias do mês de março de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Extrato de Contrato Nº 28/2014

EXTRATO DE CONTRATO 28/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA;

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para pavimentação em paver de passeios na Rodovia dos Pioneiros, margens SC 465, conforme.

PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2014.

VIGÊNCIA: 60 dias.

VALOR: R\$: R\$ 87.598,23 (Oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito mil e vinte e três centavos).

DATA ASSINATURA: 17/03/2014.

TREZE TÍLIAS, 17 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 26/2014

EXTRATO DE CONTRATO 26/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: Pedreira Treze Tílias Ltda EPP.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias.

PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2014.

VIGÊNCIA: 10/03/2014 – 10/03/2015
VALOR: R\$: R\$ 684.940,00 (Seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais)
DATA ASSINATURA: 10/03/2014.

TREZE TÍLIAS, 10 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 29/2014

EXTRATO DE CONTRATO 29/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: Delcir Boesing Me;
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias.
PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2014.

VIGÊNCIA: 10/03/2014 – 10/03/2015
VALOR: R\$: R\$ 33.300,0 (Trinta e três mil e trezentos reais)
DATA ASSINATURA: 10/03/2014.

TREZE TÍLIAS, 10 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 30/2014

EXTRATO DE CONTRATO 30/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias.
PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2014.

VIGÊNCIA: 10/03/2014 – 10/03/2015
VALOR: R\$: R\$ 21.025,00 (Vinte e um mil, e vinte e cinco reais)
DATA ASSINATURA: 10/03/2014.

TREZE TÍLIAS, 10 de Março de 2014.

Portaria Nº 039-14 - Exonerar Leci Aparecida Rodrigues.Docx

PORTARIA Nº 039/14 DE 17 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, a Sra. LECI APARECIDA RODRIGUES, CPF nº 028.311.269-75 e identidade nº 3.158.784, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 hs, conforme portaria de nomeação nº 029/09 de 19 de fevereiro de 2009.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Aviso de Licitação PP 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 18/2014 – PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de uma carregadeira compacta equipada com tanque espargidor de água, vassoura coletora e capinadeira, para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras do município de Treze Tílias.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 31/03/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

Termo Aditivo Matheus

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2013
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enó Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Estrada Geral Interior, no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.588/0001-45, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 17/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 17/2013 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de setembro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão 09/2013 – PMT, referente a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado a TRANSPORTES MATHEUS

LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 9,11% (nove reais e onze centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados e conforme requerimento baseado na Resolução nº 004/2013 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und	Especificação	Preço unit atual	Valor reajustado
2	17.000,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo da Escola Até Arno Shoenberger Milton Wilges, retornando até Leronado Babick, passando pela linha Wirth até o Paulo Schoorr, subindo pelo morro do facão até o Mário Baumgratz, subindo pelo Paulo Baumgratz por São José até o Milton Ruhoff, passando na propriedade de Egídio Kothe. Percurso total ida e volta nos três períodos do Trajeto, aproximado de 75 Km diários.	2,09	2,28

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 17 de março de 2014.

Enoi Scherer Transportes Matheus Ltda
Prefeito Municipal Contratada(o)

Testemunhas:

1) Cleverson Inácio Kerkoff 2) Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto N.021/2014

DECRETO Nº 021/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A NOMINATA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE VARGEM BONITA – SC.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 257/97 de 06 de outubro de 1997,

DECRETA:

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vargem Bonita será composto pelos seguintes membros:

Presidente: Melânia Aparecida Ronan Meneghini - Prefeita Municipal;

Secretária: Suélen Favretto – Secretária Municipal de Administração e Finanças;

Membros:

Volnei Antônio da Silva Pereira - Secretário de Transportes e Obras;
Leonardo Elias Bittencourt – Assessor Jurídico;

Representantes da Câmara de Vereadores:

Airton Alberto Fiório – Bancada do PSDB

Clóvis da Luz – Bancada do PSD
Gizomar Luiz Gazzoni – Bancada do PMDB

João Alberto Chiot – Bancada do PP

Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria ou Comércio:

Alberto Chites Chaves – Sindicato dos Trabalhadores do Papel;

Representante da Indústria ou Comércio:

Flavio Roberto Lazaroto

Artigo 2º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vargem Bonita não serão remunerados e sua colaboração será considerada como serviço relevante.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revoga-se o Decreto nº 011/2009 de 22 de abril de 2009.

Vargem Bonita, 14 de março de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 14/03/14

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças



Decreto N.020/2014

DECRETO N.º 020/2014, de 10 de março de 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 – FESTIVIDADES MUNICIPAIS
Modalidade 339000.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 – Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
R\$ 5.000,00

Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 09.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.034 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF
Modalidade 339000.00.00.24.0055 – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 – Transferências de Convênios – Outros – Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
R\$ 20.000,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 10 de março de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 10/03/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.019/2014

DECRETO N.º 019/2014, de 26 de fevereiro de 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 984/2014 de 25 de fevereiro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito especial a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.020 – Manutenção da Cultura
Modalidade 335000.00.00.0001.0 – Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.020 – Manutenção da Cultura
Modalidade 319000.00.00.0001.0 – Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 26 de fevereiro de 2014.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita

Registrado e publicado, em 26/02/2014

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Registro de Preços Nº. 08/2014 - Contratação Empresa, Fornecimento de Peças E Mão de Obra**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para eventual fornecimento de peças e mão de obra para reposição, peças veículo volare MCQ 7184 do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos.

REGIMENTO: o FUNDO Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 27 de março de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 27 de março de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300 email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 14 de março de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 11.027/14

DECRETO Nº 11.027/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELISANDRA MARA BARETTA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.026/14

DECRETO Nº 11.026/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Informática.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DOUGLAS VARGAS, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informática, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.025/14

DECRETO Nº 11.025/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Serviços de Iluminação Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DIONISIO ALVES RIBEIRO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Serviços de Iluminação Pública, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.024/14

DECRETO Nº 11.024/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Chefe do PROCON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DÉBORA FABIÉLI COELHO DE ÁVILA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Procon, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.023/14

DECRETO Nº 11.023/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
Nomeia Assessor para Atividades Pedagógicas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAROLINE MARTELLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.022/14

DECRETO Nº 11.022/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
Nomeia Chefe de Compras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALTIVIR DENARDI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Compras, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.021/14

DECRETO Nº 11.021/14, DE 13 DE MARÇO DE 2014.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 28 de fevereiro de 2014, PERCI NUNES DA SILVA, Assessor do Departamento de Patrimônio, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, admitido pela Portaria nº 1349/12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2014.

Videira, 13 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.020/14

DECRETO Nº 11.020/14, DE 13 DE MARÇO DE 2014.
Nomeia Diretor de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIA RODRIGUES DOS SANTOS MARQUES, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Educação, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 13 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.019/14

DECRETO Nº 11.019/14, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Orientação Pedagógica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAGALI BEATRIZ AUGUSTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Orientação Pedagógica, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 13 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.018/14

DECRETO Nº 11.018/14, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Projetos Educacionais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EUNICE APARECIDA GUARNIERI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 13 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.028/14

DECRETO Nº 11.028/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do Serviço de Convivência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ESTHER LICKS GREGOLON, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Serviço de Convivência, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.029/14

DECRETO Nº 11.029/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Chefe de Equipe de Tubulação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GENOR GREGOLON, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Equipe de Tubulação, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.030/14

DECRETO Nº 11.030/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Trânsito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GILBERTO LUIZ BOSCHETTI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Trânsito, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.031/14

DECRETO Nº 11.031/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
Nomeia Assessor de Programas Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, HAMILTON ANTONIO ZARDO JUNIOR, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Programas Municipais, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0464/2014

PORTARIA nº 0464/14
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3923/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DARCI DE MORAIS, Operador de Motoniveladora, de 09 de abril de 2014 até 09 de julho de 2014, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de abril de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0465/2014

PORTARIA nº 0465/14
Prorroga prazo de licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3733/2014,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, a pedido, por 24 (vinte e quatro) meses, o prazo da licença para tratar de assuntos particulares concedida ao servidor ALEXSANDRO BANDT MENDES, através da Portaria nº 1.300/12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 28/2014 - PMV Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 – PMV
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica RETIFICADO a descrição do objeto, do presente edital de Pregão Presencial nº 28/2014-PMV, o qual passa a ser CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL (PÚBLICA), PARA CESSÃO ONEROSA DOS DIREITOS DE EFETUAR A CENTRALIZAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, FUNDOS E FUNDAÇÕES E CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (PÚBLICA OU PRIVADA), AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL PARA A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTE DE 100% DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADA PELO MUNICÍPIO E "AUTARQUIAS", tendo em vista equívoco na descrição. Tal alteração não afeta a formulação da proposta de preços ficando inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes documentação e proposta. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0009/14

Extrato do Contrato n. 0009/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO

CPF: 008.571.979-08

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0014/14

Extrato do Contrato n. 0014/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MERY ANGELLA MUHLBRANDT

CPF: 025.280.489-98

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0019/14

Extrato do Contrato n. 0019/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE APARECIDA GRANDO

CPF: 046.840.719-79

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0036/14

Extrato do Contrato n. 0036/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALCIONE APARECIDA DA SILVA

CPF: 021.241.319-82

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0046/14

Extrato do Contrato n. 0046/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VITORINA VIECELI

CPF: 844.890.229-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0047/14

Extrato do Contrato n. 0047/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY

CPF: 057.865.539-06

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0049/14

Extrato do Contrato n. 0049/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI

CPF: 825.025.529-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0058/14

Extrato do Contrato n. 0058/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE GASPAR DA SILVA PIROLI

CPF: 089.557.219-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0060/14

Extrato do Contrato n. 0060/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA ANTONIA RIBEIRO DOS SANTOS

CPF: 718.622.263-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0062/14

Extrato do Contrato n. 0062/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NOEMI LANZANA
CPF: 940.692.630-04
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0066/14

Extrato do Contrato n. 0066/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLEILA SALETE VINK CLOSS DE MORAIS
CPF: 048.513.759-30
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0073/14

Extrato do Contrato n. 0073/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA DE OLIVEIRA
CPF: 004.887.849-99
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0074/14

Extrato do Contrato n. 0074/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANE APARECIDA MIRANDA
CPF: 050.997.979-38
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0090/14

Extrato do Contrato n. 0090/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRÍCIA JULIANA MEISTERLIN
CPF: 031.289.609-33
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0094/14

Extrato do Contrato n. 0094/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BRUNA DE OLIVEIRA
CPF: 091.660.239-71
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0100/14

Extrato do Contrato n. 0100/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAYARA NATASHA PADILHA
CPF: 056.923.659-28
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0102/14

Extrato do Contrato n. 0102/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JIANE CRISTINA MUSSATTO
CPF: 045.893.249-38
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0104/14

Extrato do Contrato n. 0104/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILDA BRUCH
CPF: 008.986.309-75
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0106/14

Extrato do Contrato n. 0106/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI
CPF: 008.789.459-97
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0107/14

Extrato do Contrato n. 0107/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE BISOL
CPF: 055.075.049-54
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0111/14

Extrato do Contrato n. 0111/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GEISA ZANOTTI
CPF: 076.647.469-06
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0112/14

Extrato do Contrato n. 0112/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA
CPF: 020.106.029-94
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ISABEL DE SOUZA GÊNERO EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0113/14

Extrato do Contrato n. 0113/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA CARDOSO PAES
CPF: 007.092.319-11
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 10 de maio de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0117/14

Extrato do Contrato n. 0117/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA ALVES DOS SANTOS
CPF: 049.570.559-47
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DEJANIRA DE SOUZA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0119/14

Extrato do Contrato n. 0119/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIRLEIA HONORATO FERREIRA
CPF: 077.130.099-90
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ILETE MARIA MASCARELLO DALLAGNOL EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de abril de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0120/14

Extrato do Contrato n. 0120/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RIS-SARDI
CPF: 062.259.229-70
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NANCY TE-REZINHA BRESCHINAI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 10 de maio de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0122/14

Extrato do Contrato n. 0122/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA
CPF: 086.527.109-70
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANI

LUCIA PAVIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 10 de maio de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0123/14

Extrato do Contrato n. 0123/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI
CPF: 049.178.499-69
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SÔNIA APARECIDA GARIPUNA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0125/14

Extrato do Contrato n. 0125/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS
CPF: 022.348.869-02
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLENE FERNANDES GONÇALVES EM GOZO DE FÉRIAS NOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 06 de março de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0129/14

Extrato do Contrato n. 0129/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES
CPF: 016.388.179-01
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0130/14

Extrato do Contrato n. 0130/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE GENELICE RIBEIRO
CPF: 707.527.619-00
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA DE LURDES MARTINAZZO JOSÉ EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 12 de março de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0140/14

Extrato do Contrato n. 0140/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA
CPF: 694.473.309-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDA DO ROCCIO RODRIGUES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 08 de abril de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0158/14

Extrato do Contrato n. 0158/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE APARECIDA CARELLI
CPF: 010.361.249-16
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0160/14

Extrato do Contrato n. 0160/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR BRIDI LANDSTEINER
CPF: 707.527.539-91
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0166/14

Extrato do Contrato n. 0166/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO

CPF: 065.670.339-32

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANIR APARECIDA NOVAES AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0168/14

Extrato do Contrato n. 0168/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI

CPF: 044.123.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELENICE SALETE SCHNEIDER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0170/14

Extrato do Contrato n. 0170/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA

CPF: 063.504.339-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA HELENA KNEBEL DE SIQUEIRA DEMORI EM GOZO DE FÉRIAS NOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de março de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0171/14

Extrato do Contrato n. 0171/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANE OGLIARI

CPF: 054.886.939-12

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSENIR LOURDES CASAGRANDE BATISTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 11 de abril de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0173/14

Extrato do Contrato n. 0173/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA

CPF: 825.030.369-63

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JEAN HELENA FEYH EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 10 de maio de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0174/14

Extrato do Contrato n. 0174/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA DAL'MOLIN PEROSA

CPF: 509.625.829-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BERNARDETE TOMASI PADILHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 11 de abril de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0177/14

Extrato do Contrato n. 0177/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE SOVRANI FERNANDES

CPF: 049.016.529-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental – Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0198/14

Extrato do Contrato n. 0198/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANE LUIZA VANZ

CPF: 082.597.539-52

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.931,92 (um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0199/14

Extrato do Contrato n. 0199/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEILA CRISTINA FINK MARQUES

CPF: 054.175.529-33

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0208/14

Extrato do Contrato n. 0208/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CESAR DACOL

CPF: 154.109.199-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental – Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 35 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.253,91 (um mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0212/14

Extrato do Contrato n. 0212/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MELITA SONIA DE MARCO MISTURINI

CPF: 408.234.829-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental – Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0221/14

Extrato do Contrato n. 0221/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

CPF: 077.736.359-35

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental - Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0239/14

Extrato do Contrato n. 0239/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSALIA FÁTIMA SUZIN

CPF: 828.944.779-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0261/14

Extrato do Contrato n. 0261/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIELE MEZZARI

CPF: 076.446.299-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0293/14

Extrato do Contrato n. 0293/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TERESINHA LOURDES CERON

CPF: 770.575.709-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VILMAIR SALETE RIBOLI AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0072/14

Extrato do Contrato n. 0072/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRESSA GUZZI

CPF: 075.483.649-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: SÉRGIO ANTONIO OZELAMI
CPF: 848.897.809-04
VIGÊNCIA: de 18 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0427/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0427/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE MIOZZO
CPF: 074.750.959-08
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: ASSESSORIA JURÍDICA

Extrato do Termo Aditivo N. 0692/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0692/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IRACI PAZ MAURICIO
CPF: 384.869.119-15
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2013 até 30 de setembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão Presencial Nº 21/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014-FMS
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 21/2014-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURA DE EXTINTORES E RECARGAS PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 15/04/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 10/2014-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 – FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2014 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EXTINTORES E RECARGAS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CENTROS DE CONVIVÊNCIA, CEBEM, CASA LAR MENINO JESUS, CRAS E CREAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 15/04/2014.

Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Inexigibilidade Nº 06/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014
PROCESSO Nº 48/2014

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE CRÉDITOS DE TRANSPORTES PARA USO DOS ESTAGIÁRIOS DO MUNICÍPIO, E TAMBÉM PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE NECESSITAM SE DESLOCAR ATÉ O CENTRO DE APOIO TIAGO ESCOPEL, PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO COM OS PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, PSICOPEDAGOGIA, FONOAUDIOLOGIA E PSIQUIATRIA, FORNECIDOS PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADO: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO S.A.- VIDEIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ R\$ 15.350,00 (quinze mil trezentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 17 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da TP Nº 02/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE, restando habilitada e vencedora a única empresa participante: Instituto O Barriga Verde, com o valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais). O representante legal da empresa declarou a desistência do prazo recursal.

Videira, 17 de março de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Anexo IV Gastos com Saúde 01 2014

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE JANEIRO DE 2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	96,84
1.2 - ITBI	155.981,22
1.3 - ISS	666.712,12
1.4 - IRRF	2.108,52
1.5 - FPM	1.982.771,22
1.6 - ITR	128,68
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	12.485,63
1.8 - ICMS	2.964.777,36
1.9 - IPVA	361.907,86
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	47.248,74
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	50.759,29
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	21.618,62
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	6.266.596,10

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	939.989,42
2.2 - RECURSOS PAB	92.122,67
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	4.544,09
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	237.950,21
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	419.569,91
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.327.229,75
TOTAL	4.021.406,05

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	939.989,42	594.828,04	-345.161,38
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3+2.4+2.5+2.6)	3.081.416,63	165.875,72	-2.915.540,91
TOTAL	4.021.406,05	760.703,76	-3.260.702,29

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 14 de Março de 2014.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Anexo IV Gastos com Saúde 02 2014

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE FEVEREIRO DE 2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	96,84
1.2 - ITBI	344.007,88
1.3 - ISS	1.295.740,22
1.4 - IRRF	131.322,58
1.5 - FPM	4.100.080,87
1.6 - ITR	134,84
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	24.971,26
1.8 - ICMS	5.776.544,83
1.9 - IPVA	771.347,01
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	87.250,68
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	104.600,54
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	57.174,26
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	12.693.271,81

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	1.903.990,77
2.2 - RECURSOS PAB	184.245,34
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	9.084,62
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	237.950,21
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	822.321,11
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.327.229,75
TOTAL	5.484.821,80

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	1.903.990,77	1.512.728,84	-391.261,93
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3+2.4+2.5+2.6)	3.580.831,03	478.493,40	-3.102.337,63
TOTAL	5.484.821,80	1.991.222,24	-3.493.599,56

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de Março de 2014.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 20/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2014 – PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de peças e serviços para consertar Conjunto de Britagem Móvel 50X30 Motor MWM 12.000KG, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme especificações constantes no anexo “C” deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 28/03/2014.

Abertura: dia 28/03/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Decretos

DECRETO Nº 141/2014.

Delega poderes a servidor municipal e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica, pelo presente decreto, delegado poderes ao servidor municipal LEONARDO SCHERER DE OLIVEIRA, matrícula 1981, ocupante do cargo de Diretor Geral de Administração, na Secretaria Municipal de Administração, para assinar os atos referente ao Departamento de Recursos Humanos, tais como: decretos, portarias, fichas funcionais, carteiras de trabalho, rescisões de contrato, certidões, declarações, atestados de tempo de serviço, entre outros documentos inerentes ao Departamento.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 142/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o Sr. NELO FRANCISCO AMARAL DUTRA, CPF: 309.502.600-53, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, código 1100, Categoria VI (AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE), nível 007, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 17 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A referida servidora desempenhará suas atividades no Núcleo 13 – Loteamento São Carlos.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração

DECRETO Nº. 143/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. IVETE ANA DUSSIONI SECCO, CPF: 023.199.179-77, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, código 1100, Categoria VI (AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE), nível 007, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado

pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 17 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A referida servidora desempenhará suas atividades no Núcleo 01 – ESF Central.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração

DECRETO Nº. 144/2014.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 157.018.268-7.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 14 de março de 2014, o servidor municipal IZAC DE OLIVEIRA PASSOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, portador da matrícula 3760, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMMOC

Edital de Chamada Pública N. 001/2014

AMMOC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2014

14/03/2014

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, a partir das 14 (quatorze) horas, na sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, reuniram-se os membros da Comissão Especial designada pela Resolução 002/2014 da Presidente da AMMOC, a Sra. Gisa Aparecida Giacomini, para fim de proceder a abertura dos envelopes contendo documentação e propostas dos interessados em participar do edital. Estavam presentes três empresas, onde representando a empresa ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME, o sócio Sr. Maycon Pedott, inscrito no CPF sob o nº 075.832.129-52, a segunda empresa a apresentar os documentos foi a CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, representada pelo Sr. Fiorelo Ruviaro, inscrito no CPF sob o nº 296.722.529-00 e a terceira foi MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA – ME, representada pelo Sr. Elton Magrinelli, inscrito no CPF sob o nº 933.435.159-49. Procedida à abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, primeiramente foi conferida a documentação exigida no item 2.1 alíneas “b” a “q” sendo dado vista a todos os presentes. Dada a palavra, o representante da empresa ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME apresentou impugnação da empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA uma vez que esta não teria apresentado o atestado de capacidade técnica comprovando a elaboração do plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e sim apresentou uma declaração no qual fazem parte do grupo de sustentação de um plano de resíduos sólidos; que a empresa ainda desatendeu a alínea “o” do item 2.1 por deixar de juntar registro profissional da administradora; que a empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA e a empresa MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA – ME desatendem a alínea “n” do item 2.1 do edital uma vez que os atestados apresentados não possuem averbação junto ao CREA. Em seguida foi oportunizado aos impugnados a apresentação de suas contrarrazões, o que fizeram nos seguintes termos: A empresa CORPLAN justifica: que a declaração de que participa de grupo de sustentação seria suficiente para comprovar que está habilitada para desenvolver o PMGIRS, além disso existe um segundo documento comprovando a participação de elaboração de gestão de resíduos sólidos emitido pelo Município de Concórdia, portanto, teria cumprido à exigência do edital. Alega que deixou de juntar mais documentos em razão do edital não fazer essa exigência, ficando à disposição para juntada posterior. Quanto ao registro profissional da administradora, alega que o edital não determina equipe mínima, e que a inclusão de administradora na equipe é dispensável, uma vez que possui outros profissionais ligados ao objeto do certame. Por fim, sustenta que o edital não exige acervo técnico com registro junto ao CREA/SC, mas tão somente a declaração de atestado técnico, ficando à disposição para apresentação posterior. Dada a palavra ao representante da empresa MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA, assim se manifestou: que não há exigência de registro junto ao CREA/SC sendo suficiente o registro junto ao CRBIO para o desenvolvimento das atividades do contrato. Que os documentos juntados, incluindo a ART do CRBIO demonstram que a empresa possui capacidade técnica para cumprir às exigências do contrato. Em seguida foi determinada a suspensão da sessão por 15 (quinze) minutos para análise das impugnações pelos membros da comissão, tendo sido lacradas em envelope próprio. ANÁLISE

DAS IMPUGNAÇÕES. Alega a impugnante que a impugnada CORPLAN teria descumprido a alínea "n" do item 2.1 do Edital por não apresentar no mínimo um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica comprovando a elaboração de Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, mesmo em andamento. A empresa CORPLAN justifica que a declaração de que participa (ou) de grupo de sustentação seria suficiente para comprovar que está habilitada para desenvolver o PMGIRS; além disso diz existir um segundo documento comprovando a participação de elaboração de gestão de resíduos sólidos emitido pelo Município de Concórdia, portanto, teria cumprido à exigência do edital. Primeiramente é preciso se falar da instrumentalidade que rege o processo administrativo, especialmente por se tratar de chamada pública, onde o objetivo é encontrar a melhor proposta atendendo aos interesses da administração. A impugnada de fato apresentou declaração de instituição privada atestando que participa de Grupo Técnico para Elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos de Municípios que integram o Consórcio Lambari. Por outro lado, a impugnada apresentou declaração nos termos da alínea "q" do item 2.1 do edital, comprometendo-se a cumprir fielmente os termos do contrato. O objetivo da exigência do edital é verificar se a interessada possui capacidade de cumprir as exigências do contrato, e, no entender dessa comissão, a impugnada parece atender, mesmo de forma mínima a sua capacidade. Quanto ao desatendimento da alínea "o" do item 2.1, por deixar de juntar registro profissional da administradora, verifica-se que o edital é taxativo ao exigir somente a relação dos responsáveis técnicos com comprovação de formação e registro profissional, o que foi atendido pela impugnada. Por outro lado, o edital, de fato, não exige equipe mínima de trabalho, cláusula que não foi impugnada tempestivamente pela impugnante. Portanto, improcede a impugnação no entendimento desta comissão. Por fim, quanto ao desatendimento da alínea "n" pelas empresas CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA e a empresa MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA – ME, de fato o edital NÃO exige o acervo técnico de elaboração de PMGIRS, sendo taxativo em exigir ATESTADO, o que se entende que foi devidamente cumprido pelas impugnadas. Diante disso, verificou-se que todos os participantes apresentaram a documentação mínima exigida, restando portanto, habilitados. Na sequência, procedeu-se a verificação das propostas sendo que os preços ofertados foram os seguintes: ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME - 66.802,69; CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - 49.300,00; MAGRINELLI E MODENA CONSULTORIA LTDA – ME – 83.230,24. Consagrou-se vencedora a proposta da Empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ofertada no valor de R\$ 49.300,00. O representante da empresa ALTO URUGUAI manifestou o interesse em apresentar recurso nos termos do item 5.5.2 do edital. Nada havendo mais a declarar, encerrou-se a sessão, agradecendo a presença de todos.

MEMBROS DA COMISSÃO

PARTICIPANTES

AMOSC

Extrato Edital Material de Expediente 2014

Estado de Santa Catarina
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SC - AMOSC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 1/2014
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 1/2014
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Entrega dos Envelopes : 10:00 horas do dia 28 de Março de 2014.
Sessão Publica : 10:00 horas do dia 28 de Março de 2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Getulio Vargas, 571-S, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3319-3232.

CHAPECÓ, 14 de Março de 2014
MAURI JOSÉ ZUCCO
PRESIDENTE

Extrato Edital Combustível 2014

Estado de Santa Catarina
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SC - AMOSC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 2/2014
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 2/2014
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28 de Março de 2014.
Sessão Publica : 09:00 horas do dia 28 de Março de 2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Getulio Vargas, 571-S, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3319-3232.

CHAPECÓ, 14 de Março de 2014
MAURI JOSÉ ZUCCO
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SC

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, do Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Valdair José Matias, portador do CPF/MF nº 093.356.179-20 e RG nº 5331899-4 ("Concedente" ou "SAMAE") e a FOZ DE BLUMENAU S.A., sociedade de propósito específico (SPE), constituída a partir do Consórcio SANEBLU, esta, licitante vencedora da Concorrência nº 03-004/09, conforme estabelecido no Item 124, da Seção II do capítulo V da mesma licitação, concessionária de serviço público de esgotamento sanitário, com endereço na Rua Amadeu da Luz, 31 – Sala 1 e 2, Centro, CEP 89010-160, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.609.081/0001-48, por seus representantes legais, Srs. Guilherme Pamplona Paschoal, portador do CPF/MF nº 462.632.921-72 e RG nº 19.673.754-0 SSP/SP, e Sandro Mario Stroiek, portador do CPF/MF nº 466.025.930-72 e RG nº 90.366.595-98 SSP/RS, ("Concessionária" ou "Foz de Blumenau" e em conjunto com a Concessionária "Partes"); o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede neste Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Praça Victor Konder, nº 02, inscrito no CNPJ/MF sob o

nº 83.108.357/0001-15 ("Município"), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Napoleão Bernardes Neto, portador do CPF/MF nº 038.738.439-19 e RG nº 2482240-0 e Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, pelo Sr. Heinrich Luiz Pasold, portador do CPF/MF nº 246.473.149-87 e OAB/SC nº 3420 ("AGIR" e em conjunto com o Município, "Intervenientes-Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

Em 26 de fevereiro de 2010, as Partes celebraram o Contrato de Concessão para Prestação de Serviços de Esgotamento Sanitário ("Contrato"), cujo objeto é a prestação de serviços de esgotamento sanitário no Município de Blumenau, em caráter de exclusividade, pela Concessionária, compreendendo as atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, assim como a prestação de serviços complementares;

Em 18 de novembro de 2010, as Partes celebraram o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ("Primeiro Aditivo"), cujo objeto foi a revisão do valor estimado do Contrato;

Em 14 de dezembro de 2010, a Concessionária apresentou o seu primeiro pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato; Em 02 de dezembro de 2011, a Concessionária atualizou e reapresentou o seu pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, regularmente instruído no Procedimento Administrativo nº 010/2011 da AGIR e devidamente reconhecido pela AGIR por meio da Resolução nº 001/2012 do Comitê de Regulação ("Resolução AGIR" – Anexo I). Resolução esta que estabeleceu, também, medidas para a recomposição do equilíbrio contratual;

Em 17 de dezembro de 2012, em atendimento à Resolução AGIR, as Partes celebraram o Segundo Termo Aditivo ao Contrato ("Segundo Aditivo"), onde foram pactuadas medidas parciais para o reequilíbrio-econômico do Contrato;

Em janeiro de 2013, os representantes da nova administração do Município tomaram conhecimento do processo em curso. Observaram, no entanto, a oportunidade e a necessidade de aperfeiçoar o Contrato através de estudos complementares, bem como de averiguar os estudos que fundamentam o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, objeto da Resolução AGIR, realizados pela LMDM Consultoria Empresarial;

Em 18 de abril de 2013, em continuidade ao atendimento à Resolução AGIR, o Concedente, a Concessionária e a AGIR, firmaram o Plano de Ações e Metas ("Plano de Ações e Metas" - Anexo II), que estabeleceu determinadas ações recíprocas do Concedente e da Concessionária até a conclusão dos estudos. O Plano de Ações e Metas foi devidamente ratificado pelo Comitê de Regulação da AGIR em 27 de maio de 2013;

As Partes e Intervenientes Anuentes expressamente concordam que todas as medidas previamente estabelecidas entre as Partes foram tomadas para recompor e/ou mitigar os efeitos do desequilíbrio;

Após os estudos realizados, as Partes e os Intervenientes-Anuentes, de pleno e comum acordo, em atendimento ao disposto no item 2.1(v) do Plano de Ações e Metas, desejam implementar aperfeiçoamentos ao Contrato e seus Aditivos, bem como implementar medidas efetivas para concluir o processo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em curso, visando, assim, à continuidade, atualidade, regularidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário objeto do Contrato;

Tem entre si, justo e acordado, celebrar, nos termos da Cláusula 20 do Contrato, o presente Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau ("Terceiro Aditivo") conforme as condições a seguir estipuladas, estando regida pela legislação que disciplina a matéria:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

É objeto deste Terceiro Aditivo o aperfeiçoamento do Contrato e a implementação de medidas visando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DA REVISÃO DO MODELO REGULATÓRIO DO CONTRATO

Tendo em vista a atualização tecnológica do setor de saneamento, a evolução dos modelos tarifários e de regulação, os prejuízos e dificuldades acarretados pelo desequilíbrio econômico-financeiro constatado do Contrato, o Concedente, a Concessionária e o Município concordam em aperfeiçoar o modelo de regulação do Contrato, a ser implementado pela AGIR na primeira revisão ordinária, que se concluirá até dezembro de 2014.

Para a definição do modelo de regulação do Contrato, a Concessionária, com o acompanhamento pelo Concedente, se obriga a apresentar, dentro de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente, à AGIR, contribuição técnica para revisão ordinária e aplicação do modelo regulatório do Contrato, o qual deverá, entre outras coisas, conter:

metodologia para determinar o retorno sobre o investimento realizado;

forma de recompor o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, incluindo os novos prazos para realização dos investimentos por parte do Concedente e da Concessionária;

aperfeiçoamento dos índices de desempenho e mecanismos para indução da eficiência da Concessionária, em cumprimento ao artigo 23, inciso III da Lei federal n.º 8.987/1995 e ao artigo 11, § 2º, inciso II, da Lei federal n.º 11.445/2007;

metodologia para cálculo de novos investimentos decorrentes de atividades correlatas à Concessão, analisando-se o conceito de fluxo de caixa marginal e sua aderência ao modelo contratual vigente;

metodologia e mecanismo para a exploração de receitas acessórias; e

outros itens expressamente mencionados neste Terceiro Aditivo.

A AGIR, por sua vez, deverá analisar a contribuição técnica da Concessionária e promover as necessárias discussões com o Concedente e a Concessionária, alterando e/ou modificando no prazo de 60 dias a contar do recebimento, o que julgar necessário para o aprimoramento da proposta, respeitada a legislação em espécie para melhor aplicação da metodologia à regulação do Contrato.

2.3.1. O prazo referenciado na cláusula 2.3 acima poderá ser prorrogado por, no máximo, 30 (trinta) dias, mediante prévio acordo entre a AGIR, Concedente e a Concessionária.

A AGIR deverá realizar, diretamente ou através de terceiros, auditoria, laudo de avaliação e certificação de investimentos e análise (i) dos balanços contábeis da Concessionária, (ii) dos custos de operação dos serviços delegados, e (iii) dos investimentos realizados, identificando os valores e investimentos eventualmente não relacionados diretamente com os serviços objeto do Contrato.

A AGIR, mediante a apresentação de critérios técnicos aderentes à metodologia aprovada, poderá determinar que a Concessionária contrate empresa especializada independente e de notória credibilidade no mercado, para analisar e referendar os estudos mencionados na subcláusula 2.4 acima. As despesas originalmente não previstas no Contrato deverão ser consideradas para efeito de próximas revisões.

A AGIR deverá, ainda, estabelecer procedimento para as revisões ordinárias e extraordinárias do Contrato, com prazos compatíveis

às análises técnicas indispensáveis à realização dessas revisões.

As revisões ordinárias do Contrato deverão ocorrer a cada 04 (quatro) anos, devendo a primeira delas ser concluída até dezembro de 2014.

Na primeira revisão ordinária, serão quantificadas pela AGIR todas as medidas que impactaram positiva e negativamente o equilíbrio contratual até a data de conclusão da revisão ordinária, chegando a um novo marco zero do Contrato. Serão avaliados os eventuais impactos da redução do custo de energia elétrica nas tarifas, bem como os custos e despesas extras arcados pela Concessionária com a instituição da taxa de regulação e fiscalização da AGIR e outros custos que vem sendo suportados pela Concessionária de forma extraordinária, incluindo, os custos financeiros não previstos, e quaisquer outros fatores que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, tais como aqueles expressamente referenciados no presente Aditivo.

Os processos previstos na presente Cláusula deverão seguir o disposto na legislação vigente, devendo ser realizadas audiências ou consultas públicas sempre que necessárias, mas dispensadas estas quando se tratar de mera aplicação de modelo regulatório já estabelecido ou de reajuste tarifário.

Pactum as partes que os resultados da primeira revisão ordinária serão refletidos no Contrato, caso pertinente, nos termos da Cláusula 22.8 do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS ATINENTES AOS BENS REVERSÍVEIS

3.1. A Concessionária se obriga a apresentar juntamente com os estudos técnicos previstos na Cláusula Segunda, a relação dos bens reversíveis, compreendendo aqueles assumidos pela Concessionária e aqueles por ela construídos e que são indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário.

3.2. Caberá ao Concedente avaliar a lista apresentada, validar ou solicitar alterações à lista apresentada pela Concessionária.

CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO REGULADOR E FISCALIZADOR DO CONTRATO

4.1. Fica ratificada a nomeação da AGIR como entidade reguladora e fiscalizadora do Contrato. Desta forma, inclui-se a definição de "ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA" na Cláusula 1ª do Contrato e altera-se a subcláusula 33.1 do Contrato, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA 1ª – DAS DEFINIÇÕES:

(...)

ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA: é a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR"

"CLÁUSULA 33 - FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

"33.1. As atividades de fiscalização e regulação da CONCESSÃO serão exercidas pela ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA, conforme disposto na Lei Federal n.11.445/2007 e na Lei Municipal n.º 7.502, de 10 de março de 2010, que aderiu o Município de Blumenau ao Consórcio Público Intermunicipal que institui a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, e terá como objetivos:

- (a) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- (b) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas.

(c) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

(d) definir tarifas que assegurem equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, sem prejuízo das outras atribuições conferidas pela legislação pertinente."

4.2. Institui-se formalmente no Contrato, a taxa de regulação e fiscalização dos serviços, paga pela Concessionária desde o mês de abril de 2013, em decorrência do artigo 87, II – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário e do artigo 97 do Estatuto do Consórcio Público da AGIR.

4.2.1 A taxa de regulação e fiscalização deverá ser paga mensalmente no valor de até R\$ 0,04 (quatro centavos) por habitante da área urbana do Município, conforme o último censo do IBGE, de acordo com o disposto no artigo 89, § 2º do atual Estatuto do Consórcio Público da AGIR, publicado em 27.12.13.

4.2.2 A cada revisão ordinária, incluindo-se a primeira revisão ordinária, deverá ser aferido o eventual impacto da taxa de regulação no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em função das mudanças das projeções de crescimento da população.

CLÁUSULA QUINTA – DAS MEDIDAS PARA REEQUILIBRAR O CONTRATO DE CONCESSÃO

5.1. Com base nos estudos realizados no Processo Administrativo n.º 010/2011, que reconheceu o desequilíbrio da Concessionária, bem como na cláusula 20.3 do Contrato, as Partes, com a anuência das Intervenientes-Anuentes, concordam em alterar o Contrato e implementar as medidas descritas nesta Cláusula Quinta e suas subcláusulas.

Revisão de tarifas

5.2. Fica estabelecido que para a implantação do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato reconhecido e aprovado pela Resolução AGIR, a tarifa pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário deverá, em Janeiro de 2015, ter uma revisão extraordinária de 5,3% (cinco vírgula três por cento). Essa revisão extraordinária de tarifas refere-se aos processos de reequilíbrio econômico-financeiro reconhecido na Resolução AGIR e não prejudica a aplicação de outras medidas de reequilíbrio e realinhamento que venham a ser definidas na revisão ordinária a ser concluída em Dezembro de 2014.

5.2.1. A não implementação da revisão de tarifas pela AGIR, como estabelecido na cláusula 5.2 acima, ou ainda o atraso na aprovação da revisão ordinária prevista na Cláusula Segunda, nos prazos estipulados neste instrumento, gerarão novo desequilíbrio do Contrato e deverão ser equacionados mediante a implementação de medidas complementares para recomposição efetiva do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Investimentos e Substituição das Áreas de responsabilidade do Concedente e da Concessionária

5.3 As partes concordam que o cronograma de investimentos previsto no Segundo Termo Aditivo sob responsabilidade da Concessionária não pôde ser iniciado, tendo em vista a não implementação das medidas de reequilíbrio reconhecidas pela Resolução AGIR e por isso foi devidamente suspenso pelo Plano de Ações e Metas – Anexo II. Em função disso, as Partes concordam que dentro de 6 (seis) meses a contar da eficácia da presente Cláusula Quinta, a Concessionária deverá implementar o cronograma de obras e investimentos, previsto no Anexo III ao presente.

5.4. O Concedente, por sua vez, se compromete a concluir as

obras financiadas com recursos da FUNASA, objetos dos Convênios 2.331/2005 ("José Reuter") e 2.332/2005 ("Itopavazinha I"), de acordo com o cronograma constante do Anexo III ao presente.

5.5. As Partes desde já concordam que serão refletidos no cronograma de obras e investimentos, eventuais ajustes decorrentes de atrasos para a ratificação deste Terceiro Aditivo pelo Comitê de Regulação da AGIR.

5.6. A Concessionária, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do presente, elaborará e apresentará ao Concedente, projeto básico atualizado das obras mencionadas no Anexo IV, contendo as informações constantes no artigo 6º, inciso IX, da Lei federal 8.666/93.

5.7 As Partes concordam, ainda, que o novo cronograma de obras e investimentos - Anexo III, previsto nesta Cláusula Quinta gerará novos impactos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, os quais não foram aferidos pela Resolução AGIR, motivo pelo qual deverão ser aferidos e considerados na revisão ordinária prevista neste Terceiro Termo Aditivo.

Gestão Comercial Compartilhada e Serviços Complementares

5.8. De acordo com a medida aprovada no Plano de Ações e Metas e nos termos da alínea b) da Cláusula 20.3 do Contrato, as Partes concordam em alterar os encargos da Concessionária relativos à gestão comercial. Os serviços de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água e determinados serviços de esgotamento sanitário, previstos nas Cláusulas 6.3, 16.1 e 16.2 do Contrato, passarão a ser de competência e responsabilidade do Concedente, englobando as atividades de medição do consumo de água, de emissão das faturas para pagamento das tarifas e do cadastro e controle de contas, conforme Anexo V do presente instrumento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da ratificação deste Terceiro Termo Aditivo pelo Comitê de Regulação da AGIR e aprovação da revisão tarifária prevista na cláusula 5.2. por este Comitê.

5.9. Deverá a Concessionária repassar ao Concedente, na forma prevista no Anexo V, a base de informações e dados relacionados à medição e ao faturamento dos serviços até então realizados pela Concessionária.

5.10. Em respeito ao princípio da continuidade dos serviços públicos, as Partes se obrigam a trabalhar em conjunto para a mais perfeita e tranquila migração da gestão comercial e para o posterior trabalho de gestão comercial compartilhada, de acordo com o Anexo V.

5.11. Não obstante os mecanismos de compartilhamento previstos nesta Cláusula, as Partes concordam que todos os contratos relativos à transferência de receitas decorrentes de arrecadação das TARIFAS permanecem em pleno vigor e efeito, não havendo qualquer alteração no que diz respeito à forma de liberação dos recursos arrecadados na conta centralizadora de propriedade do Concedente.

5.12. As Partes concordam, ainda, que será substituído o Anexo II do Contrato, conforme previsto no Anexo V, para refletir as alterações dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES de responsabilidade do Concedente e os de responsabilidade da Concessionária.

5.13. Em razão da alteração ora aprovada, as subcláusulas 6.3, 16.1 e 16.2, 26.2 (20) e (23) do Contrato, passam a vigorar com a seguinte redação:

"CLAUSULA 6ª - OBJETO (...)

6.3 O SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO objeto deste CONTRATO abrange, ainda, os serviços de planejamento, construção, operação e manutenção das infraestruturas

e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de esgotamento sanitário, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais e gestão comercial compartilhados com o PODER CONCEDENTE, bem como determinados SERVIÇOS COMPLEMENTARES, conforme Anexo V do TERCEIRO ADITIVO ao CONTRATO."

CLAUSULA 16 - DA COBRANÇA DA TARIFA

(...)

16.1. Observado os termos e condições previstos no TERCEIRO ADITIVO, caberá ao CONCEDENTE a realização de medição do consumo de água, bem como a emissão das faturas para pagamento das TARIFAS, conforme previsto no Anexo V ao TERCEIRO ADITIVO ao CONTRATO. Caberá à CONCESSIONÁRIA o acompanhamento das atividades prestadas pelo CONCEDENTE.

16.2 Os valores arrecadados serão depositados em conta consolidada já criada especificamente para fins de recebimento das TARIFAS, em instituição financeira eleita pelas partes e de acordo com os contratos firmados entre CONCESSIONÁRIA, CONCEDENTE e referida instituição financeira.

16.2.1 Não obstante os mecanismos de compartilhamento previstos nesta Cláusula, as Partes concordam que todos os contratos relativos à transferência de receitas decorrentes de arrecadação das TARIFAS permanecem em pleno vigor e efeito, não havendo qualquer alteração no que diz respeito à forma de liberação dos recursos arrecadados na conta centralizadora de propriedade do Concedente."

CLÁUSULA 26 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA (...)

20) acompanhar a medição do consumo de água e emissão das faturas emitidas pelo CONCEDENTE relativas ao consumo de água e pela prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como o receber as receitas arrecadadas oriundas de TARIFA DE ESGOTO e SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESGOTO; 23) em caso de inadimplemento do USUÁRIO no pagamento das faturas, ter garantido pelo CONCEDENTE a interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e, uma vez adimplida a obrigação por parte do USUÁRIO, ver promovido o restabelecimento da prestação dos serviços interrompidos, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS.

Extensão do prazo contratual

5.14. Como medida de reequilíbrio prevista contratualmente (art. 20.3 "d" do Contrato), as Partes, com expressa concordância do Interviente-Anuente, resolvem estender o prazo contratual em 10 (dez) anos.

5.15. Desta forma, a Cláusula Nona do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.1 O prazo da CONCESSÃO é de 45 (quarenta e cinco) anos, contados da data de assunção do SISTEMA pela CONCESSIONÁRIA".

Compensação da indenização de ativos

5.16. As Partes concordam que parte do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, como medida reconhecida pela Resolução AGIR, se deu por meio da compensação da indenização de ativos prevista no Contrato, no valor de R\$ 9.834.780,07 (nove milhões, oitocentos e trinta e quatro, setecentos e oitenta reais e sete centavos), valor este atualizado pelo IPCA no período de dezembro/2009 a novembro/2012.

5.16.1. Fica acordado entre as Partes que a AGIR deverá, na próxima Revisão Ordinária do Contrato, fazer nova validação do cálculo de atualização do valor referenciado na cláusula 5.16 acima, a partir dos cálculos apresentados pelo Poder Concedente e pela Concessionária.

Eficácia desta Cláusula Quinta

5.17. As partes concordam que as medidas de reequilíbrio econômico-financeiro previstas nesta Cláusula Quinta devem ser implantadas de maneira concomitante.

5.18. As partes concordam, portanto, que todas as obrigações previstas nesta Cláusula Quinta só terão eficácia no momento da aprovação da revisão tarifária prevista na Cláusula 5.2 pelo Comitê de Regulação da AGIR, a qual deverá ser aplicada em Janeiro de 2015.

5.19. Enquanto esta Cláusula não tiver eficácia, as Partes deverão executar o plano de metas e atividades constante do Anexo VI ao presente, estando ambas isentas do cumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula Quinta.

5.20. Se a presente Cláusula Quinta não passar a ter eficácia até o final de Janeiro de 2014, o início do cronograma de obras deverá ser alterado, devendo ser aferidos eventuais impactos adicionais no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, os quais deverão ser equacionados quando da primeira revisão ordinária.

CLÁUSULA SEXTA- OUTRAS OBRIGAÇÕES

Revisão do Regulamento dos Serviços e do Plano Municipal de Saneamento

6.1. As partes concordam que quando da alteração do Regulamento dos Serviços e revisão do Plano Municipal de Saneamento, conforme premissas estabelecidas no Anexo V, deverão ser avaliados os impactos desses instrumentos no Contrato e promovido o reequilíbrio econômico-financeiro, caso venha a ser afetado.

Ações para mitigar os impactos das obras de implantação do sistema de esgoto

6.2. As partes concordam em estabelecer em conjunto ações para mitigação dos impactos das obras de implantação do sistema de esgoto no Município de Blumenau, conforme estabelecidas no Anexo VII.

Outros pontos a serem definidos na revisão ordinária

6.3. Até a conclusão da primeira revisão ordinária, as Partes se comprometem a realizar os seguintes atos, os quais deverão ter seus eventuais impactos considerados no processo de revisão ordinária:

a) Concedente e Concessionária deverão vistoriar e valorar as redes de esgoto executadas com recursos do PAC pelo Concedente, bem como estabelecer um cronograma de incorporação destas redes ao sistema público. O montante apurado na valoração dessas obras deverá ser considerado para fins de cálculo da revisão ordinária;

Concedente deverá elaborar inventário da tubulação de esgoto ainda não utilizada das obras financiadas com recursos do PAC, bem como apresentar laudo do fornecedor que comprove a qualidade do material possibilitando a transferência para uso pela Concessionária. Este material será aferido para fins de revisão ordinária, caso tenha condições de aplicabilidade;

Realizar estudos propondo a implantação de formas de subsídio para clientes de baixa renda se interligarem ao sistema público; Proposição de forma de rateio dos custos relativos às tarifas bancárias de arrecadação pelo Concedente e Concessionária;

A Concessionária deverá envidar esforços para ajustar o projeto de obras objetivando o atendimento das residências em cota negativa. Por sua vez, o Concedente deverá dar celeridade ao processo de estabelecimento de faixas sanitárias, quando for o caso. Havendo desequilíbrio decorrente deste ajuste, deverá ser equacionado em revisões periódicas; e

Outros pontos verificados necessários, de comum acordo entre as

Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- VIGÊNCIA E RATIFICAÇÃO

7.1. O presente Terceiro Aditivo entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Município de Blumenau e deverá ser apresentado para deliberação do Comitê de Regulação da AGIR antes da publicação deste.

CLÁUSULA OITAVA- ANEXOS

8.1. Fazem parte integrante deste Terceiro Termo Aditivo, para todos os efeitos legais, os seguintes Anexos:

Anexo I – Resolução AGIR

Anexo II – Plano de Ações e Metas

Anexo III – Novo Cronograma de Obras e Investimentos

Anexo IV - Lista de obras para projeto básico

Anexo V – Procedimento de transferência da gestão comercial

Anexo VI – Plano de Metas e Atividades do Terceiro Aditivo

Anexo VII - Procedimento para Implantação das Obras de Saneamento no Município

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Todos os termos utilizados neste instrumento que não tenham sido expressamente aqui definidos terão o sentido a eles atribuídos no Contrato.

9.2. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato, Primeiro Aditivo e Segundo Aditivo, que não tenham sido modificadas ou conflitem com as disposições deste Terceiro Aditivo. Em caso de conflito entre o presente instrumento, o Contrato, o Primeiro Aditivo ou Segundo Aditivo prevalecerá o disposto no presente instrumento.

9.3. As Partes e Intervenientes-Anuentes concordam que as obrigações constantes neste Terceiro Aditivo ou em seus Anexos constituem obrigação de fazer, como previsto na legislação aplicável, e que o não cumprimento destas acarretará na responsabilização da Parte Inadimplente, sob pena das aplicações legais cabíveis, bem como no reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Parte Adimplente.

(Página de assinaturas do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação de Serviços de Esgotamento Sanitário celebrado entre o Concedente e Concessionária, e como Intervenientes- Anuentes, o Município e a AGIR, em 24 de fevereiro de 2014.)

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do Concedente, da Concessionária, da AGIR e do Município, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si herdeiros e sucessores.

Blumenau, em 24 de fevereiro de 2014

Partes:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Foz de Blumenau S.A.

Intervenientes-Anuentes:

Prefeitura Municipal de Blumenau

Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Anexo IV ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

Lista de obras para projeto básico

Projetos das Redes Coletoras

Projeto especificações técnicas das Ligações Domiciliares

Projeto das Estações Elevatórias de Esgoto (EEE)

Projetos dos Interceptores, Coletores Tronco e Linhas de Recalque

Alternativas de Redes em fundo de vale, faixas sanitárias e margens de córrego, mitigando o uso de bombas residenciais

Anexo V ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

Procedimento de transferência da gestão comercial

1. De acordo com as medidas aprovadas no Plano de Ações e Metas, as Partes aprovam que a prestação dos serviços comerciais previstos nas cláusulas 6.3, 16.1 e 16.2, passarão a ser de competência e responsabilidade do Concedente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Terceiro Aditivo ao Contrato, compreendendo as atividades de leitura de hidrômetros, faturamento, emissão das faturas para pagamento das tarifas, atendimento a clientes (personalizado e telefônico), serviços de cobrança das faturas inadimplentes, gestão de irregularidades, manutenção e renovação do parque de hidrômetros.

2. A Concessionária deverá repassar ao Concedente, no ato de assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário, dump contendo a base de dados comerciais, com os cadastros de clientes ativos e inativos, os dados relativos a leitura, consumo, faturamento dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e taxa de coleta de lixo contidos no sistema comercial ora operado pela Concessionária.

3. Concessionária e Concedente farão a Gestão Comercial dos Clientes com o serviço de esgotamento sanitário disponível de forma compartilhada, elaborando e aprovando continuamente as estratégias que visem às boas práticas relativas aos serviços ora transferidos.

4. Deverá ser elaborado e aprovado, de forma conjunta, pelo Concedente e pela Concessionária, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de publicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, um procedimento operacional de funcionamento da gestão compartilhada, incluindo (i) todas as informações relativas às atualizações e alterações efetuadas no cadastro dos clientes, nas leituras e consumos registrados no sistema, faturamento, arrecadação e registro de atendimentos realizados, bem como (ii) metas para acompanhamento, baseado no histórico hoje existente, para definição de padrões mínimos a serem cumpridos relativo a eficiência

da leitura, apuração de consumo, faturas emitidas pela média de consumo, renovação e manutenção do parque de hidrômetros, controle de inadimplência e irregularidades, alterações cadastrais diversas, verificação de valores ajustados e/ou estornados que consistam em mudança do faturamento já realizado, e criação de indicadores de atendimento, qualitativos e quantitativos, entre outros que as partes considerem pertinentes para alcance da eficiência dos serviços prestados, para as ligações de água e esgotamento sanitário.

5. Após a assunção dos serviços comerciais, fica o Poder Concedente obrigado a repassar diariamente à Concessionária, em meio digital, todas as informações relativas às atualizações e alterações efetuadas no cadastro dos clientes, nas leituras e consumos registrados no sistema, faturamento, arrecadação e registro de atendimentos realizados, em formato operacional a ser definido de forma conjunta pelas Partes, como apontado no item 4 acima.

6. É dever do Poder Concedente disponibilizar, a qualquer momento, à Concessionária acesso ao sistema comercial utilizado para consulta e geração de relatórios pertinentes ao controle e fiscalização dos serviços prestados.

7. Com a finalidade de assegurar o compartilhamento da gestão comercial, o Concedente e a Concessionária concordam que o sistema eletrônico e respectivos softwares de gestão comercial utilizados pelo Poder Concedente deverão estar acessíveis à Concessionária, inclusive através de integração com o sistema de controle da Concessionária, que deverá acessar em tempo real todas as informações constantes do sistema do Concedente, assegurando assim apoio efetivo nas ações de gestão comercial desenvolvidas pelo Concedente.

8. O processo de arrecadação será efetuado através do código de barras padrão FEBRABAN – 1304 atualmente utilizado, e o depósito dos valores constantes das faturas será efetuado em conta consolidada já criada especificamente para este fim. O repasse para a Concessionária dos valores referentes aos serviços de esgotamento sanitário deverá ser efetuado pela instituição financeira ou através de comando da Concessionária com acompanhamento do Concedente. Ademais, todos os contratos assinados com bancos arrecadadores relativos à transferência de receitas decorrentes de arrecadação das tarifas de esgoto permanecem em pleno vigor.

9. Os serviços complementares previstos no Anexo II do Contrato de Concessão passarão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, a serem executados pela Concessionária e pelo Concedente, conforme tabela abaixo, permanecendo inalterados os valores atuais:

TIPO DE SERVIÇO	RESPONSABILIDADE
Ligação de Água	Concedente
Leitura de hidrômetros e entrega de faturas	Concedente
Mudança de Posição do Cavalete ou da Ligação de água	Concedente
Manutenção de cavaletes e ramais de água	Concedente
Corte e religação light, no cavalete, ramal e rede de água	Concedente
Desligamento temporário e definitivo da ligação de água	Concedente
Instalação, manutenção, aferição e hidroteste dos hidrômetros	Concedente
Emissão de 2ª. via e entrega de aviso de débito	Concedente
Parecer técnico de projetos de condomínios e loteamentos – sistema de água	Concedente
Atendimento a Clientes personalizado e telefônico	Concedente

Serviços de inspeção de ligações de água	Concedente
Atualização e alteração cadastral	Concedente
Ligação de Esgoto	Concessionária
Disposição de efluentes de limpa fossa	Concessionária
Serviços de inspeção de ligações de esgoto	Concessionária
Manutenção rede, ramais e ligações de esgoto	Concessionária
Parecer técnico de projetos de condomínios e loteamentos – sistema de esgoto	Concessionária

Anexo III ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias- Implantação de Esgotamento Sanitário em 2010																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor (km)	Unidades ou Obras	2010											
					JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Vorstadt			Canieiros de Obras												
				Rede Coletora												
1	Vorstadt	Vorstadt	10,2	Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Coletora												
2	Boa Vista	Boa Vista	3,9	Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Coletora												
3	Itoupava Seca	Itoupava Seca	2,3	Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias- Implantação de Esgotamento Sanitário em 2011																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	2011											
					JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Itouapava Norte	Todas		Canteiros de Obras												
				Rede Coletora												
1	Vorstadt	Vorstadt	6,8	Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Boa Vista	Boa Vista	1,1	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Itouapava Sica	Itouapava Sica	17,6	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Vila Nova	Vila Nova	34,5	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
5	Fortaleza	Fortaleza	5,6	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
6	Valparaíso	Valparaíso	1,1	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
7	Velha	Velha	3,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
ETE Garcia - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo																
				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start-up												
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo																
				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start-up												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário em 2012																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	2012											
					JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ
1	Vorstadt	Vorstadt 1	1,7	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Boa Vista	Boa Vista	2,1	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Itouvaia Seca	Itouvaia Seca	1,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Vila Nova	Vila Nova	7,4	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
5	Fortaleza	Fortaleza	16,8	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
6	Valparaíso	Valparaíso	0,4	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
7	Ponta Aguda	Ponta Aguda	7,1	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
8	Velha	Velha	28,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
ETE Garcia- Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo				Canterio de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start-up												
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo				Canterio de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start-up												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário em 2013																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	2013											
					JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Vila Nova	Vila Nova	4,6	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Fortaleza	Fortaleza	8,1	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Velha	Velha	11,5	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
ETE Garcia - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo - 2a fase																
Comissionamento/Start-up																

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 5																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 5											
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Fortaleza	Fortaleza	4,0	Rede Coletora												
				Ligções Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Elevatória												
3	Velha	Velha	4,0	Rede Coletora												
				Ligções Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Elevatória												
4	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	6,2	Rede Coletora												
				Ligções Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Elevatória												
5	Centro / Victor Konder / Bom Retiro	Centro - PAC	9,3	Rede Coletora												
				Ligções Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Elevatória												
6	Garcia	Garcia - PAC	3,0	Rede Coletora												
				Ligções Prediais												
				Estação Elevatória												
				Rede Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 6															
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras											
				Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	12,6												
2	Centro / Victor Konder / Bom Retiro	Centro - PAC	18,3												
3	Garcia	Garcia - PAC	6,0												
ETE Garcia - Estação de Tratamento de Esgotos - ampliação decantador secundário															

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 7																
Items	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	12,8	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Centro / Victor Konder / Bom Retiro	Centro - PAC	10,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Garcia	Garcia - PAC	8,4	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Velha 1	Velha	3,4	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 8																		
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12		
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	10,9	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
2	Centro / Victor Konder / Bom Retiro	Centro - PAC	5,4	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
3	Garcia	Garcia - PAC	7,4	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
2	Velha 1	Velha	7,5	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
2	Escola Agrícola, Salto Weissbach e Passo Marinho	Escola Agrícola	3,0	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
2	Itoupava Central 1	Itoupava	3,0	Rede Coletora														
				Ligações Prediais														
				Estação Elevatória														
ETE Itoupava - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo				Estação Elevatória														
				Canleiro de Obras														
				Construção Civil														
				Montagens Mecânicas														

Comissionamento/Start

[illegible]

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 9																			
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12			
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	5,6	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
2	Centro / Victor Konder / Bom Retiro	Centro - PAC	3,0	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
3	Garcia	Garcia - PAC	1,5	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
4	Velha 1	Velha	12,0	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
5	Escola Agrícola, Salto Weissbach e Passo Manso	Velha	17,9	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
6	Itoupava Central 1	Itoupava	17,7	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
ETE Itoupava - Estação de Tratamento de Esgotos - 1o. Módulo				Canterio de Obras															
				Construção Civil															
				Montagens Mecânicas															
				Comissionamento/Start															
				Canterio de Obras															
ETE Garcia - Estação de Tratamento de Esgotos - 2o. Módulo				Construção Civil															
				Montagens Mecânicas															
				Comissionamento/Start															

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 10																			
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12			
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	5,8	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
2	Velha 1	Velha	12,0	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
3	Escola Agrícola, Sítio Weissbach e Passo Manso	Velha	17,9	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
4	Itoupava Central 1	Itoupava	17,7	Rede Coletora															
				Ligações Prediais															
				Estação Elevatória															
ETE Itoupava - Estação de Tratamento de Esgotos - 2o. Módulo																			
ETE Garcia - Estação de Tratamento de Esgotos - 2o. Módulo																			
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 2o. Módulo																			

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 11																	
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 11												
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	
1	Itoupava Norte	Fortaleza - PAC	4,7	Rede Coletora													
				Ligções Prediais													
				Estação Elevatória													
2	Velha 1	Velha	12,0	Rede Coletora													
				Ligções Prediais													
				Estação Elevatória													
3	Escola Agrícola, Sítio Weissbach e Passo Manso	Velha	17,9	Rede Coletora													
				Ligções Prediais													
				Estação Elevatória													
4	Itoupava Central 1	Itoupava	17,7	Rede Coletora													
				Ligções Prediais													
				Estação Elevatória													
				Canterro de Obras													
				Construção Civil													
				Montagens Mecânicas													
				Comissionamento/Start													
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 2o. Módulo																	

[illegible]

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 13													
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 13								
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9
1	Velha 1	Velha	12,0	Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									
				Rede Coletora									
2	Escola Agrícola, Salto Weissbach e Passo Manso	Velha	17,9	Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									
				Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
3	Itoupava Central 1	Itoupava	17,7	Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 14													
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 14								
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9
1	Velha 1	Velha	1,0	Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									
				Rede Coletora									
2	Escola Agrícola, Salto Weissbach e Passo Manso	Escola Agrícola	14,9	Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									
				Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
3	Itoupava Central 1	Itoupava	5,9	Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									
4	Salto do Norte	Itoupava	15,1	Rede Coletora									
				Ligações Prediais									
				Estação Elevatória									

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 15																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 15											
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Salto do Norte	Itoupava	16,5	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 16																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Salto do Norte	Itoupava	16,5	Rede Coletora												
				Ligaçãoes Prediais												
				Estação Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 17																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 17											
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Salto do Norte	Itoupava	1,4	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 23																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 3o. Módulo				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start												
ETE Itoupava - Estação de Tratamento de Esgotos - 3o. Módulo				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 24																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	ANO 24											
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
ETE Fortaleza - Estação de Tratamento de Esgotos - 3o. Módulo				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start												
ETE Itoupava - Estação de Tratamento de Esgotos - 3o. Módulo				Canteiro de Obras												
				Construção Civil												
				Montagens Mecânicas												
				Comissionamento/Start												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 36																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Progresso, Glória e Valparaíso	Garcia	19,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Vorstadt e Ponta Aguda	Garcia	6,0	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Fortaleza	Fortaleza	12,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Velha 2	Velha	11,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 37																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Progresso, Glória e Valparaíso	Garcia	19,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Vorstadt e Ponta Aguda	Garcia	6,0	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Fortaleza	Fortaleza	12,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Velha 2	Velha	11,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

ANEXO III - NOVO CRONOGRAMA DE OBRAS E INVESTIMENTOS

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 38																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Progresso, Glória e Valparaíso	Garcia	19,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Vorsadt e Ponta Aguda	Garcia	6,0	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
3	Fortaleza	Fortaleza	12,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
4	Velha 2	Velha	11,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

Cronograma de Obras - Sub-bacias - Implantação de Esgotamento Sanitário - ANO 39																
Itens	Sub-bacia	Sub-bacia de Esgotamento	Sistema coletor	Unidades ou Obras	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Progresso, Glória e Valparaíso	Garcia	19,3	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												
2	Fortaleza	Fortaleza	12,2	Rede Coletora												
				Ligações Prediais												
				Estação Elevatória												

Anexo VI ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

PLANO DE METAS E ATIVIDADES DO TERCEIRO ADITIVO

ATIVIDADE	ATA	MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Apresentação pela Concessionária de contribuição técnica para revisão e aplicação do modelo regulatório do Contrato, com a finalidade de concluir o processo de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata este Terceiro Aditivo													
1.1. metodologia para determinar o retorno sobre o investimento realizado													
1.2. forma de recompor o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, incluindo os novos prazos para realização dos investimentos por parte do Concedente e da Concessionária													
1.2.1 novo cronograma de investimentos apresentado no Anexo III do Terceiro Termo Aditivo gerará nova frustração de receita para a Concessionária, que deverá ser mensurada na primeira revisão ordinária do Contrato													
1.3. aperfeiçoamento dos índices de desempenho e mecanismos para indução da eficiência da Concessionária													
1.4. metodologia para cálculo de novos investimentos decorrentes de atividades correlatas à Concessão													
1.5. metodologia e mecanismo para a exploração de receitas acessórias													
1.6. outros itens													
1.6.1. eventuais impactos da redução do custo de energia elétrica nas tarifas													
1.6.2. custos e despesas extras arcados pela Concessionária com a instituição da taxa de regulação e fiscalização da AGIR													
1.6.3. outros custos suportados pela Concessionária de forma extraordinária													
1.6.4. outros custos financeiros													
1.7. proposição da quantificação de todas as medidas que impactaram positiva e negativamente o equilíbrio contratual até a data de conclusão da revisão ordinária, como:													
1.7.1. eventuais impactos da redução do custo de energia elétrica nas tarifas													
1.7.2. custos e despesas extras arcados pela Concessionária com a instituição da taxa de regulação e fiscalização da AGIR													
1.7.3. outros custos suportados pela Concessionária de forma extraordinária													
1.7.4. extensão do prazo contratual													
1.7.5. revisão extraordinária													
1.7.6. alteração do cronograma de obras e investimentos													
1.7.7. transferência da gestão comercial													
1.7.8. outros fatores não definidos especificamente que alterem o equilíbrio													
2. Análise pela AGIR da contribuição técnica da Concessionária e promoção das discussões com o Concedente e a Concessionária, no intuito de aprovar e aplicar a nova metodologia de regulação do Contrato													

[illegible]

CIGA**Termo de Cooperação Técnica Nº 002/2014 - CIGA E UVESC**

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Rua Santos Saraiva, nº 1.546 - Ed. Mônaco- Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101

Telefone: (48) 3221-8800 - www.ciga.sc.gov.br

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA E A UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA - UVESC, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, doravante denominado CIGA, neste ato representado por seu Presidente Sr. NELSON GUINDANI, portador da Carteira de Identidade nº 1.511.562 e CPF nº 501.589.459-72, e a UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA doravante denominada UVESC, com sede na Rua Santos Saraiva, 416, Estreito, CEP – 88070-100, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 76.875.731/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI, Portador da Carteira de Identidade nº 1.710.084 e CPF nº 525.853.109-06 resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Cooperação Técnica o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de tecnologia da informação, relativamente às atividades de promoção e implementação de serviços públicos através da internet, incluindo portais institucionais para as Câmaras Municipais de Vereadores com ferramentas voltadas a interação do poder legislativo e os cidadãos, incluindo módulos para de apoio ao cumprimento da Lei de Acesso a Informação Lei 12.527/2011 e Lei 101/2000 e legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Portal das Câmaras Municipais

As Câmaras de Vereadores que aderirem ao Programa de Gestão das Câmaras Municipais disponibilizados pelo CIGA, contarão com serviços de disponibilização de site institucional, contas de e-mail oficiais, com diversos canais de comunicação com o cidadão pela internet, inclusive o portal da Lei de Acesso a Informação. Os serviços poderão estar associados a outras ferramentas como o Diário Oficial dos Municípios e sistemas de informações contábeis ou de gerenciamento de documentos que tenham interface de comunicação para WEB .

PARÁGRAFO ÚNICO- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Este termo de cooperação, bem como os extratos dos contratos de prestação de serviços com cada uma das Câmaras que vierem a aderir ao Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores serão publicados no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Também serão disponibilizados no site do CIGA e das entidades parceiras os endereços eletrônicos com os serviços disponíveis e a relação das Câmaras que contam com os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para consecução do objeto estabelecido neste Termo de Cooperação, constituem atribuições:

DO CIGA:

- Disponibilizar e manter o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores que vierem aderir ao Programa;
- Participar dos Eventos que forem acordados e indicados pela UVESC a fim de demonstrar as ferramentas e formas de disponibilização dos Programas.

DA UVESC:

- Promover e incentivar junta as Câmaras de Vereadores que adotem ferramentas e serviços voltados ao cumprimento da transparência pública.

CLÁUSULA QUARTA – OUTROS PARTICIPES

O CIGA e a UVESC ficam autorizados a mobilizar outras instituições parceiras que possam contribuir com os objetivos desta cooperação como associações regionais de municípios ou de vereadores e a Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

A execução do presente Termo de Compromisso não dependerá da liberação de recursos entre as partes envolvidas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se durante a execução do presente Termo ocorrer a necessidade de qualquer recurso financeiro a cargo das partes envolvidas, para execução de determinadas etapas do projeto, o mesmo deverá ser disciplinado por novo acordo entre as partes através de celebração de convênios ou contrato de repasse obedecendo as legislações pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

A vigência do presente Termo de Compromisso contará a partir da data de sua assinatura por um período de 12 (doze) meses e sua validade e eficácia decorrerá da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios.

O Termo de Cooperação poderá ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre os partícipes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos. As alterações de prazo poderão ocorrer antes do término da vigência do Termo, por sucessivos períodos de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Compromisso poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo de Compromisso será efetivada por extrato no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), a expensas do CIGA em até 05 dias úteis após a assinatura.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura possam surgir da execução do presente Termo de Compromisso.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes, inicialmente nomeados, firmam o presente Termo de Cooperação, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Chapecó, 13 de março de 2014.

Nelson Guindani Itamar Antônio Agnoletto
Presidente do CIGA Presidente da UVESC

Testemunhas:

Gilsoni Lunardi Albino Ilmar Dalla Costa
CPF: 912.833.619-49 CPF: 385.172.809-20
Diretor do CIGA
Coordenador do CTI/FECAM

CINCO

Aviso de Retificação do Pregão Eletrônico Nº 0006/2014 - Leites

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, leites e suplementos alimentares, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso e Videira, durante o período de 01 de Abril a 31 de Outubro de 2014. ONDE LÊ-SE : RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 18/03/2014 ate às 09:00 horas do dia 25/03/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 25/03/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 25/03/2014. LEIA-SE: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 18/03/2014 ate às 09:00 horas do dia 28/03/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 28/03/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 28/03/2014 REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de março de 2014.

Elói Rönna
Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0001/2014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso do Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Salto Veloso, durante

o período de 14 de março a 31 de julho de 2014.

FORNECEDOR:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CINCO0852.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.03.2014 à 31.07.2014. PAL nº: 0001/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 17 de março de 2014.

Elói Rönna
Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0001/2014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso do Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Brunópolis, durante o período de 17 de março a 31 de julho de 2014.

FORNECEDOR:

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CINCO0853.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 17.03.2014 à 31.07.2014. PAL nº: 0001/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 17 de março de 2014.

Elói Rönna
Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At14cinco82

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT14CINCO082
AT14CINCO0734
Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, resolvem reduzir o valor do ITEM 9, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada.. Data: 17.03.2014. Validade: 12.03.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 17 de março de 2014.

Elói Rönna
Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At14cinco83

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT14CINCO083
AT14CINCO0738
Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, resolvem reduzir o valor do ITEM 9, em conformidade com a Cláusula Oitava, 8.1, § 1º, I, da Ata entabulada.. Data: 17.03.2014.

Validade: 12.03.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 17 de março de 2014.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMOSC

Extratos Cisamosc 2014 Janeiro/Fevereiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC
MÊS DE JANEIRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2014
PRESTADOR: ESTAR BEM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 02/2014
PRESTADOR: VILSON WATTE
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Cirurgia Geral, exames de Endoscopia Digestiva Alta, Colonoscopia e Retossigmoidoscopia
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2014

MÊS DE FEVEREIRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 03/2014
PRESTADOR: PAGLIARI & CONSALTER
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 04/2014
PRESTADOR: LABORATIVA MEDICINA E SEGURANÇA
OBJETO: Prestação de serviço de exames de Espirometria, Electroencefalograma, Sessões de Fisioterapia, Terapia e exames de Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2014

CIS/AMURES

Resolução Nº 001/2014

RESOLUÇÃO Nº. 01 de 03 de fevereiro, de 2014.
Dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias, ressarcimento de despesas e de passagens, no âmbito do CIS/AMURES, nos termos da Cláusula Quadragésima Quarta do Contrato de Consórcio Público, e da outras providências.

Luiz Carlos Schmulder, Presidente do CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DIÁRIAS/RESSARCIMENTOS

Art. 1º - O empregado público do Consórcio Público terá direito a percepção de diária quando se deslocar para fora dos municípios consorciados, nos termos desta Resolução e de acordo com os níveis/valores previstos no Anexo I.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo se aplica aos comissionados, contratados em caráter temporário, convocados e colocados à disposição ou cedidos a qualquer título ou destacados para atuarem junto ao Consórcio, através de Termos de Cooperação Técnica.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que o deslocamento se constituir exigência permanente do cargo.

§ 3º - Não serão devidas diárias para viagem com saída no período da manhã com retorno até as 13 horas, nem para saída no período da tarde com retorno até as 19 horas.

Art. 2º - O valor da diária completa (100%) equivale a um período superior a 22 horas, quando for concedida apenas 1 diária; ou, equivalente a um período de 24 horas quando for concedida mais de 1 diária.

Parágrafo Único. Será concedida meia diária quando o período de deslocamento for igual ou superior a quatro horas e inferior a doze horas.

Art. 3º - Nos deslocamentos para os Municípios consorciados, admitir-se-á ressarcimento pelas despesas realizadas.

Art. 4º - A concessão de diária será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha a delegação de competência.

Parágrafo Único. Fica à diretoria executiva autorizada a avaliar e autorizar as solicitações de diárias e os relatórios, bem como as solicitações de ressarcimento.

Art. 5º - A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formulação do pedido que conterá, no mínimo:

- I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;
- II - justificativa do deslocamento;
- III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º - A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas, observada a legislação do CIS/AMURES.

§ 2º - Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis deverão ser expressamente justificados e autorizados.

§ 3º - O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação.

§ 4º - As despesas com hospedagem, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 6º - O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- b) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º - O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

Art. 7º - Os valores previstos no Anexo I serão reajustados pelo mesmo índice utilizado para revisão dos salários anualmente.

CAPÍTULO II**DO FORNECIMENTO E RESSARCIMENTO DE PASSAGENS**

Art. 8º - Sem prejuízo das diárias, o funcionário que se deslocar da sede com CIS/AMURES a serviço ou para participar de atividade de interesse do Consórcio, receberá passagens nas seguintes modalidades:

I - Aéreas, quando houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido;

II - Rodoviárias, ferroviárias ou hidroviárias, quando não houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho ou na data pretendida.

Art. 9º - À Direção Executiva compete solicitar às empresas da área, a reserva e emissão de passagens, na tarifa promocional mais vantajosa, bem como realizar sua conferência observados os horários e datas dos deslocamentos.

§ 1º - As solicitações de diárias contendo a indicação para emissão de passagens deverão ser promovidas com antecedência suficiente para que a Direção executiva possa concretizar sua emissão.

§ 2º - Em caso de urgência e ante a impossibilidade de aquisição por parte da Diretoria Executiva, uma vez autorizado pela autoridade competente o beneficiário poderá adquiri-la com recursos próprios, solicitando ressarcimento dos valores.

CAPÍTULO III**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10 - A ausência de prestação de contas ou a não devolução de valores de diárias recebidos a maior, autorizam a comunicação do responsável e o desconto em folha de pagamento.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIS/AMURES.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a contar de 04 de fevereiro de 2014.

Lages, 03 de fevereiro de 2014.

Luiz Carlos Schmulder

Presidente do CIS/AMURES

ANEXO I

Níveis de deslocamento	Valor da diária completa
A – Dentro do Estado	R\$ 200,00
B – Dentro do Estado (capital)	R\$ 300,00
C – Fora do Estado (exceção Brasília)	R\$ 300,00
D – Fora do Estado (Brasília)	R\$ 400,00
E – Fora do País, dentro da América do Sul	R\$ 400,00
F – Fora do País, exceto América do Sul	R\$ 500,00

Resolução Nº 002/2014

RESOLUÇÃO Nº. 02 de 18/02/2014.

Altera a Resolução nº 03/2013 de 29/07/2013 que nomeou Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização de licitações na modalidade pregão, no âmbito do CIS/AMURES, e dá outras providências.

Luiz Carlos Schmulder, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Resolução nº 03/2013 de 29/07/2013, destituindo da função de pregoeiro a servidora Marília de Oliveira e designando a servidora Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, passando a equipe a ser composta pelos membros abaixo relacionados:

I – Pregoeiro – Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro

II – Equipe de Apoio – Denise Aparecida de Oliveira

André Santos de Oliveira

Guilherme Rangel Bianchini

Art. 2º - Os Pregoeiros e a respectiva Equipe de apoio receberão a título de gratificação, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para o pregoeiro e de R\$ 100,00 (cem reais) para os demais membros, pela natureza qualificada que o cargo requer.

Art. 3º - A investidura dos membros da Comissão, nomeada nesta Resolução, será por 1 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, à exceção do pregoeiro que poderá ser reconduzido.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 18 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS SCHMULDER

Presidente do CIS/AMURES